IZILDO CORRÊA LEITE

O IMPOSTO DA ILUSÃO:

UM ESTUDO SOCIOLÓGICO DOS JOGOS NO BRASIL, COM DESTAQUE PARA O (O)CASO DA LOTERIA ESPORTIVA

Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, sob orientação do Prof. Dr. André Maria Pompeu Villalobos.

Este exemplar corresponde à redação final da Dissertação defendida e aprovada pela Comissão Julgadora em 13/04/94.

Fevereiro de 1994

L586i
21727/BC

A meu pai,

em memória

A G R A D E C O:

Antes de mais nada, ao Prof. Dr. André Maria Pompeu Villalobos, meu Orientador, pela grande dedicação, pelas ricas sugestões e pela amizade que sempre soube demonstrar.

Aos Professores Doutores Heleieth Iara Bongiovani Saffioti e Michel Jean-Marie Thiollent, que me orientaram em momentos anteriores deste trabalho.

Aos Professores Doutores Octavio Ianni e Ricardo Coltro Antunes, pelas sugestões apresentadas por ocasião do Exame de Qualificação.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), pela Bolsa de Estudos concedida para a obtenção dos créditos no Curso de Mestrado.

À Fundação Ceciliano Abel de Almeida, por ter financiado a realização das entrevistas que compuseram a segunda pesquisa de campo.

Aos Professores Ailton Pedreira da Silva e Martha Werneck Poubel, do Departamento de Estatística da Universidade Federal do Espírito Santo, e ao analista de suporte José Inácio Serafini, do Núcleo de Processamento de Dados da Universidade Federal do Espítito Santo, pela colaboração no tratamento informatizado dos dados primários.

À Sonia de Fátima Quarezemin, minha cunhada, e à Rosa Maria de Oliveira, que, juntamente com meus irmãos, colaboraram na realização das entrevistas referentes à primeira pesquisa de campo.

A Adriana Saraiva, Ana Cláudia Del Bel Tunes, Carlos Henrique Gileno, Cláudia Megale, Fátima Regina Amâncio, Isabel Mendonça Faria, Luís Alexandre Fuccille, Luiz Gustavo Dalla Déa, Marcelo Santos, Marco Antônio Moreira, Renaldo Mázaro Jr., Renato Ramos Martini e Silvane Garcia Teles, então alunos do primeiro ano do Curso de Ciências Sociais da UNESP (Universidade Estadual Paulista), Campus de Araraquara, por terem cooperado na efetivação das entrevistas que compuseram a segunda pesquisa de campo.

Aos Professores Doutores Erly Euzébio dos Anjos e Jaime Roy Doxsey, do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo, que me proporcionaram o acesso a parte da bibliografia estrangeira concernente aos jogos utilizada neste trabalho.

A meus pais e meus irmãos, que, de diferentes modos, deram sua colaboração para a feitura deste trabalho - especialmente ao Jaci, por tanto ter-se dedicado à realização das entrevistas que fizeram parte da primeira pesquisa de campo.

Aos amigos Thimoteo Camacho e Luíza Mitiko Yshiguro Camacho, pelo incentivo.

À Ludmila e à Larissa, que souberam compreender a necessidade do esforço concentrado do pai, nas fases finais deste trabalho.

À Raquel, minha companheira, pelo apoio e pelo incentivo permanentes.

ÍNDICE

ABREVIATURAS CORRESPONDENTES AOS JORNAIS CITADOS 1

INTRODUÇÃO 2

CAPÍTULO 1: O OBJETO DE ESTUDO E SUA IMPORTÂNCIA 6

1. O impacto do surgimento da Loteria Esportiva no Brasil 6
2. A "década de ouro" da Loteria Esportiva 9
3. A decadência da Loteria Esportiva e a ascensão da Loto e da Sena 14
4. A situação dos jogos na sociedade brasileira, no início dos anos 90 19
5. Os jogos por dinheiro e o meio acadêmico 22
6. Definição do objeto 27

CAPÍTULO 2: A INVESTIGAÇÃO 30

1. As fontes de dados empíricos 30
   1.1. As entrevistas 31
   1.2. A pesquisa documental 36
2. Caracterização sumária do município de Araraquara 37
3. Estatística descritiva: o perfil sócio-econômico dos entrevistados 50
   3.1. Primeira pesquisa de campo 51
   3.2. Segunda pesquisa de campo 53

CAPÍTULO 3: NA APOSTA, UMA RELAÇÃO MERCANTIL 55

1. Jogos de competência e jogos de azar 55

2. Os jogos de azar com apostas e prêmios 56

3. Jogos promovidos pelos apostadores e jogos promovidos por terceiros 57

4. Prêmios em objeto e prêmios em dinheiro 58

5. Os jogos comerciais por dinheiro 59

5.1. O apostador e sua compra 62

5.2. O organizador dos concursos e seu ganho 66

6. A necessidade de um estudo histórico-concreto dos jogos 72

CAPÍTULO 4: ELEMENTOS TEÓRICOS E ESTRUTURAIS PARA A INTERPRETAÇÃO SOCIOLÓGICA DO COMPORTAMENTO DOS APOSTADORES BRASILEIROS 77

1. A valorização do sucesso monetário pela ideologia burguesa 78

1.1. A gênese da forma dinheiro 83

1.2. Causas fundamentais da valorização da busca do sucesso monetário nas sociedades capitalistas 89

1.2.1. O fetichismo do dinheiro 89

1.2.2. O dinheiro: usos qualitativamente ilimitados; o poder que confere a seu possuidor; a desimportância de como foi adquirido 93

1.2.3. A limitação quantitativa do dinheiro 96

1.2.4. O caráter potencialmente ilimitado da riqueza monetária e, portanto, da própria sede de enriquecimento 97

1.2.5. O capitalismo como "sistema de mercantilização universal" 100

1.3. A afirmação de igualdade formal entre os indivíduos como condição de reprodução da "idolatria" do dinheiro 104
1.4. Brasil: condições para o avanço recente da ideologia burguesa 111
2. As más condições de vida da maioria da população brasileira 114
2.1. A pobreza absoluta 118
2.2. A pobreza relativa 136
2.3. Conclusão sobre as condições de vida da maioria da população 147
3. Os dois fatores, vistos em conjunto 149
CAPÍTULO 5: QUE O (IN)ESPERADO FAÇA UMA SURPRESA ... 156
1. O que leva à aposta, num jogo por dinheiro? 156
2. A Loteria Esportiva em sua "fase áurea": "vício dos desesperados", "máquina de fazer milionários" 167
2.1. As causas da popularidade da Loteria Esportiva, segundo as opiniões dos entrevistados 167
2.2. Dados objetivos, confirmadores das causas da popularidade da Loteria Esportiva 185
2.2.1. A Loteria Esportiva como "vício dos desesperados" 185
2.2.2. A Loteria Esportiva como "máquina de fazer milionários" 197
3. Por que a Loteria Esportiva foi superada pela Loto e pela Sena 207
3.1. O baixo grau de popularidade da Loteca, em 1990 207
3.2. As causas fundamentais da decadência da Loteria

Esportiva 210

3.2.1. Mais eficientes "máquinas de fazer milionários" 211

3.2.2. Novos "vícios dos desesperados", novos contingentes de "desesperados" 221

3.3. Duas tentativas infrutíferas de recuperar a popularidade da Loteria Esportiva e as causas de seu insucesso 228

3.4. Como as causas da decadência da Loteria Esportiva e da ascensão da Loto e da Sena manifestavam-se na consciência dos apostadores 234

4. A Loteria Esportiva e o futebol 247

5. A força de atração do jogo na sociedade brasileira 256

CONSIDERAÇÕES FINAIS 272

FONTES UTILIZADAS 274

ABREVIATURAS CORRESPONDENTES AOS JORNAIS CITADOS

AG = A Gazeta (Vitória - ES)

AGE = A Gazeta Esportiva

AT = A Tribuna (Vitória - ES)

CM = Correio da Manhã

DCN = Diário do Congresso Nacional

DOU = Diário Oficial da União

FSP = Folha de São Paulo

FT = Folha da Tarde

JB = Jornal do Brasil

JC = Jornal da Caixa

JS = Jornal dos Sports

JT = Jornal da Tarde

OEM = O Estado de Minas

OESP = O Estado de São Paulo

OG = O Globo

UH = Última Hora

I N T R O D U C A O

Na sociedade brasileira, os jogos por dinheiro têm uma relevância que pode ser constatada independentemente de qualquer pesquisa sistemática.

Trate-se de jogos legais ou ilegais, sejam promovidos pelo Estado ou por particulares, tenham âmbito nacional ou estadual, exercem uma acentuada força de atração, levando ao ato de aposta milhões de pessoas, que nele depositam suas esperanças de verem concretizadas as mais variadas aspirações.

Por conseqüência, movimentam enormes quantidades de dinheiro, boa parte das quais é recolhida por seus organizadores. No caso dos jogos que são geridos pelo Estado, proporcionam um meio adicional de captação de recursos, os quais têm tido dimensões consideráveis, nas últimas décadas.

Dada sua grande popularidade, o assunto merece, como é notório, importante tratamento nos meios de comunicação de massa, que divulgam, com destaque, entre outras coisas, as dimensões dos prêmios, os resultados dos concursos, entrevistas com apostadores etc.

Apesar disso tudo, os jogos não têm recebido, da parte do

meio acadêmico, atenção correspondente à relevância que apresentam em nosso País. A maior dificuldade com que se defrontará qualquer pesquisador do tema será a carência de bibliografia correspondente.

Com o presente trabalho, pretendemos ter contribuído para o preenchimento dessa quase total e lamentável lacuna. Nele, procuramos fazer um estudo sociológico dos jogos por dinheiro na sociedade brasileira. Limitamos nosso foco de atenção àqueles que são geridos pelo Estado brasileiro - este entendido no plano federal -. Tivemos como objetivo principal explicar sociologicamente as causas da grande aceitação apresentada pelos mesmos junto a amplas parcelas da população brasileira.

Para tanto, lançamos mão de dados primários e secundários. Os primeiros foram obtidos por meio de entrevistas que fizemos com apostadores, no município de Araraquara (SP). Os dados secundários de que nos utilizamos foram de várias ordens, dentre eles informações divulgadas em jornais e revistas, publicações oficiais e dados obtidos diretamente junto à Caixa Econômica Federal, responsável pela administração dos jogos oficiais de âmbito nacional.

No capítulo 1, buscamos evidenciar a importância dos jogos por dinheiro na sociedade brasileira, apresentar a pouca atenção que os mesmos têm recebido no meio acadêmico e delimitar claramente o objeto de estudo.

No capítulo 2, fazemos um sucinto relato da pesquisa empírica realizada, apresentamos uma caracterização sumária do município onde foram efetuadas as entrevistas com apostadores e

mostramos o perfil sócio-econômico dos indivíduos entrevistados.

No capítulo 3, damos início ao que poderíamos chamar exposição explicativa do objeto, a qual segue um percurso que vai do abstrato ao concreto. Nesse capítulo, apresentamos vários dos significados da palavra jogo. Posteriormente, mostramos que, no caso do tipo dos jogos estudados no presente trabalho, organizados por outros que não os apostadores, estabele-se uma relação mercantil no momento da aposta: a compra e a venda da possibilidade de ganhar-se uma quantia de dinheiro maior do que a apostada.

No capítulo 4, discutimos alguns elementos teóricos e estruturais que consideramos importantes para a compreensão do comportamento dos apostadores brasileiros, apresentando dois fatores que, de um ponto de vista lógico, podem contribuir para explicar a marcante disseminação dos jogos por dinheiro na sociedade brasileira: a evidente valorização que a posse de grandes fortunas monetárias recebe nas sociedades capitalistas e a precariedade das condições de vida da maioria da população brasileira.

No capítulo 6, mostramos parte da controvérsia acerca do que motiva indivíduos a apostarem, chamando a atenção para os riscos da generalização de conclusões sobre o assunto. Em seguida, os dois fatores da grande popularidade dos jogos na sociedade brasileira, discutidos no capítulo anterior, passam por uma verificação empírica, confrontados que são com os dados primários e secundários coletados.

Para finalizar esta Introdução, duas observações importantes. Optamos por traduzir os trechos de publicações em línguas

estrangeiras que inserimos como citações em nosso trabalho. E, ainda quanto às citações que foram feitas, as palavras e expressões em itálico encontram-se assim nos originais, a não ser que explicitemos o contrário.

CAPÍTULO 1

O OBJETO DE ESTUDO E SUA IMPORTÂNCIA

1. O impacto do surgimento da Loteria Esportiva no Brasil

Em 1970, um terremoto sacudiu o País: a Loteria Esportiva Federal (LEF). É verdade que, havia muito tempo, apostava-se em todo o território nacional.[1] Mas o que começou a ocorrer naquele ano era algo absolutamente diferente de tudo o que existira até então.

Tendo seu primeiro "teste"[2] em abril de 1970 (pouco antes,

---

[1] A primeira loteria de que se tem notícia no Brasil data de 1784, em Vila Rica (hoje, Ouro Preto, MG), tendo por finalidade arrecadar recursos para "reedificar a Câmara e a Cadeia da cidade." (*JC*, set.-out. 77) Em 1961, a loteria de bilhetes, que vinha sendo explorada por particulares, passou para o Governo da União, administrada, a partir de então, pela Caixa Econômica Federal e com o nome de Loteria Federal (CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, 1988). Obviamente, não se pode deixar de mencionar, também, o jogo do bicho, existente no País desde a década de 80 do século passado e que, embora seja considerado contravenção penal, sempre teve um grande número de apostadores, em todo o País (*AG*, 13/10/90; *AT*, 23/02/92; CAILLOIS, 1967: 291-9; PACHECO, 1957: 15-30; SOARES, 1992).

[2] Os "testes" eram os concursos de prognósticos esportivos semanais da LEF. Apesar de todas as modificações posteriores ocorridas nessa modalidade de jogo - faremos referência a algumas delas no capítulo 5 -, o apostador, no essencial, deve prognosticar os resultados de partidas de futebol previamente estabelecidas.

portanto, do início do Campeonato Mundial de Futebol realizado no México, naquele ano) e, no começo, existindo apenas nos antigos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, a LEF apresentou, de imediato, uma aceitação popular surpreendente: nos quatro primeiros concursos, os números de cartões de apostas vendidos foram, respectivamente, 76.649, 180.308, 230.375 e 587.795 (*CM*, 27-28/12/70). De maneira gradativa, a Loteria Esportiva foi sendo implantada nos outros estados, até que, em 1972, já estava presente "em todo o território brasileiro." (*JC*, 2ª quinz. abr./79) No entanto, muito antes disso, criava enorme euforia onde quer que chegasse, exercendo, sobre pessoas das mais diferentes posições sociais, um fascínio até então desconhecido nos jogos de azar, em nosso País:

> "Uma autêntica febre do jogo domina o Brasil, de norte a sul. A realidade que aí está, à vista de todos, no dia-a-dia, excede tudo o que a imaginação podia conceber.
> Não se fala de outra coisa. Na rua, no trabalho, nas escolas, no lar, no rádio, na televisão, a Loteria Esportiva é o assunto permanente, obsessivo. Filas intermináveis formam-se, de madrugada, às portas das casas lotéricas e mantêm-se até à noite. (...)
> ... a loucura do jogo se manifesta em todos os degraus da pirâmide social." (*OESP*, 27/08/70)

O *JT* de 11/08/70 apresentou editorial tratando da situação trazida pela Loteria Esportiva com um título bastante sugestivo: "O país transformado em um vasto cassino".

Em outro jornal da época, lemos o seguinte:

> "Tanto na Guanabara, no Estado do Rio como em São Paulo [as unidades da Federação em que até então havia apostas da LEF], o movimento de apostas foi anteontem até tarde da noite, quando, porém, apenas poucas casas lotéricas ainda tinham cartões [de apostas]. Muitas delas ficaram sem eles

> logo ao cair da tarde. Em alguns pontos chegou a haver tumulto, com a necessidade de intervenção policial." (*FSP*, 22/08/70)

O movimento das apostas atingiu tal ponto, para os padrões da época, que chegou a causar protestos de vários segmentos empresariais, especialmente aqueles ligados ao comércio, por considerarem que estava havendo um "desvio de numerário" (*OESP*, 21/11/70). O então vice-presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro declarou que a Loteria Esportiva "baixou ainda mais o poder aquisitivo do povo e nós somos contra isso." (*JT*, 23/11/70)[3]

Apesar do protestos, a "febre de aposta" (*OESP*, 28/08/70) só fez aumentar:

> "A totalidade das pessoas ouvidas pela pesquisa JB-Marplan em todos os bairros do Rio revelaram [*SIC*] que já jogaram na Loteria Esportiva, sendo que 55% delas costumam apostar todas as semanas." (*JB*, 27/09/70)[4]

Não é de surpreender, portanto, que, apenas um ano depois de sua implantação e existindo oficialmente, então, em apenas seis

---

[3] Outras das Associações Comerciais que se manifestaram publicamente contra a existência da LEF foram as de São Paulo, Ceará, Mato Grosso, Goiás e Minas Gerais (*OESP*, 16/12/80), bem como a Federação do Comércio Varejista de Pernambuco (*OESP*, 11/12/70) e o Clube dos Diretores Lojistas do Recife (*OESP*, 06/05/71).

[4] Outros jornais que divulgaram, à época, pesquisas demonstrando a popularidade da LEF foram: *OESP*, 13/12/70, e *FSP*, 05/02/71. Este último jornal apresenta os resultados de uma pesquisa encomendada ao IBOPE, com uma amostra de 500 pessoas na cidade de São Paulo. Posteriormente, voltaremos a fazer referência a tal pesquisa.

estados,[5] a venda de cartões de apostas tenha chegado a cerca de dez milhões por semana, quando "a expectativa mais otimista" era a venda de 2,5 milhões semanais, "quando o concurso alcançasse todo o País." (*JC*, 2ª quinz. abr./79)

Dada toda essa situação, é óbvio que a *quantidade de dinheiro movimentada* nas apostas não fosse nada desprezível. Assim, até o final de 1970, a renda bruta da LEF foi maior "do que o lucro líquido anual da maior empresa brasileira, a Petrobrás." (*CM*, 27-28/12/70) Em razão disso, um dos diretores do Serviço de Loteria da Caixa Econômica Federal (empresa administradora da LEF) declarou, ainda em 1970: "A atuação da Loteria Esportiva é a mais lucrativa medida que já foi implantada no país nos últimos anos." (*JT*, 23/11/70)

2. A "década de ouro" da LEF

A "febre do jogo" ligada à LEF não foi algo passageiro. Como veremos, a Loteria Esportiva reinou, absoluta, durante mais de uma década, como o mais popular dos jogos por dinheiro existentes na sociedade brasileira.[6]

---

[5] A leitura de jornais desse período demonstra que, apesar disso, apostas na Loteria Esportiva existiam, de fato, em vários outras Unidades da Federação. Cobrando, obviamente, uma taxa para fazê-lo, intermediários levavam volantes (os impressos onde o apostador assinala seus prognósticos) preenchidos aos estados em que a LEF já estava oficialmente implantada e, posteriormente, os jogadores recebiam os comprovantes de efetivação das apostas. (Cf., por exemplo, *JT*, 09/12/70 e *OESP*, 16/12/70)

[6] Até 1980, a LEF teve como "concorrente" oficial, em âmbito nacional, apenas a Loteria Federal (ver nota 1), tendo arrecadações

Nesse período, cada um dos ganhadores de grandes prêmios tornava-se "atração nacional". Um deles, ainda no primeiro ano de existência da Loteria Esportiva, mereceu matéria de cinco páginas numa revista (*Manchete*, 10/10/70). Em 1972, pela primeira vez, um brasileiro teve um prêmio considerado *recorde mundial* nesse tipo de jogo, recebendo cerca de dois milhões de dólares, sendo que, até então, o maior prêmio do mundo em jogos semelhantes, ganho por um inglês em 1966, havia sido de US$ 879.725,60 (*JT*, 03/05/72). Outro recordista, em 1974, participou de uma *entrevista coletiva* que contou com a presença de "cem jornalistas, banqueiros e empresários" (*JT*, 18/04/74).

Os recordes mundiais foram-se sucedendo: podemos ler em dois jornais do início de 1975 (*JT* e *AGE*, ambos de 03/01) que, no ano anterior, haviam sido pagos pela Loteria Esportiva brasileira os dois maiores prêmios do mundo, nesse tipo de jogo. Ainda em 1975, as fotos de um pequeno comerciante desdentado de Goiás foram conhecidas por milhões de brasileiros: ele havia ganhado um prêmio equivalente a US$ 2,65 milhões (*FSP*, *OESP*, *JT* e *JB*, 30/09/75; *OESP*, 13/04/80).

---

expressivamente superiores às desta. Embora a Loteria Esportiva tenha passado a realizar seus testes somente em abril de 1970; embora tenha sido implantada em todo o território brasileiro apenas em 1972; embora realizasse somente um teste por semana, enquanto a Loteria Federal realizava duas extrações semanais - muito embora tudo isso, a LEF, de 1970 a 1975, arrecadou, em valores correntes, Cr$ 11.869.984.267,00, enquanto que sua "concorrente", no mesmo período, teve uma arrecadação de Cr$ 6.081.959.687,00, também em valores correntes (Suplemento do *DCN*, 14/06/77). Em 1980, a Loteria Federal arrecadou apenas cerca de 45% do valor total das apostas feitas na LEF (*JC*, 1ª quinz. fev./81).

Depois de fazer vários outros recordistas mundiais, a LEF, em 1981, deu um prêmio de US$ 2,93 milhões a um único apostador, oficialmente (embora este, de fato, tenha-o dividido com três colegas, que também haviam participado da aposta vencedora) (*JB*, 03/02/81).

Ainda com referência a 1981, o *JC* (1ª quinz. mai. 82) afirma que o total de prêmios pagos pela LEF, nesse ano, foi "uma quantia maior que qualquer modalidade de Loteria do mundo."[7] Uma comparação entre a arrecadação bruta da LEF (durante seu "período áureo") e aquelas de jogos semelhantes existentes em outros países é apresentada nas Tabelas 1.1 e 1.2.

TABELA 1.1

ARRECADAÇÕES DE CONCURSOS DE PROGNÓSTICOS ESPORTIVOS, EM ALGUNS PAÍSES DO MUNDO: 1º SEMESTRE DE 1975

País	Arrecadação (em Cr$ de 1975)
Brasil	1.398.641.656,00
Itália	1.154.078.645,00
Espanha	1.146.405.068,00
Suécia	668.353.965,00
Noruega	352.903.135,00
Dinamarca	234.303.231,00
Grécia	219.085.965,00
Alemanha Ocidental	151.536.566,00

Fonte: *JT*, 26/09/75, citando dados oficiais da Intertoto, entidade internacional que congrega concursos semelhantes à LEF/Loteca existentes no mundo. São apresentados, aqui, apenas os oito países que tiveram as maiores arrecadações.

[7] Informação idêntica aparece em *AGE*, 13/01/82.

TABELA 1.2

ARRECADAÇÕES ANUAIS DE CONCURSOS DE PROGNÓSTICOS ESPORTIVOS, EM ALGUNS PAÍSES DO MUNDO: 1979

País	Arrecadação (em Cr$ de 1979)
Brasil	16.101.311.080,00
Itália	10.966.114.400,00
Espanha	10.066.733.771,00
Suécia	5.028.563.018,00
Nuruega	4.037.029.751,00
Grécia	3.043.986.045,00
Dinamarca	2.676.051.973,00
Alemanha Ocidental	1.453.987.734,00

Fonte: *JC*, 2ª quinz. abr./80, citando dados oficiais da Intertoto. São apresentados, aqui, apenas os oito países que tiveram as maiores arrecadações.

Através de longa matéria jornalística referente aos dez primeiros anos de existência da LEF, podemos ver as dimensões econômicas que esta chegou a ter na sociedade brasileira, em período relativamente recente:

> "... o que ela consegue arrecadar em um ano é quatro vezes e meia o lucro obtido pelo Banco do Brasil, mais do que a soma dos orçamentos dos Ministérios da Educação, Saúde, Agricultura, Indústria e Comércio e cerca de dois terços do orçamento do Ministério dos Transportes, além de superar 11 vezes o orçamento do Poder Legislativo." (*OG*, 19/04/80)

Ainda com referência àquelas dimensões econômicas, apresentamos apenas mais o seguinte: aumentos nos preços das apostas fizeram do item Loteria Esportiva, em janeiro de 1975 e em março de

1978, aquele que mais contribuiu para o aumento do custo de vida, em São Paulo, naqueles meses. (*FSP*, 07/03/75; *JB*, 19/04/80)[8]

Assim, durante mais de uma década, a LEF esteve intensamente presente no cotidiano de milhões de pessoas.[9] Criou novos hábitos, influenciou a linguagem popular,[10] mexeu com as aspirações de grande

---

[8] "Para essa entidade [a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da Faculdade de Economia e Administração da USP, que realizou o estudo referente ao aumento do custo de vida], os gêneros alimentícios que tiveram seus preços reajustados naquele mês [janeiro de 1975] ... não tiveram participação tão importante no desgaste do orçamento doméstico quanto a Loteria Esportiva." (*FSP*, 07/03/75)

[9] A revista *Visão* de 14/04/80 estima que, à época, *um terço* dos adultos do País apostavam com freqüência na LEF. "Entre um domingo e outro, entre a programação dos jogos, a entrega dos volantes, o recebimento dos cartões e o resultado dos jogos, a obsessão dos treze pontos caminha pelo Brasil inteiro, mexe com milionários e pobres, pára nas esquinas, entra pelas casas, sai dos rádios portáteis para aumentar ou deixar igual o sonho dos brasileiros." (*FSP*, 28/07/73)

[10] A palavra "zebra" e a expressão "dar zebra" - denotando acontecimentos inesperados, imprevistos -, por exemplo, embora não originárias da Loteria Esportiva, popularizaram-se intensamente depois do surgimento deste jogo. Sua origem tem relação com outro jogo de azar e com o futebol. A palavra "zebra", no sentido apontado, foi usada pela primeira vez por um técnico de futebol, ainda em 1964, vários anos antes, portanto, do surgimento da LEF (*OESP*, 13/04/80). "Por não integrar o popular 'jogo do bicho', que inclui 25 animais, a Zebra começou a ser aplicada para indicar resultados imprevistos." (CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, 1988) Outros dois exemplos a citar, acerca da influência da Loteria Esportiva na linguagem popular, são: a) a palavra "loteca", muito antes de oficialmente ser usada em substituição à expressão "Loteria Esportiva" (o que ocorreu em 1989 -

parcela da população,[11] mereceu uma Comissão Parlamentar de Inquérito,[12] ganhou grande espaço nos meios de comunicação de massa,[13] carreou enorme volume de recursos financeiros para o Estado.

3. A decadência da Loteria Esportiva e a ascensão da Loto e da Sena

Depois de um ano de *auge* - 1979, se considerada a

---

ver capítulo 5) para designar os concursos de prognósticos esportivos existentes no Brasil, já era de uso corrente, estando, inclusive lexicografada no *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira (2. ed., revista e aumentada, 1986, p. 1048). Um apostador que, em 1972, ganhou um prêmio recorde mundial ficou popularmente conhecido como Dudu da Loteca (ver, por exemplo, *FSP*, 10/08/74); b) a palavra "loteria" foi usada como sinônimo de Loteria Esportiva em inúmeros jornais e revistas que pesquisamos. Poderão comprová-lo várias citações de artigos feitas no presente trabalho.

[11] "Depois do carnaval e do jogo do bicho, nada foi capaz de tornar tão intensa a fantasia do brasileiro do que a Loteria Esportiva." (*FSP*, 21/04/80)

[12] A instalação dessa CPI foi aprovada em 11/03/76, devendo "examinar o funcionamento, arrecadação e aplicação dos recursos da Loteria Federal, Loteria Esportiva, carnês e outras modalidades de sorteios, Poupança e Crédito, analisando suas repercussões sobre a economia popular." (Relatório da CPI - Loterias. Suplemento do *DCN*, 14/06/77) O deputado proponente da referida CPI gastou cerca de metade (a primeira) de sua Justificação fazendo referência apenas à LEF, por ele classificada de "vício nacional".

[13] "Os meios de comunicação - todos - mudaram seu esquema de trabalho em função dos jogos da Loteria Esportiva." (*JT*, 26/06/75)

TABELA 1.3

MOVIMENTO ANUAL DA LEF/LOTECA

Ano	Bilhetes	Arrecadação	
		US$	BTN
1970	80.517.863	111.439.671,00	82.807.396,76
1971	284.548.438	261.505.063,00	194.343.323,24
1972	396.917.489	340.047.891,00	252.731.929,12
1973	434.071.258	382.753.783,00	260.231.626,68
1974	487.171.279	367.101.747,00	227.498.163,64
1975	432.154.182	399.798.567,00	228.237.956,76
1976	494.492.540	380.796.374,00	221.285.070,52
1977	475.158.997	415.516.946,00	232.421.100,12
1978	436.656.192	438.015.391,00	238.693.591,40
1979	576.100.431	599.230.036,00	345.096.670,16
1980	686.677.330	523.813.455,83	379.290.869,65
1981	573.499.403	465.363.820,33	360.392.727,58
1982	493.638.324	389.302.045,13	300.881.446,85
1983	401.083.332	239.137.427,91	256.002.684,07
1984	328.981.500	167.526.288,14	201.645.475,17
1985	237.484.564	130.479.173,25	157.918.058,03
1986	143.984.225	129.868.674,32	145.299.094,65
1987	99.485.970	76.483.843,74	89.304.772,46
1988	67.117.259	41.640.023,88	50.681.667,85
1989(a)	80.865.692	59.511.539,84	75.981.845,15
1990(b)	20.396.496	8.314.923,76	17.580.656,14

(a) Nesse ano, houve 33 testes da LEF e 17 da Loteca.

(b) Até março.

Fonte: dados obtidos junto à Gerência de Loterias (GERLO) da CEF - - São Paulo.

arrecadação medida em dólares, e 1980, levando-se em conta o número de cartões de apostas vendidos ou a arrecadação medida em BTN (ver Tabela

1.3) -, começou, na virada da década de 70 para a de 80, aquilo que podemos classificar como *decadência de popularidade da Loteria Esportiva*.[14] Tal decadência *não* deve ser entendida, porém, como declínio da imensa aceitação popular de jogos por dinheiro em geral, no Brasil. Muito ao contrário, o que veio depois da Loteria Esportiva só fez *superá-la*, como veremos.

Em agosto de 1980, ocorreu o primeiro sorteio de uma nova loteria de âmbito nacional: a Loto,[15] com 1.847.020 bilhetes de apostas vendidos (*JC*, 2ª quinz. set./80). Em 1982, a Loto já superava a LEF em quantidade de apostas efetivadas e, em 1983, em termos de arrecadação. Essa superioridade tornou-se ainda maior nos anos seguintes, como podemos ver comparando os dados das Tabelas 1.3 e 1.4. Tão grande aceitação popular levou o Governo da União, através da Caixa Econômica

---

[14] No capítulo 5 deste trabalho, procuramos, entre outras coisas, *explicar sociologicamente* as causas dessa decadência e a superação da LEF por outros jogos oficiais. A referida decadência não foi revertida mesmo com tentativas oficiais de interrompê-la, parte das quais apresentamos e analisamos no citado capítulo. Numa delas, como podemos ver pela Tabela 1.3, a Loteria Esportiva foi rebatizada como Loteca, havendo o fim dos prognósticos duplos e triplos referentes a cada partida de futebol e passando-se a premiar os apostadores que acertassem um mínimo de dez dos treze prognósticos. Essa mudança ocorreu em setembro de 1989.

[15] Também chamada Loteria de Números, a Loto difere da Loteria Federal pelo fato de, nesta, o apostador comprar bilhetes com números previamente definidos, enquanto que, naquela, o apostador faz *seu* prognóstico sobre as cinco dezenas a serem sorteadas, podendo indicar até dez delas, num total de cem. São premiados os acertadores das cinco dezenas sorteadas (quina), bem como os acertadores de quatro e três dessas dezenas (quadra e terno, respectivamente).

Federal, a passar a realizar, por semana, *dois concursos* desse jogo, a partir de 1985 (*OESP*, 13/08/85).

TABELA 1.4
MOVIMENTO ANUAL DA LOTO

Ano	Bilhetes	Arrecadação	
		US$	BTN
1980	72.375.794	33.122.230,07	25.368.922,69
1981	419.257.174	179.323.147,06	138.856.755,09
1982	940.312.957	314.192.419,38	242.819.754,84
1983	1.651.744.796	421.413.834,56	457.937.784,92
1984	1.783.874.978	406.893.891,73	488.238.773,54
1985	2.082.811.564	496.702.481,59	601.642.873,44
1986	2.737.242.455	903.544.881,26	1.008.896.705,23
1987	2.213.842.991	770.805.325,50	889.889.253,96
1988	1.313.401.381	380.524.246,19	466.169.828,01
1989	1.401.117.996	364.922.938,36	444.286.231,81
1990(a)	287.055.140	65.874.539,45	139.750.681,59

(a) Até março.
Fonte: dados obtidos junto à Gerência de Loterias (GERLO) da CEF - - São Paulo.

Em 1988, surgiu mais um jogo oficial de âmbito nacional: a Sena ou Loto II (*FT*, 29/01/88).[16] Já no ano seguinte, a arrecadação

[16] Nesse jogo, o apostador deve prognosticar, num total de cincoenta dezenas, as seis a serem sorteadas. A aposta única dá direito ao apostador de fazer apenas seis prognósticos num bilhete. Há prêmios para os seguintes acertadores: das seis dezenas sorteadas (sena principal), das que lhes são imediatamente anteriores e posteriores (senas anterior e posterior, respectivamente) e de cinco e quatro

desta loteria ultrapassou a da Loto "tradicional", como podemos ver confrontando os dados das Tabelas 1.4 e 1.5.

TABELA 1.5
MOVIMENTO ANUAL DA SENA

Ano	Bilhetes	Arrecadação	
		US$	BTN
1988	1.067.251.199	364.917.008,58	456.344.496,16
1989	1.313.429.928	389.614.310,74	474.925.462,67
1990(a)	516.649.767	100.841.003,09	264.597.554,93

(a) Até março.
Fonte: dados obtidos junto à Gerência de Loterias (GERLO) da CEF - - São Paulo.

Essas duas novas loterias superaram e superam, amplamente, não apenas uma Loteria Esportiva/Loteca em decadência, mas, também, as dimensões que este jogo chegou a ter na sociedade brasileira, mesmo em seus anos de auge, como podemos ver comparando as informações que nos são dadas pelas Tabelas 1.3, 1.4 e 1.5.[17] Apesar disso, talvez não

---

daquelas dezenas sorteadas (quina e quadra, respectivamente).

[17] Já em agosto de 1988, um apostador isolado da Sena ganhou o prêmio correspondente à Sena principal, recebendo o equivalente a US$ 3,96 milhões de dólares (CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, 1988). É um prêmio muito maior do que qualquer dos que foram pagos pela LEF. Se, por um lado, deve-se fazer a ressalva de que se tratava de um prêmio *acumulado* (a acumulação ocorre, de um concurso para outro, quando nenhum dos apostadores faz os prognósticos corretos referentes a uma das faixas de premiação), há, também outro ponto a ser considerado: o valor pago

tenham causado, em termos proporcionais, o mesmo impacto "psicológico" da LEF,[18] possivelmente pelo próprio fato de esta ter-lhes "aberto caminho". Ou seja: não se tratava, mais, de uma *novidade* na sociedade brasileira, como o tinha sido a Loteria Esportiva. Além disso, acreditamos que deva ser considerado, também, o fato de que, à época do surgimento da Sena, havia uma grande *quantidade* e uma acentuada *variedade* de jogos oficiais no País, tanto em âmbito nacional quanto em âmbito estadual, o que criava uma situação bastante diferente daquela em que surgiu a Loteria Esportiva. De qualquer forma, o universo dos jogos por dinheiro, ao final do período analisado no presente trabalho (1970-1990), continuava a ser de dimensões colossais e de importância fundamental para um país como o Brasil. Trataremos disso, a seguir.

4. A situação dos jogos na sociedade brasileira, no início dos anos 90

Em termos econômicos, os jogos oficiais geridos pelo Estado brasileiro movimentam grandes somas de recursos. Podemos ler, na *FSP* de 08/01/89, que o economista Manoel Francisco Pereira, da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo, calculava que, à época, a arrecadação líquida que o Governo federal tinha com a exploração desses jogos fosse equivalente a algo próximo de 4% da receita tributária líquida.

---

pela Sena principal corresponde a apenas 30% do valor total dos prêmios (ver nota anterior).

[18] Por exemplo: a quantidade de material jornalístico disponível referente a esses jogos, nos arquivos que pesquisamos, é bem menor do que aquela concernente à LEF.

Em 1990, a arrecadação bruta conjunta possibitada pelos jogos oficiais de âmbito nacional foi 17,63% maior do que a registrada em 1989: US$ 1,229 bilhão contra US$ 1,045 bilhão.[19]

No plano social, esses jogos levam ao ato de aposta milhões de pessoas, que no mesmo depositam suas esperanças, entre outras coisas, ou de saírem da situação economicamente desesperadora em que se encontram imensos segmentos da população brasileira, ou de conseguirem, como que num passe de mágica, instantaneamente, fortunas fabulosas.

Além disso, tais jogos, dada sua grande popularidade, recebem importante tratamento nos meios de comunicação de massa. Os resultados dos concursos, os montantes dos prêmios, os números de ganhadores são amplamente divulgados. Nos casos em que há apenas um ou muito poucos ganhadores, os mesmos tornam-se "notícia nacional". Os concursos em que há prêmios acumulados merecem, da parte dos meios de comunicação, um tratamento especial: emissoras de televisão, por exemplo, em seus noticiários, apresentam entrevistas com apostadores, já antes da efetivação dos sorteios, e transmitem estes últimos ao vivo, no caso da Loto e da Sena. Os resultados das extrações da Loteria Federal e dos concursos de prognósticos esportivos são apresentados em "horário nobre".

No programa *A mágica do jogo*, apresentado pela Rede Manchete de Televisão no primeiro semestre de 1990, o Brasil foi apresentado

---

[19] Cálculos feitos a partir de dados obtidos junto ao Departamento de Administração das Loterias (DELOT) da Caixa Econômica Federal, em Brasília.

como um dos dez países do mundo em que mais se apostava em jogos por dinheiro. Numa longa matéria especial sobre os jogos em nosso país, publicada na revista *Afinal* de 08/09/87 (cuja chamada de capa é "Brasil, o país da jogatina"), podemos ler que uma empresa de informática de São Paulo já desenvolvia programas "para 500 casas lotéricas de todo o Brasil", que ofereciam "jogos por computador, desdobramento por chave, tudo do mais moderno."

Não bastasse tudo isso, a partir do final dos anos 80, houve uma proliferação de loterias estaduais, destacando-se entre elas a Loteria Instantânea Paulista (popularmente conhecida como "Raspadinha"),[20] que, em seus primeiros quinze dias de existência, em 1990, teve vendidos cerca de 70 milhões de bilhetes, estabelecendo "recorde mundial de venda desse tipo de loteria." (*FSP*, 25/09/90) Três meses depois, as vendas tinham-se estabilizado em 2,5 milhões por dia (*FSP*, 03/07/90).

Embalado pelos exemplos de aceitação popular dessa modalidade de jogo nos estados, o Governo federal criou, ainda em 1990, a "Loteria Federal, sob modalidade instantânea" (*DOU*, 1º/06/90). Começando a ser efetivamente comercializada em 1991, a mesma teve uma arrecadação bruta, nesse ano, de US$ 141,16 milhões.[21]

---

[20] Nessa modalidade de jogo (criada em 1974, nos Estados Unidos), os bilhetes "têm seu número coberto por uma tinta plástica não aderente [*SIC*]. Quando são postos à venda, já houve o sorteio do número premiado. Assim, o apostador só precisa raspar a tinta plástica que cobre o número para saber se é vencedor." (*FSP*, 06/12/87)

[21] Informação obtida junto ao Departamento de Administração das Loterias

Apesar da concorrência das loterias estaduais, os jogos oficiais de âmbito nacional apresentaram, em 1990, a maior arrecadação bruta conjunta havida até então. No ano seguinte, iniciou-se novo tipo de concorrência: começaram a surgir jogos explorados por particulares, nos quais os concorrentes compram "títulos de capitalização", concorrem a prêmios e, doze meses depois da compra, têm direito a receber a devolução de parte do dinheiro assim utilizado. Promovidos por fortes campanhas publicitárias, especialmente por meio da televisão, dois jogos particulares organizados nesses moldes têm abocanhado parte significativa do mercado de apostas: segundo estimativa de *Isto É* (1º/09/93), a arrecadação bruta total dos mesmos é de cerca de US$ 440 milhões ao ano.

Somemos a isso a isso o dinheiro movimentado pelas loterias estaduais, bem como os US$ 625,78 milhões arrecadados pelo Governo federal com os jogos por ele administrados, em 1993.[22] Consideremos, ainda, as demais informações apresentadas anteriormente no presente capítulo. Chegamos, assim, a uma óbvia conclusão: os jogos por dinheiro têm sido *parte importante do cotidiano de milhões de pessoas*, na sociedade brasileira, nas últimas décadas.

5. Os jogos por dinheiro e o meio acadêmico

CAILLOIS (1967: 304) refere-se ao Brasil como país "onde o

(DELOT) da Caixa Econômica Federal, em Brasília.

[22] Dado obtido junto ao Departamento de Administração das Loterias (DELOT) da Caixa Econômica Federal, em Brasília.

jogo é rei".[23] Isso, depois de afirmar que os jogos de azar por dinheiro "ocupam ... uma parte importante na economia e na vida cotidiana dos diferentes povos" (1967: 34).

Ora, nos itens anteriores deste capítulo, o que procuramos, quase que à exaustão, foi, exatamente, mostrar a relevância dos jogos por dinheiro na sociedade brasileira.

Por que o fizemos? Porque, apesar de todo o demonstrado, esse asssunto não tem merecido a devida atenção nos meios acadêmicos. Até o momento, desconhecemos trabalhos sociológicos que façam uma análise científica do mesmo. Em 1986, foi defendida uma Dissertação de Mestrado que, tendo por objeto as técnicas de segmentação do mercado, utilizou-se de dados coletados junto a apostadores da Loteria Federal (GRISI, 1986). Trata-se, como se vê, de um trabalho de cunho *mercadológico* - não, sociológico - e ao qual voltaremos a fazer referência no capítulo 5. Em 1992, foi defendida uma Tese de Doutorado em Antropologia abordando o jogo do bicho (SOARES, 1992). Mas, além de enfocar um *jogo com características bastante diversas* dos estudados no presente trabalho, a própria *abordagem* difere bastante daquela que procuramos desenvolver: a autora apresenta seu trabalho como "uma etnografia do Jogo do Bicho" (SOARES, 1992: 4).

Aliás, a pequena bibliografia estangeira a que tivemos acesso, abordando os jogos por dinheiro, permite-nos pensar que a situação da Sociologia brasileira, a esse respeito, não é uma

---

[23] Vale dizer que essa afirmação foi feita *antes* da "explosão" da Loteria Esportiva.

exceção,[24] como podemos ver pelos exemplos que se seguem.

HERMAN (1967b: viii) afirma que "na ampla literatura sociológica sobre problemas sociais, o jogo raramente é tratado mais do que de passagem."

KALLICK-KAUFMANN & REUTER (1979: 1) declaram, acerca da escassa produção das Ciências Sociais referente ao jogo:

> "Há ... tópicos que, por sua própria onipresença, não parecem requerer pesquisa para sua compreensão. O jogo é um de tais tópicos. A maioria das pessoas acredita saber tanto sobre isso, que pesquisa suplementar é simplesmente desnecessária."[25]

---

[24] Num trabalho em que dedica umas poucas páginas ao jogo, GRAMSCI (1968: 346) cita uma passagem de um romance de Balzac (autor por ele chamado de "romancista sociólogo e filósofo"), que, já em sua época, demonstrava preocupação com a pouca atenção dada ao assunto: "Essa paixão, tão universalmente condenada, não foi jamais estudada. Ninguém viu na mesma o ópio da miséria. A loteria, a mais poderosa fada do mundo, não desenvolveria esperanças mágicas? (...) Qual é hoje o poder social que consegue ... tornar-vos felizes durante cinco dias e entregar-vos idealmente todas as felicidades da civilização?" (tradução nossa; em francês, no original) Trata-se do romance *La rabouilleuse*, em que uma personagem, Madame Descoings, persistiu na busca de ganhar um terno durante vinte anos. Esse terno foi sorteado, afinal, justamente no dia em que ela não jogara, por ter sido roubado o dinheiro que seria empregado na aposta, o que levou Madame Descoings à morte. (Cf. BALZAC, 1950)

[25] Os mesmos autores, depois de fazerem referência ao que chamam "acentuada carência de pesquisa sistemática acerca de nosso objeto" (1979: 2), dizem que aquele que procurar atuar nessa área "encontrar-se-á sem colegas ativos." (1979: 3) DOWNES *et al.* (1976: vii) têm posição semelhante: "Se nossa experiência serve como guia,

TEC (1964: 2) afirma que o difundido interesse, pelo jogo "não se reflete na quantidade de conhecimento disponível sobre o assunto."[26]

HUIZINGA (1971) procura estabelecer ligações entre o jogo - no sentido mais amplo da palavra - e a cultura. Depois de referir-se a sua "convicção de que é no jôgo que a civilização surge e se desenvolve" (HUIZINGA, 1971: vii), afirma que o objetivo de seu trabalho "é procurar integrar o conceito de jôgo no de cultura." (HUIZINGA, 1971: viii) Curiosamente, no entanto, embora o autor trabalhe com uma noção que considera "capaz de abranger tudo aquilo a que chamamos 'jôgo' entre os animais, as crianças e os adultos: jogos de fôrça e de destreza, jogos de sorte, de advinhação, exibições de todo o gênero" (HUIZINGA, 1971: 33-4), dedica muito pouca atenção aos jogos de azar por dinheiro. Numa obra de x-242 p., refere-se a eles, de passagem, em apenas quatro páginas.

A partir disso tudo, e voltando a tais jogos em nosso País, julgamos válida a pergunta: seriam os mesmos dignos de um estudo científico?

SANTOS (1981: 77) levanta questão semelhante, perguntando-se se o *futebol* seria digno de uma análise histórica. Ele próprio responde:

---

pesquisar jogos é uma forma avançada de arriscar-se."

[26] "... esperamos que nossa pesquisa tenha ajudado a remover esta área de comportamento, de sua posição bastante negligenciada, para uma que requeira atenção mais próxima e sistmática." (TEC, 1964: 120)

> "Se se supõe que as ciências sociais devam responder, primeiro, às indagações da cabeça dos intelectuais, não. (...) A verdadeira ciência social, entretanto, é a que responde às indagações coletivas; para ela não há temas nobres ou cafonas - e suponho que para entender um pouco a nossa sociedade chegou a hora de fazermos a história do seu futebol, da sua música popular etc. ..." (SANTOS, 1981: 77-8)

Consideramos que a afirmação acima cabe perfeitamente ao universo dos jogos por dinheiro no Brasil. Há uma série de questões acerca dos mesmos que, considerando toda a exposição anterior, *merecem* ser espondidas. Mencionemos algumas delas, a seguir.

Quais os fatores que levam o ato de aposta a ser prática tão disseminada socialmente no Brasil? Quais aspirações estão implícitas no envolver-se em jogos que pagam prêmios em dinheiro? Quais as relações entre tais aspirações e as posições sociais ocupadas pelos apostadores? Que fatores explicam a decadência de popularidade da LEF, depois de esta ter chegado a contar com uma imensa aceitação nos mais diferentes segmentos sociais? Seria algo como "modismo" que explicaria a superação desse jogo pela Loto e, posteriormente, a desta pela Sena? De que maneira uma prática tão massiva como o ato de aposta relaciona-se com uma ideologia que, de um lado, valoriza ao máximo a busca da ascensão sócio-econômica e, em especial, da *posse do dinheiro* mas, de outro lado, apresenta-as como decorrentes do trabalho, do mérito, do esforço pessoais, e não, do *acaso*? Como um campo da vida social que apresenta uma *possibilidade* sempre renovada de obterem-se grandes quantias de dinheiro relaciona-se com as condições em que vive a maioria da população brasileira? Quais as conseqüências, sobre a sociedade como um todo, da ampla disseminação que nela têm os jogos de

azar?

6. Definição do objeto

Para concluirmos este capítulo, devemos, agora, precisar claramente nosso objeto de estudo.

Podemos começar por definir aquilo que *não* abordaremos: os jogos considerados ilegais (o jogo do bicho, cassinos etc.); aqueles que, ainda que de caráter oficial, são de âmbito estadual; e, finalmente, os jogos explorados por particulares que começaram a existir nos anos 90 e aos quais fizemos referência no item 4 do presente capítulo.

Assim, *delimitemos* nosso objeto: faremos um estudo sociológico dos *jogos por dinheiro geridos pelo Estado* (este, entendido no plano federal) existentes na sociedade brasileira, no *período que vai de 1970, com o surgimento da Loteria Esportiva, até 1990.* No entanto, convém explicitar que, embora se trate de jogos promovidos pelo poder "público", fugiria aos propósitos deste trabalho analisar as *destinações* que o mesmo dá aos recursos que assim arrecada.

Pelo que foi exposto anteriormente, já deve ter ficado claro que, sem desconsiderar os demais jogos oficiais de âmbito nacional, daremos ênfase especial à Loteria Esportiva. Isso, porque ela:

a) representou a primeira grande "explosão" de popularidade na área de jogos por dinheiro no Brasil (como demonstrado no item 1 deste capítulo);

b) é o jogo sobre o qual existe um acúmulo muito maior de informações nos arquivos de empresas jornalísticas, informações essas

que foram de importância fundamental em nosso trabalho;

c) já teve um período áureo na sociedade brasileira, estando, hoje, em franca decadência de popularidade. O estudo de sua ascensão e de seu declínio, como veremos, contribui para compreendermos as *causas fundamentais da popularidade de jogos em geral em nosso País*.

Apesar de tomarmos a LEF/Loteca como exemplo privilegiado em nossa análise, as conclusões a que chegamos são, no fundamental, válidas para o conjunto dos jogos administrados pelo Governo federal, como veremos no capítulo 5.

Isso posto, é preciso explicitar que nosso objeto de estudo *não* é o conjunto desses jogos *tomado em si mesmo*, como algo *entificado*. Como veremos ao longo deste trabalho, não é, por exemplo, a existência pura e simples deles que leva milhões de pessoas ao ato de aposta, mas, sim, como procuraremos demonstrar, determinadas características essenciais de uma sociedade como a brasileira. Tais características, como veremos, são importantes até mesmo para explicar por que a LEF, tão-logo tenha começado a existir, superou a tradicional Loteria Federal e por que, mais tarde, teve sua popularidade ultrapassada por outras modalidades de jogo.

Assim, podemos concluir que nosso objeto de estudo é, na verdade, a *rede complexa de relações em que os jogos oficiais de âmbito nacional se inserem na sociedade brasileira*. Apenas definindo dessa forma nosso objeto é possível dar conta das questões que nos colocamos no último parágrafo do item 5 deste capítulo, as quais, dada a relevância do assunto em nosso País, *merecem respostas científicas*: são questões a que a Sociologia não pode ficar alheia, se quer,

realmente, ser *ciência* da *sociedade.*

CAPÍTULO 2

A INVESTIGAÇÃO

1. As fontes de dados empíricos

Nossa investigação, visando à obtenção de informações referentes ao objeto de estudo, desenvolveu-se sobre duas bases principais. De um lado, fizemos entrevistas com apostadores da Loteria Esportiva/Loteca,[1] que nos forneceram dados de caráter primário. De outro, coletamos todo o material secundário[2] disponível que apresentasse relação com o referido objeto, coleta essa feita, principalmente, em arquivos de empresas jornalísticas. A utilização de ambas as ordens de instrumentos foi absolutamente indispensável, levando-se em conta a acentuada escassez de produção bibliográfica sobre os jogos de azar, como demonstramos no item 5 do capítulo anterior.

Quanto à bibliografia utilizada, compôs-se de: a) obras de

---

[1] A condição necessária para que esses indivíduos fossem entrevistados era que fossem apostadores da LEF/Loteca, embora *pudessem* apostar também em *outros* jogos.

[2] Segundo a procedência dos dados, "a pesquisa pode ser de dois tipos:

a) de dados primários (colhidos diretamente pelo próprio investigador, em primeira mão);

b) de dados secundários (dados já existentes, anteriormente colhidos por outro pesquisador ou por outra instituição; dados de segunda mão)." (ABRAMO, 1979: 37)

cunho teórico, b) obras aplicadas à formação social brasileira e c) uma diminuta literatura, principalmente estrangeira, referente a jogos por dinheiro. Embora essa bibliografia não incidisse diretamente sobre nosso objeto de estudo, auxiliou-nos na interpretação dos dados e informações obtidos pelas duas ordens de recursos acima citadas.

1.1. As entrevistas

As entrevistas com apostadores fizeram parte de duas pesquisas de campo realizadas no município de Araraquara, situado na região central do estado de São Paulo e do qual apresentamos, mais adiante, uma caracterização sumária.

No período 1975-77, realizamos 600 (seiscentas) entrevistas com indivíduos que apostavam na LEF, à época o jogo oficial com maior aceitação popular no Brasil. Em novembro de 1990, voltamos a entrevistar apostadores, em número de 150 (cento e cincoenta), e desta vez da Loteca, já então um jogo que contava com uma popularidade muito menor.[3]

É exatamente essa alteração de popularidade que explica o fato de as duas pesquisas de campo terem tido diferentes números de entrevistados, já que feitas por *amostragem*.

O universo ideal sobre o qual deveria incidir cada uma dessas pesquisas seria o total de apostadores daquele tipo de jogo existentes em Araraquara. No entanto, sendo tal universo de dimensões

---

[3] Como teremos oportunidade de constatar no capítulo 5, as apostas na Loteca, em termos monetários, representavam apenas 3,21% do valor total movimentado pelos jogos oficiais de âmbito nacional, em 1990, no País tomado como um todo.

variáveis e de difícil mensuração,[4] procuramos, então, determinar o *número aproximado médio de apostadores por semana* (tomando por base o número médio semanal de cartões de apostas), o qual passou a ser o universo a ser tomado como referência.

No caso da primeira pesquisa de campo, esse universo foi dimensionado graças a informações obtidas junto a proprietários e profissionais de casas lotéricas do município. Como compunha-se de cerca de 17.500 (dezessete mil e quinhentos) apostadores, o total de entrevistas realizadas correspondeu a uma amostra de 3,5% do referido universo.

Com referência ao segundo momento de observação direta, o universo foi dimensionado a partir de informações que obtivemos junto à Gerência de Loterias (GERLO) da Caixa Econômica Federal, em São Paulo. Nos vinte e nove primeiros testes da Loteca realizados em 1990 (até o mês de julho), o número semanal médio de cartões de apostas, no

---

[4] Mesmo conhecendo o número semanal médio de cartões de apostas, não saberemos precisar sequer o número semanal médio de apostadores. Isso, porque, de um lado, há indivíduos que concorrem com vários cartões e, de outro, há, também, o caso oposto: vários apostadores poderem concorrer com um único cartão, cada um pagando parte do valor deste (embora o mesmo, do ponto de vista legal, pertença a apenas uma pessoa). Esta segunda situação ocorria antes de a LEF ser substituída pela Loteca, quando, num único cartão de apostas, podia-se fazer mais de um prognóstico sobre cada partida de futebol (apesar de o total de prognósticos em cada cartão ter um limite). Além disso, admitimos, também, que o *número semanal médio de apostadores* não reflete o *universo dos indivíduos que jogam*, já que muitos destes não o fazem todas as semanas. Mas a dimensão deste universo, que incluiria jogadores eventuais, seria absolutamente impossível precisar.

município de Araraquara, foi 2.138,93, o qual poderíamos aproximar para 2.140 (dois mil cento e quarenta). Dessa forma, as entrevistas realizadas representaram uma amostra de 7,0% do universo pesquisado.

Como podemos notar, a amostra desta segunda pesquisa de campo, em termos relativos, foi bastante maior (o dobro) do que a da primeira. Optamos por fazê-lo em virtude da claríssima diminuição da magnitude do universo a ser investigado, no período transcorrido entre a realização de cada uma dessas pesquisas: caso mantivéssemos o mesmo percentual de amostra (3,5%), esta, em termos absolutos, ficaria reduzida a 75 (setenta e cinco) entrevistas.

Em ambas as pesquisas citadas, as entrevistas foram realizadas nas próprias casas lotéricas do município de Araraquara.[5] A amostra, por sua vez, foi *aleatória*: terminada uma entrevista, o(a) próximo(a) apostador(a) a ser ouvido(a), desde que o aceitasse, era o(a) primeiro(a), a partir de então, a pagar por sua aposta. Visando, ainda, a que a amostra representasse o mais fielmente possível o universo investigado, procuramos fazer com que a distribuição do número total de entrevistas fosse diretamente proporcional ao movimento de apostas existente em cada casa lotérica.[6]

---

[5] Melhor dito: naquelas que têm autorização da Caixa Econômica Federal para receber apostas para os concursos de prognósticos esportivos e cujos proprietários, além disso, permitiram a realização das entrevistas.

[6] Procuramos obter, junto à Caixa Econômica Federal, em Araraquara, informações *oficiais* sobre o movimento de apostas em cada uma das casas lotéricas do município. Mas a mesma considerou que fazê-lo seria atribuição dos proprietários daquelas casas comerciais, caso o aceitassem. Consultados esses proprietários, conseguimos, então, as

Qual era a finalidade dessas pesquisas de campo? Através delas, visávamos a obter, empiricamente, tanto dados *objetivos* sobre os apostadores entrevistados quanto informações de caráter *subjetivo* dos mesmos acerca de nosso objeto de estudo. Dentre os primeiros, estão: tipo de vínculo com a ocupação, renda pessoal e familiar, renda familiar *per capita*, profissão, grau de escolaridade, jogo(s) de que mais participam, gasto mensal em apostas, freqüência destas etc. Dentre as informações subjetivas, poderíamos citar: as causas que os jogadores apresentavam para seu comportamento enquanto tais; os motivos que apontavam para a preferência pelo(s) jogo(s) de que mais participavam; as aspirações envolvidas no ato de aposta; a(s) destinação(ções) que dariam ao prêmio desejado, caso o ganhassem; opiniões sobre a popularidade de jogos no Brasil etc.

Em ambas as pesquisas, tivemos duas preocupações permanentes. Por um lado, fazer com que as perguntas fossem claramente *compreendidas* pelos respondentes, de modo a evitar aquilo a que THIOLLENT (1980: 52-7) chama desníveis de comunicação entre investigadores e entrevistados. Ao mesmo tempo, procuramos *evitar, ao máximo, qualquer forma de indução* das respostas destes: os entrevistadores intervinham durante a fala dos entrevistados apenas quando ficasse evidenciado que a pergunta não havia sido claramente compreendida. Em virtude da segunda preocupação mencionada, as perguntas, que seguiam um roteiro predeterminado, eram "abertas" - ou seja, não se faziam acompanhar da apresentação de "alternativas" aos

---

referidas informações, ainda que sem caráter oficial.

respondentes, uma das quais estes teriam, então, de escolher -.[7]

Assim sendo, muitas das falas registradas foram "desdobradas", no *posterior* processo de categorização, como pertencendo a mais de uma classe de respostas. Nesses casos, o número total das respostas, após categorizadas, ficou maior do que o número total de entrevistados e, obviamente, o total percentual daquelas foi superior a 100%.

Se, de um lado, o caráter "aberto" das perguntas formuladas fez com que, posteriormente, fosse bastante onerosa a categorização das respostas obtidas, permitiu, de outro lado, que estas últimas pudessem receber um tratamento tanto quantitativo quanto qualitativo. Assim, apresentamos, no capítulo 5, as freqüências absolutas e/ou percentuais das várias categorias de respostas a cada pergunta, bem como tabelas com cruzamentos de dados. Mas citamos, também, várias respostas que, *apresentadas tais como formuladas pelos entrevistados*, servem para ilustrar - às vezes, com mais vigor do que dados quantitativas - algumas de nossas afirmações.

---

[7] "A pergunta de múltipla escolha exige que 'se tome posição sobre o já enunciado' e faz desaparecer o 'trabalho de enunciação'. O sujeito pode responder a favor de um dado enunciado sem ser capaz de produzir o enunciado da pergunta nem conhecer a problemática a partir da qual ela é formulada. Em muitos casos, a pergunta de múltipla escolha impõe a problemática dos pesquisadores e força o nível de 'competência' ou de informação do sujeito." (THIOLLENT, 1980: 57) Diz ainda o mesmo autor: "Com a imposição de problemática, a técnica de investigação corre o risco de *categorização antecipada*, isto quer dizer, uma leitura do real por meio de categorias predeterminadas antes da observação e inadequadas à especificidade." (THIOLLENT, 1980: 95; o itálico é nosso)

Finalmente, cabe destacar que a realização de entrevistas em *dois diferentes momentos* permitiu um *exame comparativo* das respostas dadas em cada um deles. No primeiro, a Loteria Esportiva tinha como "concorrente" um único jogo oficial de âmbito nacional: a Loteria Federal. Já no segundo momento, havia mais dois novos jogos com esse caráter: a Loto e a Sena. O referido exame comparativo foi de grande fecundidade, dentre outras coisas, para melhor compreendermos as causas fundamentais do sucesso popular dos jogos em geral na sociedade brasileira.

1.2. A pesquisa documental

Outro instrumento de investigação de nosso objeto de estudo foi a coleta de dados secundários. Através de pesquisa documental, feita, principalmente, em arquivos de empresas jornalísticas, procuramos obter várias ordens de informações. Dentre elas, podemos citar:

a) informações ligadas diretamente aos jogos oficiais existentes no Brasil: atos do Poder Executivo relativos à matéria; sua regulamentação jurídica; quantidade de bilhetes de apostas vendidos; montantes das arrecadações; evolução dos valores médios das apostas etc.;

b) informações concernentes às maneiras como tais jogos são encarados na sociedade brasileira: manifestações de determinados segmentos sociais acerca daqueles; pesquisas feitas por jornais junto a apostadores; entrevistas com indivíduos premiados etc.;

c) informações sobre assuntos que têm relação com os jogos por dinheiro existentes no Brasil: fatores da popularidade dos jogos de azar por dinheiro no Brasil; jogos semelhantes existentes em outros

países; o futebol brasileiro (no caso da Loteria Esportiva/Loteca) etc.

É importante ressaltar que os arquivos das empresas jornalísticas que consultamos dispõem, não apenas de artigos publicados em periódicos vinculados a cada uma delas, mas, também, de matérias publicadas em outros jornais e revistas, o que amplia consideravelmente os resultados assim obtidos.

A pesquisa documental, no entanto, foi *além* da consulta aos referidos arquivos, o que nos permitiu acumular uma considerável quantidade de informações secundárias concernentes ao objeto. Apresentemos alguns exemplos. Através de exemplares do *Diário Oficial da União*, disponível em bibliotecas e várias outras instituições, tivemos acesso a vários dados acerca da legislação relativa aos jogos. Procuramos acompanhar a publicação - à medida que iam sendo divulgados - de artigos de jornais e revistas que guardassem relação com nosso objeto de estudo. Da Caixa Econômica Federal, que administra os jogos oficiais de âmbito nacional, obtivemos, não apenas publicações, mas, também, dados solicitados diretamente à Gerência de Loterias (GERLO), situada em São Paulo, e ao Departamento de Administração das Loterias, em Brasília. Tivemos acesso, ainda, a documentos coletados pela Comissão Parlamentar de Inquérito citada à nota 12 do capítulo 1.

2. Caracterização sumária do município de Araraquara

Considerando que nossas duas pesquisas de campo, em que entrevistamos apostadores da LEF/Loteca, foram realizadas no município de Araraquara, julgamos útil caracterizá-lo, ainda que sumariamente,

fornecendo ao leitor informações sobre parte do contexto social em que viviam os entrevistados. Dizemos *parte*, porque, ao considerarmos as características do referido município - e apesar de suas especificidades -, não podemos desvinculá-las daquelas que marcam a formação social mais ampla em que se insere o mesmo: a sociedade brasileira.

Deve ficar claro que, na caracterização que se segue, referente ao período abordado no presente trabalho (1970-1990), não há qualquer intuito de *explicar* os aspectos mencionados, já que isso fugiria completamente aos objetivos do presente trabalho.

O município em questão localiza-se na região central do estado de São Paulo, distando 273km da capital, tendo chegado a constituir-se de treze distritos. Porém, a maioria destes foi-se desmembrando gradativamente, sendo que os últimos a fazê-lo foram Rincão, em 1950, Santa Lúcia, em 1959, e Américo Brasiliense, em 1965. Assim, constituem o município, atualmente, os distritos de Araraquara, Bueno de Andrada, Gavião Peixoto e Motuca. (Cf. SAFFIOTI, 1978: 25; MAZZEU, 1988: 1)

Com uma área total de 1.541km^2, sendo a urbana de 78,44km^2 (MAZZEU, 1988: 2), trata-se de um município que, já há algumas décadas, conta com uma população em que predomina, de maneira cada vez mais nítida, o elemento urbano. Já o Censo Demográfico de 1950 apontava que a população rural era minoritária (41,8%) no município, enquanto que, no País tomado como um todo, no mesmo ano, os habitantes do meio rural representavam 63,8% da população total (RODRIGUES, 1990; SAFFIOTI, 1978: 26). A Tabela 2.1 mostra como a urbanização da população do município de Araraquara só fez acentuar-se nas últimas

décadas: de 1970 a 1990, período em que o total de habitantes cresceu de 102.381 para 163.403,[8] a população urbana aumentou sua participação relativa de 84,38% para 96,45%. Já a população rural teve sensível decréscimo, em termos relativo e absoluto.

TABELA 2.1
POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

Ano	População urbana	População rural	TOTAL
1970	86.389 (84,38%)	15.992 (15,62%)	102.381
1980	118.778 (92,71%)	9.331 (7,29%)	128.109
1990(a)	157.610 (96,45%)	5.793 (3,55%)	163.403

(a) Projeção feita pelo Departamento de Planejamento da Prefeitura do Município de Araraquara.

Fontes: FIBGE. *Censos demográficos*.
SAFFIOTI (1978: 26).
MAZZEU (1988: 3).

A distribuição da população por sexos é bastante equilibrada. Em 1970, as mulheres representavam 50,27% do total de habitantes (SAFFIOTI, 1978: 27). Em 1991, de acordo com o Censo então realizado, tal participação foi de 50,63% (FIBGE, 1992b).

Do ponto de vista econômico, Araraquara foi considerada, em obra publicada no final da década de 70, como um município

[8] Na tabela em questão, e com referência a 1990, a população total, a urbana e a rural são apresentadas segundo *projeções* que haviam sido feitas pelo Departamento de Planejamento da Prefeitura Municipal. No Censo de 1991, constatou-se que a população total chegara a 166.190 habitantes (FIBGE, 1992b: 75), mas, até novembro de 1993, não se dispunha de dados concernentes à divisão da mesma em rural e urbana.

"medianamente industrializado" (SAFFIOTI, 1978: 31). Na mesma obra, podemos ler:

> "Em termos do valor da produção, a indústria representa 48,6% do total produzido; o setor de serviços, aí incluindo o comércio, comparece com 43,8%; a agricultura e a pecuária participando, respectivamente, com 5,6% e com 2,0%." (SAFFIOTI, 1978: 31)

A Tabela 2.2 mostra que, em 1970, no entanto, em termos de absorção de força de trabalho, o setor terciário era claramente hegemônico no município em foco.

TABELA 2.2
MUNICÍPIO DE ARARAQUARA: PESSOAS OCUPADAS, DE 10 ANOS E MAIS, POR SETOR DE ATIVIDADES - 1970

Setor de atividades	Participação relativa
Primário	19,8%
Secundário	23,2%
Terciário	57,0%

Fonte: SAFFIOTI (1978: 32).

A industrialização presente em Araraquara é preponderantemente processadora de matérias-primas agrícolas:

> "Predomina não só no Município, mas também em toda a região, a agro-indústria [*SIC*], destacando-se principalmente o ramo de produtos alimentares, que concentra cerca de 41% da mão-de-obra total do setor e 70% do valor gerado.
> Outros ramos industriais têm se destacado, como as indústrias têxteis, de confecções, químicas, metalúrgicas e mecânicas." (MAZZEU, 1988: 7)

A Tabela 2.3 mostra a distribuição do total de estabelecimentos

industriais existentes no município, em 1986, por ramos de atividades.

TABELA 2.3
MUNICÍPIO DE ARARAQUARA: Nº DE ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS, SEGUNDO OS RAMOS DE ATIVIDADES - 1986

Ramos de atividades	Nº de indústrias
Produtos minerais não-metálicos	31
Metalúrgica	53
Mecânica	28
Material elétrico e de comunicação	05
Madeira	15
Mobiliário	17
Papel e papelão	02
Borracha	02
Química	13
Têxtil	04
Vestuário	16
Calçados	05
Produtos alimentares	93
Bebidas	02
Gráficas	13
Diversos	26
T O T A L	325

Fonte: MAZZEU (1988: 7).

De 1970 a 1975, a indústria araraquarense apresentou um crescimento significativo no que tange ao número de estabelecimentos (21,84%: de 261 para 318) e ao contingente de pessoal ocupado (47,14%: de 3.886 para 5.718).[9] No entanto, a situação reinante na década de 80

[9] Dados dos *Censos Industriais*, da FIBGE, obtidos junto ao Departamento de Planejamento da Prefeitura do Município de Araraquara.

em todo o País, de grande dificuldade para o crescimento da produção, parece ter-se refletido em Araraquara. Em 1986, o número de estabelecimentos industriais chegou a um total minimamente maior do que o de uma década atrás: 325 (MAZZEU, 1988: 7).

Quanto ao setor terciário, façamos algumas breves referências ao comércio e aos serviços.

A Tabela 2.4 mostra a evolução do comércio em Araraquara, no que tange a número de estabelecimentos e pessoal ocupado, de 1970 a 1980. Vale destacar que, embora os estabelecimentos comerciais tenham aumentado seu número em 17,09%, nesse período, o aumento do pessoal ocupado foi da ordem de 59,16%. No final da década de 80, as atividades comerciais continuavam registrando contínuo crescimento, fato já constatado na década de 70, em grande parte graças ao processo de urbanização ocorrido em toda a região (MAZZEU, 1988: 8). Tanto o comércio varejista quanto o atacadista distruibuíam-se por vários ramos, mas em ambos predominava o de produtos alimentares. Referindo-se ao comércio atacadista, afirma MAZZEU (1988: 8-9) que o mesmo, à época, tinha grande capacidade de atendimento a vasta área do estado (e mesmo a estados vizinhos), vendendo sobretudo gêneros alimentícios, derivados de petróleo, produtos farmacêuticos e material de construção.

Em 1980, segundo o *Censo dos Serviços* da FIBGE, Araraquara contava com 846 estabelecimentos nesse subsetor, com forte preponderância para aqueles classificados como ligados aos serviços de de alojamento e alimentação, que totalizavam 303. Dados de 1970 e 1975, também do *Censo dos Serviços*, mostram que esse ramo predominava no subsetor, em termos de número de estabelecimentos (182/525 e

TABELA 2.4

MUNICÍPIO DE ARARAQUARA: ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS E RESPECTIVO PESSOAL OCUPADO, SEGUNDO AS FORMAS DE VENDA (COMÉRCIO VAREJISTA E ATACADISTA)

Ano	Estabelecimentos			Pessoal ocupado		
	Com. var.	Com. atac.	Tot.	Com. var.	Com. atac.	Tot.
1970	770	61	831	2.586	399	2.985
1975	769	72	869	3.628	621	4.249
1980	917	56	973	4.340	411	4.751

Fonte: Dados dos *Censos comerciais*, da FIBGE, obtidos junto ao Departamento de Planejamento da Prefeitura do Município de Araraquara.
MAZZEU (1988: 9-11).

239/650, respectivamente) e pessoal ocupado (460/1296 e 632/2035, respectivamente). Em 1988, o município contava com 15 hotéis (MAZZEU, 1988: 11).

No mesmo ano, a rede de serviços bancários compunha-se de 17 agências bancárias, três agências da Caixa Econômica Estadual e uma agência da Caixa Econômica Federal, além de quatro postos de serviços (MAZZEU, 1988: 11-2).

Quanto ao setor primário, a cultura do café, que teve importância fundamental durante longo período na região (sendo aquele, então, seu principal produto agrícola), perdeu esse posto para a lavoura da cana-de-açúcar e, posteriormente, da laranja:

> "A cultura de cana-de açúcar ocupa o primeiro lugar dentre os produtos agrícolas, em relação à área cultivada. Porém, em relação ao valor da produção agrícola, a laranja tem ligeira predominância sobre as outras culturas. Trata-se de

> uma produção voltada quase que exclusivamente para o mercado externo, através de industrialização de sucos, desenvolvida no próprio Município." (MAZZEU, 1988: 6)

Já nos referimos à pequenez da participação do setor primário no valor total da produção do município. Quanto às pessoas ocupadas, a participação do setor, já em 1970 (em que o grau de urbanização era bastante menos elevado do que hoje), era de 19,8%, quando, para o conjunto do País, chegava a 44,2% (SAFFIOTI, 1978: 32).

Ainda quanto ao setor primário, vale destacar que a pecuária tem pequena expressão no município, a ponto de SAFFIOTI (1978: 33) afirmar:

> "Diferentemente de outras regiões do Estado de São Paulo, ... onde a substituição da agricultura pela pecuária constitui o fenômeno responsável pela expulsão da força de trabalho do meio rural, em Araraquara existem indicações de que esta expulsão se dê em função da mecanização da agricultura."

Finalmente, no que se refere à economia araraquarense, a Tabela 2.5 apresenta-nos indícios de que o município em questão, a partir do início da década de 80, entrou num período de dificuldades para intensificar o ritmo de suas atividades econômicas. Nesse aspecto - como já afirmamos, ainda que especificamente em referência à indústria -, estaria rigorosamente em consonância com o que ocorria no restante do País.[10]

---

[10] A respeito do crescimento da economia brasileira nas décadas anteriores e da crise que se instalou no início dos anos 80, ver SILVA (1988: 61 ss).

TABELA 2.5

MUNICÍPIO DE ARARAQUARA: VALOR ADICIONADO DO ICM (VALOR REAL)

Ano	Valor
1980	2.129 (a)
1981	1.803 (a)
1982	2.243 (a)
1983	1.746 (a)
1984	1.832 (a)
1985	1.769 (a)
1986	124.205 (b)
1987	81.494 (b)
1988	123.194 (b)

(a) Cr$ em milhões; base 1974 (deflator: Índice de Preços Disponibilidade Interna, col. 2 de *Conjuntura Econômica*).

(b) Cz$ em milhões de 1988.

Fonte: RODRIGUES (1990).

Apesar desse quadro, e com base em observações *assistemáticas* da situação social existente no município, julgamos que a mesma não tenha sido profundamente modificada desde que se afirmou:

> "... Araraquara não chama a atenção do observador pela miséria. Esta, ainda que existente, está circunscrita à periferia da cidade e não apresenta aspecto tão chocante quanto em outras regiões." (SAFFIOTI, 1978: 30-1)[11]

Aliás, os dados da Tabela 2.6, referentes a 1980, demonstram que os padrões de vida no município, medidos pela distribuição das

[11] Com base em investigação realizada por amostragem no município, foi possível verificar que a renda *per capita* da população de Araraquara, entre setembro de 1974 e fevereiro de 1975, equivalia a 1,60 salário mínimo. (Cf. SAFFIOTI, 1978: 31)

famílias residentes em faixas de renda familiar, eram bastante superiores aos da sociedade brasileira considerada como um todo.

TABELA 2.6
FAMÍLIAS RESIDENTES EM DOMICÍLIOS PARTICULARES, POR RENDIMENTO MÉDIO MENSAL FAMILIAR, MEDIDO EM SALÁRIOS MÍNIMOS: BRASIL E MUNICÍPIO DE ARARAQUARA - 1980

Faixas de renda familiar, em salários mínimos	Incidência percentual	
	Brasil	Araraquara
Sem rendimento	1,89	0,71
De mais de zero a 1/4	1,12	0,11
De mais de 1/4 a 1/2	5,42	0,86
De mais de 1/2 a 1	13,30	3,83
De mais de 1 a 2	22,32	12,62
De mais de 2 a 5	30,74	40,57
De mais de 5 a 10	14,25	25,56
De mais de 10 a 20	6,78	11,44
Mais de 20	3,31	3,95
Sem declaração	0,87	0,36

Fontes: a) para o Brasil: FIBGE (1983b); b) para Araraquara: FIBGE (1983c).

As melhores condições de vida existentes em Araraquara, em confronto com o conjunto do País, manifestam-se também em outras áreas, como podemos constatar pelas informações apresentadas a seguir.

A população araraquarense apresenta elevado grau de escolarização, se comparado ao do País tomado como um todo. Um exemplo disso é a taxa de alfabetização das pessoas de cinco anos e mais, em 1970: 79,77% para o município em foco e 61,56% para o conjunto do

TABELA 2.7

MUNICÍPIO DE ARARAQUARA: POPULAÇÃO ESCOLAR, SEGUNDO OS NÍVEIS/TIPOS DE ENSINO - 1973

Nível/tipo de ensino	Nº de alunos
Ensino avulso	6.908
Ensino primário	13.075
Ensino supletivo	830
Ensino médio (1º e 2º ciclos)	12.982
Ensino superior	3.221
T O T A L	37.016

Fonte: SAFFIOTI (1978: 30).

TABELA 2.8

MUNICÍPIO DE ARARAQUARA: POPULAÇÃO ESCOLAR, SEGUNDO OS NÍVEIS/TIPOS DE ENSINO - 1990

Nível/tipo de ensino	Nº de alunos		
	Rede pública	Rede particular	TOTAL
Pré-escola	5.802	1.311	7.113
Cursos para deficientes	136	81	217
1º Grau	26.323	4.929	31.252
2º Grau	3.650	2.799	6.449
3º Grau - Graduação	2.023	2.181	4.204
Pós-graduação (Mestr. e Dout.)	283	-	283
T O T A L	38.217	11.301	49.518

Fonte: Dados obtidos junto ao Departamento de Planejamento da Prefeitura do Município de Araraquara.

Brasil (SAFFIOTI, 1978: 28-9). Além disso, contando com uma ampla rede de escolas, a população de Araraquara, quanto a esse aspecto, tem

facilitado seu acesso ao ensino, em seus vários graus. As Tabelas 2.7 e 2.8 mostram como distribuía-se a população escolar de Araraquara pelos vários níveis de ensino, em 1973 e 1990, respectivamente. Vale destacar, em ambos os casos, que o total de pessoas sendo escolarizadas é bastante elevado em relação ao número de habitantes do município.

Na área da saúde, os hospitais locais tiveram o número total de leitos duplicado, entre 1973 e 1986, passando o mesmo de 624 para 1248 (SAFFIOTI, 1978: 35; MAZZEU, 1988: 12). Em 1988, havia um total de treze centros de saúde, inclusive em dois distritos que não a sede e em pontos extremos desta (MAZZEU, 1988: 12-3).

Quanto ao saneamento, o sistema de abastecimento de água do município atendia a 98,67% dos imóveis, em 1988, e, no mesmo ano, a rede coletora de esgotos proporcionava atendimento a cerca de 93,22% da população (MAZZEU, 1988: 19-20).

Com referência à área cultural, os cinemas locais totalizavam, em 1988, poltronas para 4.200 pessoas. O Teatro Municipal tem capacidade para 470 lugares e o Teatro Municipal de Arena conta com capacidade para 2.000 pessoas. Há, ainda, uma Casa da Cultura, com amplas dependências, bibliotecas e um museu. (Cf. MAZZEU, 1988: 20-1)

* * *

Apresentadas, em linhas gerais, algumas das características que marcavam Araraquara no período que tomamos em consideração, ao abordar os jogos oficiais de âmbito nacional, caberia perguntarmos: nosso trabalho, que se valeu, em grande medida, de dados primários obtidos naquele município, poderia ter suas conclusões consideradas

válidas para a sociedade brasileira como um todo?

Para respondermos a essa questão, consideremos os quatro seguintes pontos:

1º) A evolução do número de apostas feitas na Loteria Esportiva/Loteca, em Araraquara, guarda uma grande semelhança com aquela referente ao conjunto do País. Como vimos anteriormente, o número semanal médio de apostas nesse tipo de jogo, no município em questão, variou de 17.500 para 2.140, entre 1975 e 1990. O segundo daqueles números corresponde a aproximadamente 12% do primeiro. Já quanto ao País em seu conjunto, os dados referentes à evolução do número de apostas são os seguintes: em 1975, em 51 testes da LEF, foram vendidos 432.154.182 cartões de apostas; nos 17 primeiros concursos da Loteca realizados em 1990, foram vendidos 20.396.496 cartões.[12] Porporcionalmente ao número de concursos considerados em cada um desses dois anos, o número de apostas, em 1990, caiu para cerca de 14% daquele registrado em 1975.

2º) Além de termos lançado mão de dados primários coletados em Araraquara, utilizamo-nos também, e em grande quantidade, de dados secundários referentes ao objeto, os quais se referem ao conjunto da sociedade brasileira. Como será possível verificar no capítulo 5, todas as conclusões ali apresentadas basearam-se nessas duas ordens de dados e em seu permanente confronto.

3º) É óbvio que o referido município, dadas suas especificidades, não pode ser considerado um "espelho" do Brasil

---

[12] Dados obtidos junto à Gerência de Loterias (GERLO) da Caixa Econômica Federal, em São Paulo.

tomado como um todo - da mesma forma que *nenhum outro* município poderia sê-lo -. No entanto, nele estão claramente presentes aquelas que consideramos serem as determinações principais do caráter massivo das apostas em jogos por dinheiro na sociedade brasileira (as quais serão apresentadas nos capítulos 4 e 5), ainda que, de *qualquer* parte a outra do País, possa haver diferenças na *intensidade* com que cada uma das referidas determinações se manifesta.

4º) Os dados primários, assim como os secundários, não foram tomados isoladamente, como se falassem por si mesmos: seu exame científico em nenhum momento desconsiderou as características histórico-estruturais da formação social brasileira.[13]

Em virtude disso tudo, consideramos que as conclusões do presente trabalho, *podem*, no fundamental, ser consideradas como válidas para a sociedade brasileira em seu conjunto.

3. Estatística descritiva: o perfil sócio-econômico dos entrevistados

Para concluirmos este capítulo, apresentamos, a seguir, alguns dados que permitam identificar, em termos sócio-econômicos, os participantes das amostras de ambas as pesquisas de campo realizadas. À frente de cada categoria referente a cada uma das variáveis, consta a *incidência percentual* correspondente à mesma no todo da amostra.

---

[13] "Um dos requisitos lógicos fundamentais da interpretação na Sociologia diz respeito à historicidade do social." (IANNI, 1990: 94)

3.1. Primeira pesquisa de campo

a) Vínculo do(a) entrevistado(a) com a ocupação/não-ocupação:

A) Assalariado(a): 60,3
B) Trabalhador(a) autônomo(a): 11,5
C) Profissional liberal: 0,5
D) Empregador(a): 7,0
E) Dona-de-casa: 2,2
F) Estudante: 5,7
G) Indivíduo que não trabalha: 0,5
H) Desempregado(a): 0,5
I) Aposentado(a)/pensionista: 7,2
J) Assalariado(a) e autônomo(a): 0,8
L) Aposentado(a) e assalariado(a): 0,7
M) Aposentado(a) e autônomo(a): 0,5
N) Outra situação: 2,7

b) Renda pessoal do(a) entrevistado(a), medida em salários mínimos vigentes:

A) Até 1: 6,8
B) De mais de 1 a 2: 16,2
C) De mais de 2 a 3: 17,7
D) De mais de 3 a 5: 18,3
E) De mais de 5 a 7: 11,2
F) De mais de 7 a 10: 8,5
G) De mais de 10 a 15: 6,0
H) De mais de 15 a 20: 3,7
I) De mais de 20 a 30: 0,8
J) Mais de 30: 0,5
L) Está sem/não tem rendimento próprio: 9,5
M) Não informou a renda pessoal: 0,8

c) Renda familiar *per capita*, medida em salários mínimos vigentes:

A) Até 0,5: 6,3
B) De mais de 0,5 a 1: 20,7
C) De mais de 1 a 2: 34,0
D) De mais de 2 a 3: 14,8
E) De mais de 3 a 5: 15,0

F) De mais de 5 a 7: 3,7
G) De mais de 7 a 10: 2,2
H) De mais de 10 a 15: 0,8
I) De mais de 15 a 20: 0,8
J) Mais de 20: 0,2
L) Não sabe/não informou: 1,5

d) Nível de escolaridade do(a) entrevistado(a):

A) Analfabeto(a): 1,0
B) Indivíduo que sabe ler e escrever: 3,3
C) 1º Ciclo do 1º Grau incompleto: 10,3
D) 1º Ciclo do 1º Grau completo: 23,5
E) 2º Ciclo do 1º Grau incompleto: 17,8
F) 2º Ciclo do 1º Grau completo: 7,7
G) 2º Grau incompleto: 8,8
H) 2º Grau completo: 12,0
I) 3º Grau incompleto: 7,5
J) 3º Grau completo: 6,8
L) Pós-Graduação: 1,2

e) Idade do(a) entrevistado(a):

A) Até 17 anos: 5,5
B) De 18 a 25: 25,8
C) De 26 a 35: 24,8
D) De 36 a 50 anos: 26,7
E) Mais de 50 anos: 16,7
F) Informação não-fornecida: 0,2

f) Sexo do(a) entrevistado(a):

A) Feminino: 9,8
B) Masculino: 90,2

g) Estado civil do(a) entrevistado(a):

A) Solteiro(a): 38,8
B) Casado(a): 57,7
C) Separado(a)/desquitado(a)/divorciado(a): 1,2
D) Viúvo(a): 2,3

3.2. Segunda pesquisa de campo

a) Vínculo do(a) entrevistado com a ocupação/não-ocupação:

A) Assalariado(a): 44,0
B) Trabalhador(a) autônomo(a): 10,7
C) Profissional liberal: 2,0
D) Empregador(a): 4,0
E) Dona-de-casa: 1,3
F) Estudante: 5,3
G) Indivíduo que não trabalha: 2,0
H) Desempregado(a): 6,7
I) Aposentado(a)/pensionista: 15,3
J) Assalariado(a) e autônomo(a): 4,0
L) Aposentado(a) e assalariado(a): 1,3
M) Aposentado(a) e autônomo(a): 1,3
N) Outra situação: 2,0

b) Renda pessoal do(a) entrevistado(a), medida em salários mínimos vigentes:

A) Até 1: 4,7
B) De mais de 1 a 2: 6,0
C) De mais de 2 a 3: 4,0
D) De mais de 3 a 5: 20,7
E) De mais de 5 a 7: 15,3
F) De mais de 7 a 10: 15,3
G) De mais de 10 a 15: 10,7
H) De mais de 15 a 20: 2,7
I) De mais de 20 a 30: 2,0
J) Mais de 30: 4,0
L) Está sem/não tem rendimento próprio: 12,0
M) Não informou a renda pessoal: 2,7

c) Renda familiar *per capita*, medida em salários mínimos vigentes:

A) Até 0,5: 3,3
B) De mais de 0,5 a 1: 2,7
C) De mais de 1 a 2: 21,3
D) De mais de 2 a 3: 16,7
E) De mais de 3 a 5: 22,7

F) De mais de 5 a 7: 12,0
G) De mais de 7 a 10: 8,0
H) De mais de 10 a 15: 5,3
I) De mais de 15 a 20: 2,0
J) Mais de 20: 0,7
L) Não sabe/não informou: 5,3

d) Nível de escolaridade do(a) entrevistado(a):

A) Analfabeto(a): 1,3
B) Indivíduo que sabe ler e escrever: 4,0
C) 1º Ciclo do 1º Grau incompleto: 10,0
D) 1º Ciclo do 1º Grau completo: 17,3
E) 2º Ciclo do 1º Grau incompleto: 11,3
F) 2º Ciclo do 1º Grau completo: 16,7
G) 2º Grau incompleto: 6,0
H) 2º Grau completo: 18,7
I) 3º Grau incompleto: 9,3
J) 3º Grau completo: 5,3
L) Pós-Graduação: 0,0

e) Idade do(a) entrevistado(a):

A) Até 17 anos: 1,3
B) De 18 a 25: 20,0
C) De 26 a 35: 22,0
D) De 36 a 50 anos: 24,7
E) Mais de 50 anos: 32,0

f) Sexo do(a) entrevistado(a):

A) Feminino: 9,3
B) Masculino: 90,7

g) Estado civil do(a) entrevistado(a):

A) Solteiro(a): 32,0
B) Casado(a): 61,3
C) Separado(a)/desquitado(a)/divorciado(a): 3,3
D) Viúvo(a): 3,3

CAPÍTULO 3

NA APOSTA, UMA RELAÇÃO MERCANTIL

1. Jogos de competência e jogos de azar

A palavra *jogo* tem inúmeros significados. No *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira,[1] é apresentada em vinte diferentes acepções.[2] No mesmo verbete, aparece fazendo parte de número ainda maior de expressões. Por isso, é preciso explicitar claramente o sentido em que a tomaremos, pois a mesma entra na formação de uma expressão que nos interessa muito diretamente: *jogo de azar*. Assim sendo, tal sentido, extraído do referido verbete, é: "Atividade física ou mental organizada por um sistema de regras que definem a perda ou o ganho ..."

É óbvio que, tomada nessa acepção, a palavra refere-se a um grande número de atividades: competições esportivas, jogos de damas ou xadrez, jogos de cartas, loterias etc. Em todas essas atividades, existem regras que definem como serão conhecidos o(s) vencedor(es) e

---

[1] Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1986. 2. ed., revista e aumentada (8.ª reimpressão). p. 990.

[2] Isso não ocorre apenas com a língua portuguesa. "Nas línguas européias modernas a palavra 'jôgo' abrange um terreno extremamente vasto." (HUIZINGA, 1971: 42) Referindo-se aos significados da palavra em francês, CAILLOIS (1967: 7) afirma: "Os jogos são inumeráveis e de múltiplas espécies ..."

o(s) perdedor(es). Há, porém, uma linha divisória que separa tais atividades em dois grandes blocos. De um lado, temos os jogos em que aquela definição é feita (ao menos predominantemente) com base na competência, na habilidade, na capacidade, no grau de preparo dos participantes. É o caso, por exemplo, do futebol, das lutas marciais, do xadrez. De outro lado, encontramos os jogos em que a mesma definição é feita (ao menos predominantemente) de modo aleatório, casual. Exemplos deste segundo bloco são os jogos de dados, as loterias e a roleta.[3] Esta segunda grande categoria corresponde aos *jogos de azar*.

2. Os jogos de azar com apostas e prêmios

Num jogo de azar, os participantes procuram prever o resultado de um evento *futuro*, resultado esse sobre o qual *não terão interferência*. Tal previsão pode ser feita com fins exclusivamente lúdicos. Isso ocorre, por exemplo, quando, ao ser lançada para o alto uma moeda, um indivíduo diz que ela cairá com a *cara* voltada para cima e outro, que a *coroa* ficará nessa posição, sem que o resultado efetivo implique em ganho ou perda material de qualquer das partes. Mas a previsão do resultado de um jogo de azar pode ser acompanhada de uma *aposta*. Usaremos esta palavra nos seguintes sentidos:

> "1. Ajuste entre pessoas de opiniões diversas, no qual a que não acerta deve pagar à outra algo de antemão determinado;

---

[3] CAILLOIS (1967) categoriza esses dois tipos de jogos, respectivamente, como *agon* (palavra grega que significa competição) e *aleas* (palavra latina que significa *dado de jogar* e cujo uso pelo autor tem por finalidade enfatizar o caráter fortuito dos resultados dos jogos a que se referem).

... 2. A coisa ou quantia que se aposta. (...)"[4]

Neste caso, estamos diante de um jogo de azar cujo resultado vai implicar em ganhos e perdas materiais, como, por exemplo, um objeto, uma quantia de trabalho a ser realizada, um determinado valor em dinheiro. Esse tipo de jogo de azar, chamado *gambling* em inglês, é assim definido por HERMAN (1976a: 866): "Jogo é a aposta de algo de valor, com consciência de risco e esperança de ganho, no resultado de uma partida, uma disputa ou um acontecimento incerto ...". TEC (1964: 61-2) conceitua jogo como

> "...uma interação entre duas ou mais partes, na qual as partes a se relacionarem concordam em fazer uma transferência de uma dada propriedade, dependendo do resultado de um evento incerto. A quantidade e o tipo de propriedade, bem como o evento particular, são designados previamente pelas partes. (...). A propriedade designada pelos partícipes interagentes é classificada como aposta."[5]

Essa propriedade transferida consensualmente do(s) perdedor(es) para o(s) ganhador(es) é aquilo a que, nos jogos de azar em que há apostas, chamamos *prêmio*.

3. Jogos promovidos pelos apostadores e jogos promovidos por terceiros

Os jogos de azar em que há pagamento de prêmios podem ter

---

[4] Extraído do *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, de Aurélio Buarque de Hollanda Ferreira. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1986. 2. ed., revista e aumentada (8ª reimpressão), p. 146.

[5] Também CAILLOIS (1967: 35), tratando dos jogos de azar em que há apostas, refere-se à "transferência de propriedade". DOWNES *et al.* (1976: 114) afirmam que a "essência" desse tipo de jogo é "a incerteza de eventos futuros em cujo resultado dinheiro ou bens são apostados."

sua realização promovida de dois diferentes modos. Os próprios participantes podem organizá-los. É o que acontece quando amigos combinam entre si fazer apostas acerca do resultado de determinada competição esportiva. Outra situação ocorre quando terceiros - isto é, *não-apostadores* - promovem a realização dos concursos, recebendo as apostas e pagando, posteriormente, o(s) prêmio(s). Este é o caso, por exemplo, de bingos promovidos por entidades filantrópicas, das loterias esportivas[6] exploradas por particulares na Alemanha e na Inglaterra (WEINSTEIN & DEITCH, 1974: 87; EDITORS of *Business Week*, 1967: 79) e das loterias administradas pelo Estado em vários países, inclusive o Brasil.

4. Prêmios em objetos e prêmios em dinheiro

Em ambas as situações - sejam os jogos promovidos pelos próprios apostadores, sejam promovidos por terceiros -, os prêmios podem ter, ou não, a forma monetária. Tomemos apenas os jogos promovidos por não-apostadores. No final da Idade Média e início da Idade Moderna, na Europa, várias loterias davam aos ganhadores, como

---

[6] De acordo com a bibliografia estrangeira a que tivemos acesso, os concursos de prognósticos sobre partidas de futebol, nos demais países em que existem, não são chamados loterias esportivas. A própria Intertoto, entidade internacional que congrega as instituições promotoras desse tipo de concursos, discorda do uso da palavra *loteria* para ser usada em referência aos mesmos (cf. *JT*, 26/09/75). Assim, por exemplo, na Itália, a palavra usada é *totocalcio* (forma abreviada de *totalizzatore del calcio*), enquanto que, na Grã-Bretanha, utiliza-se a expressão *football pools*, sendo que ambas indicam a totalização ou reunião das apostas referentes a partidas de futebol. Apesar disso, neste trabalho, utilizaremos a expressão *loteria esportiva*, por ser de uso corrente no Brasil.

prêmios, objetos, e não, dinheiro. Ainda no século XV, organizadores holandeses de loterias "não davam prêmios em dinheiro. Eram sorteados objetos de ouro e prata, o que motivava os burgueses à compra de muitos bilhetes." (*JC*, set.-out./77) Também no século XV, comerciantes venezianos e genoveses empregavam um tipo de loteria para dar saída a objetos que demoravam mais a serem vendidos.[7] Na primeira loteria pública inglesa, criada por Elizabeth I, em 1566, davam-se como prêmios prataria e certos tipos de mercadorias (BLAKEY, 1979: 62). Ainda no início da segunda metade do século XIX, Luís Napoleão Bonaparte criou, na França, uma loteria que oferecia como prêmios barras de ouro (MARX, 1974e: 378).

No entanto, os jogos de azar cujos prêmios são pagos em objetos foram, gradativamente, perdendo sua importância relativa na sociedade. Aumentou, em contrapartida, a importância daqueles cujos prêmios assumem forma monetária. A relevância deste último tipo de jogo pode ser constatada em termos do número de apostadores envolvidos, do volume total das apostas, dos valores dos prêmios, dos ganhos que possibilitam aos organizadores e das conseqüências que provocam sobre a vida social.

5. Os jogos comerciais por dinheiro

Observemos mais atentamente esta última categoria de jogos

---

[7] Lotería. *Enciclopédia Universal Ilustrada Europeo-Americana*. Madrid, Espasa-Calpe, s/d. tomo 31, p. 299. O mesmo verbete (p. 299) cita (sem explicitar o ano em que isso ocorreu) uma extração de loteria ocorrida na Alemanha em que, entre outras coisas, foram premiados "uma cidade inteira, 29 aldeias, um enorme palácio, 10.000 hectares de bosque, 1.000 de terras para trabalho e duas fábricas."

de azar: aqueles que são promovidos por terceiros, por não-apostadores, e que pagam prêmios em dinheiro.[8]

Em tais jogos, os apostadores alienam um determinado valor em dinheiro em favor do organizador dos concursos. Como não se trata, evidentemente, de uma doação, recebem uma contrapartida, isto é, *trocam* seu dinheiro por algo de que se apropriam. Estamos, pois, diante de uma relação de compra e venda, ou seja, uma *relação mercantil* entre os apostadores e o referido organizador.

Antes de discutirmos *o que*, exatamente, é comprado e vendido no momento de realização da aposta, comprovemos o caráter mercantil da relação citada. Mesmo ao nível do senso comum, esse caráter, às vezes, é apreendido. Em 1981, publicou-se na imprensa um artigo cujo título é bastante sugestivo: "A crise econômica aumenta a *venda* de todas as loterias" (*FSP*, 15/11/81; o itálico é nosso). Em 1990, num artigo jornalístico em que se apresentava a expectativa da dimensão de uma nova loteria estadual paulista, podemos ler: "Essas *vendas* dariam à 'Raspadinha` uma fatia de *mercado* maior que a de todas as outras loterias." (*FSP*, 20/04/90; os itálicos são nossos)

A própria legislação brasileira referente ao assunto demonstra o caráter mercantil da relação que se estabelece no ato de aposta. Num decreto relativo à Loteria Esportiva, podemos ler:

> "O apostador, mediante o pagamento de certa importância em dinheiro, prognosticará os resultados das competições esportivas predeterminadas, preenchendo o respectivo

---

[8] Daqui para a frente, será sempre a essa categoria que nos referiremos ao utilizarmos a palavra *jogo(s)* ou a expressão *jogo(s) de azar*, a não ser que explicitemos o contrário.

bilhete."[9]

Além disso, em 1969, o então Procurador da Fazenda Nacional afirmou: "'A loteria, que é um jogo de azar, vedado pela lei, foi, excepcionalmente, erigida em *atividade comercial*, monopolística da União`." (*OESP*, 09/03/88; o itálico é nosso)

Já a Caixa Econômica Federal, responsável pela administração dos jogos oficiais de âmbito nacional existentes no País, assim se coloca acerca dessa questão:

> "Se forem considerados pelo prisma da lei, os cassinos e outras formas de exploração dos chamados 'jogos de azar' [ilegais] não fazem parte do mercado. Do ponto de vista mercadológico, no entanto, esses jogos devem ser somados aos jogos autorizados pois, juntos, fazem parte do universo de oferta de apostas ..." (Caixa Econômica Federal, 1988)

Passemos, agora, à literatura científica. Alguns autores, tomando ou não os jogos de azar como assunto principal de seus trabalhos, vislumbram o caráter mercantil da relação que se estabelece no momento da aposta. Outros, embora não se aprofundem na questão, referem-se a esse caráter, mais ou menos explicitamente. Vejamos, a seguir, alguns exemplos.

Ainda na segunda metade do século XVIII, SMITH (1979: 89), tratando, de passagem, do assunto, afirmou: "Nas lotarias do Estado os bilhetes ... são vendidos no mercado ..." Vários autores atuais, embora não colocando a questão no centro de suas preocupações, adotam posição semelhante. KALLICK-KAUFMANN (1979), referindo-se aos jogos de azar em que há apostas, nos Estados Unidos, classifica-os em três

---

[9] Parágrafo 2º do artigo 1º do Decreto 66.118, de 26/01/70 (*OESP*, 27/01/70).

grandes categorias: jogos comerciais legais, jogos comerciais ilegais e jogos com (ou entre) amigos. WEINSTEIN & DEITCH (1974: 5 e 124) falam em "mercado de jogos" e em "apostas particulares entre amigos". DOWNES *et al.*, num trabalho sobre jogos de azar na Grã-Bretanha (1976: 211), falam de "formas de jogo [que] ... não eram disponíveis comercialmente antes de 1960". HALLER (1979: 88 [nota 1]) diz que a palavra *gambler*, na língua inglesa, "refere-se ao empresário e seus clientes."[10]

Explicitado o caráter mercantil da relação que se estabelece no momento da aposta, devemos, agora, abordar os dois *pólos* dessa relação. Para maior facilidade de exposição, tomá-los-emos separadamente.

5.1. O apostador e sua compra

Afinal, o que o apostador compra, ao alienar seu dinheiro no momento em que faz seu jogo?

Suponhamos um indivíduo que tenha acabado de fazer, em uma casa lotérica, uma aposta num jogo cujo resultado será conhecido daqui a alguns dias. O que traz em suas mãos? Um pedaço de papel, um comprovante de que efetivou sua aposta e de que deixou, na referida casa lotérica, uma determinada quantia de dinheiro. Será esse papel a contrapartida do dinheiro apostado? Qual a utilidade desse pedaço de papel para o apostador, utilidade essa que poderia explicar sua

---

[10] Outros autores e trabalhos que se referem ao caráter comercial dos jogos promovidos por não-apostadores são: BLAKEY (1979: 78-80), HERMAN (1967a: 104), HERMAN (1976a: 868), HERMAN (1976b: 113 e 114), JOYCE (1979: 159), PACHECO (1957: 147, 148 e 150) e SUITS (1979: 45).

vontade em envolver-se numa relação mercantil?[11] Por que, depois de conhecido o resultado do concurso e não sendo premiado nosso apostador, o pedaço de papel nada mais vale para ele, a ponto de, normalmente, ser jogado fora?

Tudo isso fica esclarecido quando compreendemos que o pedaço de papel em mãos do apostador é apenas o *comprovante material* do que ele comprou. O que o mesmo efetivamente adquiriu? Nada mais, nada menos, do que a *possibilidade de ganhar uma quantidade de dinheiro maior do que aquela que foi alienada no momento da aposta.* Estabeleceu-se, nesse momento, uma relação de troca, um intercâmbio: o apostador trocou determinada magnitude de valor, sob forma monetária, pela *possibilidade* de ganhar uma magnitude de valor *maior* do que a primeira, também sob a forma de dinheiro.[12] Sendo o dinheiro essencialmente *quantitativo*, não teria sentido trocar determinada

---

[11] "Para que estas coisas relacionem-se umas com as outras como mercadorias, é necessário que seus guardiães relacionem-se entre si como *pessoas* cujas *vontades* moram naqueles objetos, de tal modo que cada possuidor de uma mercadoria só possa apoderar-se da do outro por vontade deste e desprendendo-se da sua própria; isto é, por meio de um ato de vontade comum a ambos." (MARX, 1973, 1: 48) É claro que aquilo que é adquirido pelo apostador, como veremos mais adiante, não é exatamente uma mercadoria, no sentido estrito do termo. Mas devemos considerar o que segue: "Coisas que em si não são mercadorias, por exemplo a consciência, a honra etc., podem ser cotadas em dinheiro por seus possuidores e receber, através do preço, o *cunho de mercadorias*." (MARX, 1973, 1: 63)

[12] "... o jogo ... consiste em trocar dinheiro por dinheiro." (CORBET, Th. *An Inquiry into the Causes and Modes of Wealth of Individuals*; or the Principles of Trade and Speculation explained. Londres, 1841. p. 5. *Apud* MARX [1973, 1: 106]).

quantidade de riqueza monetária pela possibilidade de ganhar a *mesma* quantia de dinheiro,[13] tal como *tem* sentido trocar entre si mercadorias que, qualitativamente diferentes (isto é, com diferentes valores de uso) tenham, do ponto de vista quantitativo, o mesmo valor. No caso dos jogos de azar, essa diferença de quantidade (entre o dinheiro real - apostado - e o dinheiro potencial - esperado como prêmio -) é, aliás, o que leva WEINSTEIN & DEITCH (1974: 131) a considerarem "racional" a decisão dos apostadores de loterias, que

> "... estão dispostos a arriscar uma diminuta quantia de dinheiro na pequena probabilidade de ganhar uma grande quantia que, de outro modo, poderiam não ter qualquer oportunidade de obter."

Citemos, a seguir, alguns autores que, de passagem, encaram a aposta como compra da possibilidade de ganhar um prêmio.

Já Adam SMITH (1979:89), tratando da procura de bilhetes de loteria, afirmou:

> "A vã esperança de ganhar algum dos prêmios grandes é a única razão desta procura. As pessoas sãs não consideram uma loucura *pagar uma pequena soma pela possibilidade de ganhar* dez ou vinte mil libras ..." [O itálico é nosso.][14]

---

[13] "Meus dez fredericos [moedas prussianas de ouro em uso no século passado, com a efígie de Frederico II] tinham-se transformado em rapidamente em oitenta." Isso é o que diz Aleksei Ivanovitch, personagem principal do romance *O jogador*, de Fiodor DOSTOIEVSKI (1987: 15), em seu primeiro dia como participante de apostas na roleta.

[14] Embora distantes, no tempo, dessa afirmação de SMITH, as duas citações a seguir guardam com ela grande semelhança. "Atraídos pela possibilidade de ganhar mais de $420.000 com o 'investimento' de um *farthing* - um quarto de um *penny* ... -, milhões de britânicos apostam

HERMAN (1976b: 114) diz que, numa loteria, um "pagamento [*payment of a consideration*] ... deve ser feito pela oportunidade de receber o prêmio."[15] WEINSTEIN & DEITCH (1974: 7) dizem que o "modelo básico" de uma loteria (o qual, a nosso ver, é válido para os jogos comerciais em geral) compõe-se de "um preço, uma oportunidade e um prêmio ou prêmios". TEC (1964: 60) cita trecho de um texto[16] que segue linha semelhante: "Na maior parte da Europa é largamente visto como um dever do chefe de família [trabalhadora] *adquirir uma oportunidade* em todas as extrações de loteria." [O itálico é nosso.]

Procuramos deixar claro que aquilo que o apostador compra no momento em que faz seu jogo é a possibilidade de ganhar um valor maior do que o apostado. Tal possibilidade, no entanto, tranformar-se-á em *efetividade* apenas no caso de o apostador vir a ser premiado. *Não* é o que acontece com a maioria dos participantes.[17] SUITS (1979: 45) chega

---

em média 70 *cents* por semana nos grandes prêmios da loteria esportiva." (EDITORS of *Business Week*, 1967: 77) "'Cada meia onça de sementes usadas para reprodução permite concorrer a prêmios que, a partir de cifras modestas ..., alcançam a 10 e 20 mil liras e até 250 mil. Permance sempre vivo no povo italiano o desejo de tentar a sorte ...'" (citação de um artigo jornalístico de 1932, feita por GRAMSCI, 1968: 348)

[15] Loteria "é um jogo de azar ... pelo qual, mediante o prévio pagamento de uma quantia (aposta), se adquire a probabilidade de um ganho ..." (Lotería. *Enciclopédia Universal Ilustrada Europeo-Americana*. Madrid, Espasa-Calpe, s/d. tomo 31, p. 298.)

[16] STOCKING, Collins. Gambling. *Encyclopedia of the Social Sciences*. 1931. vol. 6, p. 558. . [Não são citados a editora e o local da edição.]

[17] Segundo HUIZINGA (1971: 60), tanto para um jogador de roleta quanto para um corretor de valores, "o fator operante é a esperança do

a afirmar: "A grande maioria dos apostadores está perfeitamente ciente de que está destinada a 'perder` ..." Já TEC (1964: 11) diz que, segundo DEVEREUX[18], "embora o apostador não espere ganhar, deseja-o."[19] Seja lá como for, o fato é que, até que seja conhecido o resultado do concurso, a *possibilidade* de ganho continua algo *real* - uma "mercadoria" a ser consumida até então:

> "... um indivíduo encara a compra de um bilhete de loteria como a compra de uma mercadoria, esperança, que ele pode ser incapaz de obter em qualquer outro lugar e que pode ser reanimada na conclusão de cada extração pela compra de outro bilhete de loteria"[20]

5.2. O organizador dos concursos e seu ganho

Já sabemos que, no momento da aposta, estabelece-se uma relação mercantil entre os apostadores e o organizador dos concursos.

---

lucro". Acrescenta que, para o primeiro, "o caráter puramente fortuito da coisa é geralmente reconhecido", enquanto que o segundo "ilude-se a si mesmo com a idéia de que é capaz de prever a tendência futura do mercado." Conclui afirmando: "... é ínfima a diferença de mentalidade entre ambos os casos." Ora, para o apostador, o comum, o normal, é não ser premiado. Embora os homens não tenham controle pleno do mercado - que não o de jogos -, o normal, no caso dos investimentos feitos neste, é a consecução de lucros.

[18] DEVEREUX, Edward C., Jr. *Gambling and the Social Structure*; a Sociological Study of Lotteries and Horse Racing in Contemporary America. Tese de Doutoramento [não-publicada], Harvard University, 1950. p. 698.

[19] Posição semelhante é a de WEINSTEIN & DEITCH (1974: 138).

[20] KINSEY, Robert K. *The Role of Lotteries in Public Finance*. Tese de Doutorado [não-publicada], Columbia University, 1959. p. 174. *Apud* TEC (1964: 59).

Assim, agora, temos que buscar compreender o *motivo* pelo qual esse organizador envolve-se em tal relação, recebendo os valores apostados e, posteriormente, pagando os prêmios.

Já vimos que há autores que se referem aos jogos de que estamos tratando como jogos *comerciais*. Seria lógico, portanto, supor que seus organizadores obtenham alguma forma de ganho ou lucro, o qual, por sua vez, seria o motivo do citado envolvimento. De onde viria esse ganho?

Para começar a responder a essa questão, suprimamos, temporariamente, o promotor do jogo de nossas considerações. Suponhamos que dois indivíduos combinem apostar um valor *x* no resultado de uma eleição. O ganho do premiado será exatamente igual à perda de seu oponente. O mesmo acontecerá se um número maior de indivíduos fizer apostas acerca do resultado de outro evento qualquer: o(s) ganho(s) do(s) vencedores será(ão) exatamente igual(ais) à(s) perda(s) do(s) não-premiado(s). Em ambos os casos, houve apenas *transferência de riqueza*, mudança de propriedade. Por isso, CAILLOIS (1967: 35) diz que

> "... o jogo, mesmo sob sua forma de jogo de azar por dinheiro [*jeu d'argent*], permanece rigorosamente improdutivo. (...) É, com efeito, uma característica do jogo que ele não cria riqueza alguma ..."

Em síntese, a realização de apostas não gera qualquer riqueza nova.

Visto isso, podemos voltar a incluir o organizador dos concursos em nossas considerações. Dado o caráter "improdutivo" do jogo, a fonte do ganho monetário desse organizador só pode ser uma *dedução* do valor total das apostas realizadas. Recorramos, mais uma

vez, a SMITH (1979: 89):

> "O mundo nunca viu nem verá uma lotaria ... em que o ganho total equivalha ao total das perdas, porque aquele que o [*sic*] empreende não conseguiria qualquer lucro nessas condições. (...) Se comprarmos todos os bilhetes da lotaria, perderemos certamente ..."

Posição semelhante, a respeito, é a de WEINSTEIN & DEITCH (1974: 138):

> "Como um grupo, os jogadores têm de ser perdedores, já que os promotores de jogos [*stakeholders*] ... retêm uma porção significativa da quantia total apostada."

CAILLOIS (1967: 35) afirma que apenas "no melhor dos casos" (isto é, quando há prêmios, mas o jogo não é organizado comercialmente) a soma dos ganhos é igual à soma das perdas, acrescentando: "Quase sempre lhe é inferior, por causa dos gastos gerais, dos impostos ou dos lucros do empresário ..."

SUITS (1979: 45-6) refere-se à

> "... prática, nas casas de jogos, de pagar como prêmios algo menos do que o número total de dólares reunidos nas apostas. A fração retida pelo operador financia os custos da operação e fornece lucro ou recurso estatal, conforme o caso."[21]

HERMAN (1976b: 113), tratando de loterias, faz a seguinte afirmação:

> "O valor dos prêmios é a quantia restante depois de que as despesas - incluindo os lucros do promotor, os custos de promoção e os tributos ou outras rendas - são deduzidas do total apostado [*pool*] ..."

---

[21] Tanto SUITS (1979: 46) quanto KALLICK-KAUFMANN (1979: 19) chamam *take-out* a essa diferença retida pelo operador.

Se fizermos a correção de que os lucros do promotor não podem ser chamados de "despesas", a afirmação acima pode ser considerada válida, não apenas para as loterias, mas para os jogos comerciais em geral. Isso significa que, do total bruto arrecadado em apostas pelo promotor do jogo, uma dedução é feita permitindo-lhe um ganho líquido e outra dedução vai possibilitar a ele arcar com despesas operacionais. Feitas essas deduções, o restante corresponde ao(s) prêmio(s) do(s) ganhador(es).

Assim sendo, o ganho do promotor de um jogo de azar organizado comercialmente (ganho esse que, como já afirmamos, explica seu envolvimento na relação mercantil que estabelece com os apostadores) pode ser definido pela seguinte equação:

$$G = A - (P + DO)$$

Nessa equação, G corresponde ao ganho do organizador do concurso, A é o volume total de dinheiro apostado, P é o prêmio pago ao(s) ganhador(es) e DO é o montante das despesas operacionais diversas, necessárias para que o empreendimento possa funcionar. Nesse montante, podem ser incluídos, dependendo do caso concreto de que se trate, gastos com organização, administração, divulgação dos concursos, venda e recolhimento das apostas etc. No caso de jogos promovidos por particulares e autorizados pelo Estado, geralmente incluem-se entre as despesas do organizador o pagamento de tributos incidentes sobre a arrecadação bruta, recolhidos pelo poder estatal. Quando impostos ou taxas incidem sobre os prêmios brutos e os jogos são promovidos pelo Estado, os mesmos fazem parte do ganho do promotor.

Antes de concluirmos este sub-item, convém apresentarmos algumas colocações complementares que permitam evitar confusão quanto

ao *papel* do organizador dos concursos de um jogo de azar. Tomemos as seguintes palavras de SUITS (1979: 46):

> "De um ponto de vista econômico, uma casa de apostas funciona como um agente ou intermediário entre indivíduos que querem jogar. O jogador individual - esteja ou não ciente disso - não aposta contra o estabelecimento, mas contra outros jogadores. O estabelecimento extrai uma comissão pelo serviço de juntar os apostadores ..."

Assim, segundo o autor, o promotor de um jogo de azar é apenas um intermediário que *reúne* apostadores. A relação entre estes, no fundamental, permanece *a mesma* que exitiria se os indivíduos combinassem entre si apostar acerca do resultado de certo evento, como nos exemplos que apresentamos no início deste sub-item. Sem considerarmos as *dimensões* assumidas pelos jogos comerciais em comparação com apostas feitas particularmente por indivíduos, vamos tratar do aspecto *qualitativamente* diferente dos jogos comerciais frente às apostas entre amigos.

Quando indivíduos decidem entre si apostar uma determinada quantia de dinheiro acerca do resultado de um evento particular qualquer, o valor apostado por um deles estará definitivamente perdido apenas quando for conhecido o resultado da aposta e, além disso, na hipótese de esse indivíduo ser perdedor. No caso de nenhum dos participantes ser vencedor, os jogadores, ainda de posse das quantias de dinheiro que haviam apostado, poderão decidir se farão - ou não -, *com o mesmo dinheiro*, uma nova aposta.

No caso de um jogo comercial, a situação é muito diferente. O dinheiro, no momento mesmo da realização da aposta, está definitivamente alienado do apostador, porque ele *comprou*, então, a

possibilidade de ganhar mais dinheiro do que o valor apostado. Caso não seja premiado e caso os demais participantes também não o sejam, o dinheiro estará perdido para todos.[22] Se se tratar de um jogo que, caso não haja vencedores, tem acumulado para o próximo concurso o valor que corresponderia ao prêmio, os participantes podem *voltar* a concorrer a este (agora acumulado), mas apenas na condição de *fazerem nova aposta*, gastando uma *nova quantia de dinheiro*. Além disso, poderão concorrer *igualmente* ao prêmio acumulado indivíduos que *não* haviam participado do concurso anterior.

Tudo o que é afirmado no parágrafo anterior demonstra que o organizador dos concursos *não é* um mero intermediário entre os apostadores, alguém que apenas reúne estes últimos. *Quando há esse organizador, as relações entre os apostadores mudam de qualidade.* Todos passam a *comprar* a possibilidade de ganhar um prêmio maior do que o dinheiro apostado. Por comprarem tal possibilidade, deixam de ser proprietários desse dinheiro, alienam-no em favor do organizador: já não têm, por exemplo, a possibilidade *escolher* se farão - ou não -, com o *mesmo* dinheiro, uma nova aposta, caso não haja ganhadores no concurso considerado.

Além disso, a referida alienação é o que, contraditoriamente, permite ao organizador dos concursos *vender* aos apostadores a possibilidade de ganharem o(s) prêmio(s). De um lado, a propriedade do dinheiro apostado deixa de ser dos jogadores, mas, de

---

[22] " - Quando sai zero, ... ganha a banca. Se a bolinha cai no zero tudo que está na mesa pertence à banca, sem exceção", diz a já citada personagem principal do romance *O jogador*, de DOSTOIEVSKI (1987: 76), referindo-se ao jogo da roleta.

outro lado, tal alienação ocorre apenas com uma condição: que o promotor do jogo comprometa-se a não se apropriar, em definitivo, de *todo* o dinheiro que arrecadou com as apostas. Deve, posteriormente, abrir mão de parte deste, premiando os ganhadores. Caso embolsasse para sempre *a totalidade* daquele dinheiro, a relação com os apostadores, obviamente, não se repetiria: não teria sido uma relação mercantil, mas um simples roubo, já que o organizador do concurso, de fato, não lhes teria vendido nada.

6. A necessidade de um estudo histórico-concreto dos jogos

Neste capítulo, trabalhamos num nível bastante elevado de abstração. O que fizemos no item anterior, por exemplo, foi estudar a *relação mais simples* que torna possível a existência de um jogo de azar organizado por não-apostadores e em que há pagamento de prêmios em dinheiro, relação essa cujos pólos são o apostador e o organizador dos concursos. Tivemos por objetivo, então, apresentar a referida relação mercantil em toda sua pureza: tomamos o que há de geral, de comum, ao tipo citado de jogo, *abstraindo* aquilo que, concretamente, em cada situação particular, *acompanha* tal relação: as características da sociedade em questão, a posição ocupada pelo apostador em tal sociedade, os determinantes de seu ato de aposta, o caráter privado ou estatal do promotor do jogo considerado, os objetivos que busca ao promovê-lo, o uso que é feito com o ganho assim obtido etc.

No entanto, a abstração referida no parágrafo anterior, deliberada e provisória, jamais poderia levar-nos a interpretar o jogo como sendo um "impulso inato do homem", algo próprio a uma "natureza humana abstrata".

Porém, esse tipo de interpretação, porém, exite, não sendo mais do que o modo de pensar próprio do senso comum aplicado a um campo particular da realidade social. O senso comum vê as relações sociais, que têm caráter *histórico*, como algo natural, imutável em seus aspectos fundamentais. É exatamente esse tipo de pensamento que está presente quando alguém afirma haver um "impulso inato do ser humano para a prática lúdica, especialmente aquela revèstida dos atrativos da aposta e da expectativa de ganho, lucro ou vantagem", impulso esse que seria uma "tendência popular sociologicamente comprovada como irresistível".[23] Julgamos que uma visão desse tipo acerca do jogo deve ser rejeitada pelo menos pelos três motivos seguintes:

a) A prática de jogos de azar, independentemente de haver apostas visando à obtenção de prêmios (e, mais ainda, de haver um não-apostador que os organiza comercialmente) não é um "impulso inato do ser humano". Se a discussão acerca da existência do *ser humano* ou, pelo contrário, de *homens concretos, vivendo em determinadas condições sociais, historicamente determinadas*, é um debate que envolve visões de mundo diferentes, há, porém, pesquisas que demonstram que se encontram, mesmo na atualidade, *sociedades em que não se praticam jogos de azar* (HERMAN, 1976a: 867).

b) Apesar de as informações a respeito serem muitò escassas, os jogos comerciais parecem ter começado a existir no período em que, na Europa, ocorria um processo de mercantilização que, ao

---

[23] Palavras do então Presidente da Caixa Econômica Federal apresentadas à CPI - Loterias (ver nota 12 ao capítulo 1 deste trabalho) e publicadas no Suplemente do *DCN*, 14/06/77.

aprofundar-se, levou ao aparecimento das relações capitalistas de produção. Embora haja referências à existência de loterias na antiga Roma, os "bilhetes" graças aos quais se concorria a escravos, navios e casas[24] eram distribuídos gratuitamente.[25] Tratando das loterias no sentido moderno da palavra, em que um pagamento deve ser feito pela oportunidade de receber-se um prêmio, HERMAN (1976b: 114) afirma que os primeiros registros europeus das mesmas são de Burgundy (França) e da Bélgica, no século XV.[26]

c) O próprio dinheiro, como veremos no próximo capítulo, não é algo natural, mas algo que existe em *determinadas* condições sociais. Assim sendo, o ganho que um apostador pode buscar num jogo de azar

---

[24] Dados a respeito encontram-se em:

- *JC*, 1.ª quinz. mai./82.
- Loteria. *Grande Enciclopédia Delta Larousse.* Rio de Janeiro, Delta, 1970. vol. 7, p. 4096.

[25] Podem ser consultadas, a respeito, as seguintes fontes:

- Loteria. *Enciclopédia Universal.* São Paulo, Pedagógica Brasileira, 1969. vol. 6, p. 2170.
- Lotería. *Enciclopedia Universal Ilustrada Europeo-Americana.* Madrid, Espasa-Calpe, s/d. tomo 31, p. 299.

[26] Outras referências a loterias, na passagem da Idade Média para a Idade Moderna, encontram-se em *JC*, 1.ª quinz. mai./82; WEINSTEIN & DEITCH (1974: 7-8); BLAKEY (1979: 63). Além dessas fontes, também podem ser consultadas as seguintes:

- Loteria. *Grande Enciclopédia Delta-Larousse.* Rio de Janeiro, Delta, 1970. vol. 7, p. 4096.
- Loteria. *Enciclopédia Universal.* São Paulo, Pedagógica, 1969. vol. 6, p. 2170.
- Lotería. *Enciclopedia Universal Ilustrada Europeo-Americana.* Madrid, Espasa-Calpe, s/d. tomo 31, p. 299.

- a diferença entre o prêmio que pode vir a receber e a quantia apostada - é um objetivo que pode ser perseguido apenas em determinadas condições históricas, e não, em qualquer sociedade humana. A primeira loteria pública que pagou prêmios em dinheiro parece ter sido a *Lotto de Firenze*, na Itália, em 1530 (HERMAN, 1976b: 114; *JC*, 1ª quinz. mai./82). Como vimos anteriormente, a maioria das loterias que surgiam no final da Idade Média e no início da Idade Moderna davam objetos - e não, dinheiro - como prêmios. Gradativamente, no entanto, como também já afirmamos, foram perdendo importância para aquelas cujos prêmios assumiam a forma monetária. Essa alteração parece-nos ter-se devido ao avanço da mercantilização, da monetarização da economia e das relações capitalistas de produção, o que fez do dinheiro, cada vez mais, a expressão geral da riqueza.

A partir da argumentação que acabamos de fazer, julgamos que um estudo científico dos jogos de azar por dinheiro, numa dada sociedade, deve, necessariamente, ter um caráter histórico-concreto. Por isso, a descrição pormenorizada da estrutura básica de um jogo comercial, que fizemos (e tínhamos que fazer) no item anterior deste capítulo, deve, a partir de agora, dar lugar a um *exame sociológico dos jogos oficiais por dinheiro existentes na sociedade brasileira*. Considerado o objeto de estudo do presente trabalho, já não nos bastará saber *que* um dos pólos da relação mercantil que se estabelece no momento da aposta compra a possibilidade de ganhar mais dinheiro do que o apostado: deveremos compreender *por que* essa compra é um ato tão massivo na referida sociedade.[27] Isso, por sua vez, implicará na

---

[27] Assim, também, num trabalho que tomasse por objeto, para o caso brasileiro, o *outro pólo* da mencionada relação mercantil que se

gradativa entrada em cena de algumas características fundamentais da sociedade brasileira, pois, como afirma DEVEREUX,

> "... os temas motivacionais que são urdidos no jogo não provêm de qualquer 'natureza humana' natural ou universal, mas são derivados, em larga medida, de um processo de interação com um meio social e cultural particular."[28]

---

estabelece nos jogos oficiais - o Estado -, não seria suficiente saber *que* o mesmo tem um ganho monetário graças a tal relação: o pesquisador deveria buscar explicar *por que*, na sociedade em questão, ele busca tal ganho, o que é feito com o dinheiro assim captado, a que classes e frações de classes isso traz maiores benefícios etc.

[28] DEVEREUX, Edward C., Jr. *Gambling and the Social Structure*; a Sociological Study of Lotteries and Horse Racing in Contemporary America. Tese de Doutoramento [não-publicada], Harvard University, 1950. p. 986. *Apud* TEC (1964: 57).

CAPÍTULO 4

ELEMENTOS TEÓRICOS E ESTRUTUAIS PARA A INTERPRETAÇÃO SOCIOLÓGICA DO COMPORTAMENTO DOS APOSTADORES BRASILEIROS

No capítulo anterior, vimos que o apostador é um comprador da possibilidade de ganhar um prêmio monetário maior do que a quantia por ele apostada. Isso posto, podemos, agora, formular a seguinte questão: de um ponto de vista sociológico, quais são as causas fundamentais que, *na sociedade brasileira*, levam milhões de pessoas a apostarem nos jogos oficiais de âmbito nacional, ou seja, a comprarem, em tais jogos, a referida possibilidade?

Começamos a responder a essa questão no presente capítulo, em que formulamos, *teoricamente*, aqueles que consideramos serem os fatores *estruturais* principais do ato de aposta em nosso País. Tais fatores, como procuramos demonstrar adiante, são:

a) o forte incentivo, presente na ideologia burguesa, dado à busca do sucesso monetário,[1] o qual, em última análise, pode ser classificado como o principal objetivo culturalmente prescrito nas sociedades capitalistas e

b) as precárias condições de vida que têm caracterizado grandes segmentos da população brasileira, em conseqüência da forma

---

[1] Como poderá ser observado adiante, tomamos esta expressão de empréstimo a MERTON (1978).

como, nas últimas décadas, vem-se dando o desenvolvimento do capitalismo no Brasil.

Passemos, então, à abordagem de cada um desses fatores. Porém, antes de fazê-lo, cabe destacar que, no capítulo seguinte, a formulação teórica aqui apresentada será confrontada com os dados obtidos empiricamente, através de entrevistas com apostadores e de pesquisa documental.

1. A valorização do sucesso monetário pela ideologia burguesa

Nas sociedades em que predomina o modo de produção capitalista (MPC), uma característica das mesmas salta imediamentente aos olhos: a enorme importância socialmente atribuída ao que MERTON (1978) chama "sucesso monetário". Basta olharmos à nossa volta para que o constatemos: o dinheiro é idolatrado, venerado, desejado. Filmes, livros, programas de televisão, propagandas comerciais etc. valorizam a busca da obtenção da maior quantidade possível de dinheiro. Nesse ponto, servem, então, como canais de difusão de uma ideologia[2] que define como *objetivo máximo* a ser alcançado pelos

---

[2] O termo "ideologia", historicamente, tem assumido uma pluralidade de significados. VAISMAN (1989: 401) cita um estudo que constatou "trinta significados diferentes" do mesmo. Daí julgarmos necessário precisar o sentido em que o estamos tomando. Consideramos ideologia como uma forma de consciência ou de representação da realidade social que, dentre outras características: a) trata do real, contém elementos do mesmo, mas o faz de maneira incompleta, parcial, deformando o todo a que se refere; b) representa interesses de uma classe dominante, em dado momento histórico de uma determinada sociedade; c) apesar disto, sua gênese não tem um caráter intencional, sendo resultante da práxis

indivíduos o sucesso monetário, a ascensão social com base na consecução de grandes fortunas.

Quanto mais essa ideologia é *eficaz*, ou seja, quanto mais os indivíduos são socializados à sua imagem e semelhança, mais a busca do sucesso monetário apresenta-se como algo *natural*. Isso pode ser visto por *contraste* com a fala de alguém que conheceu a Europa depois de sempre ter vivido numa sociedade radicalmente diferente da mesma: TUIÁVII, chefe da aldeia de Tiavéa, da ilha de Upolu, no arquipélago de Samoa. Ele mostra-se extremamente assombrado com quanto os europeus valorizam o dinheiro:

> "... o metal redondo e o papel pesado, que eles chamam dinheiro, é que são a verdadeira divindade dos brancos. (...) O dinheiro é o objeto do seu amor, é a sua divindade. (...) Pensam todos os dias, todas as horas, em todos os momentos no dinheiro. Todos, todos! Até as crianças têm de pensar nele ... (...) O dinheiro, e mais nada, é o verdadeiro Deus do Papalagui [o branco, o estrangeiro], se Deus é aquilo que mais adoramos, que mais veneramos. (...) ... a importância de um homem, no mundo branco, não é dada por sua nobreza, coragem, o brilho das suas idéias, mas pela

---

social, isto é, produto do viver historicamente em sociedade; d) a despeito de seu vínculo com a situação histórico-social a partir da qual é gerada, aparece aos olhos dos que vivem tal situação como sendo eterna, imutável e autônoma em relação àquela mesma situação e e) tem, não apenas uma existência imaterial (um "sistema de idéias-representações sociais"), compondo-se, também, de um "sistema de atitudes-comportamentos sociais" (cf. REGO, 1981: 22), em que as idéias manifestam-se em atos. Para um detalhamento maior da concepção em que utilizamos o termo ideologia, consultar D'ÁVILA; GEAQUINTO; LEITE (1986).

> quantidade de dinheiro que tem ...[3] (...) É comum um Papalagui matar outro por causa do dinheiro. (...) Quem não ama o dinheiro é ridicularizado, é 'valea', quer dizer, estúpido." (TUIÁVII, s/d: 31-6)

Apesar da evidência até mesmo empírica da valorização do sucesso monetário, o assunto não tem recebido, na bibliografia científica, atenção correspondente àquela evidência. Citemos, então, alguns casos de autores e obras que tratam da questão, mesmo quando o façam de passagem. ROBERT (1982: 22) refere-se ao "'culto` ao dinheiro" como "um fenômeno muito difundido".[4] MANDEL (1985: 404) afirma que o "desejo de enriquecer ... é geral numa economia que produz mercadorias." ROSSI (1978: 56) diz: "O mundo capitalista é uma grande competição por dinheiro." WEBER, no trabalho em que desenvolve sua conhecida tese acerca da relação causal entre a ética do protestantismo ascético e o espírito do capitalismo moderno, faz a seguinte afirmação:

---

[3] No "teste" 41 da Loteria Esportiva brasileira, realizado em maio de 1971, Sinésio, um trabalhador negro e "quase miserável", foi um dos três ganhadores, recebendo um prêmio equivalente a quase dez mil vezes o salário que lhe era pago mensalmente até então (*Folha de São Paulo*, 18/05/71; *Jornal da Tarde*, 24/05/76). Em reportagem publicada em 1976, declarou: "O dinheiro abre todas as portas. Só faltou eu conhecer o Presidente da República - fui convidado para festas e recepções, estive em casa de gente muito importante, recebi abraços e tapas nas costas de muita gente que, antes, me virava a cara." (*Jornal da Tarde*, 24/05/76) Não bastasse isso, um hotel onde certa vez hospedou-se "fazia o possível para recusar hóspedes de cor. Mas o dinheiro de Sinésio abriu uma exceção." (*Jornal da Tarde*, 24/05/76)

[4] O mesmo autor (1982: 65) volta a referir-se ao assunto, afirmando que o capitalismo é um "sistema social no qual só existe um deus, uma lei e um poder: o dinheiro."

"O homem é dominado pela produção do dinheiro, pela aquisição encarada como *finalidade última* da sua vida. A aquisição econômica não mais está subordinada ao homem como *meio* de satisfazer suas necessidades materiais. Esta inversão do que poderíamos chamar de relação natural ... é evidentemente um princípio orientador do capitalismo, tão seguramente quanto ela é estranha a todos os povos fora da influência capitalista." (WEBER, 1967: 33; os itálicos são nossos)

MERTON (1978) parece-nos ser aquele que trata mais diretamente do incentivo à busca do sucesso monetário, embora seu objetivo principal não seja abordar esse assunto enquanto tal.[5] Referindo-se à sociedade norte-americana, afirma:

"O dinheiro tem sido consagrado, em larga medida, como um valor em si mesmo - valor que excede a sua utilização na compra de bens de consumo ou o seu uso para a obtenção de poder. O 'dinheiro' é especialmente adequado para tornar-se um símbolo de prestígio. (...) No 'Sonho Norte-Americano' não há um ponto final para isso. A medida do 'sucesso monetário' é convenientemente indefinida e relativa. (...) Nesse fluxo de limites mutáveis, não há um ponto de descanso estável, ou melhor, esse é o ponto que sempre se encontra 'um pouco adiante'.

... os norte-americanos são bombardeados de todos os lados por preceitos que afirmam o direito ou, com freqüência, o dever de manter tal objetivo mesmo em face de repetidas

---

[5] O referido objetivo é compreender as causas do que o autor chama "comportamento divergente": "Meu interesse principal, aqui, incide sobre as conseqüências de uma forte ênfase no sucesso monetário como objetivo de ação numa sociedade que não adaptou sua estrutura às implicações dessa ênfase. (...) A conseqüência desta inconsistência estrutural é uma elevada taxa de comportamento divergente." (MERTON, 1978: 292 [nota 5] e 304)

frustrações." (MERTON, 1978: 294)

Sendo o sucesso monetário um objetivo tão valorizado pela ideologia burguesa, sua busca, no entanto, pode ser *reproduzida* de maneira constante e massiva apenas na condição de o mesmo ser apresentado como *igualmente acessível a todos*. São conhecidos os "exemplos" (objetivamente *excepcionais*) de que basta o esforço individual contínuo para que cada um de nós possa "vencer na vida". Isso implica - é óbvio - na afirmação da igualdade de oportunidades entre todos os indivíduos, independentemente de suas posições sócio-econômicas num dado momento. Passemos a palavra mais uma vez a MERTON (1978: 304):

> "... nossa ideologia igualitária nega ... a existência de indivíduos e grupos que não competem na busca de sucesso pecuniário. Em vez disso, o mesmo conjunto de símbolos de sucesso é considerado como aplicável a todos. Os objetivos são considerados como transcendentes às barreiras de classe, não como limitados por elas."

Embora o autor refira-se particularmente à sociedade norte-americana, julgamos evidente que, no essencial, os dois aspectos citados da ideologia burguesa não são específicos dos Estados Unidos. O que pode haver - e há - são diferenças na *ênfase* dada a tais aspectos, de uma sociedade capitalista a outra e, mesmo, dentro de uma única destas sociedades, de uma época histórica a outra.[6]

---

[6] Essa afirmação é importante para evitarmos uma "substantivação" da ideologia burguesa. Esta não deve ser entendida como sempre igual a si mesma, mas como uma realidade mutável. CHAUÍ (1981: 19), FERNANDES (1980: 73), MANDEL (1985: 358 e 391) e OFFE (1984: 136-7 e 196) - para citarmos alguns exemplos - apontam tendências, no "capitalismo tardio", à erosão parcial das formas tradicionais de legitimação do

Portanto, os termos do problema estão claros: nas sociedades capitalistas, há, de um lado, um forte incentivo à busca permanente do sucesso monetário e, de outro, a afirmação de que tal sucesso é igualmente acessível a todos os indivíduos. Assim sendo, precisamos compreender, ainda que em linhas gerais, os determinantes de ambos esses aspectos da ideologia burguesa. No entanto, antes de tratar da "idolatria" do dinheiro, devemos fazer uma rápida abordagem de uma questão prévia: *o que é o dinheiro?*

1.1. A gênese da forma dinheiro

O contato dos homens com o dinheiro não foge à regra segundo a qual *conviver* com uma realidade *não* é sinônimo de *compreendê-la*:

> "Os homens usam o dinheiro e com ele fazem as transações mais complicadas, sem ao menos saber, nem ser obrigados a saber, o que é o dinheiro. Por isso, a ***práxis*** utilitária imediata e o senso comum a ela correspondente colocam o homem em condições de orientar-se no mundo, de familiarizar-se com as coisas e maneja-las, mas não proporcionam a ***compreensão*** das coisas e da realidade." (KOSÍK, 1976: 10)

Os mesmos homens que "fazem as transações mais complicadas" com o dinheiro, que participam ativamente da "corrida do ouro", não podem, apenas com base nas formas de pensamento próprias ao senso comum, responder às seguintes questões:

> "O que é o dinheiro, estas coisas miúdas e singulares das quais depende a sorte, o futuro ou, com frequência, a felicidade dos homens? Quem deu tal poder ao dinheiro? De qual propriedade maravilhosa está dotado para que milhares

---

MPC. Apesar disso, os dois aspectos mencionados da referida ideologia permanecem, no fundamental, como características constantes da mesma.

de homens deponham em seu altar os melhores frutos de seu penoso trabalho? Por que o dinheiro dá poder àqueles que o acumulam em seus cofres?" (ROBERT, 1982: 7)

"Como se faz ... com que estes pequenos discos de metal tenham o poder mágico de se trocar por tudo no mundo?" (LUXEMBURGO, s/d: 289-90)

Na vida cotidiana, o dinheiro aparece como um *enigma* porque é tomado sem que se leve em conta sua *gênese*, a qual, como veremos, encontra-se no avanço das relações sociais mercantis de uma sociedade.

A riqueza social assume a *forma mercadoria* quando ocorrem, simultaneamente, as duas seguintes condições: de um lado, existe a propriedade privada e, de outro, há divisão social do trabalho. Nesse caso, o conjunto dos trabalhos privados, efetuados por produtores independentes, forma o trabalho coletivo da sociedade, mas o *contato* entre tais trabalhos dá-se apenas *a posteriori*, "por meio das relações que a troca estabelece entre os produtos do trabalho e, através destes, entre os produtores." (MARX, 1973, 1: 38) Portanto, é no momento da troca que se manifesta a sociabilidade dos trabalhos privados, ou seja, que se dá a validação social dos mesmos.[7]

Suponhamos, então, que dois tipos de mercadorias troquem-se na proporção x *A* = y *B*. Como se trata de *valores de uso diferentes* entre si, o que há de *igual* em ambos é a quantidade de trabalho[8]

---

[7] BELLUZZO, 1987: 81; BRUNHOFF, 1978: 146; NAPOLEONI, 1983: 131; SILVEIRA, 1989: 64; SOARES, 1990: 133; SWEEZY, 1976: 55.

[8] Referimo-nos, aqui, evidentemente, àquilo que MARX (1973, 1: 8 *et seqs.*) chama trabalho abstrato, entendido como simples gasto de força humana de trabalho e que se diferencia do que chama trabalho útil, cujo resultado é determinado *tipo* de valores de uso.

socialmente necessária para produzi-los. Essa quantidade igual de trabalho, por sua vez, determina que ambas as mercadorias, na proporção acima, tenham o mesmo *valor* (MARX, 1973, 1: 3 *et seqs.*).[9]

Porém, devemos notar que o valor de uma mercadoria *manifesta-se* somente nas *relações* da mesma com outras mercadorias:

$$x\ A = y\ B$$
$$= t\ C$$
$$= z\ D$$
$$\text{etc.}$$

Nessas relações, y *B*, t *C*, z *D* etc. são *valores de troca* de *x A*, ou seja, *expressões* do valor desta mercadoria.

A relação mais simples de valor é a relação de valor de *uma* mercadoria com *outra* mercadoria concreta e distinta da primeira:

$$x\ A = y\ B$$

É o que MARX (1973, 1: 15 *et seqs.*) chama *forma simples, concreta ou fortuita* do valor e que tem caráter prático apenas nos momentos iniciais da mercantilização da economia de uma sociedade, isto é, enquanto os atos de troca são apenas *ocasionais*. Já nessa forma simples do valor, podemos observar que as duas mercadorias desempenham *papéis bastante distintos*: *A expressa* seu valor em *B*; *B* serve de *meio de expressão* do valor de *A*. O *valor* da mercadoria *A manifesta-se* "fora" dela própria, num *valor de uso* distinto dessa mesma mercadoria,

---

[9] Por fugir do assunto ora em pauta, não trataremos da transformação, que se dá na sociedade mercantil capitalista, dos valores em preços de produção, tal como demonstrada por MARX (1973, 3: 161 *et seqs.*), BELLUZZO (1987: 109-17), FOLEY (1986d), RUBIN (1987: 240 *et seqs.*) e TOLIPAN (1983), por exemplo.

isto é, no valor de uso *B*:

> "A primeira mercadoria desempenha um papel ativo; a segunda, um papel passivo. O valor da primeira mercadoria aparece *sob a forma do valor relativo*, ou, o que é o mesmo, assume a *forma relativa do valor*. A segunda mercadoria funciona *como equivalente*, ou, o que é o mesmo, assume *forma equivalente*." (MARX, 1973, 1: 15)

À medida que avança o processo de mercantilização, à medida que o ato de troca vai-se tornando mais e mais comum, a forma simples do valor vai dando lugar a *outras formas*. Em primeiro lugar, é substituída pela *forma total ou desenvolvida* do valor, que expressa "múltiplas equivalências" (ROZITCHNER, 1989: 131): por exemplo, as equivalências da mercadoria *A* com todas as outras de que seu proprietário busque apropriar-se por meio do intercâmbio:

x *A* = y *B*

= t *C*

= z *D*

etc.

Agora, *qualquer* outra mercadoria que não a mercadoria *A* desempenha o papel de *equivalente* desta, ou seja, serve como meio de expressão de seu valor.

Tornando-se maiores o *número* e a *variedade* das mercadorias lançadas ao processo de troca, passa a ser necessário que elas "sejam trocadas e comparadas como valores ... com uma *terceira classe de mercadorias, sempre a mesma*." (MARX, 1973, 1: 51) Esta terceira classe de mercadorias converte-se em *equivalente de todas as demais*: é o *equivalente geral ou social*. É nela que o *conjunto* das mercadorias - excetuado, obviamente, o equivalente geral - passa a expressar seus valores. Estamos, agora, diante da *forma geral* do valor, que pode ser

representada por uma inversão da forma desenvolvida do valor:

$$\left.\begin{array}{l} y\ B \\ t\ C \\ z\ D \\ \text{etc.} \end{array}\right\} = x\ A$$

Diversas mercadorias podem assumir, momentaneamente, o papel de equivalente geral. Mas, com um avanço ainda maior das trocas, aquele adere exclusiva e firmemente a *determinada* classe de mercadorias. Quando isto se dá, surge a *forma dinheiro do valor*. A mercadoria que, momentaneamente, cumpria o papel de equivalente geral dá lugar à mercadoria-dinheiro. Então, é nesta que as mercadorias em geral passam a expressar seus valores:

> "O dinheiro é um equivalente geral *socialmente aceito*, uma mercadoria específica que surge na realidade social para desempenhar o papel de equivalente geral e exclui desse papel todas as outras mercadorias." (FOLEY, 1988a: 107)

Supondo, por exemplo, que a mercadoria-dinheiro seja o ouro, a forma dinheiro de valor das mercadorias poderia ser representada da seguinte maneira:

$$\left.\begin{array}{l} x\ A \\ y\ B \\ t\ C \\ z\ D \\ \text{etc.} \end{array}\right\} = u \text{ gramas de ouro}$$

Deixemos de lado todo o desenvolvimento que a forma dinheiro do valor apresenta *posteriormente*, até chegarmos ao atual "mundo de papel impresso" , em que "a moeda inconversível e ... o crédito ... [são] as formas contemporâneas da moeda ligada ao modo de produção

capitalista ..." (BRUNHOFF, 1978: 144 e 15). O que foi dito já é suficiente para extrairmos as duas seguintes *conclusões*:

1ª.) o dinheiro é um produto necessário do desenvolvimento da mercantilização da economia de uma sociedade, isto é, resulta do avanço das relações sociais mercantis ocorrido na mesma;

2ª.) o dinheiro é um produto do desenvolvimento da forma equivalente das mercadorias - o pólo da relação de valor que, inicialmente, representamos por x *B* -, ou seja, é aquilo em que esta forma se configura de maneira *definitiva*:

> "... Aristóteles diz claramente que a *forma-dinheiro* da mercadoria não faz mais do que *desenvolver a forma simples do valor*, ou, o que é o mesmo, a expressão do valor de uma mercadoria em outra qualquer. Eis aqui suas palavras:
>
> '5 leitos = 1 casa'
>
> (...)
>
> 'não se distingue' de
>
> '5 leitos = tanto ou quanto dinheiro'
>
> (...)" (MARX, 1973, 1: 25)

Essas conclusões colocam a nu a *gênese* da forma dinheiro do valor, fazendo desaparecer o caráter enigmático que a mesma assume aos olhos do senso comum. Levando-as em conta, podemos, por exemplo, compreender algo aparentemente sem sentido: a troca de uma determinada mercadoria por dinheiro:

> "... o gesto de comprar (trocar dinheiro por mercadoria) não é mais do que a troca de trabalhos, a igualação e a troca de trabalhos humanos que no mercado assumem a forma de troca de *dinheiro* por *coisas* (mercadorias), ou seja, *coisa* (dinheiro) por *coisa* (mercadoria)." (PAULA, 1984: 120)

Compreendido, em linhas gerais, *o que* é o dinheiro, cabe, agora, tratarmos da verdadeira "idolatria" de que o mesmo é objeto nas

sociedades capitalistas.

1.2. Causas fundamentais da valorização da busca do sucesso monetário nas sociedades capitalistas

1.2.1. O fetichismo do dinheiro

Ao desconhecer a gênese da forma dinheiro do valor - isto é, ao tomar a configuração definitiva do valor de troca *sem* levar em conta as *condições sociais que lhe dão origem* -, o senso comum acaba encarando o dinheiro como tendo *propriedades por si mesmo*, propriedades *aparentemente independentes das relações sociais mercantis*: ele aparece como algo que, como que *por encanto*, tem a misteriosa capacidade de servir de medida de valor a todo o mundo das mercadorias, de trocar-se por tudo, de conferir poder aos que o possuem.[10]

Trata-se do fenômeno a que MARX (1973) chama *fetichismo*, que não atinge exclusivamente o dinheiro[11] e, genericamente, caracteriza-se

---

[10] "Ouro! amarelo, reluzente, precioso ouro! / (...) / ...é um tanto disto tornará o preto branco, / o repugnante belo, o errado certo, o vil nobre, / o velho jovem, o covarde valente (...)" (SHAKESPEARE, William. *Timão de Atenas*. *Apud* MARX, 1974c: 35). Às vezes, a desconsideração da gênese do dinheiro leva a encará-lo como *causa* dos "males sociais": "... neste século de dinheiro, onde o dinheiro é o deus e a medida universal, grande é o número de artes frívolas e vãs que se exercem unicamente a serviço do luxo e do desregramento." (MORUS, s/d: 90; fala da personagem Rafael Hitlodeu)

[11] Como mostram vários autores, o fenômeno estende-se, nas sociedades em que predomina o MPC, ao conjunto dos produtos do trabalho humano, atingindo, portanto, também os meios de produção: estes *parecem ser capital por natureza*. Consultem-se a respeito: GERAS (1977), GERAS (1988), LUKÁCS (1975: 135-6), MARX (1973, *passim*; especialmente 3:

pelo seguinte: propriedades *socialmente* determinadas de objetos *aparecem* como qualidades *naturais* dos mesmos.

Sabemos que o dinheiro é a forma definitiva de manifestação do valor das mercadorias. Por isso, para compreendermos o fetichismo do dinheiro, precisamos compreender, anteriormente e em linhas gerais, o fetichismo da mercadoria.

Vimos que, já na relação mais simples de valor - x *A* = y *B*, por exemplo -, o valor da mercadoria *A* manifesta-se "fora" dela, na *materialidade de outra mercadoria*. Assim, determinada quantidade de *trabalho social* expressa-se numa *coisa*, no corpo do *valor de uso* que ali "funciona" como equivalente. A igualação de *trabalhos* é *revelada* e, ao mesmo tempo, *oculta* pela igualação de *coisas*, dos produtos desse trabalhos:

> "As relações sociais entre alfaiate e carpinteiro aparecem como uma relação entre casaco e mesa nos termos da razão em que essas coisas se trocam entre si, e não em termos do trabalho nelas materializado." (FINE, 1988a: 150)

É o que MARX chama *fetichismo da mercadoria*:

> "O caráter misterioso da forma mercadoria assenta ... em que projeta ante os homens o *caráter social* do trabalho destes como se fosse um *caráter material* dos próprios produtos de seu trabalho, um *dom natural social destes objetos*, e como se ... a relação social existente entre os produtores e o trabalho coletivo da sociedade fosse uma relação social estabelecida *entre os próprios objetos, à margem de seus produtores*. (MARX, 1973, 1: 37; os itálicos são nossos)

Na medida em que os trabalhos particulares são *mediados*, em

---

754-69), MARX (1974a), MARX (1974d) e RUBIN (1987, *passim*).

suas relações, por seus *produtos*, as proporções quantitativas em que estes se trocam parecem independer daquelas relações sociais: aparentemente, decorrem das qualidades imanentes, materiais, desses mesmos produtos. É como se se trocassem, por exemplo, x toneladas de ferro por y gramas de ouro por causa das características físicas de ambos, e não, pelo fato de os mesmos encerrarem igual quantidade de trabalho humano abstrato.

Porém, nesse caso, estamos diante apenas da *forma elementar* do fetichismo (GERAS, 1988: 149). O "caráter misterioso da forma equivalente" (MARX, 1973, 1: 24) acentua-se quando esta adere a um equivalente geral que passa a monopolizar a "tarefa" de expressar o valor das mercadorias. Nesse momento, aos olhos do senso comum, é como se esse valor de uso, o equivalente geral, exercesse essa função, *não* em decorrência do avanço da mercantilização, mas como se essa mesma função lhe pertencesse *por natureza*.

Se isso é válido para o equivalente geral, é-o muito mais quando esse equivalente adere *em definitivo* a uma única classe de mercadorias: a mercadoria-dinheiro - o ouro, por exemplo, que parece ser dotado, pela natureza, de "virtudes sociais maravilhosas" (MARX, 1973, 1: 47) -. Mas isso ainda não é tudo: quando um metal precioso, numa quantidade fixa de massa, passa a representar um *padrão de preços*, dando origem a nomes monetários (libra, franco etc.), distanciamo-nos ainda mais daquilo que determina o valor das mercadorias: a quantidade de trabalho abstrato nelas contido. Elas valem, agora, x libras, y francos etc. Como se isso não bastasse, os nomes monetários vão, gradativamente, distanciando-se daquelas quantidades de metal precioso, passando as mesmas a serem substituídas

por *signos* (moedas de metais não-preciosos ou cédulas de papel), até chegarmos, num longo processo,[12] ao "mundo de papel impresso" - o papel-moeda inconversível e o crédito - que caracteriza o capitalismo atual. Agora, mais do que nunca, apagaram-se os vestígios da determinação dos valores das mercadorias pelas parcelas do trabalho social nelas contidas. Agora, mais do que nunca, aquilo que funciona como equivalente das mercadorias, o dinheiro, aparece como algo que - misteriosamente, por si mesmo, independentemente das relações sociais que explicam seu surgimento - mede o valor das mercadorias, troca-se por tudo, confere poder aos que o possuem.

Estamos, agora, diante do *fetichismo do dinheiro*, que, segundo SILVEIRA (1989: 71), é uma "particularização radicalizada do fenômeno mais geral do fetichismo da mercadoria":

> "O dinheiro aparece agora como uma figura que pertence eminentemente ao processo de *circulação*, portanto desvinculado das determinações históricas que lhe deram origem no processo de *produção*. Mais do que isso ainda, como uma figura que se apresenta como *autonomizada* e ... *fetichizada*, isto é, à qual se atribui a propriedade sobrenatural de certificar o valor e a quantidade de valor das mãos humanas, do trabalho humano." (SILVEIRA, 1989: 70)

Assim, não é de surpreender que o dinheiro apareça aos homens, em sua vida cotidiana, como algo "mágico" a que se rende tributo, um "deus profano" que todos buscam, ainda que não o compreendam. Por isso e por toda a exposição que acabamos de fazer, julgamos adequado considerar o fetichismo do dinheiro - o fato de que

---

[12] Acerca do *aprofundamento* do fetichismo da forma dinheiro que acompanha esse processo, ver ROZITCHNER (1989: 137).

este pareça ter, por si mesmo, propriedades que, na verdade, advêm das relações sociais dominantes - como um dos fatores fundamentais daquilo a que anteriormente chamanos "idolatria" do dinheiro, tão característica das sociedades capitalistas.

Abordaremos, a seguir, outros fatores que, em conjunto com o fetichismo do dinheiro, atuam no sentido de produzir a grande ênfase dada pela ideologia burguesa ao sucesso monetário.

1.2.2. O dinheiro: usos qualitativamente ilimitados; o poder que confere a seu possuidor; a desimportância de como foi adquirido

O dinheiro tem uma propriedade que não se encontra em qualquer outro objeto, seja este produto da natureza ou resultado de ações humanas: no limite, pode trocar-se por *tudo.*

Antes de mais nada, o dinheiro tem a possibilidade de trocar-se *indiferentemente* por *todas as mercadorias*:

> "*Qualitativamente* ou quanto a sua forma, o dinheiro não conhece fronteiras: é o elemento geral da riqueza, pois pode converter-se em qualquer outra mercadoria." (MARX, 1973, 1: 91)

Porém, o dinheiro não se troca apenas por produtos do trabalho humano que, criados para o intercâmbio, tornam-se mercadorias. Faz, também, com que, ao serem trocados por ele, *assumam a forma mercadoria* os mais diferentes elementos da vida: a consciência, a honra, o saber, a saúde, o lazer, a arte etc.:

> "O dinheiro não se troca por uma qualidade determinada, nem por uma coisa determinada, por uma força essencial humana, mas sim pela totalidade do mundo objetivo natural e

humano." (MARX, 1974c: 38)[13]

O que explica essa *cambiabilidade*[14] *qualitativamente ilimitada* do dinheiro? Ora, ela deve ser buscada na própria *origem* do dinheiro. Vimos que, já em sua forma simples, o valor de uma mercadoria manifestava-se em algo *exterior* a esta: na materialidade de *outra* mercadoria que fazia o papel de *equivalente*. Porém, quando, graças ao avanço da mercantilização, a forma equivalente assume sua configuração definitiva no dinheiro, o valor de troca como que se autonomiza, se objetiva, se substantiva, desvinculando-se das mercadorias: no dinheiro, o valor de troca contrapõe-se a elas, separa-se da substância das mesmas[15] e, por isso, tende a desligar-se de qualquer valor de uso em particular, de qualquer necessidade específica.

Essa cambiabilidade qualitativamente ilimitada, por sua vez, permite ao dinheiro ser um meio de atender a *diferentes* necessidades, de satisfazer *variados* desejos:

"... dinheiro, salvo-conduto, chave do código, passagem que

---

[13] "Como o dinheiro não leva escrito na fronte o que com ele se compra, tudo, seja ou não mercadoria, converte-se em dinheiro. Pode-se comprar e vender tudo." (MARX, 1973, 1: 89)

[14] No *Novo dicionário da língua portuguesa*, de Aurélio Buarque de Holanda FERREIRA, já mencionado, essa palavra não se encontra lexicografada, ao contrário do adjetivo *cambiável* (p. 326). Apesar disso, optamos pelo uso daquele substantivo, que julgamos preferível a *conversibilidade*, pois este poderia, erroneamente, ensejar associações com o papel-moeda conversível em ouro.

[15] Consultem-se, por exemplo: BELLUZZO (1987: 84-5), FOLEY (1988c: 266), HAUG (1985: 126 e 128), MARX (1971, 1: 71, 87, 88, 121 e 141), MARX (1973, 1: *passim*), NICOLAUS (1971: XXIX) e ROBERT (1982: 20).

> ... possibilitará passar do desejo à consumação, do querer ao ter." (PAULA, 1984: 19-20)
>
> "... o dinheiro satisfaz toda necessidade, tendo em conta que é imediamamente convertível em objeto de satisfação de qualquer necessidade." (MARX, 1974b: 214)

Além de tudo isso, o dinheiro pode ter, ainda, várias *outras utilizações*. Como *meio de pagamento*, permite *suprimir dívidas* frente a credores. Já quando retirado da circulação, funciona como *reserva de valor* ou meio de entesouramento, podendo vir a ser utilizado no momento que - e como - convier a seu proprietário. Finalmente, mas de modo algum menos importante, o dinheiro permite a seu possuidor ter um *meio de obter mais dinheiro, mais valor de troca autonomizado*, ampliando *quantitativamente* aquilo que já tem utilizações qualitativamente ilimitadas. Isso é possível quando o dinheiro é usado como *capital*.

Por ter tão diferentes utilizações, o dinheiro confere *poder* a seu possuidor:

> "... o poder que cada indivíduo exerce sobre a atividade dos outros ou sobre as riquezas sociais, possui-o enquanto proprietário ... de *dinheiro*. (...) Seu poder social, assim como seu nexo com a sociedade, leva-o consigo em seu bolso." (MARX, 1971, 1: 84)

Porém, o poder conferido pelo dinheiro não guarda relação com o *modo* como chegou às mãos de seu possuidor:

> "Como foi acentuado por SIMMEL, o dinheiro é altamente abstrato e impessoal.[16] Quer tenha sido obtido fraudulentamente ou segundo meios institucionais, [b] ele pode

[16] Ver, também, a respeito: WEBER (1974a: 247); MARX (1973, 1: 70); MARX (1971, 1: 156 e 158).

> ser usado para a aquisição dos mesmos bens e serviços." (MERTON, 1978: 294)

Assim, uma aquisição puramente *acidental* de dinheiro traz para seu possuidor os *mesmos* resultados que este alcançaria em outras circunstâncias: indivíduos situados em diferentes posições sociais

> "... tentam tornar-se capitalistas e explorar força de trabalho, ao conseguirem, *de uma maneira ou de outra* (consumo excepcionalmente baixo; usura; roubo; fraude; herança; prêmios de loteria), apropriar-se de um volume inicial de capital." (MANDEL, 1985: 30; o itálico é nosso)

As utilizações qualitativamente ilimitadas do dinheiro; a possibilidade, por isso, de atender às mais diferentes necessidades e de satisfazer tão variados desejos; o poder que este confere a seu possuidor, independentemente de como foi adquirido - isso, *por si só*, já contribui para explicar, em boa medida, a idolatria do dinheiro. No entanto, como veremos a seguir, esta *potencializa-se* ao máximo pela *associação* do conjunto de seus fatores que acabamos de apresentar com *outra* característica marcante de qualquer porção de dinheiro: seu limite quantitativo.

1.2.3. A limitação quantitativa do dinheiro

Vimos que, do ponto de vista *qualitativo*, as utilizações possíveis do dinheiro não conhecem fronteiras. Não podemos afirmar o mesmo do aspecto *quantitativo* de qualquer soma de riqueza monetária: por maior que seja esta, sempre é uma magnitude *finita*. Todas aquelas utilizações, portanto, encontram-se necessariamente limitadas por tal magnitude.

Ora, essa finitude quantitativa do dinheiro, em *associação* com as características deste anteriormente apresentadas - seu

fetichismo, sua cambiabilidade qualitativamente ilimitada, suas mais variadas formas de uso, o poder que confere, a desimportância de como foi adquirido -, constitui um *conjunto contraditório* que produz uma *exacerbação* da busca do sucesso monetário. Consideremos o caso da "*contradição* entre a limitação quantitativa do dinheiro e seu caráter qualitativamente ilimitado": esta tende a levar, mesmo aqueles que já o têm em grande porções, a agirem como os "conquistadores do mundo, que, com cada novo país, apenas conquistam uma nova fronteira." (MARX, 1973, 1: 91; o itálico é nosso)

MERTON (1978: 294) apresenta um bom exemplo desse fato, exemplo que, *em essência*, parece-nos válido não apenas para os Estados Unidos: "Os norte-americanos, em cada nível de renda, aspiram ... a apenas 25% a mais (mas, naturalmente, esse 'pouco a mais' continua a operar uma vez obtido)."

Assim, já começamos a vislumbrar que, embora toda soma dada de riqueza monetária seja limitada, finita, *não* se dá o mesmo com a quantidade de dinheiro que *pode vir a ser* apropriada por um indivíduo, assim como também é potencialmente ilimitada a sede de enriquecimento monetário.

1.2.4. O caráter potencialmente ilimitado da riqueza monetária e, portanto, da própria sede de enriquecimento

Antes do surgimento do dinheiro, toda acumulação de riqueza era *limitada*. Consideremos, em primeiro lugar, a acumulação de meros valores de uso. Que sentido teria, enquanto finalidade em si, possuir uma quantidade imensa de alimentos, roupas ou embarcações, por exemplo? Sendo objetos de tipos *determinados* e, portanto, satisfazendo

necessidades *determinadas*, compunham uma riqueza com usos qualitativamente limitados e cujo aumento quantitativo, por conseqüência, tinha também seus limites.[17]

Com o início da mercantilização, parte dos valores de uso passou a ser trocada, ainda sem a mediação do dinheiro. Para que as mercadorias de um produtor possibilitassem-lhe romper, parcialmente, os limites mencionados no parágrafo anterior, dependia ele de conseguir que as mesmas viessem a *confirmar-se* como mercadorias: deveriam ser *efetivamente* trocadas por outras, que atendessem a necessidades *diferentes* daquelas satisfeitas por seus próprias produtos. Como, porém, a realização das mercadorias é sempre algo apenas *potencial*, também o *acúmulo de mercadorias* não ia além de determinadas dimensões.

Essa limitação do acúmulo de riqueza sob a forma de mercadorias ocorre *mesmo* quando o dinheiro, ao surgir, passa a mediar as trocas. Também aqui, enquanto não se realizam no mercado, são apenas valores de uso, riqueza que sofre as limitação anteriormente mencionadas. Também aqui, é tão-somente uma *possibilidade* que realizem seus preços, convertendo-se na riqueza universal, abstrata - o dinheiro - (cf. MARX, 1971, 1: 155).

Apenas o dinheiro é *preço realizado*, valor de troca autonomizado. Pode, por isso, trocar-se imediata e diretamente por tudo. Essa diferença entre a riqueza monetária e as demais formas de

---

[17] "Não teria sentido acumular infinitamente determinados valores de uso palpáveis, pois neles está demarcado um limite na sua utilidade ..." (HAUG, 1985: 127)

riqueza, aliada às propriedades do dinheiro mencionadas em 1.2.2, permite entender por que *apenas a acumulação pecuniária é potencialmente ilimitada*:

> "... o dinheiro é o meio de acumulação de riquezas sem limites. (...) Sob a forma monetária, a riqueza não conhece nenhum limite, podendo aumentar até ao infinito." (LUXEMBURGO, s/d: 308)

Ora, se o *ter* riqueza monetária é algo que, em princípio, pode aumentar indefinidamente, o mesmo vai ocorrer com aquilo a que MARX (1971, 1: 157) chama "avidez de dinheiro":

> "Com o dinheiro, ... vem ao mundo um poder de nova qualidade: a riqueza abstrata, o valor de troca autonomizado. Ele fundamenta um novo interesse: o interesse pelo ganho. A usura e o comércio são suas duas primeiras grandes manifestações na história." (HAUG, 1985: 128)

MARX (1971, 1: 90-1) chega a *identificar* a sede de enriquecimento com a busca da riqueza *monetária*: "A sede de enriquecimento como tal é impossível sem o dinheiro ..." Isso se deve, em primeiro lugar, a que, em termos *quantitativos*, são potencialmente ilimitadas tanto a riqueza pecuniária quanto a avidez de dinheiro. Em segundo lugar, devemos considerar um aspecto *qualitativo* do dinheiro: o fato de que ele, enquanto configuração definitiva do valor de troca, desliga-se de qualquer mercadoria em particular, de qualquer necessidade específica. Assim, ele constitui-se num *pressuposto* de ambas as formas em que *se concretiza* a sede de enriquecimento: a *sede abstrata dos prazeres* e a *avareza*. A primeira, como "forma diferente do desejo de uma riqueza particular", "pressupõe um objeto que contenha a possibilidade de todos os prazeres." (MARX, 1971, 1: 157) Por sua vez, a avareza pressupõe o

valor de troca autonomizado por outro motivo: praticá-la significa "sacrificar e renunciar a toda relação com os objetos das necessidades particulares e, assim, satisfazer a necessidade própria da avidez de dinheiro como tal." (MARX, 1971, 1: 157)

1.2.5. O capitalismo como "sistema de mercantilização universal"

Na medida em que tem como *precondição* a existência do dinheiro, a busca ilimitada da riqueza é um *produto histórico*. No entanto, ela é muito *anterior ao capitalismo*. Como afirma WEBER (1967: 4), o "'impulso para o ganho`, a 'ânsia do lucro`, de lucro monetário, de lucro monetário o mais alto possível", ocorreu e ocorre "onde quer que, de alguma forma, se apresentou, ou se apresenta, uma possibilidade objetiva para isso." Que essa "possibilidade objetiva" verificou-se muito antes do surgimento do capitalismo pode ser confirmado, por exemplo, pelas lamentações de pensadores antigos acerca da corrosão, por eles atribuída ao dinheiro, da ordem econômica *e moral* então vigente (MARX, 1973, 1: 90; MARX, 1971, 1: 157-8). O próprio capital - sob as formas de capital comercial e capital usurário - antecedeu de muito o surgimento do capitalismo, tendo existido já na Antigüidade (MARX, 1973, 3: 313 *et seqs.* e 555 *et seqs.*). Assim sendo, qual a *particularidade* do capitalismo e da ideologia burguesa no referente à busca do ganho monetário?

Essa particularidade reside em que, nas sociedades com predomínio do MPC, há uma tendência à *generalização* da procura do sucesso monetário: esta deixa de ser específica de *algumas* categorias sociais, para atingir, potencialmente, o conjunto da população. Aliás, conforme afirmamos anteriormente, a ideologia burguesa apresenta o

sucesso pecuniário como um *objetivo a ser buscado por todos os indivíduos*, já que visto como igualmente acessível a todos eles. A causa básica da referida generalização, por sua vez, encontra-se, como procuramos demonstrar a seguir, numa característica que marca profundamente o capitalismo, *mais* do que qualquer outro tipo de organização social: o elevado grau nele atingido pela *mercantilização*.

No capitalismo, diferentemente de qualquer modo de produção que o antecedeu,[18] a produção mercantil é *geral*: o conjunto dos produtos do trabalho humano assume a forma mercadoria.[19] Essa generalização da forma mercantil dos *produtos*, por sua vez, é possível porque *a própria força de trabalho também torna-se mercadoria*. Quando a sobrevivência do produtor direto passa a depender de que consiga encontrar no mercado um comprador de sua capacidade de trabalho e de que receba um pagamento em *dinheiro* por esta, os meios de consumo desse mesmo trabalhador passam a ser adquiridos no mercado, tornando-se, também eles, mercadorias. Apenas *nessa* condição - ou seja, com base no trabalho assalariado - *todos* os produtos assumem a forma mercadoria (MARX, 1973, 1: 123, nota 42; SALAMA, 1983: 23; NAPOLEONI, 1983: 140).

No entanto, a mercantilização ocorrida sob o capitalismo não se restringe aos produtos e à força de trabalho. Quanto mais se

---

[18] Para uma comparação do capitalismo com a Antiguidade e a Idade Média, a respeito da mercantilização, consulte-se SOARES (1990, *passim*; especialmente 61, 63 e 89).

[19] Vários autores apresentam o capitalismo como forma desenvolvida da produção mercantil. Dentre eles, podemos citar: BELLUZZO (1987: 78), GOLDMANN (1977: 169), MANDEL (1985: 265 e 393), MARX (1973, 2: 99), SOARES (1990: 150) e SWEEZY (1976: 85).

desenvolve o MPC, mais *a forma mercadoria extravasa o campo da produção material* e invade *todas* as esferas da vida social, que, na atualidade, encontra-se

> "... inteiramente subordinada às leis do mercado - não apenas (como no século XIX) na esfera da produção, mas também na esfera do consumo, da recreação, da arte, da educação e das relações pessoais ..." (MANDEL, 1985: 352)

Dada essa generalização da forma mercadoria, a qual só faz aprofundar-se cada vez mais, PAULO NETTO (1981: 88) chega a referir-se a uma "mercantilização geral da vida", no capitalismo moderno, enquanto IANNI (1982: 18), com muita propriedade, classifica o capitalismo como "sistema de mercantilização universal". Numa sociedade com esse caráter, "o dinheiro assume uma posição de destaque em relação a todas as formações sociais anteriores" (SOARES, 1990: 131). O que determina essa "posição de destaque"?

Antes de mais nada, a *necessidade de dinheiro* torna-se crescentemente imperativa para *cada* indivíduo e, de outro lado, atinge *número cada vez maior de pessoas*. Num "sistema de mercantilização universal", o adquirir, o passar a ter, significa, geralmente, e cada vez mais, *comprar*. Não apenas o investidor capitalista, mas também o trabalhador assalariado, que *compra* seus meios de subsistência, sente tal necessidade. Aqueles que não estão diretamente envolvidos nas relações capitalistas de produção, mas participam da chamada "população economicamente ativa", também vivem numa sociedade essencialmente mercantil e, assim, necessitam de dinheiro, ao menos para a aquisição, seja das condições objetivas que lhes possibilitem realizar seu trabalho, seja de seus meios de subsistência. Mesmo aqueles que não participam da "população economicamente ativa"

(aposentados, pensionistas etc.) necessitam da aquisição de bens, serviços etc., o que, numa sociedade essencialmente mercantil, ocorre com a mediação do dinheiro:

> "Todos os indivíduos ... participam necessariamente da troca, ao contrário do que ocorre com a produção, por exemplo." (FINE, 1988b: 390)

Numa sociedade capitalista, o dinheiro não é necessário apenas para a *aquisição*. Com o avanço da mercantilização, o dinheiro torna-se a "mercadoria geral dos contratos" (MARX, 1973, 1: 97): rendas, tributos, dívidas etc. dos mais variados tipos passam a ser pagos em dinheiro.

Assim sendo, no capitalismo, diferentemente das outras formas de organização social, *todos* os indivíduos passam a ter contato com o dinheiro, a utilizá-lo, a manipulá-lo. Agora, não é mais apenas *parte* da sociedade que descobre o fascínio do fetiche dinheiro. Já não é mais *uma parcela* dos indivíduos que conhece a cambiabilidade qualitativamente ilimitada do valor de troca autonomizado, o poder que o mesmo confere a seu possuidor, a limitação quantitativa de qualquer soma de dinheiro e o caráter potencialmente ilimitado da riqueza monetária. Isso tudo, agora, tornou-se *geral*.

A *generalização*, entre os indivíduos, *da necessidade do dinheiro e do contato com este*; a *importância potencializada* do mesmo num "sistema de mercantilização universal"; as conseqüências dessa generalização e dessa potencialização, tal como expressas no parágrafo anterior - tudo isso, em conjunto com os fatores anteriormente apresentados, permite compreender o grau extremamente elevado em que o pensamento dominante nas sociedades capitalistas valoriza o sucesso monetário e, ao mesmo tempo, por que essa valorização é tão

disseminada no conjunto da população.

No entanto, ainda falta esclarecer uma questão. Para que a idolatria do dinheiro e sua ampla difusão nas sociedades capitalistas venham a *reproduzir-se* constantemente, não basta que os indivíduos moldados à imagem e semelhança dessa ideologia tenham *vontade* de alcançar o sucesso pecuniário, isto é, que eles coloquem-se esse objetivo: é necessário, além disso, que considerem que isso é *efetivamente acessível a todos*, ou seja, que todos, em princípio, têm iguais oportunidades de concretizar tal objetivo. É preciso, portanto, que a imagem que façam da sociedade em que vivem seja a de uma sociedade *congruente* com a busca, por todos, do sucesso pecuniário. Em outros termos, e deixando, agora, de lado a dimensão *normativa* da ideologia burguesa, podemos esperar que a *representação* que a mesma tem acerca do capitalismo seja a de uma *sociedade de iguais*.

1.3. A afirmação de igualdade formal entre os indivíduos como condição de reprodução da idolatria do dinheiro

Nas sociedades divididas em classes que antecederam o capitalismo, a desigualdade era *institucionalizada*. Os indivíduos eram portadores de *direitos e obrigações diferenciados* de acordo com as respectivas posições sociais (ENGELS, 1971: 130; OFFE, 1984: 57; PACHUKANIS, 1988: 77). Assim, numa sociedade escravista ou feudal, dados os vários tipos de diferenças sociais que as caracterizavam, não teria qualquer sentido dizer que todos eram iguais - perante a lei, por exemplo -, já que se trataria de algo imediatamente desmentido pelos fatos.

Já nas sociedades capitalistas, dá-se algo muito diferente. Do ponto de vista formal, jurídico, institucional, afirma-se a

igualdade de todos, vistos como portadores dos *mesmos direitos*: surge "a forma jurídica abstrata, em outros termos, ... a capacidade *geral* de ser titular de direitos se separa das pretensões jurídicas *concretas*." (PACHUKANIS, 1988: 76; os itálicos são nossos)

Precisemos o *significado* do igualitarismo presente na ideologia burguesa e que se manifesta juridicamente daquela maneira: ele "recomenda uma igualdade *ideal*, igualdade de direitos ou de oportunidades", sem pretender "realizar a igualdade *nos fatos*, por exemplo, abolindo a propriedade privada." (DUMONT, 1985: 91) Os indivíduos seriam *iguais enquanto competidores*, tendo todos as *mesmas oportunidades* de chegar às melhores posições econômicas, sociais, políticas etc. Como afirma PACHUKANIS (1988: 80), "o princípio fundamental da sociedade burguesa ... [é] 'igual oportunidade de aceder à desigualdade`."

Assim, a desigualdade *convive* com a igualdade e é *justificada*: se existe a igualdade de direitos, se a sociedade oferece a todos as mesmas oportunidades, as posições superiores serão ocupadas pelos mais esforçados; vencerão na vida os mais capazes (CHAUÍ, 1981: 78-9; DUMONT, 1985: 93; ROSSI, 1978: 41). Podemos, pois, compreender por que a "meritocracia" é parte tão importante da ideologia burguesa, tanto quanto a "igualdade" de direitos e de oportunidades.

Ora, como é possível que, numa sociedade que apresenta desigualdades tão visíveis e acentuadas[20] - assunto a que voltaremos

---

[20] Mesmo tomando como referência o capitalismo do chamado Primeiro Mundo, afirma OFFE (1984: 58): "... a institucionalização da liberdade e da igualdade não conduziram, de fato, a nada que se aproximasse de uma igualdade *real*. Ao contrário, produziu e continuamente reproduz a

posteriormente -, a ideologia que afirma a igualdade de todos os indivíduos continue a reproduzir-se, a ser aceita como expressão verdadeira da realidade objetiva? Dito de outra maneira, o que permite, para usar as palavras de OFFE (1984: 58), a "*equalização* ideológica daqueles que de fato permancem desiguais"?

Para responder a essa questão, devemos, mais uma vez, fazer referência ao caráter essencialmente mercantil do capitalismo. Quanto mais este modo de produção predomina, mais a forma mercadoria invade todos os campos da vida social. Como conseqüência, as relações sociais mercantis colocam, tendenciamente, e *num determinado sentido*, *todos* os indivíduos numa posição de igualdade:

> "... ao nível do mercado, da circulação, todos são iguais, livres vendedores e compradores de mercadorias, que só estabelecem relações de troca por vontade própria, alienando sua propriedade em troca da propriedade de outro indivíduo. Observe-se: *nesse* sentido específico, *todos* são iguais: vendedores e compradores de produtos e serviços, vendedores e compradores de força de trabalho." (D'ÁVILA; GEAQUINTO; LEITE, 1986: 2)

Um tipo de relação social que ocorre por "um ato de vontade comum a ambos" os participantes (MARX, 1973, 1: 48); um tipo de relação em que estes, necessariamente, vejam-se como livres proprietários privados de mercadorias, mutuamente interdependentes; um tipo de relação cuja expressão jurídica é o contrato, o qual, por sua vez, pressupõe "que as partes sejam iguais e livres" (CHAUÍ, 1981: 99) - um tal tipo de relação social, ao generalizar-se, atingindo todas as pessoas, possibilita o aparecimento de formas de pensar em que, pela

---

desigualdade na mais ampla escala."

primeira vez na história, postula-se a *igualdade social* entre os indivíduos (LARRAIN, 1988: 185; MANDEL, 1985: 358; MARX, 1971, 1: 183; MARX, 1973, 1: 153).

Juridicamente, a igualdade entre todos, considerados como portadores dos mesmos direitos, manifesta-se até mesmo nas relações sociais que são a base da existência do capitalismo:

> "São [os trabalhadores] iguais ao capitalista, ao patrão, no sentido de que um vende e o outro compra força de trabalho, um trabalha e o outro paga um salário pelo trabalho. A relação de compra e venda só pode existir entre pessoas formalmente iguais. Só pessoas juridicamente iguais podem fazer contratos entre si. E porque são iguais, cada uma delas tem a liberdade de desfazer o contrato quando bem quiser." (MARTINS, 1983: 153)[21]

No entanto, se observarmos um pouco mais atentamente as relações entre assalariados e capitalistas, veremos que a mencionada igualdade *formal* oculta uma desigualdade *essencial*. Apontemos, então, algumas das características dessas relações que são *desconsideradas* no discurso ideológico que estamos enfocando:

a) A relação mercantil em que trabalhador e capitalista aparecem formalmente como livres contratantes tem uma *premissa*: que as condições de *realização* da força de trabalho - os meios de vida do trabalhador e os meios de produção - apareçam como propriedade de *outro* que não o trabalhador, como propriedade *alheia*

---

[21] Acerca da igualdade formal entre capitalistas e trabalhadores assalariados ao nível do mercado, podem ser consultados, ainda: CHAUÍ (1981: 105), ENGELS (1971: 132), IANNI (1982: 76), LUXEMBURGO (s/d: 304), MARX (1973, 1: 121), PACHUKANIS (1988: 96 e 113), RUBIN (1987: 108), SOARES (1990: 130) e SWEEZY (1976: 79).

(cf. MARX, 1973, 2: 33).[22] Caso contrário, esse *outro* não encontrará, no mercado, quem lhe venda força de trabalho.

b) Como conseqüência de *a*, podemos afirmar: se, do ponto de vista *formal*, o trabalhador aparece como livre vendedor de sua força de trabalho - até mesmo para quem ele assim o desejar -, o que ocorre do ponto de vista *substantivo* é que ele é *forçado* a vendê-la (WEBER, 1974b: 126; MARX, 1973, 1: 240).

c) A relação que envolve um *comprador* e um *vendedor* de força de trabalho, diferentemente das demais relações mercantis, *não nasce da divisão social do trabalho*, mas, sim, *pressupõe* a relação recíproca de ambos como *capitalista* e *assalariado*, respectivamente. Por isso, apesar de tratar-se de uma relação existente na órbita da circulação, cada um dos dois pólos da mesma apresenta-se sempre no *mesmo papel*, e não, ora como vendedor, ora como comprador (cf. MARX, 1974a: 48).

d) Deixando de lado as relações interindividuais entre *um* vendedor e *um* comprador de força de trabalho e considerando as relações entre as *classes* sociais de assalariados e capitalistas, até mesmo a *aparência de troca desaparece*: o capital com que os segundos compram a força de trabalho dos primeiros é tão-somente o trabalho objetivado, passado, que foi realizado pelos primeiros e, não obstante, apropriado pelos segundos (MARTINS, 1983: 156; MARX, 1974a: 104-5; MARX, 1971, 1: 478 e 2: 195).

e) Finalmente, a "troca" entre capitalistas e trabalhadores,

---

[22] É óbvio que *outra* premissa dessa relação mercantil é que o trabalhador apareça no mercado como proprietário de sua força de trabalho, dela podendo dispor livremente.

diferentemente dos demais intercâmbios, é o início de um processo que permite ao capitalista obter *mais valor do que aquele que investiu como capital*.

Disso tudo, podemos concluir que a concepção segundo a qual, no capitalismo, os indivíduos são iguais, no sentido de que há igualdade de oportunidades para todos, é uma concepção *ideológica*. Ideológica, no sentido de que, ao mesmo tempo em que trata da realidade, contendo elementos desta, não a mostra em sua totalidade, acabando por apresentar uma imagem distorcida da mesma. Isto é: como toda concepção ideológica, ela faz um *corte* na realidade, apresentando uma visão incompleta (parcial) e, portanto, *deformada* desta:

> "... para *demonstrar* que a relação entre o capitalista e o trabalhador é tão-somente uma relação entre possuidores de mercadorias, os quais trocam dinheiro e mercadoria[b] com base em um contrato livre, mutuamente benéfico, basta *isolar* o primeiro processo [a compra e venda da capacidade de trabalho] e ater-se a seu caráter formal." (MARX, 1974a: 34-5; o itálico da palavra "isolar" é nosso)

Cabe perguntar: por que é a esfera da circulação - "o verdadeiro *paraíso dos direitos do homem*", onde reinam "a *liberdade*, a *igualdade*, a *propriedade* e *Bentham*" (MARX, 1973, 1: 128) - o campo da realidade a partir da qual o capitalismo é concebido pela ideologia burguesa? Por que esse "privilégio" não cabe à esfera da produção, onde reina a desigualdade? A nosso ver, isso ocorre, ao menos, pelos dois seguintes motivos:

1º) A circulação é uma instância muito mais superficial e visível do que a produção. As trocas, as compras e vendas, são as relações econômicas mais imediatas do capitalismo (FINE, 1988b: 390 e 391). Ao passar da análise da circulação para a da produção, afirma

MARX (1973, 1: 128)

> "... agora, temos de abandonar esta ruidosa cena, situada na superfície e à vista de todos, para transportarmo-nos ... à *oficina* oculta *da produção* ..."

Nessa "oficina oculta", ocorrem *processos essenciais* que caracterizam o capitalismo como tal e cujo conhecimento permite apreender a *desigualdade real* existente por trás da igualdade formal que se dá ao nível da circulação.

2º) O MPC nasceu tendo como *pressuposto* a existência do mercado. Necessitou, como precondição, que já houvesse um grau relativamente elevado de mercantilização da economia - entre outras coisas, para permitir a existência de uma economia monetária e o acúmulo prévio de riqueza em dinheiro nas mãos daqueles que vieram a tornar-se os primeiros empresários manufatureiros -. Na medida em que o mercado e, portanto, a circulação de mercadorias precederam o próprio MPC, aprofundando-se com este, é muito possível que tenha havido uma *transposição* das categorias mentais de representação das relações mercantis propriamente ditas para as novas relações sociais que surgiam: aquelas em que os trabalhadores que haviam sido expropriados de meios de produção passavam a aparecer formalmente como vendedores de sua capacidade de trabalho. Ou seja: a partir de certo momento, a força de trabalho passou a ser encarada como uma "posse alienável" (MACPHERSON, 1970: 51), da mesma maneira que os bens que um indivíduo possuía. Já no século XVII, o pensamento político inglês que MACPHERSON (1970) chama "individualismo possessivo" apresentava como uma de suas proposições a seguinte: "Ainda que o indivíduo não possa alienar toda sua propriedade sobre sua própria pessoa, pode alienar sua capacidade para trabalhar." (MACPHERSON, 1970: 225)

Seja como for, o *corte* que a ideologia burguesa faz na realidade do capitalismo, *isolando a circulação* da totalidade a que a mesma pertence, totalidade essa que *inclui a produção*; o fato de que, na representação que a ideologia burguesa oferece acerca do capitalismo, haja uma prevalência da circulação sobre a produção e, portanto, a consideração das pessoas, do ponto de vista econômico, apenas enquanto *indivíduos, independentemente de suas posições sociais reais* - tudo isso explica, em boa medida, por que a afirmação de igualdade formal entre os indivíduos tem terreno fértil nas sociedades capitalistas. Na medida em que os indivíduos realmente acreditam-se em condições de igualdade, torna-se possível, ao mesmo tempo, a reprodução continuada da "corrida do ouro", da busca desenfreada do tesouro monetário, da procura do sucesso pecuniário. Afinal de contas: este não é apresentado como igualmente acessível a todos?

1.4. Brasil: condições para o avanço recente da ideologia burguesa

Nas últimas décadas, algumas modificações importantes na sociedade brasileira vêm tornando possível um predomínio crescente das formas de pensar próprias da ideologia burguesa. Tais alterações colocam cada vez mais distantes da realidade atual os valores que legitimavam e ajustavam as relações entre dominantes e dominados na "sociedade agrária brasileira 'tradicional'" (VITA, 1989: 45 *et seqs.*), dentre eles a fidelidade e a lealdade, que embasavam aquilo a que FRANCO (1976: 99 *et seqs.*) chama "prática do favor". Dada, por exemplo, a "benevolência" do "senhor" em "conceder" que o agregado morasse em suas terras - das quais, em geral, este havia sido expulso por aquele -, o morador via-se na obrigação de "uma obediência cega

ao mais poderoso." (VITA, 1989: 51) Embora a troca permanente de favores fizesse com que nenhuma das partes visse a si mesma como escrava (SCHWARZ, 1981: 18-9), tratava-se, de fato, de relações *duradouras* entre *pessoas* que se consideravam *desiguais*.

Mudanças ocorridas nas últimas décadas no País criam condições cada vez mais favoráveis para que, não apenas ganhe terreno a idéia da igualdade formal entre os indivíduos, como, ainda, seja altamente valorizado por muitos destes (quaisquer que sejam suas posições sociais) o sucesso monetário. Quais são tais mudanças?

Uma delas é o avanço da *urbanização*. Indicadores apresentados mais adiante, no item 2 deste capítulo, demonstram que o fenômeno atinge tanto a *população* quanto a *estrutura ocupacional*, ou seja, não apenas mais pessoas passam a viver nas cidades, como, ainda, uma proporção maior das pessoas ocupadas trabalha em atividades econômicas urbanas. Nestas atividades, por sua vez, a *mercantilização*, já bastante acentuada, aprofunda-se cada vez mais.

Quanto ao meio rural - como veremos também no item 2 deste capítulo -, vem abrigando proporções cada vez menores de moradores e de pessoas ocupadas, passando por mudanças em suas *relações sociais de produção* - cresce o número de assalariados - e tendo parte cada vez maior de seus produtos voltada para o mercado.

Tudo isso, em conjunto, denota uma claro avanço do MPC e, portanto, da mercantilização na sociedade brasileira, o que, por si só, contribui para que ganhem força cada vez maior as formas burguesas de pensar. No entanto, algo que vem reforçá-las ainda mais é a importância socialmente crescente dos meios de comunicação de massa - em especial aquele que atinge maior número de pessoas e, além disso,

o faz, em geral, com freqüência diária: a televisão -.

Se, de um lado, os conteúdos transmitidos por por este meio de comunicação *manifestam* o avanço das formas burguesas de pensar, contribuem, de outro lado, e em larga medida, para *enformar* a mentalidade de imensos contingentes da população.[23] Já no início deste item 1 do presente capítulo, havíamos feito referência, ainda que de passagem, ao fato de programas de televisão, propagandas comerciais etc. valorizarem ao máximo a busca da maior quantidade possível de riqueza pecuniária. Muitas são as novelas, os filmes exibidos, os mais variados tipos de programas e as propagandas que seguem nessa direção.[24] Da mesma forma, a televisão (como, aliás, os meios de comunicação em geral) contribui para que ganhe terreno a concepção segundo a qual existe igualdade formal entre os indivíduos: ao "demonstrar" que aqueles que efetivamente esforçam-se e têm maior

---

[23] É claro que nos referimos, aqui, à regra, e não, a exceções. Também vale lembrar que a televisão atinge não apenas as áreas em que já estão razoavelmente amadurecidas as transformações estruturais apontadas. Dentre as demais áreas por ela alacançadas, incluem-se aquelas onde tal tipo de "modernização" dá seus primeiros passos.

[24] Citemos dois únicos exemplos, escolhidos ao acaso. Ainda na segunda metade da década de 60, uma propaganda que procurava levar os telespectadores a fazerem determinado tipo de aplicação financeira terminava com a frase: "Afinal, a melhor coisa do capitalismo ... é ser capitalista". No curto período aqui representado pelas reticências, a câmera aproximava-se de uma mão que batia "carinhosamente" sobre um bolso, que, é claro, simbolizava dinheiro, riqueza. O segundo exemplo é uma telenovela, dentre as muitas que apresentaram pessoas buscando o sucesso monetário, e que, exibida em meados da década de 70, tinha um título muito sugestivo: "A corrida do ouro".

capacidade são os que "vencem na vida",[25] tanto fica "evidenciada" a "igualdade de oportunidades" quanto justificadas as desigualdades decorrentes da "realização individual".[26]

Com o avanço da ideologia burguesa e, portanto, com a valorização cada vez maior do sucesso monetário, não é de surpreender a imensa popularidade que os jogos de azar vêm apresentando na sociedade brasileira, nas últimas décadas. Isso posto, é hora de abordarmos outro importante fator estrutural dessa popularidade, o qual não vem apenas *somar-se* à idolatria do dinheiro para produzir tanto interesse pelo jogo: como veremos no item 3 deste capítulo, ambos os fatores *reforçam-se mutuamente* enquanto tais.

2. As más condições de vida da maioria da população brasileira

Na sociedade brasileira, ao mesmo tempo em que impera uma ideologia que valoriza ao máximo a busca do sucesso monetário, as condições *reais* de vida da grande maioria da população são extremamente precárias, colocando-a numa situação *oposta* à dos poucos que alcançam o sucesso pecuniário. Aquelas condições de vida são - tal como ocorre com a referida ideologia - um importante fator do massivo ato de aposta em jogos por dinheiro, em nosso País: conforme

---

[25] São inúmeros os filmes, telenovelas, desenhos animados etc. que difundem esse tipo de pensamento.

[26] Ao contrário, as desigualdades "prescritas", "atribuídas", são cada vez menos valorizadas. Quando, por exemplo, em algumas telenovelas, determinados indivíduos poderosos do meio rural são chamados de coronéis, este adjetivo soa de modo claramente pejorativo.

demonstraremos no próximo capítulo, a aposta é encarada como uma *possível solução do problema* pelas pessoas que nele se encontram.

Uma forma de mostrar como vive a maioria dos brasileiros é expor a ampla extensão da pobreza em nosso País (muito embora nem todos os componentes dessa maioria possam ser classificados como "pobres", num sentido mais estrito do termo).

Antes dessa exposição, porém, é necessário precisar o significado em que tomaremos a palavra "pobreza". ABRANCHES (1985: 30) conceitua o fenômeno de maneira satisfatória para os objetivos do presente trabalho, encarando-o a partir de três dimensões:

> "Pobreza é destituição, marginalidade e desproteção. Destituição dos meios de sobrevivência física; marginalização no usufruto dos benefícios do progresso e no acesso às oportunidades de emprego e renda; desproteção por falta de amparo público adequado e inoperância dos direitos básicos de cidadania, que incluem garantias à subsistência e ao bem-estar."

Assim conceituada a pobreza, sua existência e sua amplitude no Brasil poderiam ser estudadas e comprovadas a partir de vários ângulos. Poderíamos, por exemplo, destacar aspectos da pobreza não ligados diretamente aos baixos rendimentos monetários auferidos por vastas parcelas da população, como é o caso da "provisão insuficiente, por parte do Estado, dos bens e serviços de consumo coletivo requeridos por uma população urbana em rápido crescimento." (HASENBALG & SILVA, 1988: 25)[27] Estaríamos, nesse caso, tomando como referencial a

---

[27] Alguns exemplos dessa provisão inadequada são citados pelos próprios autores: "deterioração e crescimento insuficiente da infra-estrutura urbana de transportes, crescente déficit habitacional e os decorrentes

dimensão "desproteção", se considerada a conceituação de pobreza apresentada por ABRANCHES. Optamos, no entanto, por abordar a pobreza no Brasil a partir dos *rendimentos monetários*, em boa medida por causa do avanço da mercantilização e da monetarização em nosso País, o que faz com que os bens e serviços a que têm acesso os vários segmentos da população dependam, no fundamental, das quantidades de *dinheiro* que têm em mãos. Em outras palavras, os rendimentos monetários recebidos por tais segmentos são um indicador bastante eficiente da existência e da extensão da pobreza numa sociedade como a brasileira.

A abordagem que faremos, tomando como base os rendimentos monetários, seguirá, por sua vez, dois caminhos: enfocaremos a pobreza brasileira tanto em termos *absolutos* quanto em termos *relativos*.

> Considerar o fenômeno da pobreza do ponto de vista *absoluto* "... implica o estabelecimento de *padrões mínimos de necessidades, ou níveis de subsistência*, abaixo dos quais as pessoas são consideradas pobres. Esse padrão de vida mínimo (em termos de requisitos nutricionais, moradia, vestuário, etc.) em geral é avaliado a preços de mercado e a renda necessária para custeá-lo é calculada." (ROMÃO, 1991: 108; o itálico é nosso)

Assim abordada, a "pobreza é privação absoluta ... é carência de

---

problemas de saneamento básico ... e insuficiência no atendimento médico-hospitalar fornecido pelo sistema previdenciário." (HASENBALG & SILVA, 1988: 25) Referindo-se ao mesmo fenômeno, KOWARICK (1983: 59) chama "espoliação urbana" o "somatório de extorsões que se opera através da inexistência ou precariedade de serviços de consumo coletivo que se apresentam como socialmente necessários em relação ao nível de subsistência e que agudizam ainda mais a dilapidação que se realiza no âmbito das relações de trabalho."

elementos indispensáveis à sobrevivência com um mínimo de dignidade." (SILVA, 1988: 191, nota 15)[28] A pobreza, encarada em seu aspecto *absoluto*, coincide com a dimensão "destituição", na mencionada conceituação de ABRANCHES.

Já a consideração do fenômeno pelo prisma *relativo* toma como referência os *padrões de vida vigentes numa sociedade concreta*, enfatizando a idéia da "comparação situacional do indivíduo em termos da posição que ocupa na sociedade [considerada] com respeito a seus semelhantes." (ROMÃO, 1991: 107) A pobreza, então, não é definida a partir do estabelecimento de um nível razoalvelmente abstrato, a-histórico, de necessidades mínimas de sobrevivência, mas em relação àquilo que tal sociedade chegou historicamente a produzir. Trata-se, neste caso, de "um conceito dinâmico, já que as necessidades mudam historicamente." (ROMÃO, 1991: 108) Pelo que afirmamos, podemos concluir que a pobreza, tomada pelo aspecto relativo, tem vínculos com a desigualdade na distribuição de renda ou de riqueza de uma determinada sociedade (ROMÃO, 1991: 107-8; SILVA, 1988: 191-2, nota 15). Finalmente, assim encarada, ela identifica-se com a dimensão "marginalidade", na citada conceituação de pobreza proposta por ABRANCHES.

---

[28] Embora reconhecendo que esse "mínimo de dignidade" seja "parcialmente sujeito a determinações culturais", o autor afirma que se supõe "que os requerimentos impostos pela mera sobrevivência física sejam razoavelmente universais e, assim, permitindo o estabelecimento de uma 'linha de pobreza' coincidente com estes requerimentos mínimos ..." (SILVA, 1988: 191, nota 15)

Isso posto, passemos à abordagem da pobreza no Brasil.[29]

2.1. A pobreza absoluta

Tomando como base uma obra de SEN,[30] SILVA (1988: 71) refere-se a "duas alternativas metodológicas para identificar e enumerar a extensão da pobreza [absoluta]". O *método direto* é aquele por meio do qual classificamos na faixa de pobreza as pessoas cujo nível de consumo dos bens e serviços considerados indispensáveis à sobrevivência encontra-se abaixo de um certo mínimo. Já no caso do *método da renda*, calculamos o nível de renda que possibilita a satisfação mínima das necessidades básicas, o que permite o estabelecimento de uma "linha de pobreza". Neste trabalho, optamos por abordar a pobreza absoluta no Brasil a partir do segundo dos métodos apontados, especialmente em virtude da facilidade de obtenção de informações sobre rendimentos dos vários segmentos da população.[31]

---

[29] É importante advertir o leitor de que o tratamento deste assunto será *diferente* da forma como abordamos o incentivo dado pela ideologia burguesa à busca do sucesso monetário. Como afirmamos anteriormente, esse incentivo não tem recebido, na bibliografia científica, atenção correspondente a sua importância nas sociedades capitalistas, o que nos levou à necessidade de buscar compreender os *fatores determinantes* do fenômeno. Não ocorre o mesmo com a pobreza no Brasil, que tem sido objeto de vários estudos científicos, parte dos quais são mencionados na Bibliografia apresentada ao final deste trabalho. Assim sendo, bastará *explicitar* a existência e a extensão da pobreza brasileira, por meio de alguns indicadores que julgamos adequados para tanto.

[30] SEN, Amartya. *Poverty and Famines*. Oxford, Clarendon, 1981.

[31] SILVA (1988: 71-2) apresenta vários motivos adicionais pelos quais o método da renda é o mais frequentemente utilizado nos estudos da pobreza.

Entre os autores que adotam o método da renda ao estudarem o fenômeno da pobreza aboluta em nosso País, tem variado muito a quantificação da linha de pobreza. Citemos alguns exemplos. PASTORE; ZILBERSTAJN; PAGOTTO (1983: 2 e 6) definem como linha de "extrema pobreza" a renda familiar *per capita* equivalente a 1/4 do salário mínimo. SILVA (1988) assume, em parte, posição semelhante: classifica como estando na faixa da "miséria" as famílias e pessoas cuja renda familiar *per capita* chegue a até 1/4 do salário mínimo; mas considera, ainda, uma faixa mais ampla (que *engloba a primeira*): a "população *'pobre'*", composta pelas pessoas e famílias com rendimento familiar *per capita* igual ou inferior a 1/2 salário mínimo. HOFFMANN (1991: 148) define como "uma medida de pobreza absoluta" o ganho pessoal igual ou inferior a um salário mínimo. SANTOS (1986: 61 e 64) também adota como ponto de referência os rendimentos pessoais, definindo, no entanto, três faixas de pobreza - a população "miserável", a população "indigente" e a população "pobre" -, percebendo, respectivamente, até 1/2, mais de 1/2 a um e mais de um a dois salários mínimos. Dada a variedade de critérios utilizados, decidimos apresentar a extensão da pobreza absoluta em nosso País a partir de dois procedimentos, mencionados a seguir.

Utilizemos, em primeiro lugar, os critérios propostos por SILVA (1988) para determinar a extensão da miséria e da pobreza, o que, como afirmamos, coincide parcialmente com a posição de PASTORE; ZILBERSTAJN; PAGOTTO (1983) acerca do assunto. A Tabela 4.1 mostra a evolução das porcentagens de famílias e pessoas que, de acordo com os mencionados critérios, são classificadas como miseráveis e pobres, ao longo do período que é objeto do presente trabalho: de 1970 a 1990.

TABELA 4.1

PORCENTAGEM DE FAMÍLIAS E PESSOAS VIVENDO EM SITUAÇÃO DE MISÉRIA E DE POBREZA (INCIDÊNCIA DA MISÉRIA E DA POBREZA) BRASIL - 1970, 1980, 1985 E 1990

Anos	Famílias		Pessoas	
	Miseráveis (%)	Pobres (%)	Miseráveis (%)	Pobres (%)
1970	43,9	69,1	(ND)	(ND)
1980	17,7	40,9	(ND)	(ND)
1985	14,7	34,6	18,7	40,7
1990	10,3	24,9	12,7	29,2

(ND) = Dado não-disponível.

Fontes: a) para 1970 e 1980: PASTORE; ZYLBERTSTAJN; PAGOTTO (1983: 21, 53, 94 e Apêndice 2), que utilizaram amostras dos Censos Demográficos dos mesmos anos; b) para 1985: SILVA (1988: 74), que se utilizou de dados da PNAD do mesmo ano; c) para 1990 (números absolutos): FIBGE (1992a: 254).

Como podemos observar, durante o período considerado, a miséria e a pobreza apresentaram ampla extensão, especialmente para um país que, nas últimas décadas, passou por acentuadas transformações econômicas, a ponto de ter chegado a ser, por volta da virada da década de 70 para a de 80, "a oitava economia industrial do mundo." (HOFFMANN & KAGEYAMA, 1986: 42)[32] Ainda no final do período em pauta,

[32] Ocorre que, como afirma SILVA (1988: 62), tratou-se de uma "modernização conservadora", tendo o Brasil orientado "o crescimento de sua estrutura produtiva para a satisfação das necessidades dos grupos de renda mais elevada, detentores de uma fração extremamente elevada da riqueza" do País.

uma em cada dez famílias era miserável e uma em cada quatro, pobre. A situação aparecia como mais grave se considerada pelo ângulo individual, e não, familiar: uma em cada oito pessoas era miserável e quase um terço dos indivíduos vivia em situação de pobreza.

Apesar disso tudo, porém, a Tabela 4.1 pode levar-nos a uma visão otimista acerca da evolução da miséria e da pobreza em nosso País: ela sugere que, embora fossem altos os índices de incidência de ambas ainda no final do período em análise, os mesmos apresentaram uma persistente queda ao longo das duas décadas em foco. No entanto, uma visão mais atenta do problema mostra que tal otimismo não se sutenta. Para comprová-lo, apresentaremos os quatro argumentos seguintes.

a) A diminuição do poder aquisitivo do salário mínimo

Para a definição das linhas de miséria e de pobreza, consideraram-se, respectivamente, os rendimentos familiares *per capita* equivalentes a 1/4 e a 1/2 salário mínimo. Ocorre, porém, que, diante dos gastos indispensáveis para fazer frente à alimentação - a "mais básica e essencial de todas as necessidades", o "núcleo básico e essencial de todas as necessidades, sem o qual a vida inexiste" (ROMÃO, 1991: 110) -, o salário mínimo brasileiro vem, sistematicamente, perdendo poder aquisitivo. A Tabela 4.2 mostra como, de acordo com pesquisas do Departamento Intersindical de Estudos e Estatísticas Sócio-Econômicas (DIEESE), um trabalhador com a menor remuneração mensal legal necessita trabalhar uma quantidade cada vez *maior* de horas para comprar *a mesma* cesta de alimentos, que o Decreto-Lei nº 399, de 30/04/38, define como "ração essencial".[33] A

[33] A "ração essencial" compõe-se dos seguintes bens e respectivas

TABELA 4.2

TEMPO DE TRABALHO NECESSÁRIO PARA QUE UM TRABALHADOR, GANHANDO SALÁRIO MÍNIMO, COMPRASSE A "RAÇÃO ESSENCIAL" E PODER AQUISITIVO DO SALÁRIO MÍNIMO, NA CIDADE DE SÃO PAULO, QUANDO DA REALIZAÇÃO DE CENSOS E PNADs (ANOS SELECIONADOS)

Anos	Tempo de trabalho necessário para comprar a "ração essencial"		Poder aquisitivo do salário mínimo 1970 = 100
	N.os absolutos	Índice 1970 = 100	
1960	81h 30min	77,46	129,09
1970	105h 13min	100,00	100,00
1980	157h 43min	149,90	66,71
1985	202h 52min	192,81	51,86
1990	224h 50min	213,69	46,79

Fontes (n.os absolutos): a) para 1960 e 1970: KOWARICK (1983: 198); b) para 1980: DIEESE (1980: 19); c) para 1985: DIEESE (1985: 69); d) para 1990: DIEESE (1990: 54).

Tabela 4.2 apresenta, ainda, as mudanças no poder aquisitivo do salário mínimo, caso confrontemos este último apenas com a variação dos preços dos bens que compõem a referida ração mínima.

A tabela acima mostra como, diante do item alimentação, que consome grande parcela do orçamento das famílias pobres (ROMÃO, 1991:

---

quantidades: carne (6,000kg), leite (7,5l), feijão (4,500kg), arroz (3,000kg), farinha de trigo (1,5000kg), batata (6,000kg), tomate (9,000kg), pão (6,000kg), pó de café (0,600kg), banana (7,5 dúzias), açúcar (3,000kg), banha (0,750kg) e manteiga (0,750kg). Recentemente, o DIEESE, para seus cálculos, tem substituído os 750g de banha por 900ml de óleo.

111-2), o poder aquisitivo do salário mínimo vem tendo queda extremamente acentuada, nas últimas décadas. Aquele que foi recebido quando da realização da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 1990 permitia comprar apenas cerca de 47% dos alimentos adquiridos com o salário mínimo percebido à época do Censo de 1970 e cerca de 70% dos bens alimentares comprados com o que foi pago quando ocorreu o Censo de 1980.[34]

Em termos reais, as famílias e os indivíduos situados no topo da faixa de *pobreza*, em 1990, tinham, ao menos quanto à alimentação - mantida, para esta, a mesma dotação percentual do orçamento familiar -, padrão de vida idêntico ao das famílias e dos indivíduos que, em 1970, situavam-se no topo da faixa de *miséria*. Dito em outros termos, ganhar até 1/2 salário mínimo familiar *per capita* em 1990 era o mesmo que receber até 1/4 do salário mínimo familiar *per capita* em 1970.

A partir desses dados, começa a desvanecer-se qualquer visão otimista acerca da evolução da miséria e da pobreza nas últimas décadas, em nosso País. Passemos, então, a um segundo argumento

---

[34] Outras fontes permitem comprovar a queda do poder aquisitivo do salário mínimo ao longo do tempo. Com base numa publicação oficial, podemos constatar que o poder de compra do mesmo (*não* se considerando apenas o item alimentação), em setembro de 1990, equivalia a apenas 61,66% daquele que tinha o salário mínimo em outubro de 1981. Chega-se a esse percentual a partir das seguintes afirmações: "O salário mínimo real de setembro de 1989 foi 35,7% superior ao de [setembro] de 1990. (...) ... o salário mínimo real de setembro de 1989 ... foi inferior" ao que vigorou "em outubro de 1981 (16,3%) ..." (FIBGE, 1990: 61) Por sua vez, ABRANCHES (1985: 28) afirma que "o salário mínimo apresentou uma perda real de valor muito grande entre 1964 e 1984 (44%)."

contrário a essa visão.

b) A diminuição do número médio de membros das famílias

Desconsideremos, temporariamente, a queda do poder aquisitivo do salário mínimo ao longo do período em foco. Ainda assim, há indicadores de que a diminuição dos percentuais de famílias e pessoas miseráveis e pobres (isto é, que viviam, respectivamente, com rendimentos familiares *per capita* equivalentes a até 1/4 e até 1/2 salário mínimo) deveu-se, em boa medida, *não* a um *aumento* dos rendimentos totais (medidos em salários mínimos) de cada uma dessas famílias, mas, sim, a uma *diminuição* do número médio de seus membros. Dito em outros termos, o aumento da renda familiar *per capita* (medida em salários mínimos) nesses segmentos foi ocasionado, ao menos em parte, não por um aumento no numerador (a renda familiar total), mas por uma diminuição no denominador (o número de componentes de cada família).

Entre 1970 e 1980, houve uma "redução do tamanho médio da unidade familiar, que caiu de 4,8 para 4,4 membros." (HOFFMANN & KAGEYAMA, 1986: 44) Essa diminuição refere-se ao conjunto da população brasileira, mas não cremos ser descabido supor que uma queda ao menos semelhante tenha ocorrido entre os segmentos menos abastados da população. Já com referência à década seguinte, os dados disponíveis dão-nos muito mais segurança quanto à correção do argumento. A Tabela 4.3 mostra a participação percentual das famílias com diferentes números de componentes, em 1981 e 1990, no conjunto das famílias do País.

Como é possível observar, cresceu a participação das famílias menores: a das famílias compostas por um ou dois membros teve

TABELA 4.3

PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DAS FAMÍLIAS, DE ACORDO COM O NÚMERO DE SEUS COMPONENTES, NO CONJUNTO DAS UNIDADES FAMILIARES BRASIL - 1981 e 1990

Anos	Número de componentes das famílias			
	Até 2	3 ou 4	5 ou 6	7 ou mais
1981	22,6	38,5	23,2	15,7
1990	26,2	42,8	22,3	8,7

Fonte: FIBGE (1990: 46).

um aumento de aproximadamente 16%, enquanto a das unidades familiares com três ou quatro indivíduos cresceu em cerca de 11%. A participação das famílias com cinco ou seis componentes teve ligeiro decréscimo (4%). Mas o fato mais significativo no período foi a acentuada diminuição percentual das famílias mais numerosas, com sete ou mais membros, cuja participação no conjunto das famílias caiu 45%.[35] Ora, existe uma clara correlação negativa entre o nível de renda familiar *per capita* e o tamanho das famílias.[36] Assim, se diminuiu a

[35] Em comparação com 1970, essa queda foi ainda mais acentuada: 65%, já que, naquele ano, as famílias com sete ou mais componentes representavam 24,9% do conjunto das famílias (PASTORE; ZYLBERTAJN; PAGOTTO, 1983: 11).

[36] ABRANCHES (1985: 34); HOFFMANN & KAGEYAMA (1986: 42); PASTORE; ZYRBERSTAJN; PAGOTTO (1983: 42); SILVA (1988: 73-4 e 86). Um fato que demonstra claramente a mencionada correlação negativa é que, ainda em 1985, em 33,7% das famílias miseráveis havia quatro ou mais crianças. Esse percentual caía quase à metade (17,4%) entre as famílias pobres com renda *per capita* situada entre mais de 1/4 e 1/2 salário mínimo,

participação das famílias mais numerosas e se, além disso, estas são as que têm menor poder aquisitivo, podemos concluir que *as famílias miseráveis e pobres estão-se tornando menores*.

Isso tudo é que nos leva a concluir que a "retração" das dimensões da miséria e da pobreza (consideradas estas *segundo os critérios já mencionados*), ao longo do período em foco, deveu-se, ao menos parcialmente, a uma diminuição do número médio de componentes das famílias situadas naquelas duas faixas. Esta diminuição torna possível elevar a renda familiar *per capita* ainda quando não aumente o total de rendimentos da unidade familiar.

Passemos, agora, a um outro argumento contrário à aparente diminuição da miséria e da pobreza no período em análise.

c) Aumento do número médio de pessoas trabalhando por família

Desconsideremos, novamente, a queda do poder aquisitivo do salário mínimo ao longo do período em pauta. A diminuição percentual de famílias e pessoas cuja renda familiar *per capita* chegasse a até 1/4 e até 1/2 salário mínimo parece-nos não se ter devido - principalmente, ao menos - a uma melhoria dos rendimentos recebidos

---

apresentando decréscimo acentuado à medida que se consideram as famílias com maior poder aquisitivo: chegava a apenas 0,7% entre as famílias com 10 ou mais salários mínimos *per capita*. (Cf. SILVA, 1988: 86) O fato de que as famílias com menor poder aquisitivo são as mais numerosas é comprovado, ainda, pela própria Tabela 4.1: as porcentagens de pessoas vivendo nas situações de miséria e de pobreza são *maiores* do que as porcentagens de famílias vivendo em tais situações.

pelos indivíduos pobres e miseráveis, mas ao aumento do número médio de pessoas trabalhando em cada família.

Tomemos, primeiramente, alguns indicadores indiretos desse aumento. A relação entre a População Economicamente Ativa (PEA) e a população total apresentou significativo crescimento ao longo do período considerado: passou de 31,73%, em 1970, para 43,76%, em 1990, tendo atingido 36,33% em 1980 (FIBGE, 1992a: 205-6, 254, 269 e 270). Já a taxa de atividade, que mede a relação entre a PEA e a População em Idade Ativa (incluindo esta as pessoas de 10 anos ou mais de idade), cresceu de 44,87%, em 1970, para 56,73%, em 1990, tendo alcanado 49,23% em 1980 (FIBGE, 1992a: 269-70).

Esses aumentos, por sua vez, deveram-se principalmente a uma maior presença feminina nas atividades econômicas: entre 1970 e 1990, mais do que dobrou a taxa de atividade entre as mulheres, que passou de 18,51% para 39,17%, depois de situar-se em 26,63% em 1980 (FIBGE, 1992a: 269-70). Como conseqüência, a participação feminina na PEA brasileira cresceu, ao longo do período, de 20,85% para 35,47% (FIBGE, 1992a: 269-70).

Passemos, agora, a indicadores diretos do aumento do número médio de pessoas trabalhando por família. Referindo-se ao período 1970-1980, HOFFMANN & KAGEYAMA (1986: 40-1) mostram que o aumento da carga de trabalho por família, ao longo dessa década, não se deu de forma homogênea entre os vários segmentos da população, tendo sido, em termos relativos, mais elevado entre os estratos com menor poder aquisitivo. De um lado, na quarta parte mais pobre da população, praticamente dobrou a proporção de famílias com duas pessoas contando com rendimento, tendo sido de 50% o aumento na proporção de famílias

em que havia três pessoas com rendimento. De outro lado, para "as famílias mais ricas, ... os aumentos relativos foram bem menores ...": na décima parte mais rica da população brasileira, as proporções de famílias com duas e com três pessoas auferindo rendimentos tiveram aumentos de 6,06% e 21,77%, respectivamente, entre 1970 e 1980.

Outro estudo demonstra como, na mesma década, aumentou a quantidade de trabalho nas famílias miseráveis e pobres, ainda que em sentido *diverso* do mencionado no parágrafo acima. PASTORE; ZILBERSTAJN; PAGOTTO (1983: 18, 105-6 e 111-2) consideram como estando com sobrecarga de trabalho uma família que, para sobreviver: a) coloca para trabalhar membros não-disponíveis, sendo assim classificados os "menores de 15 anos", os "adolescentes e adultos que ainda estavam na escola", os "menores de 18 anos que não estavam na escola e não tinham completado o primário" e, "para o caso dos adultos, os doentes, [os] maiores de 70 anos e os que já se encontravam aposentados"; ou b) leva seus membros disponíveis a "trabalhar excessivamente em termos de número de horas"; ou c) pratica as duas estratégias apontadas em *a* e *b*. Pois bem: entre as famílias que, segundo os critérios anteriormente apontados, são classificadas como miseráveis, a proporção daquelas que apresentavam sobrecarga de trabalho passou de 27,1%, em 1970, para 45,1%, em 1980; já entre as famílias que, embora situadas na faixa da pobreza, estavam acima da linha de miséria (ou seja, percebiam de mais de 1/4 a 1/2 salário mínimo *per capita*), essa variação foi de 32,7% para 49,8%, no mesmo período. (Cf. PASTORE; ZILBERSTAJN; PAGOTTO, 1983: 146, Tabela 28)

Dados referentes à década seguinte mostram que diminuiu a proporção das famílias com apenas uma pessoa trabalhando e aumentou a

das famílias com duas pessoas ocupadas: entre 1981 e 1990, essas proporções variaram, respectivamente, de 47,1% para 43,2% e de 24,9% para 29,1% (FIBGE, 1990: 46). Tais informações não discriminam as famílias de acordo com seus rendimentos, mas não há por que considerar que as mudanças percentuais tenham sido menos acentuadas entre as famílias mais pobres. Apesar da estagnação econômica que caracterizou o período (o que implicou em maior dificuldade em conseguir emprego), não é difícil supor que os segmentos mais mal remunerados tenham sido forçados a aumentar a carga familiar de trabalho como quer que fosse possível,[37] especialmente levando-se em conta que todos os oito decis mais pobres da população ocupada em 1990 tinham rendimentos médios *reais* mensais *menores* do que os dos oito decis mais pobres da população ocupada em 1981 (FIBGE, 1990: 96-7).

Vemos que, embora o tamanho médio das famílias em situação de miséria e de pobreza tenha diminuído durante as duas décadas consideradas, mais pessoas por unidade familiar nessas faixas da população tiveram que passar a trabalhar. Dessa maneira, a diminuição dos percentuais de famílias e de pessoas vivendo com rendimentos de até 1/4 e até 1/2 salário mínimo *per capita* deveu-se, em dose considerável, a um aumento na carga familiar de trabalho. Este aumento, por sua vez, além de colocar em xeque qualquer visão otimista

---

[37] "... as famílias pobres apresentam maior incidência de desemprego e subemprego, mobilizam para o trabalho os filhos em idade escolar e aqueles membros em menor condição de trabalhar (velhos, inválidos) e precisam submeter-se, no conjunto, a uma sobrecarga de trabalho para obter a renda parca que lhes garanta a subsistência precária. São as imposições da necessidade, que tolhem a liberdade, pois consomem as energias exclusivamente contra a morte." (ABRANCHES, 1985: 34-5)

da evolução das condições de vida de amplas parcelas da população - se examinadas tais condições do ponto de vista dos rendimentos monetários -, permite, ainda, levantar outra questão: considerando, de um lado, as precárias condições de apoio ao trabalho feminino[38] oferecidas pelo Estado (creches, por exemplo) e, de outro, que, nas famílias mais pobres, tende a ser maior o número de filhos,

> "... é de se supor que o ingresso das mulheres no mercado de trabalho ... atuou ... no sentido de piorar as condições de vida de muitas famílias, particularmente de seus filhos menores." (HOFFMANN & KAGEYAMA, 1986: 46)

d) Diminuição da importância da produção para autoconsumo

Vários autores[39] tem demonstrado que, nas pesquisas sobre distribuição de renda, o padrão de vida das famílias rurais acaba sendo subestimado relativamente ao das famílias urbanas, em virtude da possibilidade que têm as primeiras (inclusive as mais pobres) de dedicarem-se à produção para autoconsumo,[40] produção essa que *não* é

---

[38] Referimo-nos, aqui, a "apoio ao trabalho feminino" apenas no sentido de que, historicamente, em nossa sociedade, o trabalho realizado fora de casa tem sido predominantemente masculino. A rigor, considerar que a existência de creches, por exemplo, favorece apenas o trabalho *feminino* realizado fora do lar significaria considerar como mais ou menos *natural* uma divisão sexual do trabalho que, na verdade, tem caráter essencialmente *histórico*.

[39] Vejam-se, por exemplo: HOFFMANN (1991: 147); HOFFMANN & KAGEYAMA (1986: 26-7); MALAN & WELLS (1975: 243, nota 5); ROMÃO (1991: 104-5); SILVA (1988: 73).

[40] É claro que isso pode ser contrabalançado, ao menos em parte, pelo maior acesso das populações urbanas aos serviços de consumo coletivo, como, por exemplo, educação, saúde etc., apesar da já apontada

computada nas referidas pesquisas. Tal subestimação é tanto mais acentuada quanto *menos* predominem, no campo, as relações capitalistas de produção, já que, então - diferentemente do que ocorre com as famílias cujos rendimentos provêm exclusivamente da venda de força de trabaho -, parte razoável dos meios de consumo das famílias rurais *não* é obtida através da *compra* no *mercado*, mas por meio de produção visando o próprio consumo familiar. Ainda em tal situação, uma unidade familiar rural cujo rendimento *monetário* por pessoa seja *igual* ao de uma família urbana tem, em geral, um nível de consumo mais elevado.

Dois fenômenos, no entanto, vêm fazendo com que número cada vez menor de famílias possa complementar seus rendimentos monetários com a produção para autoconsumo: a urbanização (inclusive da estrutura ocupacional) e o avanço das relações capitalistas de produção.

Nas últimas décadas, tem diminuído acentuadamente, no conjunto da população, a proporção de habitantes do meio rural: 55,23% em 1960, 44,08% em 1970, 32,41% em 1980 e 25,93% em 1990 (FIBGE, 1992a: 205-7 e 254). Ao mesmo tempo, queda semelhante vem ocorrendo na proporção de pessoas que, no todo da população ocupada, dedicam-se às atividades próprias do setor primário: para os anos acima apontados, as respectivas participações foram de 54,0%, 44,3%, 29,9% e 22,8% (HASENBALG & SILVA, 1988: 14; FIBGE, 1992a: 297). Toda essa urbanização inviabiliza, em geral, a produção para autoconsumo.

Por outro lado, HASENBALG & SILVA (1988: 20) apresentam dados indicadores do avanço das relações de produção capitalistas ocorrido na história recente do País, dados esses referentes ao

---

precariedade da provisão dos mesmos pelo Estado no Brasil.

aumento da participação de empregados no conjunto da PEA: 47,9% em 1960, 54,8% em 1970 e 66,7% em 1980. Já os dados referentes a 1990 revelam ligeiro declínio da mencionada participação - 64,7% das pessoas ocupadas (FIBGE, 1992a: 297) -, possivelmente em decorrência da estagnação que caracterizou a economia brasileira nos anos 80, a qual, por sua vez, fez com que os trabalhadores tivessem maiores dificuldades em encontrar compradores de força de trabalho. No entanto, *mesmo no setor primário é acentuado o avanço das relações sociais típicas do capitalismo*: em 1990, eram empregados 36,9% dos indivíduos ocupados nas atividades agícolas (FIBGE, 1992a: 297), proporção que chegava a apenas 25,4% em 1970 (HASENBALG & SILVA, 1988: 21). Como sabemos, o crescente predomínio do trabalho assalariado torna cada vez menor a possibilidade de produzir para autoconsumo, mesmo no caso de trabalhadores dedicados a atividades rurais.[41]

Ora, situa-se nos estratos de mais baixos rendimentos a maioria das pessoas e famílias que, num primeiro momento, viviam no campo sob relações de produção não-capitalistas e, posteriormente, migram para as cidades ou proletarizam-se no campo. Sem a possibilidade de continuarem a *complementar* seus rendimentos monetários com a produção para autoconsumo, essas pessoas e famílias não passarão, necessariamente, a ter melhores condições de vida, caso, em comparação com sua situação anterior, tenham ligeiros aumentos em

---

[41] "Os trabalhadores assalariados - os bóias-frias - passavam a ter de adquirir no comércio os gêneros alimentícios que antes produziam. ... enquanto os colonos moravam em habitações da fazenda, os bóias-frias eram jogados na periferia das cidades próximas ..." (VITA, 1989: 92-3)

seus ganhos em dinheiro:

> "Se há uma tendência à redução dessa importância [da produção para autoconsumo] ao longo do tempo, o crescimento da renda dos estratos mais pobres ou a redução relativa das pessoas e famílias sem renda podem constituir apenas um fenômeno aparente, se se está considerando a renda como um indicador de bem-estar." (HOFFMANN & KAGEYAMA, 1986: 33)

Assim - ao lado dos argumentos anteriormente apresentados acerca do assunto -, também a diminuição da importância da produção para autoconsumo reforça a idéia de que a queda nos percentuais de famílias e pessoas vivendo com rendimentos *per capita* de até 1/4 e de até 1/2 salário mínimo é um fenômeno apenas *aparente* de arrefecimento da miséria e da pobreza em nosso País: se em 1990 eram menores do que em 1970 as proporções de famílias e de pessoas vivendo naquelas faixas de renda *per capita*, há que se considerar, porém, outro aspecto da questão: em 1990, comparativamente com o que ocorria em 1970, percentuais também menores de famílias e de pessoas podiam complementar seus rendimentos monetários com produção para seu próprio consumo.

* * * * *

O conjunto dos quatro argumentos que acabamos de apresentar mostra-nos que determinados dados estatísticos, considerados de forma isolada, podem levar-nos a uma visão - ao menos, parcialmente - deformada da realidade. Os dados da Tabela 4.1, baseados nos critérios até aqui adotados para definir as faixas de miséria e de pobreza, não permitiriam captar, em toda sua dramaticidade, a ampla extensão da destituição na sociedade brasileira, caso não tivessem sido seguidos dos argumentos apresentados e que, relativamente àqueles dados,

fizeram as vezes de ressalvas. No entanto, sendo considerados em conjunto com estas, fornecem um quadro bastante aproximado da extensão da destituição no Brasil.

Aliás, a justeza dos referidos argumentos parece-nos corroborada pelos resultados a que chegou ROMÃO (1991), através de procedimento diferente daquele proposto por SILVA (1988)/PASTORE; ZILBERSTAJN; PAGOTTO (1983). Como veremos a seguir, tais resultados confirmam que, ao longo do período enfocado, a pobreza absoluta manteve-se em níveis alarmantes em nosso País.

Partindo de um estudo do Banco Mundial sobre o Brasil, realizado em 1979 e no qual essa instituição adota padrões nutricionais recomendados pela FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e para a Agricultura) e pela OMS (Organização Mundial de Saúde), ROMÃO (1991) calculou o valor de uma cesta de alimentos de baixo custo. Esse valor foi, então, convertido em porcentagem do salário mínimo de setembro de 1986: 53%. A seguir, utilizando dados do ENDEF (Estudo Nacional de Despesas Familiares) de 1978, o autor estimou o percentual da renda total das famílias pobres gasto com alimentação. Essa proporção, conhecida como Coeficiente de Engel, foi de 59,9%. Sabendo que a cesta básica correspondia a 53% do salário mínimo de setembro de 1986 e que 59,9% do orçamento das famílias pobres eram destinados à alimentação, foi possível ao autor determinar o montante necessário para a satisfação tanto dos requisitos nutricionais quanto das necessidades complementares: 88,47% do salário mínimo de setembro de 1986.[42] Este montante, por sua vez, foi

[42] Chega-se a esse percentual multiplicando-se o custo da cesta básica

considerado como o valor monetário da linha de pobreza para o Brasil.

A Tabela 4.4 mostra a evolução da incidência da pobreza, ou seja, da porcentagem de pessoas que, de acordo com o procedimento mencionado acima, encontravam-se abaixo da linha de pobreza, no período compreendido entre 1960 e 1988, em anos selecionados.

TABELA 4.4
PORCENTAGEM DAS PESSOAS ABAIXO DA LINHA DE POBREZA
(INCIDÊNCIA DA POBREZA)
BRASIL - ANOS SELECIONADOS

Anos	Incidência da pobreza
1960	41,4
1970	39,3
1980	24,4
1983	41,9
1986	28,4
1987	35,9
1988	39,3

Fonte: ROMÃO (1991), valendo-se de dados dos Censos Demográficos de 1960, 1970 e 1980 e das PNADs de 1983, 1986, 1987 e 1988.

É verdade que, durante o período contemplado na tabela acima, houve momentos de queda acentuada na incidência de pobreza absoluta no País. É o caso de 1980, em comparação com 1970,[43] e do ano

---

pelo inverso da proporção de gastos com alimentação das famílias pobres.

[43] É possível que essa queda apareça *superestimada* na Tabela 4.4, levando-se em conta o que segue: "No questionário [do Censo] de 1970 foi feita uma única pergunta [sobre renda ao entrevistado],

da experiência "heterodoxa" do Plano Cruzado. No entanto, aquela incidência tem sido "quase invariante no longo prazo" (ROMÃO, 1991: 117). Afinal de contas, a proporção de pessoas que viviam abaixo da linha de pobreza, em 1988, era *igual* à de 1970: praticamentente 40% dos indivíduos eram pobres.

Procuremos, agora, ir um pouco além dos dados apresentados na Tabela 4.4. Levando-se em conta, de um lado, que o PIB *per capita* de 1990 era quase 5% *menor* do que o de 1988 (FIBGE, 1992a: 1026) e, de outro, o altíssimo grau de concentração da renda que tem caracterizado a sociedade brasileira (assunto que abordaremos a seguir), não nos parece descabido supor que, entre 1988 e 1990, *não* tenha havido mudanças significativas no que toca à ampla extensão da pobreza absoluta no Brasil, tal como expressa na última tabela apresentada. Em outros termos, é muito provável que, ao final do período que estamos considerando no presente trabalho, a situação da destituição no País fosse, na melhor das hipóteses, muito semelhante àquela existente em 1988.

2.2. A pobreza relativa

Dada a ampla extensão da pobreza absoluta no Brasil, um leitor menos informado sobre o País poderia supor que se trata de uma

---

solicitando-se o rendimento médio da pessoa. Já no Censo de 1980 o questionário foi mais detalhado, incluindo sete perguntas sobre renda ... ... é possível que a especificação de certos tipos de rendimentos, tais como os relativos a benefícios (aposentadoria, pensões, 14º salário do PIS ou PASEP) e rendimentos provenientes de 'outras ocupações exercidas habitualmente', tenha melhorado em alguma medida as declarações, especialmente dos estratos de menor renda." (HOFFMANN & KAGEYAMA, 1986: 31)

sociedade com atraso econômico secular e sem quaisquer segmentos apresentando padrões de vida elevados e cada vez melhores. Nada mais distante da realidade do que essa imagem.

Em primeiro lugar, a sociedade brasileira, desde há várias décadas, vem apresentando, em geral, um crescimento no mínimo razoável de seu Produto Interno Bruto (PIB), fato que se deve, em boa medida, ao avanço da industrialização. Um dado ilustrativo daquele crescimento é que o PIB de 1984 era mais de oito vezes maior do que o de 1949 (SILVA, 1988: 64, Figura 1). Uma fase recente da história do País foi caracterizada por enorme crescimento da produção: entre 1968 e 1974, o PIB real cresceu a uma taxa média anual de 11,2%, sendo que o setor industrial, no período, expandiu-se a taxas de 12,7% anuais (HASENBALG & SILVA, 1988: 13).

Como podemos observar pela Tabela 4.5, que apresenta a

TABELA 4.5
ÍNDICES DOS VALORES TOTAL E *PER CAPITA* DO PRODUTO INTERNO BRUTO
BRASIL - 1960, 1970, 1980 e 1990

Anos	Índice do Produto Real Valor total Base: 1960 = 100	Índice do Produto Real Valor *per capita* Base: 1960 = 100
1960	100	100
1970	179	135
1980	406	240
1990	471	230

Fontes (variações percentuais): a) entre 1960 e 1970 e entre 1970 e 1980: HOFFMANN & KAGEYAMA (1986: 26 e 45); b) entre 1980 e 1990: FIBGE (1992a: 1026).

evolução do PIB e do PIB *per capita* entre 1960 e 1990, a economia brasileira, nas últimas décadas, tem estado em crescimento: mesmo com o arrefecimento dos anos 80, o PIB de 1990 era quase cinco vezes maior do que o de 1960. O PIB *per capita*, por sua vez, bem mais do que dobrou no período, embora tendo sido maior em 1980 do que em 1990.

Assim sendo, cabe a pergunta: como uma sociedade cuja economia tem-se caracterizado por uma forte tendência ao crescimento apresenta, ao mesmo tempo, os grandes bolsões de pobreza absoluta a que nos referimos há pouco? O aparente paradoxo explica-se pelo elevado grau de *concentração*, nas mãos de poucos, da riqueza gerada no País. Como procuraremos demonstrar a seguir, o período que nos interessa mais diretamente no presente trabalho - de 1970 a 1990 - caracterizou-se, não apenas por *manter* a secular disparidade de riquezas existente na sociedade brasileira, mas, ainda, por *aprofundá-la*.

Bons indicadores do grau de concentração de riquezas em uma sociedade como a brasileira, em que a mercantilização e a monetarização tornam-se cada vez mais acentuadas, são os dados referentes à distribuição de *rendimentos monetários* auferidos pelos diferentes segmentos da população. Assim sendo, utilizar-nos-emos dos dados sobre o assunto obtidos através dos Censos de 1960, 1970 e 1980 e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 1990. Apesar das *limitações* desse tipo de coleta apontadas por vários autores[44] - uma de cujas principais conseqüências é a *subestimação do*

---

[44] Consultem-se, por exemplo: BONELLI & SEDLACEK (1991: 56-7); CASTRO (1991: 9-11); HOFFMANN (1991: 147); HOFFMANN & KAGEYAMA (1986: 26-31); MALAN & WELLS (1975: 243 [nota 5] e 244); SABOIA (1991: 181); SILVA

próprio grau de desigualdade -, julgamos que as informações assim obtidas fornecem uma visão aproximada da realidade.

Comecemos, então, pela evolução da distribuição dos rendimentos *pessoais* da PEA com rendimento entre 1960 e 1990, o que é enfocado na Tabela 4.6.

Propositalmente, nela incluímos o ano de 1960: quando foram divulgados os dados relativos ao Censo de 1970 - ano em que teve início o existência da Loteria Esportiva -, constatou-se que o País, ao lado das "elevadas taxas de cresimento econômico" que vinha apresentando, tinha passado, ao longo da década de 60, "por um extraordinário processo de crescimento da desigualdade da distribuição da renda, colocando o Brasil entre os países do mundo onde a renda é mais concentrada." (HOFFMANN & KAGEYAMA, 1986: 25-6)[45]

(1988: 73). Dentre as limitações desse tipo de levantamento de dados, cabe mencionar a já apontada desconsideração da produção para autoconsumo no meio rural, a exclusão dos lucros retidos pelas empresas (já que se trata de distribuição *pessoal* - e não, *funcional* - da renda) e a subdeclaração de rendimentos, especialmente dos estratos mais ricos.

[45] Os dados disponíveis eram tão evidentes, que chegou a haver um *consenso* acerca do aprofundamento da concentração de renda ocorrido durante os anos 60 (BONELLI & SEDLACEK, 1991: 47; RAMOS & REIS, 1991: 33, nota 7; SERRA, 1975: 280). Tomemos até mesmo um trabalho encomendado pelo Ministério da Fazenda (cf. MALAN & WELLS, 1975: 241; LOPES, 1975: 291, nota 5) e que, quando publicado, em 1973, sob a forma de livro, foi prefaciado pelo então Ministro da Fazenda. Embora o autor considerasse a concentração como "autocorrigível a longo prazo", a obra apresenta uma tabela que mostra que, entre 1960 e 1970, apenas o decil mais rico - ao contrário de todos os demais - havia melhorado sua participação no total da renda. (Cf. LANGONI, 1978: 64,

TABELA 4.6

DISTRIBUIÇÃO DE RENDIMENTOS DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA COM RENDIMENTO, SEGUNDO OS CORTES PERCENTUAIS

BRASIL - 1960, 1970, 1980 e 1990

Cortes percentuais	Porcentagem de rendimento							
	1960		1970		1980		1990	
	(A)	(B)	(A)	(B)	(A)	(B)	(A)	(B)
10-	1,9	1,9	1,2	1,2	1,1	1,1	0,8	0,8
10	2,0	3,9	2,2	3,4	2,1	3,2	1,8	2,6
10	3,0	6,9	2,9	6,3	2,9	6,1	2,2	4,8
10	4,4	11,3	3,7	10,0	3,7	9,8	3,0	7,9
10	6,1	17,4	4,9	14,9	4,4	14,2	4,1	11,9
10	7,5	24,9	6,0	20,9	5,5	19,7	5,5	17,4
10	9,0	33,9	7,3	28,2	7,2	26,9	7,3	24,7
10	11,3	45,2	9,9	38,1	9,9	36,8	10,3	35,0
10	15,2	60,4	15,2	53,3	15,5	52,3	16,3	51,3
10+	39,6	100,0	46,7	100,0	47,7	100,0	48,7	100,0
5+	28,3	-	34,1	-	34,9	-	34,9	-
1+	11,9	-	14,7	-	14,9	-	14,2	-

(A) = Porcentagem de rendimento na classe percentual.

(B) = Porcentagem de rendimento acumulada.

Fontes: a) para 1960 e 1970: FIBGE (1981: 649); b) para 1980: _____ (1983a: 793); c) para 1990: _____ (1992a: 282).

No entanto, a concentração não parou de crescer, desde 1970: o índice de Gini[46] da distribuição de renda da PEA com rendimento, que

---

Tabela 3.5)

[46] Esse índice mede o grau de concentração de uma determinada distribuição. Seu valor varia de zero (quando ocorre uma perfeita igualdade na distribuição) a um (quando há uma desigualdade limite).

havia passado de 0,497, em 1960, para 0,565, em 1970, chegou a 0,590 em 1980 e a 0,607 em 1990, depois de ter atingido 0,637 em 1989.[47] Além disso, se tomarmos todo o período abordado pela Tabela 4.6, veremos que, de 1960 a 1990, houve perda de participação para todos os oito decis mais pobres, sendo que a já pequena participação (1,9%) dos 10% mais pobres, em 1960, apresentou uma redução de mais de 50%, em 1990. Por outro lado, ao final do mesmo período, os 10% mais ricos apropriavam-se de quase a metade dos rendimentos da PEA, enquanto o centil mais rico tinha uma participação maior do que todos os 50% mais pobres juntos: 14,2% contra 11,9%.

Outra forma de constatarmos o avanço da concentração de renda, nas últimas décadas, é compararmos os *rendimentos médios* dos vários estratos da PEA com rendimento. Isso foi feito por CUPERTINO (1976), para os anos de 1960 e 1970, o que é apresentado na Tabela 4.7.

Os dados são eloqüentes. Comparativamente aos 10% mais pobres, os 10% mais ricos, que já ganhavam, em média, 33 vezes mais em 1960, passaram a ganhar 42,5 vezes mais, em 1970. Quanto ao centil mais rico, seus integrantes chegaram a 1970 auferindo um rendimento médio 130 vezes maior do que o do decil mais pobre.

Posteriormente ao período abordado na Tabela 4.7, as já marcantes diferenças de rendimentos médios continuaram a acentuar-se,

---

[47] Os índices referentes a 1960, 1970 e 1980 foram extraídos de BONELLI & SEDLACEK (1991: 57). Já os concernentes a 1989 e 1990 foram obtidos de FIBGE (1992a: 281). BONELLI & SEDLACEK (1991: 66) afirmam que "a *concentração* da renda alcançou ao fim dos anos 80 níveis sem precedentes no Brasil".

TABELA 4.7

RELAÇÃO ENTRE OS NÍVEIS MÉDIOS DE RENDA DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA COM RENDIMENTOS, SEGUNDO CORTES PERCENTUAIS SELECIONADOS

BRASIL - 1960 e 1970

Base: Decil mais pobre = 1

Cortes percentuais	1960	1970
10-	1	1
10+	33	42,5
5+	45	62
1+	96	130

Fonte: CUPERTINO (1976: 24)

como o demonstram as Tabelas 4.8 e 4.9, que dispensam maiores comentários. Vale a pena destacar, apenas, no caso destas duas tabelas, a *queda de rendimento médio real dos oito decis mais pobres*, entre 1981 e 1990, enquanto que os estratos mais bem aquinhoados, mesmo numa década de crise, conseguiram melhorar seus rendimentos reais, o que é tanto mais válido quanto mais encontravam-se no topo da "pirâmide".

TABELA 4.8

RENDIMENTO MÉDIO MENSAL REAL, OBTIDO EM TODAS AS OCUPAÇÕES, DAS PESSOAS ECONOMICAMENTE ATIVAS COM RENDIMENTO, SEGUNDO OS CORTES PERCENTUAIS

BRASIL - 1981 e 1990

Cortes percentuais	1981		1990	
	Rendimento(a)	índice(b)	Rendimento(a)	índice(b)
10-	2.505	1,00	2.231	1,00
10	5.232	2,12	5.014	2,24
10	8.081	3,22	6.189	2,77
10	10.427	4,16	8.366	3,74
10	12.992	5,18	11.278	5,05
10	16.472	6,57	15.221	6,82
10	21.351	8,52	20.452	9,16
10	29.011	11,58	28.755	12,88
10	43.747	17,46	45.025	20,18
10+	122.091	48,73	131.920	59,13
5+	173.422	69,23	188.566	84,52
1+	328.999	131,33	380.810	170,69

(a) = rendimento em cruzeiros de setembro de 1990. Os valores de 1981 foram infacionados com base no INPC.

(b) = base: percentil mais pobre = 1,00.

Fonte (rendimentos absolutos): FIBGE (1990: 96-7).

TABELA 4.9

RENDIMENTO[a] MÉDIO MENSAL REAL DAS PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE E COM RENDIMENTO, SEGUNDO OS CORTES PERCENTUAIS

BRASIL - 1981 e 1990

Cortes percentuais	1981		1990	
	Rendimento[b]	índice[c]	Rendimento[b]	índice[c]
10-	2.387	1,00	2.106	1,00
10	4.911	2,05	4.198	1,99
10	6.952	2,91	5.971	2,83
10	9.547	3,99	7.306	3,46
10	12.169	5,09	10.438	4,95
10	15.550	6,51	14.108	6,69
10	20.427	8,55	19.483	9,25
10	28.093	11,76	27.922	13,25
10	43.265	18,12	44.347	21,05
10+	124.997	52,36	134.278	63,75
5+	179.044	75,00	193.475	91,86
1+	348.065	145,81	393.962	187,06

(a) = rendimento de todas as fontes.

(b) = rendimento em cruzeiros de setembro de 1990. Os valores de 1981 foram inflacionados com base no INPC.

(c) = base: percentil mais pobre = 1,00.

Fonte (rendimentos absolutos): FIBGE (1990: 84-5).

Deixemos, agora, de lado a distribuição *pessoal* da renda e abordemos a distribuição de renda entre as *famílias*. Apesar do aumento da carga de trabalho entre as famílias mais pobres (que demonstramos no sub-item 2.1 deste capítulo), estas não têm conseguido melhorar sua participação na renda total das famílias. Como mostra a Tabela 4.10, entre 1970 e 1990, os três decis mais pobres tiveram diminuída sua participação naquele total. Além disso, se compararmos essa tabela com

TABELA 4.10

DISTRIBUIÇÃO DE RENDIMENTOS DAS FAMÍLIAS COM RENDIMENTO, SEGUNDO OS CORTES PERCENTUAIS - BRASIL - 1970, 1980 e 1990

Cortes percentuais	Porcentagem de rendimento					
	1970		1980		1990	
	(A)	(B)	(A)	(B)	(A)	(B)
10-	1,2	1,2	1,0	1,0	0,8	0,8
10	2,0	3,2	1,8	2,8	1,5	2,3
10	3,0	6,2	2,6	5,4	2,3	4,6
10	3,3	9,5	3,3	8,7	3,3	7,9
10	4,3	13,8	4,6	13,3	4,4	12,3
10	5,5	19,3	5,8	19,1	5,9	18,2
10	7,7	27,0	8,1	27,2	7,9	26,1
10	11,3	38,3	11,1	38,3	11,0	37,1
10	15,9	54,2	16,5	54,8	17,0	54,1
10+	45,8	100,0	45,2	100,0	45,1	100,0
5+	32,2	-	31,2	-	32,0	-
1+	12,0	-	13,2	-	12,1	-

(A) = Porcentagem de rendimento na classe percentual.

(B) = Porcentagem de rendimento acumulada.

Fontes: a) para 1970 e 1980: FIBGE (1983a: 797); b) para 1990: _____ (1992a: 274).

a Tabela 4.6, apresentada anteriormente, constataremos que ambas as distribuições - pessoal e familiar - da renda apresentam evoluções bastante semelhantes, no mencionado período. Dentre as similitudes, vale destacar que, tomando-se as famílias como unidades de análise, aquelas que compunham os 10% mais bem aquinhoados apropriavam-se de quase a metade do total dos rendimentos, em 1990, enquanto o centil mais rico tinha uma participação praticamente igual à do conjunto

formado pelos 50% mais pobres, no mesmo ano.

Assim, seja considerada pelo ângulo individual ou familiar, a distribuição da renda, no Brasil, é extremamente desigual. Não é outro o motivo pelo qual afirma ROMÃO (1991: 103-4):

> "Se existe algum aspecto sobre o qual há consenso entre os analistas da economia brasileira, é o de que nela prepondera uma das distribuições de renda mais desiguais do mundo ocidental, senão a mais desigual. Com efeito, os conhecidos relatórios anuais do Banco Mundial fornecem algumas estatísticas básicas sobre 129 países-membros, afora aqueles com população inferior a um milhão de habitantes. Pois bem, na sua última versão [1988], o relatório apresenta informações de distribuição de renda para 46 países e entre estes o Brasil é o que aparece com o perfil mais iníquo ..."[48]

Deixando de lado as estatísticas e considerando aquilo que estas expressam de modo aproximado, CAMARGO & GIAMBIAGI (1991: 17) referem-se à

> "... enorme disparidade de rendas hoje vigente e que faz com que vivam lado a lado - às vezes no mesmo bairro ou na mesma rua - famílias com padrões de vida similares aos dos grupos de renda alta de muitos países desenvolvidos e famílias com níveis de renda próximos de alguns dos países mais pobres do mundo."

No mesmo país, convivem mansões e favelas; a mais profunda destituição e os mais luxuosos *shoppings*, esses modernos templos do consumismo; as mais modernas sofisticações eletrônicas e padrões de vida tão baixos, que alguém poderia julgá-los coisa de um passado

---

[48] "É notório que a distribuição de renda no país é, senão a pior, uma das piores do mundo ..." (CACCIAMALI, 1991: 140)

distante. Convivem, enfim, a riqueza e a pobreza mais acentuadas.

No entanto, considerada em termos *relativos*, a pobreza, no período que mais diretamente nos interessa (de 1970 a 1990), não se limitou àqueles segmentos da sociedade que se encontravam no pólo oposto ao da riqueza, tal como mencionado no parágrafo acima, nem àqueles que sofreram uma piora *absoluta* em suas condições de vida. Com muito vigor, os dados apresentados mostram, que - *relativamente* à riqueza criada no País e àquela apropriada por outros segmentos da *mesma* sociedade (aqueles que vêm sendo beneficiados pela "modernização conservadora") - *a maioria da população brasileira tornou-se mais pobre*, já que sua *participação* na riqueza total diminuiu, de maneira acentuada, ao longo do período.

2.3. Conclusão sobre as condições de vida da maioria da população

Estudando a pobreza absoluta e a pobreza relativa no Brasil, com base nos rendimentos monetários, tivemos fortes indicadores de que as condições de vida, em nosso País, no período 1970-1990, foram bastante precárias para a grande maioria da população. De um lado, mantiveram-se extremamente altos os índices da mais acentuada destituição absoluta. De outro, boa parte daqueles segmentos da população que não poderiam ser classificados como estando na faixa da pobreza absoluta perdeu participação relativa na riqueza criada socialmente, ainda quando não tenha havido uma piora absoluta em suas condições de existência.

No entanto, deve ficar claro que, ao procurarmos apresentar a situação da pobreza no Brasil tomando como base somente os rendimentos monetários, tivemos uma visão apenas *aproximada* da

precariedade de condições de vida que têm caracterizado segmentos majoritários da população brasileira. Quais suas reais condições de habitação (isso, no caso dos que têm alguma moradia)? Quais suas possibilidades de acesso à educação e ao sistema saúde? Qual sua expectativa de vida? Quantas vezes - e por quanto tempo a cada vez - muitos de seus integrantes estiveram desempregados? Estas perguntas (e outras semelhantes), se respondidas, possivelmente mostrariam um quadro ainda mais dramático da situação social brasileira.

Além disso, ao trabalharmos com os rendimentos monetários como meio de aproximação da realidade, ficamos apenas num nível *superficial* e mais *visível* desta, neste item 2 do presente capítulo. Diferentemente do que fizemos no item anterior, aqui deixamos de lado as *relações sociais essenciais* do capitalismo, as quais, em boa medida, explicam tanto os níveis em que se situam tais rendimentos quanto a distribuição dos mesmos.[49] Observe-se, a respeito, a citação abaixo, que, a nosso ver, aplicar-se-ia, não apenas aos estudos sobre distribuição de renda (como explicitam os autores), mas, também - com as devidas adaptações - aos estudos da pobreza absoluta baseados no

---

[49] HOFFMANN (1991: 163), ao lado de considerar o próprio "sistema econômico vigente" como importante fator da desigualdade na distribuição de renda no Brasil, aponta alguns determinantes do *grau* em que se concentra a renda em cada sociedade capitalista concreta: "Entre os fatores determinantes de maior ou menor desigualdade cabe mencionar o nível de desenvolvimento econômico e a inserção do país na economia mundial ([como país] central ou dependente), a existência [ou não] de uma tradição de governos democráticos e a organização da sociedade civil, com ênfase para a organização sindical. Com relação à distribuição da renda na agricultura, cabe ressaltar a influência da distribuição da posse da terra."

"método da renda":

> "... ao estudar a distribuição da renda entre indivíduos ou entre famílias, ... estaremos apenas nos reportando ao resultado final mais visível e imediato da complexa tela de relações sociais do sistema econômico vigente. Isto significa que estaremos olhando a desigualdade de um ângulo restrito, no qual todos os indivíduos são 'iguais' perante o mercado, no sentido de que são detentores de uma qualidade comum - a posse de uma renda monetária - e só desiguais em função das diferentes quantidades possuídas.[50] Mas não se pode [*SIC*] isolar as duas coisas de forma completa: a desigualdade na distribuição pessoal da renda não deixa de refletir, em certa medida, a desigualdade que se estabelece no plano social por força da própria natureza do sistema capitalista." (HOFFMANN & KAGEYAMA, 1986: 33)

3. Os dois fatores, vistos em conjunto

Nos dois itens anteriores, tratamos de dois fatores estruturais do massivo ato de aposta em jogos por dinheiro na sociedade brasileira: o incentivo dado pela ideologia burguesa ao sucesso monetário e as precárias condições de vida da maioria da população.

Embora, neste capítulo, estejamos trabalhando num plano essencialmente teórico, podemos buscar compreender *de que maneira* esses fatores do sucesso popular de jogos por dinheiro no Brasil atuam *como tais*. Comecemos por abordar cada um *isoladamente*.

---

[50] Esse fato permite compreender por que, neste item 2 do presente capítulo, ao contrário do item que o precedeu, não fizemos referência a *classes sociais*, mas a *estratos de renda*, cujos limites são definidos de forma bastante arbitrária pelo pesquisador.

O primeiro deles leva muitos indivíduos a buscarem alcançar grandes fortunas por meio de um canal *não-convencional* de ascensão social: a aposta. Esta traz uma possibilidade *remota*, mas, ao mesmo tempo, *real*, de que seja atingido tal objetivo, através da premiação do apostador. A mencionada possibilidade, por sua vez, torna o ato de aposta (que, como vimos, é uma *compra* da possibilidade de ganhar o prêmio) um "investimento" que, *em potência*, é altamente lucrativo.

O segundo dos fatores leva o apostador/comprador a buscar na aposta uma possibilidade - *remota*, mas *real* - de sair de suas dificuldades financeiras, ou seja, de afastar-se de suas más condições de vida, através da obtenção do prêmio.

No entanto, é importante ter claro que os mencionados fatores não são excludentes entre si, atuando, pelo contrário, de modo *conjugado*, como veremos a seguir.

Buscar, por meio da aposta, a solução do "problema" que são as precárias condições de existência da maioria da população não é algo incompatível com a tentativa de, ao mesmo tempo, ganhar quantias fabulosas de dinheiro. É possível, na prática, procurar alcançar concomitantemente a referida solução e o sucesso monetário. Isso, porque a aposta traz várias possibilidades: o apostador pode não ganhar prêmio nenhum; pode ganhar um pequeno prêmio, suficiente, apenas, para abrandar uma situação financeiramente difícil; pode, também, obter um prêmio que não apenas venha a tirá-lo dessa situação de dificuldade, como, ainda, converta-o num milionário. Em outros termos, dentre os resultados *possíveis* de uma única aposta *encontram-se* estes dois últimos resultados. Porém, mais do que não serem dois objetivos incompatíveis, trata-se, em certo sentido, de

objetivos *complementares*: se alcançado, o sucesso monetário é, do ponto de vista *individual* (e *não*, estrututral, é claro), a negação mais resoluta das más condições de vida da maior parte dos brasileiros.

Por outro lado, estas condições de vida tornam a idolatria do dinheiro um *fator sociologicamente efetivo* do ato de aposta, no Brasil. Para compreendê-lo, vale lembrar que, na ideologia burguesa, essa idolatria é acompanhada da afirmação de *igualdade, para todos os indivíduos*, da possibilidade de alcançar o sucesso monetário. Se ambos os aspectos dessa ideologia enformarem em *grau igualmente acentuado* o pensamento de parte significativa dos indivíduos de uma determinada sociedade capitalista, a prática de jogos por dinheiro não será, aí, de modo algum, um comportamento massivo: haverá conformação à busca do sucesso monetário, mas, também, a aceitação do igualitarismo burguês e, portanto, das regras quanto aos meios considerados "normais" e suficientes para alcançá-lo (o esforço pessoal, a melhor capacitação profissional etc.), meios esses que excluirão, por "desnecessário", o jogo. Porém, se o sucesso monetário tiver sido fortemente internalizado enquanto objetivo a ser buscado, mas o mesmo não ocorrer quanto à crença na igualdade de oportunidades, tenderá a haver caminhos alternativos para procurar aquele objetivo - dentre eles, o jogo (MERTON, 1978: 302, 306 e 308).[51] Ora, as más condições de vida da

---

[51] Num estudo de caso que aborda uma casa de jogos localizada numa área residencial de classe trabalhadora, em New England, e que pagava pequenos prêmios, afirma ZOLA (1967: 30-1) que os apostadores "estão cientes dos principais objetivos e valores da sociedade de classe média [*middle-class society*], mas são relutantes ou incapazes de realizá-los por meio dos métodos normais." WEINSTEIN & DEITCH (1974:

maior parte da população brasileira atuam exatamente no sentido de levar a uma *negação*, no plano do pensamento, da propalada igualdade de oportunidades: elas permitem, ao menos, vislumbrar que *não basta* o esforço individual, continuamente renovado, para alcançar o sucesso monetário, já que, de fato, as condições para tanto *não* são iguais para todos.[52] Queremos dizer, enfim: a) que, ao nível do pensamento, uma *combinação* entre a negação[53] de um aspecto da ideologia burguesa (a idéia segundo a qual há igualdade de oportunidades de ascensão social para todos) e a aceitação de outro aspecto da mesma (a valorização do sucesso monetário) cria uma situação altamente favorável à prática de jogos por dinheiro e b) que, no caso da sociedade brasileira, essa combinação deve-se, em dose razoável, às condições em que vive, precariamente, a maioria da população.

---

4) afirmam que o jogo oferece "a esperança de uma vida melhor para pessoas que, de outro modo, têm poucas probabilidades de melhorar sua situação socioeconômica." Posição semelhante é a de CAILLOIS (1958: 277).

Um texto publicado na época "áurea" da Loteria Esportiva, escreveu MARTINS (1979: 150): "Operários ouvidos em São Paulo alegam que o burguês mítico [aquele que se enriqueceu com o trabalho próprio e por meio de privações] é inverossímil. Trabalhador para enriquecer, só com muita sorte, só ganhando na loteria esportiva ou recebendo prêmios no programa que o carismático Sílvio Santos mantém na televisão."

[53] Para que essa negação tenha o efeito apontado, não é necessário que a mesma apareça de modo plenamente *consciente* para os indivíduos da sociedade considerada, sendo, por exemplo, verbalizada por eles de modo espontâneo - isto é, sem serem chamados a tratar do assunto -. Basta, para tanto, que os mesmos vislumbrem, com frequência, que as condições para alcançar o sucesso monetário por meio dos canais "normais" não são, de fato, iguais para todos.

No próximo capítulo, procuramos mostrar como os fatores aqui apontados do ato de aposta atuam "empiricamente" na sociedade brasileira. Antes de fazê-lo, porém, julgamos que, para concluir o presente capítulo, vale a pena chamar a atenção do leitor para a *posição dúbia* que a "moral dominante" nas sociedades capitalistas tem em relação ao jogo. Tal posição, como veremos a seguir, vincula-se à própria *ambivalência* do jogo frente à ideologia burguesa, ambivalência essa *parcialmente* abordada há pouco.

Já vimos que o sucesso popular de jogos por dinheiro *manifesta* a força e, em algum grau, a debilidade da ideologia burguesa: a força da aceitação do incentivo ao sucesso monetário, a debilidade da crença na "igualdade de oportunidades". Mais do que isso, no entanto, a prática massiva de jogos pode *contribuir* para aprofundar tais força e debilidade. De um lado, essa prática tende a reforçar o principal objetivo culturalmente prescrito nas sociedades capitalistas, na medida em que "mantém vivas fantasias e sonhos de ascensão social espetacular" (TEC, 1964: 60).[54] De outro lado, porém, pode ajudar a erodir, no plano da consciência, as justificativas ideológicas do capitalismo, que, como vimos no item 1 do presente capítulo, combinam a idéia da "igualdade de oportunidades" com a "meritocracia". Por que? Ora, o jogo

> "...nega o trabalho, a paciência, a habilidade, a qualificação; elimina o valor profissional, a regularidade, o treinamento. Abole, num instante, os resultados assim acumulados. (...) Aparece como uma insolente e soberana zombaria do mérito. (...) ... não tem por função fazer

[54] O jogo traz "a miragem de uma fortuna instantânea, a possibilidade súbita do lazer, da riqueza e do luxo." (CAILLOIS, 1958: 277)

> ganhar dinheiro aos mais inteligentes, mas, ao contrário, abolir as superioridades naturais ou adquiridas dos indivíduos, a fim de colocar cada um em pé de igualdade absoluta diante do veredito cego do acaso." (CAILLOIS, 1958: 56-8)

Nesse sentido, DEVEREUX[55] afirma que

> "... o jogo representa uma violação, em princípio, dos principais preceitos da ética econômica embutida na cultura dominante do capitalismo protestante. ... as recompensas, no jogo, são baseadas no acaso, e não, no mérito ético."[56]

A *dupla ambivalência* do jogo em relação à ideologia burguesa - *manifestação* e *reforço* tanto da *afirmação* quanto da *negação* dessa ideologia - permite compreender, em parte, a *posição dúbia e instável* que a "moral dominante" nas sociedades capitalistas sempre apresentou em relação à aposta em jogos por dinheiro, oscilando entre a aceitação (ou, pelo menos, a permissão) e a proibição. As informações disponíveis que temos a respeito confirmam, aliás, que isso ocorreu em diferentes situações históricas de diferentes sociedades capitalistas.[57] Em parte, no entanto, essa posição dúbia deve-se a

---

[55] DEVEREUX, Edward C., Jr. *Gambling and the Social Structure*; a Sociological Study of Lotteries and Horse Racing in Contemporary America. Tese de Doutoramento não-publicada. Harvard University, 1950. p. 137 e 778. *Apud* TEC (1964: 43).

[56] Também WEINSTEIN & DEITCH (1974: 142) e DOWNES *et al.* (1976: 24) fazem referência explícita ao fato de que o jogo apresenta-se como algo em que há clara *dissociação* entre trabalho e recompensa.

[57] Consultem-se, a respeito: BLAKEY (1979: 63 e 68-9); DOWNES *et al.* (1976: 33 e 38); GRAMSCI (1976: 349); JOYCE (1979: *passim*); KALLICK-KAUFMANN & REUTER (1979: 3 e 6); TEC (1964: 17-9, 23, 29, 44, 94); WEINSTEIN & DEITCH (1974: 14, 86-7, 137-8, 142); ZOLA (1967: 19). Referindo-se aos Estados Unidos, afirma este último autor:

outra causa: a condenação de algo que contradiz a alegada aliança entre trabalho, mérito e recompensa pode chocar-se com o interesse (seja de particulares ou do Estado) de obter ganhos monetários através da promoção de jogos "comerciais".

"... reconhecido como um de nossos maiores problemas sociais, o jogo também constitui o maior paradoxo americano, oscilando ... entre a tolerância e a condenação."

CAPÍTULO 5

QUE O (IN)ESPERADO FACA UMA SURPRESA ...[1]

1. O que leva à aposta, num jogo por dinheiro?

Já sabemos que todo jogo por dinheiro, quando não organizado pelos próprios apostadores, envolve uma relação mercantil, de compra e venda da possibilidade de ganhar-se um prêmio monetário maior do que a quantia apostada. No entanto, fica uma pergunta a responder: o que, efetivamente, leva um apostador potencial a tornar-se um apostador real? Dito em outros termos: qual(ais) seria(m) a(s) motivação(ões) de seu envolvimento num jogo por dinheiro? Seria a busca, em si, do prêmio? Seria a satisfação de participar de algo emocionante? Seria a tentativa de atender a necessidades psicológicas? Seriam outras as motivações da aposta?

No capítulo 4, apresentamos duas importantes características estruturais da sociedade brasileira que, de um ponto de vista *lógico*, permitem compreender por que o ato de aposta é algo tão massivo no

---

[1] Ligeiramente alterada, a oração que dá título ao presente capítulo foi tomada de empréstimo ao compositor compositor Johnny Alf, que a utilizou em contexto bastante diferente do nosso, na letra de *Eu e a brisa* (1967). Os parênteses que acrescentamos àquela oração visam a destacar a incerteza que caracteriza o jogo: ainda que haja a *esperança* de ganhar-se o prêmio, nunca se pode *contar* integralmente com o mesmo, razão pela qual ser um ganhador jamais deixa de ser uma *surpresa*.

caso concreto de nosso País: tanto uma ideologia que incentiva fortemente os indivíduos à busca do sucesso monetário quanto as más condições de vida da maioria da população explicariam, em conjunto, e no fundamental, por que milhões de pessoas apostam, com acentuada freqüência, nos jogos oficiais. Porém, resta saber se aquilo que tem validade de um ponto de vista *lógico* pode ser *comprovado empiricamente*.

Tal comprovação é tanto mais justificável se levarmos em conta que a produção sociológica acerca dos jogos é bastante escassa proporcionalmente à importância do assunto - como procuramos demonstrar no capítulo 1 -, fato que, por si só, já aconselha cautela na interpretação do fenômeno. Porém, algo que torna ainda maior a necessidade de cautela é a constatação de que, estudando jogos diversos, em contextos sociais variados, diferentes autores têm chegado a proposições bastante controversas acerca da(s) motivação(ões) da aposta. Vejamos, então, a seguir, alguns exemplos dessa controvérsia.

ZOLA (1967), estudando uma casa de apostas em corridas de cavalos situada num bairro de classe trabalhadora, na Nova Inglaterra, casa essa que pagava pequenos prêmios,[2] afirma:

"Embora fazer uma aposta polarize a área e crie

---

[2] Entre os indivíduos que apostavam nesse estabelecimento, não havia a expectativa de que um homem dividisse com sua família os ganhos obtidos no jogo ou, sequer, que falasse com a mesma sobre o assunto. Isso, além de evidenciar a pequenez dos prêmios, permitia considerar a casa de apostas em questão como uma área de "recreação", distinta das "esferas de atividade econômica" ou das "atividades utilitárias comuns" (ZOLA, 1967: 20).

> artificialmente o laço de interesse do apostador pelo evento, não se segue que ganhar dinheiro seja a força motivacional dominante." (ZOLA, 1967: 23)

Assim sendo, o autor vincula as motivações da aposta a necessidades individuais satisfeitas pelo jogo: estreitamento das interações com outros indivíduos; no caso de adolescentes, preparação para a vida adulta, através do início de conversações com homens jovens, o que possibilitaria uma "'socialização antecipada`"; um meio de escape para os indivíduos das "classes inferiores", que, através do jogo, podem "'bater o sistema`", isto é, negar tanto uma vida "sujeita a um conjunto de forças sobre as quais têm relativamente pouco controle" quanto a "futilidade fundamental do esforço direto com vistas a um objetivo." (Cf. ZOLA, 1967: 22-3, 23, 29)

Também HERMAN (1967b), além de descartar a busca da aquisição de dinheiro como aquilo que leva ao envolvimento com o jogo,[3] vê nas necessidades individuais que seriam atendidas por este a motivação fundamental da aposta. Diz o autor que o "jogo comercializado oferece a muitas pessoas meios eficientes de aumentar a auto-estima e a gratificação" (HERMAN, 1967b: 104). Destacando que isso ocorre de maneiras específicas para cada tipo social de jogador, cita o exemplo das apostas em corridas de cavalos feitas por homens de "classe média" e "inferior", apostas essas que, imitando papéis

---

[3] "Se a aquisição de dinheiro fosse o objetivo principal, então o jogo deveria ser julgado ineficiente em comparação com outros meios que são mais fáceis, rápidos e seguros. (...) Sugiro que *a função do dinheiro*, no contexto da instituição jogo, *seja primariamente reificar o processo de tomada de decisão*": perdido ou readquirido, "confirma o envolvimento do apostador na 'ação'". (HERMAN, 1967b: 101)

empresariais tradicionais, oferecem "oportunidades de demonstrar autoconfiança, independência e capacidade de tomar decisões", as quais "estão cada vez menos disponíveis em outros papéis nos quais estes homens estão envolvidos." (HERMAN, 1967b: 102)

Estudando apostadores de diversos jogos na Grã-Bretanha, DOWNES *et al.* (1976), ao lado de apresentarem várias "necessidades, tanto sociais como pessoais, que não são - e talvez não possam ser - atendidas de outras maneiras [que não através do jogo], ao menos nas sociedades capitalistas" (DOWNES *et al.*, 1976: 24),[4] afirmam:

> "O ganho econômico num sentido puramente aquisitivo ... não parece ser um determinante primordial do jogo: nossos dados acerca do gasto de grandes prêmios não sugerem que eles sejam reaplicados em apostas [*rebet*] senão por uma ínfima minoria." (DOWNES *et al.*, 1976: 210)

Assim sendo, os autores apresentam como fatores "mais verossímeis" da aposta "o prazer a ser obtido do jogo" e "a fascinação que ele exerce" (DOWNES *et al.*, 1976: 210).

Para GORER (1967), que igualmente aborda os apostadores da Grã-Bretanha, a "verdadeira satisfação buscada pelos jogadores habituais é aquilo a que se referem como 'a forte emoção` ["'*the thrill*`"] de conhecer os resultados de seu jogo", uma "excitação momentânea com clímax", que o autor compara ao "orgasmo físico" (GORER, 1967: 84).

Também TEC (1964) e SUITS (1979), ainda que de formas

---

[4] Dentre tais necessidades, são mencionadas as seguintes: o protesto contra a racionalidade, a ética e os constrangimentos do orçamento; a competitividade e a agressão; a solução de problemas etc. (DOWNES *et al.*, 1976: 24-6).

diversas, vinculam as motivações da aposta às emoções obtidas através do jogo. A primeira estuda os apostadores da Loteria Esportiva da Suécia, cujos prêmios individuais, em geral, eram pequenos, ao menos à época da pesquisa.[5] A autora, considerando que "os jogadores são relativamente realistas quanto às suas [pequenas] probabilidades de serem premiados" (TEC, 1964: 11), diz que os mesmos podem obter "outras recompensas do jogo": "... as esperanças e fantasias quanto ao futuro fornecidas pelo jogo podem ser até mais compensadoras do que uma grande soma de dinheiro realmente ganha." (TEC, 1964: 12) Por sua vez, SUITS (1979: 45), descartando o jogo como um meio de ganhar dinheiro, considera-o um passatempo a ser usufruído por si mesmo:

> "É a excitação da aventura, o fluxo e o refluxo das perdas e ganhos, mais do que o resultado final, que é a atração principal. (...) A grande maioria dos apostadores está perfeitamente ciente de que, na média, está 'destinada a 'perder'; porém, vê isto, não como uma perda genuína, mas, simplesmente, como o preço de jogar. O apostador encara este gasto exatamente como outros o fazem quanto ao preço de um concerto sinfônico, de ingressos para uma partida de futebol ou de um jantar num restaurante exótico."

Posição muito diferente é a dos Editores de *Business Week* (EDITORS of *Business Week*, 1967), que consideram o prêmio passível de ser ganho como aquilo que motiva os apostadores da Loteria Esportiva britânica a envolverem-se nesse jogo. Num texto publicado pela

---

[5] "Raras vezes, doze prognósticos corretos pagaram 250.000 coroas" (na época, pouco mais do que US$ 48,5 mil), enquanto que, várias outras vezes, houve muitos ganhadores, recebendo, cada um, "poucas centenas de coroas." (TEC, 1964: 5) Para estabelecermos um termo de comparação, vale lembrar que, na época "áurea" da Loteria Esportiva brasileira, pagaram-se prêmios de mais de US$ 2 milhões.

primeira vez em 1963 e que enfoca a "febre da aposta" que surge juntamente com a temporada de futebol, dizem que, "atraídos pela possibilidade de ganharem mais de 420.000 libras esterlinas" com um pequeno "'investimento`", milhões de britânicos fazem suas apostas semanais nos concursos de prognósticos esportivos (EDITORS of *Business Week*, 1967: 77).

CAILLOIS (1958), igualmente, destaca a importância dos prêmios como motivação da aposta. Por contraste, procura explicar por que os jogos não têm para a criança "a importância que apresentam para o adulto": "... privada de independência econômica e sem dinheiro que lhe pertença, ela não encontra nos jogos de azar aquilo que é seu atrativo principal." (CAILLOIS, 1958: 59)[6]

Apresentemos um último exemplo da ampla controvérsia acerca da motivação à aposta. GRISI (1986) realizou um trabalho de cunho *mercadológico* - e não, sociológico - que procura apresentar fatores de várias ordens que exerciam (ou poderiam vir a exercer) atração sobre os consumidores reais ou potenciais de bilhetes da Loteria Federal brasileira.[7] Apesar de o trabalho enfocar uma loteria que pagava

---

[6] Além disso, segundo o autor, o jogo interessa menos às crianças porque envolve um tipo de "atitude que exige uma possibilidade de previsão, de representação e de especulação, do que somente é capaz uma reflexão objetiva e calculista." (CAILLOIS, 1958: 59)

[7] Trata-se de um estudo acerca das técnicas de segmentação do mercado que tomou por base um trabalho de pesquisa e assessoria de *marketing* encomendado pela Caixa Econômica Federal, trabalho esse concluído em janeiro de 1983. Essa instituição, "preocupada com as sucessivas quedas nas vendas de bilhetes da Loteria Federal", que então ocorriam, desejava, não apenas "repensar o ambiente que circunscrevia este seu

prêmios bastante menores do que os de dois outros jogos já então disponíveis (a Loto e a Loteria Esportiva); apesar de o autor referir-se a "algum benefício não-monetário, ... não encontradiço na estrutura formal da premiação" (GRISI, 1986: 187); apesar de o mesmo afirmar que, "para o jogador de Loteria Federal, o ato de jogar em si é mais importante que o resultado esperado" (GRISI, 1986: 186) - apesar disso tudo, três de suas conclusões são bastante significativas quanto à motivação do apostador: a) "... a percepção pela maior chance de ganhar relaciona-se positivamente com a preferência do jogador ..." (GRISI, 1986: 179); b) "O preço é tomado pelo jogador como muito caro em relação ao prêmio que oferece ..." (GRISI, 1986: 179) e c) há uma "forte atração exercida pelos prêmios, de uma maneira geral, e, de forma mais específica, pela fração-ouro. Entre os jogadores a premiação parece, portanto, exercer uma expressiva atração." (GRISI, 1986: 180)

Com base nos exemplos que acabamos de apresentar, é possível afirmar que as interpretações acerca do que motiva indivíduos a apostarem são bastante díspares entre si. Segundo algumas delas, tal motivação encontra-se na satisfação de necessidades psicológicas; segundo outras, no entretenimento, no prazer ou na emoção inerentes ao jogo; de acordo com outras, ainda, no prêmio. Quem está com a razão? Ora, a nosso ver, a controvérsia acerca do assunto decorre, em boa medida, da busca da *generalização*, que, nesse caso, parece-nos um tanto quanto inadequada. Mencionamos, a seguir, dua obras que

---

programa", como, principalmente, chegar à elaboração de "um plano de marketing capaz de promover a revitalização deste produto em todo o país." (GRISI, 1986: 154)

corroboram este ponto de vista.

KALLICK-KAUFMANN (1979), trabalhando com amostras probabilísticas de apostadores, tanto de âmbito nacional dos Estados Unidos quanto do estado de Nevada, aponta o fato de que a *diferentes jogos* correspondem *diferentes motivações*: no caso das loterias e de jogos ilegais (corridas de cavalos e *numbers*), a tentativa de "ganhar dinheiro" ("'*to make money*`") supera largamente outras motivações, como "'excitação`" e "'desafio`", enquanto que, nos demais casos (que incluem até mesmo apostas com amigos e, em geral, parecem possibilitar menores prêmios), "as pessoas dizem que participam ... para se divertirem, mais do que na esperança de ganharem dinheiro." (KALLICK-KAUFMANN, 1979: 20)

Posição semelhante sobre o assunto é assumida por WEINSTEIN & DEITCH (1974), que também tomam como referência os apostadores americanos:

> "Várias motivações para o jogo, como atividade normal, não-compulsiva,[8] são frequentemente citadas: desejo de ganho econômico, entretenimento, interação social, elevação do

---

[8] O já referido programa *A mágica do jogo* (apresentado pela Rede Manchete de Televisão, em 1990) menciona a existência, em vários países do mundo, dos "Jogadores Anônimos", grupos de apoio a jogadores compulsivos. Parte destes chega a roubar para poder apostar. Tratando do crescimento do número de viciados no jogo, nos Estados Unidos, o psiquiatra norte-americano Richard Rosenthal, entrevistado, afirmou: "Muitos dos jogadores compulsivos cresceram em famílias onde o *status* era importante e o dinheiro, muito valorizado. São pessoas que acreditam que o dinheiro pode resolver todos os problemas. Não apenas problemas financeiros, mas todos os problemas. E a única maneira de conseguir dinheiro é através do jogo."

> *status* por meio do exercício da competência ou do conhecimento e satisfação de necessidades neuróticas. Diferentes formas de jogo atendem a estas categorias de motivações em vários graus e combinações." (WEINSTEIN & DEITCH, 1974: 130)

Seguindo essa linha de pensamento, os autores afirmam que um indivíduo que compra um bilhete de loteria "deve estar largamente motivado pelo desejo de um prêmio" e que "o prêmio máximo ... é o fim último de um jogador de loteria." (WEINSTEIN & DEITCH, 1974: 130 e 131) Porém, consideram que, no caso de outras "formas de jogo que geralmente não oferecem a possibilidade de ganharem-se prêmios tão grandes", devem ser adicionadas "outras explicações psicológicas e sociológicas", como, por exemplo, o fato de que o jogo "fornece uma válvula de escape para frustrações sociais." (WEINSTEIN & DEITCH, 1974: 132 e 133)

A partir das duas obras que acabamos de mencionar, podemos concluir que as motivações da aposta variam, ao menos, em função das *dimensões do prêmio*: para darmos um exemplo gritante, não nos parece descabido considerar que, no Brasil, aquilo que leva um indivíduo a apostar na Sena seja algo diferente daquilo que o motiva - ou a outra pessoa - a participar de um bingo promovido por um clube, com prêmio(s) de muito menor(es) valor(es).[9] No entanto, vamos além. As

---

[9] O jogo do bicho paga prêmios que equivalem, *no máximo*, a quatro mil vezes a quantia apostada (*JB*, 15/07/84; *AT*, 23/02/92). Assim, atrai apostadores por razões seguramente bastante diferentes das loterias oficiais de âmbito nacional (que pagam prêmios muito maiores, em termos proporcionais), mesmo que, em ambos os casos, o prêmio, em si, seja a causa da aposta. Em 1972, época em que a LEF tinha imensa popularidade e pagava prêmios que já chegavam a ser recordes mundiais em concursos de prognósticos esportivos, um banqueiro do jogo do bicho declarou que quem fazia apostas neste último tinha "'uma motivação

motivações do envolvimento num jogo devem variar também em função do *tipo social do apostador*. Um apostador "médio" de um país capitalista altamente desenvolvido seguramente envolver-se-á num jogo de azar por razões diferentes daquelas que levam um apostador "médio" brasileiro a fazê-lo. Da mesma forma, numa única sociedade, apostadores situados em diferentes posições sociais certamente não terão as mesmas razões para apostar.[10]

Assim sendo, interpretações que podem ser válidas para as motivações da aposta num determinado jogo, numa sociedade específica, podem não se aplicar a outras situações, isto é, a diferentes jogos e/ou contextos sociais. Por isso, evidentemente, com base em nossa própria investigação, não cabe avaliarmos a correção das interpretações há pouco apresentadas, elaboradas que foram a partir de *outros* referenciais empíricos.[11] No entanto, a ampla variedade de tais

---

muito diferente do apostador da Loteria Esportiva'": quem procurava ganhar na LEF buscava "'resolver, de uma vez, todos os seus problemas'", enquanto que os adeptos do jogo do bicho tentam resolver problemas mais imediatos e que exigem menores quantias, como "'acertar o aluguel'" ou "'pagar uma prestação atrasada'". (*OESP*, 26/10/72)

[10] Segundo SOARES (1992: 15), aposentados de "classe média" que apostam no jogo do bicho numa praça central de Fortaleza (CE) buscam, nessa atividade, o lazer, isto é, preencher "a ociosidade inerente à aposentadoria." (SOARES, 1992: 15) Já no caso de pessoas de baixo nível de renda, que, para poderem apostar nessa modalidade de jogo, chegam a deixar de comprar pão para os filhos ou a ter de ir a pé para o trabalho (SOARES, 1992: 18), "jogar no bicho é a única esperança de mudarem de vida" (SOARES, 1992: 97 e 187).

[11] Os autores das obras que mencionamos, ao exemplificarmos a variedade de interpretações acerca da(s) motivação(ões) da aposta, trabalham, também, em geral, com *referenciais teóricos* diversos do nosso.

interpretações dá-nos a convicção de que estamos trabalhando num campo que exige o máximo de cautela. Daí a necessidade da *verificarmos* empiricamente: 1º) se, entre os indivíduos que participam de jogos oficiais de âmbito nacional, no Brasil, as duas características estruturais da sociedade brasileira apresentadas no capítulo anterior (a forte valorização do sucesso monetário e as precárias condições em que vive a maioria da população) atuam, de fato, como *causas ao menos predominantes* do ato de aposta - o que, por sua vez, colocaria a busca do *prêmio* como motivação principal desse ato - e 2º) se tais características explicam a *amplitude* que o fenômeno jogos por dinheiro apresenta no Brasil.

É exatamente a essa verificação que nos dedicamos a seguir. Um meio privilegiado para tanto é abordarmos a história da Loteria Esportiva em nosso País, pois a mesma teve, de início, uma aceitação popular espetacular e, cerca de uma década mais tarde, começou a ser superada por outros jogos, o que precisa ser explicado sociologicamente: se aquilo a que, no capítulo anterior, chamamos fatores estruturais da popularidade dos jogos no Brasil tem razão de ser, devem os mesmos ser encontrados, não apenas naquele *boom* inicial e ao longo da "década de ouro" da LEF, mas, também, na fase de decadência desse tipo de jogo. Por isso, a verificação feita a seguir toma em consideração esses dois momentos bastante diferenciados da história recente dos jogos por dinheiro no Brasil.

Para proceder a essa verificação, utilizamo-nos dos dados obtidos por meio das duas ordens de instrumentos mencionadas no capítulo 2: pesquisa documental, realizada, principalmente, em arquivos de empresas jornalísticas, e entrevistas que fizemos com

apostadores. Tais entrevistas, vale lembrar, foram realizadas em duas pesquisas de campo efetuadas em Araraquara (SP): a primeira delas, na segunda metade da década de 70, período em que a LEF gozava de ampla aceitação popular; a segunda, em 1990, quando esse jogo, rebatizado como Loteca, já encontrava-se em franca decadência de popularidade.

2. A LEF em sua "fase áurea": "vício dos desesperados", "máquina de fazer milionários"[12]

2.1. As causas da popularidade da LEF, segundo as opiniões dos entrevistados

No capítulo 1, procuramos mostrar como a Loteria Esportiva, tão logo foi implantada, representou a primeira autêntica explosão de popularidade de um jogo por dinheiro no Brasil, superando, de imediato, a já existente Loteria Federal e mantendo sua supremacia entre os jogos durante cerca de uma década. As tabelas 5.1 e 5.2 confirmam cabalmente estas afirmações. A primeira delas mostra que, na segunda metade da década de 70, mais de dois terços dos apostadores que entrevistamos participavam todas as semanas dos concursos de prognósticos esportivos e que três em quatro dos entrevistados apostavam ao menos três vezes por mês na Loteria Esportiva.[13] Já a partir da Tabela 5.2, podemos constatar a ampla preferência da LEF sobre o outro jogo oficial de âmbito nacional então existente: a

---

[12] As duas últimas expressões entre aspas foram retiradas, respectivamente, de *UH*, 06/06/77, e *AGE*, 17/04/83, jornais em que são mencionadas em referência à LEF.

[13] Além disso, 47% dos entrevistados que não moravam sozinhos declararam que pelo menos mais um membro da família costumava apostar na LEF.

Loteria Federal.[14]

TABELA 5.1

FREQÜÊNCIA MENSAL COM QUE O(A) ENTREVISTADO(A) APOSTAVA NA LEF

Número de vezes por mês	Incidência percentual
Menos de uma	2,2
Uma	3,3
Uma ou duas	2,8
Duas	11,5
Duas ou três	4,8
Três	4,8
Três ou quatro	2,7
Quatro/semanalmente	67,8

Fonte: primeira pesquisa de campo.

TABELA 5.2

JOGO EM QUE O(A) ENTREVISTADO(A) APOSTAVA COM MAIS FREQÜÊNCIA

Jogo	Incidência percentual
LEF	82,8
Loteria Federal	3,2
LEF e Loteria Federal (mesma freqüência)	13,8
Outra resposta	0,2

Fonte: primeira pesquisa de campo.

[14] É verdade que a amostra compunha-se, antes de mais nada, de *apostadores da LEF*, embora pudessem jogar *também* na Lotéria Federal. No entanto, foram pouquíssimos os indivíduos abordados nas casas lotéricas e que, convidados a ser entrevistados, não o foram porque apostavam apenas na Loteria Federal.

O que motivava tão intensamente às apostas na LEF? Vejamos como os próprios apostadores interpretavam seu comportamento. Nas Tabelas 5.3 e 5.4, apresentamos as freqüências de suas respostas à pergunta "Por que o(a) senhor(a) joga na Loteria Esportiva?", lembrando que essas respostas - como todas as demais - foram formuladas de modo espontâneo pelos entrevistados, sem a apresentação de "alternativas", dentre as quais tivessem que escolher uma ou mais. Deixemos claro, desde já, que as referências às ligações entre a LEF e o futebol, presentes nas falas de boa parcela dos apostadores ouvidos tanto na primeira quanto na segunda pesquisa de campo, serão abordadas no item 4 deste capítulo.

Antes de considerarmos os cruzamentos de dados contidos nessas tabelas, alguns pontos merecem ser destacados, quanto aos *totais percentuais* obtidos pelos vários tipos de respostas. Em primeiro lugar, parece-nos nítido que a motivação da aposta liga-se majoritariamente à busca do prêmio. É verdade que a resposta de tipo A não é de todo explícita no que tange à tentativa de ganhá-lo, embora, a nosso ver, não seja descabido considerar que ela *denota* essa intenção.[15] É fato, também, que a resposta C foi mencionada numa proporção razoavelmente pequena. Porém, as altas incidências das

[15] Vale lembrar que, como foi mencionado no capítulo 2, não "forçamos", em nenhum momento, o significado das respostas apresentadas espontaneamente pelos entrevistados.

TABELA 5.3

CAUSA(S) DA APOSTA NA LEF, DE ACORDO COM O(A) PRÓPRIO(A) APOSTADOR(A), SEGUNDO SUA RENDA PESSOAL, MEDIDA EM SALÁRIOS MÍNIMOS VIGENTES

Níveis de renda	Tipos de causas							
	A	B	C	D	E	F	G	H
A	22,0	56,1	2,4	14,6	0,0	14,6	2,4	4,9
B	16,5	44,3	3,1	27,8	4,1	7,2	6,2	4,1
C	21,7	44,3	4,7	13,2	3,8	15,1	3,8	1,9
D	20,0	50,9	2,7	18,2	2,7	11,8	3,6	2,7
E	19,4	52,2	1,5	11,9	0,0	19,4	3,0	6,0
F	15,7	51,0	7,8	3,9	0,0	21,6	7,8	3,9
G	22,2	52,8	5,6	2,8	0,0	22,2	5,6	2,8
H	31,8	36,4	4,5	4,5	0,0	27,3	9,1	0,0
I	40,0	40,0	0,0	20,0	0,0	20,0	0,0	0,0
J	33,3	33,3	0,0	0,0	0,0	33,3	0,0	0,0
L	21,1	50,9	5,3	10,5	3,5	7,0	7,0	8,8
M	20,0	20,0	0,0	20,0	0,0	20,0	0,0	20,0
T. %	20,3	48,3	3,8	14,5	2,2	14,5	4,8	4,0
T. Abs.	122	290	23	87	13	87	29	24

Tipos de causas: A) Tentar/arriscar/aventurar a sorte; B) gânhar, ver s ganha (dinheiro); C) Ficar rico, subir na vida, ganhar um grand prêmio, ganhar o prêmio máximo; D) Sair de dificuldade financeira melhorar/acertar a vida, ter um futuro melhor; E) ligação da LEF com futebol; F) divertimento, esporte, espírito de competição, o fato d gostar; G) hábito; H) outra(s) resposta(s).

Níveis de renda pessoal, medida em salários mínimos vigentes: A) até 1 B) de mais de 1 a 2; C) de mais de 2 a 3; D) de mais de 3 a 5; E) d mais de 5 a 7; F) de mais de 7 a 10; G) de mais de 10 a 15; H) de mai de 15 a 20; I) de mais de 20 a 30; J) mais de 30; L) está sem/não te rendimento próprio; M) não informou a renda pessoal.

Fonte: primeira pesquisa de campo.

TABELA 5.4

CAUSA(S) DA APOSTA NA LEF, DE ACORDO COM O(A) PRÓPRIO(A) APOSTADOR(A), SEGUNDO SUA RENDA FAMILIAR *PER CAPITA*, MEDIDA EM SALÁRIOS MÍNIMOS VIGENTES

Níveis de renda	Tipos de causas							
	A	B	C	D	E	F	G	H
A	15,8	34,2	0,0	31,6	2,6	10,5	2,6	7,9
B	18,5	52,4	2,4	16,9	3,2	13,7	4,8	2,4
C	20,1	51,0	2,9	15,2	2,9	12,7	4,9	5,4
D	16,9	51,7	4,5	13,5	1,1	13,5	4,5	2,2
E	22,2	47,8	7,8	7,8	0,0	17,8	4,4	2,2
F	31,8	31,8	4,5	4,5	4,5	22,7	9,1	4,5
G	30,8	30,8	7,7	15,4	0,0	7,7	7,7	0,0
H	40,0	20,0	0,0	0,0	0,0	40,0	0,0	0,0
I	40,0	60,0	20,0	0,0	0,0	40,0	20,0	0,0
J	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
L	22,2	33,3	0,0	11,1	0,0	22,2	0,0	22,2
T. %	20,3	48,3	3,8	14,5	2,2	14,5	4,8	4,0
T. Abs.	122	290	23	87	13	87	29	24

Tipos de causas: A) Tentar/arriscar/aventurar a sorte; B) ganhar, ver s ganha (dinheiro); C) Ficar rico, subir na vida, ganhar um grand prêmio, ganhar o prêmio máximo; D) Sair de dificuldade financeira melhorar/acertar a vida, ter um futuro melhor; E) ligação da LEF com futebol; F) divertimento, esporte, espírito de competição, o fato d gostar; G) hábito; H) outra(s) resposta(s).

Níveis de renda familiar *per capita*, medida em salários mínimo vigentes: A) até 0,5; B) de mais de 0,5 a 1; C) de mais de 1 a 2; D de mais de 2 a 3; ; E) de mais de 3 a 5; F) de mais de 5 a 7; G) d mais de 7 a 10; H) de mais de 10 a 15; I) de mais de 15 a 20; J) mai de 20; L) não sabe/não informou.

Fonte: primeira pesquisa de campo.

respostas B[16] e D[17] dão-nos bastante segurança quanto à correção do argumento. Mais do que isso, tomando-se em *conjunto* as incidências desses quatro tipos de respostas,[18] elas superam largamente outras motivações.[19] Vale destacar, aliás, a pequena proporção de entrevistados que explicaram o fato de apostarem na LEF citando as ligações desta com o futebol. Já o prazer obtido do jogo, tão enfatizado por autores que estudaram o assunto em outras situações, foi mencionado como causa da aposta por não mais do que 14,5% dos apostadores ouvidos em nossa primeira pesquisa de campo.

Ainda em relação aos referidos totais percentuais, é importante ressaltar que as respostas A, B, C e D não são excludentes entre si. Por exemplo: um indivíduo que, espontaneamente, afirma apostar apenas tentando a sorte ou buscando ganhar dinheiro *pode* ter

---

[16] Citemos dois exemplos de respostas desse tipo, dadas por entrevistados: "Tentando ganhar dinheiro na moleza." "A finalidade é uma única: ganhar dinheiro."

[17] Alguns exemplos de respostas categorizadas como D: "Pra ver se Deus dá uma sorte de ajeitar a vida." "Trabalhando, é muito difícil conseguir arranjar mais dinheiro. A Loteria Esportiva é uma *chance* para aumentar essa possibilidade." "Porque minha família é muito pobre. Tenho esperança de ter algumas regalias: ter casa; não ter que trabalhar, agora, e só estudar; ajudar minha mãe para ela não ter mais sacrifícios."

[18] O que não significa *somar* essas incidências, já que, em virtude do que foi afirmado no capítulo 2, o resultado dessa operação seria *superior* a 100%.

[19] Além disso, algumas das causas apontadas pelos próprios entrevistados e que categorizamos como "outras respostas" indicam a busca do prêmio como motivação da aposta. Um exemplo em que isso é evidente é o seguinte: "Porque quero comprar uma fazenda de gado e casar."

como finalidade tornar-se rico ou sair de uma difícil situação financeira/melhorar de vida. Dados apresentados mais adiante corroboram esta interpretação. Outro exemplo, demonstrado no capítulo anterior: procurar, através da aposta, sair de precárias condições de vida não é incompatível com a tentativa de alcançar o sucesso monetário.

Consideremos, agora, os cruzamentos de informações constantes das Tabelas 5.3 e 5.4. Tomemos, de início, os apostadores em função de suas rendas pessoais (Tabela 5.3), lembrando que, segundo os dados da estatística descritiva mencionada no capítulo 2, os estratos de renda I e J não chegaram a atingir 1% dos entrevistados, o que inviabiliza estabelecer generalizações relativas aos mesmos. Tais generalizações também não seriam válidas para a categoria L, composta de pessoas sem rendimentos e que comporta situações bastante diferenciadas entre si, e para os indivíduos que não informaram suas rendas pessoais: embora, neste último caso, trate-se, em geral, de pessoas com altos rendimentos, representaram apenas 0,8% de nossa amostra. Levando em conta, portanto, os estratos de renda até G, observamos o que segue.

Não é possível estabelecer qualquer correlação entre os níveis de renda e as freqüências das respostas A e B: apostar para arriscar a sorte e para ganhar dinheiro são respostas cujas incidências não se alteram significativamente em função de maior ou menor nível de renda. A alta freqüência da resposta B em todos os estratos parece-nos indicar tanto a *necessidade* crescente do dinheiro numa sociedade cada vez mais mercantilizada quanto a grande *valorização* que a posse do mesmo encontra nas sociedades capitalistas.

Por outro lado, excetuado o estrato C, a explicitação da busca de ficar rico através da aposta teve as mais altas freqüências nos três estratos de renda mais elevada, dentre os que permitem generalizações. Já a tentativa de sair de dificuldade financeira/melhorar de vida é bastante mais acentuada entre os estratos de menores rendimentos, ocorrendo o oposto quando a motivação da aposta, segundo o próprio entrevistado, é ligada à busca do prazer em si.

Tomemos, agora, os apostadores em função de seus níveis de renda familiar *per capita* (Tabela 5.4). Lembremos que, de acordo com os dados da estatística descritiva citada no capítulo 2, os estratos que permitiriam generalizações com grau razoável de confiabilidade são os que vão de A a G: os estratos H, I e J são pouco expressivos, numericamente falando, enquanto que a categoria L, representando apenas 1,5% da amostra, inclui indivíduos que não informaram sua renda familiar (em geral, pessoas de famílias abastadas) e aqueles que declararam desconhecer o montante dessa renda. Com referência, portanto, aos estratos de renda familiar *per capita* que possibilitam generalizações, mencionemos o que segue.

A explicação do próprio ato de aposta pela tentativa de ganhar dinheiro (resposta B) continua, aqui, a ter altas incidências em todos os estratos, sem permitir o estabelecimento de correlações. Entretanto, arriscar a sorte, buscar ficar rico e procurar o prazer no jogo são explicações cujas freqüências apresentam correlações razoavelmente positivas com os níveis de renda familiar *per capita*. Por sua vez, também neste caso, a tentativa de sair de dificuldade financeira/melhorar de vida apresenta proporções mais acentuadas, em

geral, nos estratos de menores rendimentos.[20]

Os dados mostrados até aqui evidenciam que a motivação dominante do ato de aposta é, de fato, a tentativa de conseguir ganhar o prêmio - o que, aliás, será confirmado por uma série de dados apresentados mais à frente -. No entanto, vejamos se temos condições de comprovar que tal motivação é determinada, principalmente, pelas duas características estruturais da sociedade brasileira enfocadas no capítulo anterior: a valorização do sucesso monetário nas sociedades capitalistas e as precárias condições de vida da maioria da população.

Em alguma medida, isso confirma-se já nas Tabelas 5.3 e 5.4: de modo espontâneo, sem que lhes fossem apresentadas "alternativas" e respondendo imediatamente em seguida à formulação da pergunta, os entrevistados, ao explicarem por que apostavam, deram grande importância a ganhar dinheiro e a tentar sair de dificuldade financeira/melhorar de vida. Aliás, vale lembrar que esta segunda explicação apresentou proporções bem mais acentuadas entre os estratos mais mal remunerados, em termos tanto de renda pessoal quanto de renda familiar *per capita*. Porém, temos provas que confirmam, com mais ênfase, a relevância daquelas duas características estruturais na

---

[20] O cruzamento das respostas à pergunta "Por que o(a) senhor(a) joga na Loteria Esportiva?" com os níveis de renda pessoal e familiar *per capita* dos entrevistados comprova uma afirmação feita anteriormente, segundo a qual as motivações da aposta variam em função, não apenas das *dimensões dos prêmios* pagos, mas, também, do *caráter social do apostador*. Quanto a este ponto, citemos, de passagem, um dado adicional: considerados os vínculos dos entrevistados com a ocupação, a incidência da resposta C foi bem maior entre os empregadores do que entre os assalariados: 7,1% contra 3,0%.

determinação de por que se aposta tanto, no Brasil.

Façamos um desdobramento da Tabela 5.2, apresentada há pouco, de modo a incluir na mesma, para o caso dos entrevistados que apostavam mais na LEF do que na Loteria Federal, as causas que eles próprios apontavam para sua preferência pela primeira dessas modalidades de jogo. Tal desdobramento resulta na Tabela 5.5.

TABELA 5.5
JOGO EM QUE O(A) ENTREVISTADO APOSTAVA MAIS E
CAUSA(S) DE SUA PREFERÊNCIA

Jogo mais apostado e causa(s) da preferência	Incidência percentual
A) LEF, porque é mais fácil acertar	34,5
B) LEF, porque tem mais lógica	0,7
C) LEF, porque os prêmios são maiores	12,2
D) LEF, porque é mais fácil jogar	4,0
E) LEF, porque o próprio apostador faz o jogo	5,0
F) LEF, porque esta liga-se ao futebol	13,2
G) LEF, porque é mais emocionante	9,5
H) LEF, porque a aposta é mais barata	7,8
I) LEF, porque não gosta da Loteria Federal	4,2
J) LEF, por outro(s) motivo(s)	9,7
L) Loteria Federal	3,2
M) LEF e Loteria Federal com igual freqüência	13,8
N) Outra resposta	0,2

Fonte: primeira pesquisa de campo.

Novamente, na tabela acima, a tentativa de ganhar o prêmio apresenta grande importância para os entrevistados. A consideração de que é mais fácil ser premiado é a resposta com a mais alta incidência (34,6%), a qual, aliás, transformar-se-ia em 41,6% caso levássemos em

conta apenas os apostadores que tinham preferência pela LEF. Além disso, a terceira razão mais apontada para tal preferência refere-se ao fato de os prêmios pagos pela Loteria Esportiva serem, à época, maiores do que os pagos pela Loteria Federal. Quanto às ligações da LEF com o futebol - a segunda razão mais apontada -, talvez devesse ser considerado o fato de que, como veremos adiante, 18,5% dos entrevistados consideravam que um maior acompanhamento do futebol aumentava as probabilidades de obter-se o prêmio. De qualquer modo, como afirmamamos há pouco, abordaremos, mais à frente, as ligações entre essa modalidade de jogo e o futebol. Finalmente, destaquemos que o fato de ser considerado um jogo mais emocionante do que a Loteria Federal foi tão-somente a quarta razão mais apontada para a preferência pela LEF.

Porém, nossa preocupação agora é outra. Mais do que constatar, mais uma vez, que a motivação dominante da aposta é a tentativa de ganhar o prêmio, agora interessa-nos verificar se a Tabela 5.5 pode ajudar-nos a encontrar indícios razoavelmente fortes de que as *causas* dessa motivação são a valorização do sucesso monetário e as precárias condições de vida de amplas parcelas da população.

Façamos, inicialmente, uma observação relativa à primeira dessas características estruturais da sociedade brasileira. Refletindo sobre as causas de sua preferência por este ou aquele jogo, a proporção dos entrevistados que apontaram as *grandes dimensões dos prêmios* como determinantes de sua preferência pela LEF foi bem maior do que a daqueles que, anteriormente, haviam indicado o desejo de enriquecimento como causa de apostarem nesse jogo: 12,2% contra 3,8%.

Isso pode ser constatado confrontando-se, de um lado, a Tabela 5.5 e, de outro, as Tabelas 5.3 e 5.4.

De outra parte, ao cruzarmos os dados da Tabela 5.5 com os estratos de renda pessoal, confirmamos algo já presente nas Tabelas 5.3 e 5.4: a importância que tem o desejo de sair de más condições de vida/melhorar as condições de vida para levar os segmentos mais mal remunerados a apostarem. As freqüências da resposta "LEF, porque é mais fácil acertar" apresentam *correlações negativas* com os estratos de renda pessoal que permitem generalizações. As incidências dessa resposta em tais estratos foram: A) 51,2%; B) 38,1%; C) 32,1%; D) 30,9%; E) 37,3%; F) 29,4% e G) 25,0%. Ao mesmo tempo, a outra resposta que faz referência à consecução do prêmio ("LEF, porque os prêmios são maiores") apresenta freqüências, nesses estratos, que não permitem estabelecer qualquer tipo de correlação: 2,4%, 17,5%, 6,6%, 19,1%, 7,5%, 17,6% e 5,6%, respectivamente. Ora, se podemos dizer que, quanto mais baixos os níveis de renda, maior a importância da *facilidade*[21] de ganhar o prêmio, mas não, da *dimensão* deste, isso significa que os indivíduos dos estratos de menor rendimento têm interesse em *ser premiados*,[22] mais do que em receberem um *grande* prêmio. Mais do que se tornarem milionários, importa-lhes superarem suas dificuldades financeiras, muito embora essas duas situações potenciais *não* sejam excludentes entre si, como demonstramos no capítulo anterior e como

---

[21] Seja essa maior facilidade um fato objetivo ou apenas uma opinião.

[22] Vale lembrar que, entre os indivíduos dos estratos mais mal remunerados - como, aliás, em todos os demais -, foi alta a proporção dos que disseram que apostavam para tentar *ganhar* dinheiro, sem fazer referência ao montante do prêmio (resposta C das Tabelas 5.3 e 5.4).

teremos oportunidade de comprovar mais adiante.

A importância da "idolatria do dinheiro" e das precárias condições de vida da maioria da população brasileira para explicar a popularidade dos jogos em nosso País aparece também quando consideramos as respostas dos entrevistados à pergunta "Que prêmio

TABELA 5.6

PRÊMIO DESEJADO PELO(A) APOSTADOR(A), SEGUNDO SUA RENDA FAMILIAR *PER CAPITA*, MEDIDA EM SALÁRIOS MÍNIMOS VIGENTES

Níveis de renda	Prêmio desejado	
	Todo o prêmio, sozinho	Outra resposta
A	2,6	97,4
B	8,9	91,1
C	16,2	83,8
D	13,5	86,5
E	21,1	78,9
F	22,7	77,3
G	38,5	61,5
H	20,0	80,0
I	20,0	80,0
J	00,0	0,0
L	33,3	66,7
T. %	15,3	84,7
T. Abs.	92	508

Níveis de renda familiar *per capita*, medida em salários mínimos vigentes: A) até 0,5; B) de mais de 0,5 a 1; C) de mais de 1 a 2; D) de mais de 2 a 3; ; E) de mais de 3 a 5; F) de mais de 5 a 7; G) de mais de 7 a 10; H) de mais de 10 a 15; I) de mais de 15 a 20; J) mais de 20; L) não sabe/não informou.

Fonte: primeira pesquisa de campo.

o(a) senhor(a) gostaria de ganhar na Loteria Esportiva?", o que é abordado na Tabela 5.6.

Podemos observar que, quando os entrevistados foram colocados diante da possibilidade de dar asas à imaginação, "escolhendo" idealmente o prêmio que gostariam de ganhar, a proporção daqueles que responderam "Todo o prêmio, sozinho" foi muito maior do que a daqueles que, anteriormente, haviam explicado o fato de apostarem na LEF pelo desejo de ficarem ricos: 15,3% contra 3,8%.[23] Vale notar que, à época da primeira pesquisa de campo, ganhar um prêmio da Loteria Esportiva sem dividi-lo com mais ninguém era bastante suficiente para fazer do vencedor um *milionário*.[24]

Ao lado disso, a correlação nitidamente positiva entre as freqüências da resposta "Todo o prêmio, sozinho" e os níveis de renda familiar *per capita* que permitem generalizações (de A a G) confirma uma constatação que apresentamos há pouco acerca da Tabela 5.5: entre os indivíduos de baixos rendimentos, mais importante do que ganhar um

---

[23] Um dos dois únicos ganhadores de um teste da LEF realizado em dezembro de 1971, indivíduo humilde que, tendo gasto Cr$ 3,00, ganhou Cr$ 5.245.477,18 (em valores correntes), achou "que o dinheiro do prêmio foi pouco. Ele queria ganhar sozinho e diz que dinheiro é igual ao amor: 'Não se divide com ninguém'." (*FSP*, 08/12/71)

[24] Lembremos que, em 1975, um dos grandes ganhadores da LEF recebeu um prêmio equivalente a US$ 2,65 milhões, como mencionado no capítulo 1. Já o prêmio de US$ 2,93 milhões pago a um único cartão (em que apostaram quatro jogadores), no início de 1981, era suficiente para "pagar integralmente a compra de pelo menos 40 apartamentos de três quartos, com sauna e piscina coletivas, em bairros como Laranjeiras, no Rio, ou Paraíso, Vila Mariana ou Pinheiros, em São Paulo." (*JB*, 03/02/81)

grande prêmio, é ganhar *algum* prêmio. Aliás, essa correlação positiva entre as freqüências da mencionada resposta e as posições sociais dos entrevistados ocorre também quando consideramos estes últimos em função tanto de seus vínculos com a ocupação quanto de suas rendas pessoais. No primeiro caso, as proporções daquela resposta entre assalariados e empregadores, por exemplo, foram de 13,8% e 23,8%, respectivamente. No segundo caso, constatamos as seguintes freqüências da resposta "Todo o prêmio, sozinho" nos estratos de renda pessoal que permitem generalizações: A) 4,9%; B) 11,3%; C) 11,3%; D) 15,5%; E) 16,4%; F) 15,7% e G) 27,8%.

Vejamos, agora, como os entrevistados explicavam, não seu próprio comportamento, mas o comportamento *dos outros*. Na Tabela 5.7, expomos suas opiniões sobre as causas da grande popularidade que a LEF então apresentava.

Consideremos, de início, os totais percentuais obtidos pelas opiniões expressas nessa tabela. As respostas ligadas à tentativa de melhorar de vida[25] e de ganhar o prêmio, pura e simplesmente[26] - isto é, sem haver referência à dimensão do mesmo -, alcançaram totais

---

[25] Foram exemplos desse tipo de resposta: "O povo quer sair da má situação. Trabalhando, é impossível. Então, ele tenta pela sorte." "A Loteria Esportiva é a última esperança das pessoas que estão em péssima situação financeira." "Quem ganha salário, não dá. Tem que fazer um joguinho, nem que for para tirar da boca." "É a ilusão. A Loteria Esportiva é o único meio de ganhar um dinheiro a mais para quem trabalha muito e ganha pouco." "Ela traz esperança inclusive para aqueles que estão a ponto de se suicidar."

[26] Uma das opiniões acerca da popularidade da LEF foi absolutamente explícita: "O povo vai atrás do dinheiro."

TABELA 5.7

CAUSA(S) DA POPULARIDADE DA LEF, NA OPINIÃO DO(A) ENTREVISTADO(A), SEGUNDO SEU NÍVEL DE RENDA PESSOAL, MEDIDA EM SALÁRIOS MÍNIMOS VIGENTES

Níveis de renda	Tipos de causas							
	A	B	C	D	E	G	H	I
A	48,8	17,1	0,0	12,2	0,0	14,6	7,3	17,1
B	37,1	12,4	0,0	7,2	2,1	15,5	13,4	17,5
C	29,2	17,9	1,9	8,5	3,8	17,0	16,0	14,2
D	27,3	22,7	2,7	8,2	0,9	17,3	20,0	11,8
E	26,9	20,9	1,5	7,5	3,0	22,4	17,9	7,5
F	25,5	21,6	2,0	17,6	0,0	23,5	21,6	5,9
G	25,0	22,2	0,0	16,7	0,0	16,7	27,8	2,8
H	36,4	9,1	0,0	0,0	0,0	9,1	50,0	4,5
I	20,0	0,0	0,0	40,0	0,0	20,0	20,0	0,0
J	33,3	33,3	0,0	0,0	0,0	0,0	33,3	0,0
L	31,6	22,8	1,8	14,0	1,8	21,1	8,8	12,3
M	0,0	40,0	0,0	0,0	0,0	20,0	40,0	0,0
T. %	30,8	19,0	1,3	10,0	1,7	17,8	18,0	11,5
T. Abs.	185	114	8	60	10	107	108	69

Tipos de causas: A) possibilidade de se ganhar um prêmio, vontade qu todos têm de ganhar; B) vontade de se ficar rico, ambição das pessoas C) os prêmios da LEF são maiores do que os da Loteria Federal; D tentativa de se sair de dificuldade financeira, de se melhorar d vida; E) é mais fácil ganhar na LEF do que na Loteria Federal; G ligações da LEF com o futebol; H) outra(s) respostas(s); I) não sabe.

Níveis de renda pessoal, medida em salários mínimos vigentes: A) até 1 B) de mais de 1 a 2; C) de mais de 2 a 3; D) de mais de 3 a 5; E) d mais de 5 a 7; F) de mais de 7 a 10; G) de mais de 10 a 15; H) de mai de 15 a 20; I) de mais de 20 a 30; J) mais de 30; L) está sem/não te rendimento próprio; M) não informou a renda pessoal.

Fonte: primeira pesquisa empírica.

percentuais um pouco menores do que os apresentados por respostas semelhantes nas Tabelas 5.3 e 5.4, em que os entrevistados explicavam seu próprio comportamento. No entanto, a resposta que faz referência à tentativa de ficar rico através da premiação[27] apresenta, na Tabela 5.7, proporção bem maior do que a obtida pelo mesmo tipo de resposta nas Tabelas 5.3 e 5.4, em que os entrevistados tratavam de seu próprio ato de aposta: 19,0%[28] contra 3,8%.

Uma diferença tão acentuada talvez seja devida a uma certa ambivalência existente nas formas de pensar existentes no capitalismo, a respeito do sucesso monetário: de um lado, como procuramos demonstrar no capítulo 4, o mesmo é altamente valorizado, mas, de outro lado, existem também preceitos éticos - especialmente, religiosos - que o vêm com reservas, pelo menos.[29] Assim, o entrevistado sentir-se-ia mais à vontade para explicar o comportamento

---

[27] Alguns exemplos de respostas do tipo B são: "... todos querem ficar ricos e, trabalhando, nunca vão conseguir. A Loteria Esportiva é a única saída." "Trabalhando, é difícil chegar lá em cima: tem que ser através da Loteria [Esportiva]."

[28] No início de 1971, a *FSP* publicou uma pesquisa encomendada ao IBOPE, em que foram entrevistadas 500 pessoas (apostadoras e não-apostadoras da LEF) na cidade de São Paulo, pesquisa essa à qual fizemos referência no capítulo 1. A pergunta "Na sua opinião, quais são os benefícios ou vantagens que a Loteria Esportiva traz?" obteve a seguinte resposta de 19% dos entrevistados: "A possibilidade de ficar rico com pouco dinheiro." (*FSP*, 05/02/71)

[29] Lembremos, por exempo, a frase: "É mais fácil um camelo passar pelo buraco de uma agulha do que um rico entrar no reino dos céus." Porém, recordemos, também, a importância que WEBER (1967) atribuiu ao cristianismo protestante e ascético para o advento do que chamou "espírito do capitalismo".

dos *outros* do que o seu próprio vinculando a aposta à busca do enriquecimento. Uma conseqüência da citada ambivalência, por sua vez, poderia ser absolutamente relevante: a importância *real* da busca do sucesso monetário para explicar a popularidade dos jogos no Brasil seria *maior* do que a expressa na *fala* dos entrevistados. Veremos como isto será confirmado mais adiante.

Voltemos à Tabela 5.7. Ela apresenta outro aspecto bastante significativo, quando deixamos de lado os totais percentuais obtidos pelos vários tipos de respostas e observamos as freqüências das mesmas nos vários estratos de renda pessoal. Enquanto todas as demais respostas têm incidências que não permitem estabelecer qualquer tipo de correlação, as freqüências da resposta A mantêm correlação claramente negativa com os níveis de renda que permitem generalizações (de A a G). Isto confirma uma afirmação que fizemos ao comentar as Tabelas 5.5 e 5.6: para os indivíduos dos estratos mais mal aquinhoados, é mais importante ganhar *algum* prêmio do que receber um prêmio milionário, sempre com a ressalva de que essas duas situações potenciais *não* se excluem mutuamente.

Todas as informações apresentadas até aqui, neste item 2 do presente capítulo, extraídas das falas dos próprios entrevistados, permitem-nos concluir que: a) a motivação claramente dominante da aposta era a tentativa de ganhar o prêmio e b) em medida considerável, essa motivação era determinada pela valorização do sucesso monetário e, no caso específico dos segmentos mais mal aquinhoados da população, pela tentativa de sair de más condições de vida. No entanto, essas conclusões tornar-se-ão acentuadamente mais nítidas ao deixarmos de lado as *opiniões* expressas pelos entrevistados e passarmos a fazer uso

de dados *objetivos*, obtidos por meio das entrevistas efetuadas e, mais ainda, da pesquisa documental que realizamos. É o que faremos a seguir.

2.2. Dados objetivos, confirmadores das causas da popularidade da LEF

2.2.1. A LEF como "vício dos desesperados"

A grande maioria dos apostadores da LEF, na "fase áurea" desta, era constituída de pessoas de parcos recursos. Podemos chegar a uma conclusão *lógica* a esse respeito a partir da conjugação dos dois seguintes fatos. De um lado, 63,7% dos indivíduos entrevistados em nossa primeira pesquisa de campo consideravam que apostar mais dinheiro aumentava as probabilidades de premiação, por permitir maior número de prognósticos e/ou de combinações destes. De outro lado, a imprensa, em 1976, publicou informação da Caixa Econômica Federal (gestora da Loteria Esportiva), segundo a qual 70% das apostas efetivadas nessa modalidade de jogo tinham o valor mínimo permitido (*JT*, 27/08/76). Ora, por que a maioria dos jogadores - estando consciente de que apostas mais caras, com maior número de combinações de prognósticos, aumentavam suas *chances* de ganhar o prêmio - faria a aposta mínima? Evidentemente, isso devia-se a imposições financeiras: "As pessoas de menos recursos ... arriscam o que podem." (*JT*, 27/08/76)

Embora os premiados pela Loteria Esportiva constituíssem uma pequena minoria no conjunto dos apostadores, foram eles que deixaram os dados mais significativos quanto à *confirmação* da forte presença, nesse tipo de jogo, de indivíduos situados nos segmentos da população brasileira que enfrentavam as mais precárias condições de vida. E

isso, por uma razão muito simples: diferentemente da grande massa de apostadores anônimos que nunca foram premiados, são muitos os casos de ganhadores que ficaram registrados graças ao trabalho da imprensa. Dentre tais ganhadores, encontramos uma quantidade expressiva de pessoas que, até então, tinham baixos padrões de vida: desempregados, favelados, endividados, pessoas ameaçadas de despejo de suas moradias ou indivíduos que, embora não estando *nessas* situações, sobreviviam com dificuldades. Isso é ilustrado, a seguir, por meio de uma pequena amostra dos muitos exemplos que coletamos.

Em 1971, um faxineiro - marido de doméstica que também lavava roupa para fora, pai de sete filhos (um dos quais vendia sorvetes) e ameaçado de "despejo iminente" do casebre em que morava - foi um dos três vencedores num teste da LEF (*NP*, 20/05/71; *JT*, 24/05/76). Mas, para isso, "sacrificou-se: deixou de comprar o ovo para colocar na marmita, única forma de poupar dois cruzeiros [preço da aposta mínima, na época]." (*JT*, 24/05/76)

Em 1976, um casal de favelados que morava sobre palafitas foi apresentado à imprensa como ganhador da metade do prêmio total de um teste da Loteria Esportiva (*JB* e *OG*, 11/08/76).

Um dos dois únicos premiados num teste realizado em julho de 1977 estava "desempregado ... [e] gastava os últimos dos 3.500 cruzeiros que economizou trabalhando na Baixada Santista como apanhador de banana, nos últimos meses." (*JT*, 05/07/77) Seu pai, lavrador de 59 anos, recebia, por mês, o equivalente a um quarto do salário mínimo (*JT*, 05/07/77)

O caso do outro dos dois ganhadores do mesmo teste de julho de 1977 chamou a atenção de vários órgãos da imprensa. Trabalhador

braçal aposentado e vendedor ambulante de doces, ao saber que tinha sido premiado, pediu um adiantamento à Caixa Econômica Federal, pois, estando quebrada uma das lentes de seus óculos, estava aguardando sua próxima remuneração como aposentado para poder resolver esse problema (*FSP*, *JT*, *OG* e *FT*, 05/07/77; *JB*, 09/07/77).

Já um dos premiados num teste ocorrido em 1978, morador de um "bairro pobre" do município de Diadema (SP), declarou, ao receber o prêmio: "Estou desempregado há três meses e tenho 6 filhos para sustentar." (*JC*, ago./78)

Um dos grandes ganhadores da história da LEF, vigia de uma firma situada na região do ABC, em São Paulo (*OESP*, 06/03/79), estava, antes de ser premiado, "em dívida no armazém, em dificuldade financeira, mas continuava jogando razoavelmente forte para seu padrão econômico." (*OESP*, 22/04/79)

Em 1979, uma montadora de bolsas premiada pela LEF (*JC*, 2ª quinz. abr./79), "sem conter as lágrimas, revelou o seu sonho - prestes a se realizar - de deixar 'para nunca mais voltar' a favela da Rocinha ..." (*AGE*, 17/04/83)

Uma ganhadora de um dos testes de outubro de 1980 "estava desempregada há [*sic*] vários meses. Enfrentando várias dificuldades financeiras, vivia assediada pelos cobradores ..." (*AGE*, 17/04/83)

Dentre os casos de pessoas até então endividadas e que foram premiadas pela Loteria Esportiva, um dos mais significativos, pelo *caráter da dívida*, ocorreu em 1983, ano em que a popularidade daquele jogo já se encontrava em decadência. Ao receber o prêmio, o ganhador, um servente de predreiro de 17 anos que trabalhava "das seis da manhã às 18 horas", estava com "uma prestação atrasada para o 'Baú da

Felicidade` [instituição privada que também sorteia prêmios!] e que iria à cobrança." (*JT*, 20/04/83)

Como já afirmamos, dentre os registros de pessoas que foram premiadas, há, também, casos não tão dramáticos, mas que expressam as dificuldades em que vivia boa parcela dos apostadores da LEF, na "fase áurea" da mesma. Mencionemos, apenas, os casos de três dos indivíduos que ganharam sozinhos seus prêmios. Um deles, premiado em 1972, era modesto funcionário do escritório de uma indústria têxtil, esperava melhorar de vida para poder casar-se (*OESP*, 03/05/72) e "morava numa cabeça-de-porco" do Rio de Janeiro (*JB*, 05/04/74). Outro, ganhador num teste da LEF ocorrido em 1974, era maquinista e "morava num conjunto de casas populares ... Suas irmãs ... tentavam ser empregadas como arredoras na Prefeitura de João Monlevade [MG]." (*JT*, 30/09/75) O terceiro exemplo que aqui apresentamos é o de um ex-vaqueiro goiano, analfabeto e parcialmente desdentado, que, com "muito esforço e sacrifício", tinha comprado um pequeno armazém e que usou parte do prêmio, ganho em 1975, para saldar dívidas (*FSP*, 30/09/75; *OG*, 19/04/80).

Assim sendo, não é de surpreender que, ao longo de toda a "fase áurea" da Loteria Esportiva, vários órgãos de imprensa tenham publicado artigos apontando a forte participação, nesse tipo de jogo, de segmentos da população que sobreviviam com grandes dificuldades.[30]

---

[30] Essa participação chegava a acontecer até mesmo em circunstâncias como a relatada a seguir: "Na fila [de uma casa lotérica de São Paulo] está também uma senhora já velhinha, que pede esmolas pelo centro da cidade. Com um volante nas mãos e 18 cruzeiros ..., espera a hora de fazer seu jogo." (*OESP*, 28/08/70)

Nos exemplos que apresentamos a seguir, observemos como a LEF era apontada como uma esperança, para os indivíduos de tais segmentos, de alteração de suas condições de vida:

> "São de fato ... as massas menos abonadas as que vêm propiciando a fulminante expansão registrada em tão pouco tempo pela Loteria Esportiva. (...) ... milhões de infortunados ... [são] atraídos pelas miragens do jogo ..." (*OESP*, 20/08/70)

> "... pessoas necessitadas ..., não tendo muito e querendo ter mais, necessitando ter mais, acham válido arriscar a sorte, como que numa possível ajuda para conseguir esse mais de que necessitam." (*OESP*, 28/08/70)

> "A Loteria Esportiva ... tem servido de repositório de sonhos e devaneios dos desprotegidos, que procuram a solução de seus problemas na afanosa perseguição à sorte. (...) Milhares de nossos patrícios se entregam, uma vez por semana, à problemática e frustrante procura dos fados, como atalho fascinante e convidativo para tirá-los da condição de miséria e pobreza, conduzindo-os a um mundo imaginário de riquezas e fartura ..." (*FSP*, 17/04/79)

Mais do que isso, no entanto, vários jornais fizeram comentários acerca do *sacrifício* que famílias situadas nos estratos de mais baixos rendimentos tinham que fazer em seus orçamentos domésticos, de modo a poderem apostar na LEF. Apresentemos alguns exemplos:

> "... a Loteria Esportiva ... está raspando todas as poupanças das famílias de trabalhadores, empregados do comércio e funcionários públicos de rendimentos médios para baixo." (*OESP*, 27/04/71)

> "... os pobres ... fazem seu jogo [na LEF] discretamente, quase envergonhados, como se estivessem cometendo um pecado mortal contra o orçamento familiar." (*FSP*, 28/07/73)

"Foram tirados [os cruzeiros apostados na LEF] talvez da cachaça, mas também do leite (não figurada mas concretamente) das crianças; foram tirados das roupas, dos calçados, da comida, do aluguel, da escola, das férias, do lazer, do prazer, da goiabada, do futebol no estádio, do cineminha, do baile, da revista em quadrinhos, da nutrição, do seguro, da casa própria, da reforma do barraco, da dentadura precisada, enfim, foram tirados da realidade e jogados na fantasia, encharcados com muitas gotas de suor e vida, na busca compulsiva dessa zebra ... do desespero." (*OESP*, 1º/10/81)

O próprio almirante que, em 1975, era presidente da ARENA[31] (partido encarregado de dar sustentação ao regime militar, então vigente) no estado do Rio de Janeiro, afirmou: "O pobre passa fome, junta dinheiro e faz sacrifícios para poder sonhar com o prêmio da Loteria [Esportiva] ..." (*OESP*, 17/10/75)

Porém, como afirmamos, tratava-se de *comentários* publicados pela imprensa, os quais, hipoteticamente, poderiam não refletir adequadamente a realidade dos fatos. Vejamos, então, alguns dados mais objetivos.

Em nossa primeira pesquisa de campo, apenas 2,8% dos entrevistados afirmaram ter havido sacrifício de algum item do orçamento pessoal ou familiar para possibilitar apostas na Loteria

[31] É presidente, também, nessa época, da Confederação Brasileira de Desportos.

TABELA 5.8

PORCENTAGEM DA RENDA PESSOAL DO(A) ENTREVISTADO(A) GASTA MENSALMENTE EM APOSTAS NA LEF, SEGUNDO A RENDA PESSOAL DAQUELE(A), MEDIDA EM SALÁRIOS MÍNIMOS VIGENTES

N R	Gasto mensal (% da renda pessoal)												
	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	L	M	N
A	2,4	9,8	14,6	22,0	24,4	9,8	4,9	7,3	4,9	0,0	0,0	0,0	0,0
B	4,1	13,4	34,0	20,6	18,6	3,1	1,0	1,0	2,1	2,1	0,0	0,0	0,0
C	11,3	19,8	37,7	16,0	7,5	3,8	1,9	0,9	0,0	0,9	0,0	0,0	0,0
D	20,0	24,5	30,9	11,8	9,1	0,9	0,0	0,9	1,8	0,0	0,0	0,0	0,0
E	29,9	28,4	17,9	7,5	6,0	7,5	3,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
F	47,1	31,4	7,8	7,8	5,9	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
G	41,7	30,6	19,4	5,6	0,0	0,0	0,0	2,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
H	54,5	31,8	4,5	0,0	4,5	0,0	4,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
I	40,0	0,0	20,0	20,0	20,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
J	33,3	66,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
L	0,0	1,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	98,2	0,0
M	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0
T. %	18,8	20,2	23,0	11,8	9,2	2,8	1,3	1,2	1,0	0,5	0,0	9,3	0,8
T.Abs.	113	121	138	71	55	17	8	7	6	3	0	56	5

Gasto mensal, em porcentagem da renda pessoal: A) até 0,5%; B) de mais de 0,5% a 1%; C) de mais de 1% a 2%; D) de mais de 2% a 3%; E) de mais de 3% a 5%; F) de mais de 5% a 7%; G) de mais de 7% a 10%; H) de mais de 10% a 15%; I) de mais de 15% a 20%; J) mais de 20%; L) não soube informar gasto mensal; M) está sem/não tem renda própria; N) não informou renda pessoal.

N R = níveis de renda pessoal, medida em salários mínimos vigentes: A) até 1; B) de mais de 1 a 2; C) de mais de 2 a 3; D) de mais de 3 a 5; E) de mais de 5 a 7; F) de mais de 7 a 10; G) de mais de 10 a 15; H) de mais de 15 a 20; I) de mais de 20 a 30; J) mais de 30; L) está sem/não tem rendimento próprio; M) não informou a renda pessoal.

Fonte: primeira pesquisa de campo.

Esportiva.[32] Mas os dados da Tabela 5.8 permitem colocar em dúvida essa afirmação. Por exemplo: mais de um quarto dos indivíduos que ganhavam até um salário mínimo apostavam, *quando nada*, 5% de seus rendimentos pessoais na LEF; 27,9% dos indivíduos que ganhavam mais de um e até dois salários mínimos gastavam, com apostas nesse tipo de jogo, *pelo menos* 3% de seus rendimentos pessoais.

Uma explicação possível para a pequenez da proporção de entrevistados que *afirmaram* ter havido sacrifício de seus orçamentos, de modo a permitir gastos com apostas na LEF, é que estes dispêndios já estavam, naquele período, *incorporados* àqueles orçamentos. Basta lembrar que, pelo menos por duas vezes (janeiro de 1975 e março de 1978), aumentos de preços das apostas fizeram do item Loteria Esportiva aquele que mais contribuiu para a elevação do custo de vida em São Paulo, como mencionamos no capítulo 1. Assim sendo, o dinheiro utilizado em apostas não era visto como um *acréscimo* nos gastos pessoais e/ou familiares, nem, portanto, como algo que pudesse sacrificar outros gastos.

Porém, mais importante do que a referida incorporação é o fato de Araraquara ser um município que, como afirmamos no capítulo 2, tem uma padrão de vida médio superior ao do Brasil tomado como um todo. Citemos um exemplo. Mesmo numa pesquisa realizada em 1970 - ano em que a arrecadação da LEF, medida em dólares, foi equivalente a

---

[32] Um dos entrevistados que afirmou ter havido sacrifícios no orçamento doméstico de sua família, quando solicitado a especificá-los, declarou: "Carne e outras 'misturas'. No fim do mês, o dinheiro era pouco e a minha família deixou de ter esses gastos para poder apostar."

apenas 18,5% daquela registrada em 1979 -,[33] em todos os bairros do Rio de Janeiro, uma proporção de entrevistados bem maior do que a constatada em Araraquara, em nossa primeira pesquisa de campo, *admitiu* ter sacrificado seu orçamento para poder apostar na LEF. Formulada a pergunta "O(a) senhor(a) tem observado se ultimamente o seu consumo médio (de produtos industrializados, de alimentos, diversões, etc.) tem diminuído em virtude do dinheiro empatado em apostas na Loteria Esportiva?", 8% das pessoas ouvidas disseram que sim, 90% afirmaram que não e 2% não souberam responder ou não responderam (cf. *JB*, 27/09/70).

Porém, mais do que dados coletivos como os que acabamos de ncionar e mais do que a divulgação de casos individuais de apostadores que se abstinham de determinados gastos para poderem jogar na LEF,[34] há um dado, publicado em 1981, que não deixa dúvidas quanto ao fato de que boa parcela da população brasileira usava, em suas apostas nesse jogo, um dinheiro desviado do atendimento de necessidades importantes:

> "Segundo o presidente da Associação dos Distribuidores de Leite de São Paulo, ... quando a Loteria Esportiva fecha suas apostas, na quinta-feira, sintomaticamente cai a venda

---

[33] Rever, a respeito, a Tabela 1.3, no capítulo 1.

[34] Um exemplo gritante é o seguinte: "'Estou vivendo com média e pão com manteiga, para poder apostar na Loteria [Esportiva]'. Pedro Leão Veloso Wohmann, vice-presidente da Associação comercial do Rio de Janeiro, conta que ouviu um operário dizer isso a um amigo. O operário estava certo de que iria ganhar na Loteria; por isso se sujeitava a passar fome." (*JT*, 23/11/70)

do produto." (*FSP*, 15/11/81)[35]

Vale notar, aliás, que, em 1981, pelo segundo ano consecutivo, a LEF apresentou queda em sua arrecadação,[36] já enfrentando a "concorrência" da Loto. Assim, é possível que, em determinados momentos, a diminuição na venda do leite às quintas-feiras tenha sido ainda mais acentuada do que a constatada em 1981.

Ora, evidentemente, pessoas que se encontram em precárias condições de vida sacrificam seus já modestos orçamentos domésticos para poderem apostar, apenas se encaram suas apostas como uma *esperança de superar tais condições*. Nesses casos extremos, não há dúvida quanto ao fato de que a Loteria Esportiva constituía-se num autêntico "vício dos desesperados", as precárias condições de vida da maioria da população tendo um papel fundamental para explicar a grande popularidade que a LEF chegou a ter em nosso País.

É claro que nem todos os casos eram tão extremos. Muitas eram as pessoas que, ainda que não estando em situações tão desesperadoras, também compunham a grande massa dos excluídos da "modernização conservadora" que vem ocorrendo no Brasil e que apostavam sem que isso viesse a causar-lher sacrifícios acentuados como os relatados há pouco. Porém, também nesses casos, há dados que

---

[35] No 15.º Congresso Nacional de Vereadores, realizado em 1978, um dos participantes, "com a colaboração de seus colegas de Jacareí" (SP), apresentou um texto segundo o qual, "'nos dois últimos dias de aposta [na LEF] de cada semana, há sensível diminuição no consumo de leite e pão, para citar apenas dois casos concretos.'" (*FSP*, 19/08/78)

[36] De acordo com os dados da Tabela 1.3, apresentada no Capítulo 1, o montante total anual das apostas, em 1981, convertido em dólares, foi equivalente a 77,66% do registrado em 1979.

confirmam o peso das condições de vida para levar tais pessoas a apostarem na Loteria Esportiva.

Consideremos, por exemplo, um município como Araraquara, que, como já afirmamos, conta com padrões de vida médios superiores aos do Brasil tomado como um todo. Mesmo nesse município, foi acentuada a proporção dos entrevistados que, ao serem interrogados sobre o que fariam com o prêmio desejado (ver Tabela 5.6), caso o ganhassem, apresentaram respostas que se referem *explicitamente* à busca de melhores condições de vida, seja para si próprios, seja para familiares próximos (filhos, netos, pais ou sogros, por exemplo). É o caso das respostas F, I, J, L, M e N, apresentadas na Tabela 5.9. Destaquemos que quase um quarto dos entrevistados mencionou espontaneamente a compra de casa própria como destinação que daria ao prêmio. Além disso, a mesma tabela apresenta outras destinações do prêmio desejado que, sendo colocadas em prática, possibilitariam melhorar as condições de vida do(a) entrevistado(a), como é o caso das aplicações que trazem lucros, juros ou rendas.

A busca do prêmio como meio de elevar o padrão de vida dos apostadores também confirma-se em pesquisas publicadas em jornais. Citemos dois casos em que há *quantificação*. Na já mencionada pesquisa realizada em todos os bairros do Rio de Janeiro, em 1970, foi apresentada a seguinte questão aos entrevistados: "Vamos imaginar a possibilidade de o(a) senhor(a) ter ganho um *alto* [o itálico é nosso] prêmio na Loteria Esportiva. O que o(a) senhor(a) faria do prêmio recebido?" Mesmo tratando-se de um hipotético *grande* prêmio, 49% das pessoas ouvidas responderam que comprariam "uma casa/apartamento/terreno", enquanto que 20% mencionaram a compra de

TABELA 5.9

DESTINAÇÃO(ÕES) QUE O(A) ENTREVISTADO(A) DARIA AO PRÊMIO DESEJADO, CASO O GANHASSE

Tipo de destinação	Incidência percentual
A) Investiria o dinheiro (em sentido genérico)	4,2
B) Aplicaria no comércio, em serviços ou na indústria	3,5
C) Aplicaria no mercado financeiro	18,0
D) Aplicaria em imóveis rurais	17,8
E) Aplicaria em imóveis urbanos	13,3
F) Abriria um negócio próprio	4,7
G) Viajaria	3,7
I) Compraria casa própria	22,7
J) Compraria bens duráveis de consumo	6,8
L) Procuraria ter um melhor padrão de vida	7,5
M) "Acertaria"/estabilizaria a vida	5,5
N) Ajudaria filhos e/ou netos	6,5
O) Ajudaria outros familiares e/ou amigos	7,7
P) Ajudaria instituições de caridade	7,7
Q) Outras destinações	9,0
R) Não sabe/pensaria na hora	15,2

Fonte: primeira pesquisa de campo.

"um carro" (*JB*, 27/09/70), respostas que claramente indicam a busca de melhores padrões de existência. Já numa enquete realizada em 1971, em São Paulo, em que foram ouvidas 100 pessoas num estádio de futebol, os entrevistados eram colocados diante da hipotética situação de terem sido premiados na Loteria Esportiva e, em seguida, apresentavam seus "13 desejos". As respostas mais mencionadas foram:[37] casa, 75%; viagens

[37] Os altos percentuais devem-se a que os entrevistados eram solicitados

(mesmo que fossem para o interior de São Paulo), 75%; carro, 67%; criação de condições de conforto para a família, 66%; caridade, 45%; emprego do dinheiro a juros, 43%; abertura de um negócio próprio, 33%; compra de imóveis urbanos, 32%; compra de imóveis rurais, 31%; educação (para si próprio ou para familiares), 20%; compra de aparelhos eletrodomésticos, 16% (*JT*, 09/06/71). Mais uma vez, constata-se a importância atribuída pelos apostadores à busca de melhoria em suas condições de existência.

Com todos os dados apresentados até aqui, julgamos que *se comprova*, agora com mais vigor, algo já expresso, em boa medida, nas *opiniões* dos entrevistados de nossa primeira pesquisa de campo: o papel extremamente importante das condições de vida da maioria da população brasileira para explicar a popularidade que a LEF teve, em nosso País, durante sua "década de ouro". Portanto, esta é a hora - deixando de lado, mais uma vez, as *opiniões* de nossos entrevistados - de trabalharmos com dados *objetivos* que permitam confirmar, agora, a importância de *outra* característica estrutural da sociedade brasileira para a explicação do caráter massivo que as apostas na Loteria Esportiva chegaram a ter: a valorização do sucesso monetário.

2.2.2. A LEF como "máquina de fazer milionários"

Ao interpretarmos os dados obtidos por meio das entrevistas que fizeram parte de nossa primeira pesquisa de campo, referimo-nos, de passagem, no sub-item 2.1, à ambivalência das formas de pensar próprias do capitalismo, no que se refere ao sucesso monetário: ao

---

a apresentarem *treze* destinações para o hipotético prêmio.

mesmo tempo em que este é amplamente valorizado, existem preceitos éticos que o vêm, ao menos, com reservas. Naquele momento, apontamos uma possível conseqüência desse fato: a importância *real* do sucesso pecuniário para explicar a popularidade dos jogos por dinheiro em nosso País poderia ser *maior* do que a importância *atribuída* ao mesmo pelos entrevistados. Vejamos, então, se os *dados objetivos* de que dispomos a respeito, referentes à "década de ouro" da Loteria Esportiva, confirmam, ou não, essa hipótese.

A nosso ver, uma das características da LEF, que a diferenciava da Loteria Federal, é fundamental para compreendermos o estrondoso sucesso que aquele jogo teve durante cerca de uma década: o montante do(s) prêmio(s) a ser(em) pago(s) ao(s) vencedor(es) *não era(m) predeterminado(s)*. De um lado, esse montante, em termos globais, era *proporcional ao resultado da soma dos valores das apostas*, correspondendo a 31,5% deste total.[38] Tratando-se de um tipo de jogo que, na língua inglesa, é chamado *pool*, o prêmio variava de acordo com a quantidade de dinheiro apostada. De outro lado, esse prêmio podia tanto ser *dividido* entre vários ganhadores como, também, ser apropriado por *um único* apostador. Isso dependia, apenas, da quantidade de jogadores que tivessem feito *o maior número* de prognósticos corretos (o qual deveria ser, no mínimo, igual a onze, num total de treze).

Por que essa característica da Loteria Esportiva, aparentemente um mero detalhe técnico, seria tão importante para a

---

[38] Esse era o prêmio líquido, já tendo sido feito o desconto do Imposto de Renda incidente sobre o prêmio bruto. Hoje, o prêmio líquido corresponde a cerca de 29,5% da arrecadação bruta.

compreensão da grande popularidade que esse jogo chegou a ter? Antes de respondermos a essa pergunta, vejamos, na Tabela 5.10, os resultados dos treze primeiros testes da LEF: o número de ganhadores, o prêmio pago a cada um deles e o montante total do prêmio,[39] em valores correntes.

TABELA 5.10
RESULTADOS DOS TREZE PRIMEIROS TESTES DA LOTERIA ESPORTIVA FEDERAL

Teste	Número de acertadores	Prêmio para cada acertador (Cr$ correntes)	Prêmio total (Cr$ correntes)
1	8	9.999,00	79.996,00
2	27	7.080,00	191.174,00
3	27	10.175,00	274.748,00
4	7	130.843,00	915.904,00
5	1	209.494,00	209.494,00
6	23	29.516,00	678.873,00
7	3	302.959,00	908.879,00
8	4	299.929,00	1.199.716,00
9	1	1.892.720,00	1.892.720,00
10	17	184.237,00	3.132.038,00
11	1	2.585.343,60	2.585.343,00
12	4.175	1.020,00	4.258.496,00
13	11	477.869,00	5.256.559,00

Fontes: *OESP*, 19/06/70; *FSP*, 1º/09/70 e *CM*, 27-28/12/70.

Antes de mais nada, o que podemos observar é um aumento significativamente rápido dos prêmios totais, o que, por sua vez,

[39] Os prêmios apresentados (tanto individuais quanto totais) são *líquidos*, isto é, já tendo sido feito o desconto do Imposto de Renda incidente sobre os prêmios brutos.

reflete o crescimento da quantidade de dinheiro apostada. Destaquemos, no entanto, três dos testes acima: os de números 5, 9 e 11. Depois de a LEF premiar seu primeiro ganhador isolado, o prêmio total mais do que triplicou, no teste seguinte (de número 6), mantendo-se em forte crescimento nos concursos subseqüentes. Este crescimento, aliado ao fato de o teste número 9 ter tido apenas uma ganhadora, fez surgir, então, a primeira milionária da Loteria Esportiva. Observe-se que seu prêmio foi *nove vezes maior* do que o do ganhador do teste número 5. O prêmio do teste número 11, que fez o segundo milionário da história da LEF e foi 37% maior do que aquele que foi pago à ganhadora do teste número 9, continuou levando a grandes aumentos nas arrecadações e, por conseqüência, tornando também os prêmios totais muito maiores. Cerca de dois meses após o último teste constante da Tabela 5.10, o prêmio total do concurso número 22, dividido entre apenas dois apostadores, foi 3,5 vezes maior do que o do ganhador do teste número 11 (*OESP*, 04/11/70; *JS*, 17/04/80; *AGE*, 17/04/83).

Ora, o que tudo isso mostra é que, devido à mencionada característica da Loteria Esportiva, alguns de seus primeiros concursos apresentaram pequeno número de ganhadores, que, conseqüentemente, ganharam *grandes prêmios individuais*. Esses grandes prêmios, por sua vez, atraíam maior número de apostadores, o que fazia aumentar o prêmio total. Este prêmio total aumentado fazia com que mais pessoas apostassem, o que levava a um novo crescimento do prêmio etc. Em síntese, havia uma forte *influência mútua* entre grandes prêmios individuais e aumento da quantidade de dinheiro lançada às apostas.

Tal *ação recíproca* mostra que, já no início da história da

Loteria Esportiva, a *possibilidade* que esta sempre apresentava, de pagar prêmios que se constituíam em verdadeiras fortunas, é bastante importante para compreendermos a popularidade que esse tipo de jogo chegou a alcançar. Vejamos como alguns periódicos expressaram a importância dos primeiros grandes prêmios para o rápido crescimento daquela popularidade:

> "Entrava em cena [com a LEF], ... mais uma grande loteria, que poderia distribuir *fortunas* entre os apostadores. Os primeiros resultados viriam, aliás, *estimular esses sonhos*. Logo no quinto teste, ... um modesto concorrente conseguiu ganhar sozinho o prêmio de Cr$ 209.494,84, o que, na época, era muito dinheiro." (*Manchete*, 26/08/78; os itálicos são nossos)[40]

> Os dois testes [9 e 11, que fizeram os primeiros milionários da LEF] serviram para *estimular, ainda mais, a corrida aos 13 pontos*. E, se possível, com muitas 'zebras', para se ganhar uma bolada sozinho." (*AG*, 22/04/80; os itálicos são nossos)

No entanto, o efeito dos grandes prêmios sobre o volume das apostas não se limitou aos momentos iniciais da existência da LEF. Pelo contrário, ao longo de toda a "fase áurea" da mesma, isso pôde ser claramente constatado. Vejamos alguns exemplos.

Em maio de 1972, a LEF fez seu primeiro recordista mundial em prêmios nesse tipo de concurso. Num jornal da época, que cita um funcionário graduado da Caixa Econômica Federal (Diretor da Loteria Esportiva), podemos ler:

---

[40] Referindo-se a esse prêmio, outra publicação também afirma que o mesmo representava, "na época, ... muito dinheiro. Era o 'estimulante' tão necessário à Loteria Esportiva Federal." (*JC*, 2ª quinz. set./78)

> "Observou que todas as vezes que o número de apostas ... começa a cair, a esperança de um novo aumento é a saída de um grande prêmio. Citou como exemplo o prêmio de 11,5 milhões de cruzeiros, ganho recentemente ..., que provocou *três aumentos sucessivos* ..." (*UH*, 26/05/72; o itálico é nosso)

No final de setembro de 1975, a Loteria Esportiva pagou um dos maiores prêmios de sua história, estabelecendo novo recorde mundial. Nesse ano, os dois meses que apresentaram as mais altas médias de arrecadação de apostas na LEF foram *os que se seguiram* àquela premiação: pela ordem, outubro e novembro (Autos[6] da CPI - Loterias, fls. 1984). Um jornal referiu-se a prêmios como esse e suas conseqüências sobre o conjunto dos apostadores:

> "... a cada novo Miron [o ganhador do último grande prêmio citado] que surge banguelo, mas milionário, no noticiário nacional, *uma euforia domina o País* ante a perspectiva de cada um em ser a vedete, com todos os seus problemas resolvidos, da próxima semana, do próximo teste." (*OESP*, 04/04/77; o itálico é nosso)

Depois de um único cartão de apostas ter sido contemplado com um prêmio milionário, em 1979 - ano que apresentou o maior movimento de apostas de toda a história da LEF -, o prêmio total do teste seguinte foi ainda maior (*FSP*, 06/09/79).

Mesmo em 1983, já estando a Loteria Esportiva em decadência de popularidade, um prêmio para um único apostador, no valor de US$ 1,34 milhão (*OESP*, 05/07/83), não deixou de ter suas conseqüências:

> "... a sorte de Valdeci continua alimentando os sonhos do povo de Palmeiras de Goiás [cidade onde residia o premiado]. As casas lotéricas da região registraram um aumento de 50% nas apostas em relação ao teste anterior." (*OESP*, 10/07/83)

É importante ressaltar que os poucos exemplos que acabamos de apresentar não são casos isolados. Os efeitos dos grandes prêmios sobre o volume das apostas foi uma constante durante toda a "década de ouro" da LEF. Isso pode ser *confirmado* por declarações de altos dirigentes da Caixa Econômica Federal registradas pela imprensa. Há pouco, mencionamos uma delas, feita menos de um mês depois de a Loteria Esportiva ter alcançado seu primeiro recorde mundial em prêmios individuais nessa modalidade de jogo. Em 1978, uma publicação cita um "porta-voz qualificado" da mesma Caixa Econômica, tratando dos "fatores que motivam os concorrentes": "... todas as vezes em que o prêmio é conquistado por um único apostador, ou por um número reduzido deles, o teste seguinte acusa sempre um crescimento sensível." (*Manchete*, 26/08/78)

Também proprietários e funcionários de casas lotéricas comprovam a mesma relação entre as dimensões dos prêmios e a quantidade de dinheiro apostada. Em 1977, um jornal publicou longa matéria sobre a LEF, em que é mencionada uma observação do gerente de uma grande casa lotérica de São Paulo, "constante também em todas as lojas pesquisadas":

> "Sempre que há poucos ganhadores numa semana, o número de apostadores aumenta bastante. É que o pessoal fica pensando: 'se aconteceu com ele, por que não pode acontecer comigo?', e resolve apostar." (*UH*, 06/06/77)[41]

Podemos, agora, extrair algumas conclusões dos dados que

---

[41] O mesmo foi constatado em conversas informais que mantivemos com proprietários e funcionários de casas lotéricas de Araraquara, no período em que realizamos nossa primeira pesquisa de campo.

acabamos de apresentar, referentes à forte *atração* que os grandes prêmios da LEF exerciam sobre tão amplos contingentes da população brasileira:[42]

a) A busca do sucesso monetário através da aposta afigura-se como uma *causa fundamental* da grande popularidade que a Loteria Esportiva chegou a ter em nosso País. Vários artigos de jornais expressam, com ênfase, em que medida milhões de pessoas eram atraídas às apostas na LEF pelo fato de esta ser encarada como uma autêntica "máquina de fazer milionários": um meio *possível* de conduzir cada apostador, como que num passe de mágica, à posse de uma imensa riqueza monetária.[43] Citemos trechos de alguns daqueles artigos:

> "Desde sua implantação, ... a Loteria Esportiva, com seus prêmios fabulosos, passou a ser a atração dos fins de semana. Fazer os 13 pontos é a meta dos apostadores, na esperança de se tornarem milionários da noite para o dia." (*FT*, 10/05/74)

> "... os brasileiros começaram a acreditar que, marcando *X* num cartão de apostas, poderiam ficar milionários."

---

[42] Lembremos um dado apresentado no capítulo 1: em 1980, um terço dos adultos do País apostavam frequentemente na LEF.

[43] Um exemplo individual é bastante sintomático do grau em que inúmeros apostadores depositavam na LEF suas esperanças de súbita e espetacular ascensão social. Em 1972, um corretor de seguros do estado de São Paulo preencheu o cartão de prognósticos de tal modo, que deveria pagar pelo mesmo um preço igual a 54 vezes a aposta mínima. Não tendo encontrado "um sócio para dividir o dinheiro da aposta, acabou não jogando." Quando soube que um único apostador havia ganhado sozinho aquele que foi o primeiro recorde mundial da LEF em prêmios individuais e que, além disso, seus *próprios* prognósticos estavam corretos, "teve que ser hospitalizado" (*JT*, 04/05/72).

(*JT*, 03/01/75)

"Cada apostador, ao preencher os quadradinhos na certeza de que não fará menos do que 13 pontos, está inevitavelmente construindo, na imaginação, a ilha de felicidade em que viverá a partir da semana seguinte." (*JB*, 30/09/75)

"Na mente de muitos de nossos concidadãos, a Loteria Esportiva ergue-se, qual instituição sobrenatural, é capaz de tudo virar de cabeça para o ar, transformando subitamente o pobre em rico, o remediado em milionário, a lavadeira em biliardária, o servente de pedreiro em magnata improvisado." (*FSP*, 17/04/79)

"... boa parte da população ..., religiosamente, faz a sua aposta todas as semanas, na esperança de ganhar um prêmio milionário e conseguir a independência financeira." (*OESP*, 13/04/80)

b) Mais do que *confirmarem*, com vigor, algo que já tinha sido constatado nas opiniões dos entrevistados de nossa primeira pesquisa de campo, os dados apresentados há pouco permitem ir além. Eles demonstram que a busca do sucesso monetário pesava *muito mais* na determinação da popularidade da Loteria Esportiva do que o *admitia* a grande maioria daqueles entrevistados. Esse fato parece-nos *confirmar* uma hipótese levantada anteriormente: a ambivalência pela qual as formas de pensar existentes nas sociedades capitalistas encaram o sucesso pecuniário - valorização, por um lado, e reserva ou condenação, por outro - levaria os entrevistados a *subestimarem* a importância do mesmo como causa do caráter massivo das apostas em nosso País, especialmente ao analisarem *seu próprio* comportamento.

c) Mais uma vez, os dados confirmam que dois objetivos que podem estar presentes na aposta, numa sociedade como a brasileira, *não são mutuamente excludentes*: a tentativa de superar precárias condições de vida e a busca do sucesso monetário. Já demonstramos que, para

amplos segmentos da população de nosso País, a Loteria Esportiva era encarada como um meio *potencial* para atingir o primeiro desses dois objetivos. Por outro lado, acabamos de ver a enorme importância do segundo dos objetivos citados para explicar a imensa popularidade alcançada pela LEF. Ora, considerando-se que a grande maioria dos apostadores compunha-se de pessoas de parcos recursos, é evidente que, ao menos para a maior parte destas, aqueles dois objetivos freqüentemente apresentavam-se *superpostos*. Se o que essas pessoas buscavam no jogo era, antes de mais nada, superar precárias condições de existência, nada impedia que esta superação ocorresse por meio de uma alteração radical de suas vidas: a consecução de um prêmio milionário.

* * *

Tanto as opiniões dos entrevistados de nossa primeira pesquisa de campo quanto os dados objetivos de que dispomos a respeito demonstram claramente que as características estruturais da sociedade brasileira apontadas no capítulo anterior são, de fato, fundamentais para compreendermos a grande popularidade que a Loteria Esportiva teve, em nosso País, durante cerca de uma década. No entanto, permanece, ainda, uma questão a ser respondida: por que a LEF, depois daquele período, começou a *perder* sua popularidade para outros jogos por dinheiro?

Procuramos responder a essa questão a seguir, no item 3 do presente capítulo. Porém, dadas as *fortes evidências* confirmadoras de que as precárias condições de vida da maioria da população e a valorização do sucesso monetário são essenciais para compreendermos por que se apostou tanto durante a "década de ouro" da LEF, julgamos

poder tratar a década seguinte de modo menos detalhado e aprofundado. Aliás, não apenas *podemos*, mas, em boa medida, *temos* de fazê-lo, por duas razões. Em primeiro lugar, depois da "fase áurea" da Loteria Esportiva, os dados secundários sobre os jogos por dinheiro publicados em órgãos de imprensa começaram a escassear de maneira marcante, como mencionamos no capítulo 1. Ao lado disso, por razões também apontadas nesse mesmo capítulo, a amostra de nossa segunda pesquisa de campo foi, em termos absolutos, acentuadamente *menor* do que a da primeira (muito embora, proporcionalmente ao universo então investigado, tenha sido de maior dimensão). Em conseqüência desse fato, optamos por não trabalhar, no item que vem a seguir, com cruzamentos de dados, já que os mesmos talvez não fossem tão confiáveis quanto aqueles referentes à primeira pesquisa de campo.

Por todos esses motivos, no próximo item deste capítulo, limitaremos nossa preocupação a verificar se as causas apontadas no item 2 atuaram também no período seguinte, sendo responsáveis pela decadência da LEF/Loteca e pela ascensão da Loto e da Sena, na década de 80.

3. Por que a LEF foi superada pela Loto e pela Sena

3.1. O baixo grau de popularidade da Loteca, em 1990

Em 1990, o brilho da Loteca, comparado àquele, tão intenso, que a LEF tinha tido até cerca de uma década antes, estava minguando. Mesmo num universo composto por *indivíduos que participavam dos concursos de prognósticos esportivos*,[44] apenas 12% dos entrevistados de

[44] Lembremos que a condição *sine qua non* para que um indivíduo fosse

nossa segunda pesquisa de campo apostavam mais freqüentemente na Loteca do que nos demais jogos oficiais de âmbito nacional. 23,3% das pessoas então ouvidas dividiam sua preferência entre aquele e outro(s) jogo(s), como mostra a Tabela 5.11. Em termos monetários, somente 15,4% dos entrevistados gastavam, do *total* de seus dispêndios em apostas nos jogos oficiais de âmbito nacional, 60% ou mais na Loteca.

TABELA 5.11
JOGO(S) EM QUE O(A) ENTREVISTADO(A) APOSTAVA COM MAIS FREQÜÊNCIA

Jogo	Incidência percentual
Loteca	12,0
Loteca e outro(s) jogo(s) (igual freqüência)	23,3
Sena e/ou Loto	58,0
Loteria Federal	2,7
Sena e/ou Loto e Loteria Federal	3,3
Outra resposta	0,7

Fonte: segunda pesquisa de campo.

A acentuada decadência que a LEF/Loteca tinha experimentado ao longo da década de 80 mostra-se também quando consideramos a freqüência mensal com que os entrevistados apostavam nesse jogo, em 1990. A proporção daqueles que o faziam uma única vez a cada mês tinha-se tornado *maior* do que a daqueles que jogavam semanalmente, como podemos ver na Tabela 5.12. Ao mesmo tempo, considerados somente os entrevistados que tinham familiares que apostavam em pelo menos um jogo oficial de âmbito nacional, em apenas 2% dos casos isso ocorria

entrevistado em nossa segunda pesquisa de campo era que apostasse na Loteca, ainda que pudesse participar *também de outros* jogos.

de modo exclusivo na Loteca; em 29%, nesta e em outra(s) modalidade(s) de jogo; em 69% dos casos, somente em outro(s) jogo(s) que não os concursos de prognósticos esportivos.

TABELA 5.12
FREQÜÊNCIA MENSAL COM QUE O(A) ENTREVISTADO(A) APOSTAVA NA LOTECA

Número de vezes por mês	Incidência percentual
Menos de uma	3,3
Uma	35,3
Uma ou duas	1,3
Duas	26,0
Duas ou três	0,7
Três	1,3
Três ou quatro	1,3
Quatro/semanalmente	30,0
Não soube precisar	0,7

Fonte: segunda pesquisa de campo.

Não bastasse tudo isso, a Loteca encontrava dificuldades para atrair novos apostadores. Da primeira à segunda pesquisa de campo, diminuiu a participação proporcional, nessa modalidade de jogo, de todas as quatro primeiras faixas etárias constantes da Tabela 5.13. Aliás, podemos observar que essa diminuição foi mais marcante nas faixas de indivíduos mais jovens. Já a participação proporcional das pessoas de mais de 50 anos praticamente dobrou. Reforçando os dados dessa mesma tabela, 83,3% dos entrevistados de nossa segunda pesquisa de campo declararam que já apostavam na Loteria Esportiva *antes* do surgimento da Loto e da Sena.

Ora, como se explica que um jogo que chegou a atrair

TABELA 5.13

FAIXAS ETÁRIAS EM QUE SE SITUAVAM OS(AS) ENTREVISTADOS(AS), NA PRIMEIRA E NA SEGUNDA PESQUISAS DE CAMPO

Idade do(a) entrevistado(a)	Porcentagem sobre o total	
	1ª pesquisa de campo	2ª pesquisa de campo
Até 17 anos	5,5	1,3
De 18 a 25 anos	25,8	20,0
De 26 a 35 anos	24,8	22,0
De 36 a 50 anos	26,7	24,7
Mais de 50 anos	16,7	32,0
Informação não-fornecida	0,2	0,0

Fonte: primeira e segunda pesquisas de campo.

multidões estivesse, em 1990, com sua popularidade tão abalada? A Loteria Esportiva, já então reformulada como Loteca, não satisfazia mais o "vício dos desesperados"? Não era mais a eficiente "máquina de fazer milionários"? Existe alguma relação entre aquela profunda decadência e as causas principais pelas quais tanto se apostou, no Brasil, durante a "fase áurea" da LEF?

3.2. As causas fundamentais da decadência da LEF

As respostas às perguntas há pouco formuladas encontram-se na *conjunção* de dois tipos de elementos. De um lado, os *fatores estruturais fundamentais das apostas na sociedade brasileira*: o forte incentivo dado à busca do sucesso pecuniário e as difíceis condições de existência de amplas parcelas da população. De outro lado, as *características* da LEF/Loteca e das loterias que vieram a superá-la. Como veremos, tais características, apresentadas a seguir, tornaram a

Loto e a Sena muito *mais atrativas* como *possibilidades* de "produzir" milionários, de um momento para outro, e de permitir a superação de precárias condições de vida.

3.2.1. Mais eficientes "máquinas de produzir milionários"

Consideremos, em primeiro lugar, as *probabilidades*, em termos estritamente matemáticos, de um indivíduo ser premiado na LEF e de ganhar o prêmio principal na Loto e na Sena. No primeiro desses jogos, os "testes" compunham-se, até o início de dezembro de 1987, de treze partidas de futebol. Com a aposta mínima, que dava direito a um único prognóstico duplo, referente a uma daquelas treze partidas, a probabilidade *matemática* de fazerem-se os treze pontos era de $2/3^{13}$, isto é, uma em 797.161,5. Já no caso da Loto,[45] a aposta mínima, inicialmente, compunha-se da indicação de cinco dezenas, num total de 100 (*FSP*, 19/09/80). Nessa situação, a probabilidade de ganhar-se o prêmio principal (a quina) era de uma em 75.287.520. Mais tarde - o que ocorre até o presente -, a aposta mínima na Loto passou a dar direito à indicação de seis dezenas, no mesmo total de 100. Com isso, a probabilidade de ganhar-se a quina passou a uma em 12.547.920. Finalmente, no caso da Sena,[46] a aposta única dá direito à indicação de seis dezenas, num total de 50, sendo que a probabilidade de ganhar-se o prêmio mais importante (a sena principal) é de uma em 15.890.700.

O que podemos observar, em termos matemáticos, é que, apostando a quantia mínima permitida em todos os três jogos, a

---

[45] Ver nota 15 do capítulo 1.

[46] Ver nota 16 do capítulo 1.

probabilidade de um indivíduo ser premiado na Loteria Esportiva era bem *maior* do que a de ganhar o prêmio principal nas duas outras loterias mencionadas. Antes de tirarmos *conclusões* desse fato, consideremos um *segundo ponto* em que a LEF/Loteca difere da Loto e da Sena. Referimo-nos ao *tipo de acontecimentos* sobre os quais versam os prognósticos.

Na Loto e na Sena, os apostadores procuram fazer previsões sobre fatos cujos resultados são *absolutamente aleatórios*: a probabilidade de qualquer das dezenas ser *sorteada* é exatamente igual à de todas as demais virem a sê-lo. Portanto, nessas duas loterias, todos os resultados possíveis têm *a mesma probabilidade* de ocorrerem.

Não se dá o mesmo com a Loteria Esportiva. Neste jogo, os apostadores devem prognosticar os resultados de partidas de futebol. É comum ouvirmos a afirmação segundo a qual este esporte "não tem lógica". Isso significa que, numa disputa futebolística, são *igualmente possíveis* a vitória da equipe A, a vitória da equipe B e o empate. Acontece, no entanto, que, embora os três resultados sejam *possíveis* - já que o desfecho da disputa em questão *não* está predeterminado -, os mesmos não têm *iguais probabilidades* de ocorrerem. Se assim acontecesse, não existiriam as grandes "potências" do futebol, seja a nível nacional, seja no plano internacional. É claro que uma equipe inferior *pode* derrotar uma superior. Mas não poderíamos assim rotulá-las, se esse resultado fosse o comum. O pensamento popular vislumbra-o bem: chama "zebra"[47] a tais resultados incomuns, menos prováveis. O termo evidencia uma característica básica

---

[47] Ver nota 10 do capítulo 1.

do futebol e de qualquer outro esporte: todos os resultados são possíveis, mas nem todos, igualmente prováveis. Este fato permite que, na Loteria Esportiva, a proporção de apostas ganhadoras seja muito *maior*[48] do que poderíamos supor se considerássemos *iguais* as *probabilidades matemáticas* dos três resultados possíveis de cada partida de futebol: vitória da equipe A, empate e vitória da equipe B.

As duas diferenças de características que acabamos de apontar - a saber: as *distintas probabilidades* matemáticas de premiação e os *tipos de fatos* sobre os quais versam as apostas - trazem uma conseqüência que, como veremos adiante, é fundamental para compreendermos a queda de popularidade da LEF e a ascensão da Loto e da Sena: no primeiro desses jogos, o número de premiados sempre foi *muito maior* do que o dos ganhadores dos prêmios principais dos dois últimos, como demonstrado na Tabela 5.14.

Três aspectos merecem destaque, na mesma:

a) era muito mais fácil ser premiado na LEF, em sua "fase áurea", do que o ser, mais tarde, na Loto e, principalmente, na Sena. Considerados os períodos apontados, era 878 vezes mais difícil ganhar a quina da Loto e 3.370 vezes mais difícil ganhar o prêmio principal da Sena do que conseguir o prêmio da Loteria Esportiva;

b) até mesmo conquistar a quadra da Loto e a quina da Sena (prêmios que não os principais dessas loterias) era mais difícil do que ser ganhador na Loteria Esportiva;

c) na LEF, no período considerado na Tabela 5.14, a razão

---

[48] Mais adiante, a partir dos dados da Tabela 5.14, poderemos comprovar esta afirmação.

TABELA 5.14

RAZÃO ENTRE AS APOSTAS PREMIADAS E O TOTAL DE APOSTAS EFETIVADAS: LOTERIA ESPORTIVA, LOTO E SENA

Jogo	Período	Tipo de prêmio	Apostas premiadas / Total de apostas
LEF	1970-1980	Prêmio único	1/6.053,49
Loto	1980-mar./1990	Quina	1/5.320.613,07
	1980-mar./1990	Quadra	1/38.339,14
Sena	1988-mar./1990	Sena principal	1/20.403.738,69
	1988-mar./1990	Quina	1/65.358,24

Fonte: tabela elaborada a partir de dados obtidos junto à Gerência de Loterias (GERLO) da CEF - São Paulo.
Obs.: no caso da Loto e da Sena, estão incluídos apenas alguns dos prêmios pagos pelas mesmas.

entre a quantidade de apostas efetivamente vencedoras e o total de apostas realizadas foi *131 vezes maior* do que a probabilidade *estritamente matemática* de premiação com a aposta mínima, tal como apontada anteriormente. Isso, acrescido ao fato de que, no mesmo período, o preço médio da aposta oscilou entre mais do que duas e *menos do que três vezes o preço da aposta mínima*,[49] comprova uma afirmação que fizemos há pouco: prognosticar desfechos de acontecimentos cujos resultados não são completamente aleatórios (como é o caso de partidas de futebol) aumenta as *chances* de premiação.

Assim sendo, não é de surpreender que, apesar de a Loto e a

[49] Cálculo feito a partir de dados obtidos junto à Gerência de Loterias (GERLO) da CEF, em São Paulo.

Sena terem superado largamente a LEF em termos de bilhetes vendidos,[50] os números de ganhadores dos prêmios principais daqueles dois primeiros jogos, por concurso, tenham sido *muito menores* do que o dos ganhadores da Loteria Esportiva, levando-se em conta os períodos apontados na Tabela 5.14. A LEF premiou uma média de 1.508 cartões por teste. Os bilhetes premiados com a quina da Loto foram, em média, apenas 3,96 por concurso. Os bilhetes da Sena contemplados com o prêmio principal dessa loteria não passaram de 1,28 por concurso.

Alguém mais desavisado poderia supor que essa maior facilidade de premiação na LEF torna-la-ía mais forte frente às loterias "concorrentes". Pois deu-se exatamente *o contrário*. E isso, porque um dos fatores fundamentais das apostas, na sociedade brasileira, é a busca do sucesso monetário. Se é verdade que tal busca foi um dos determinantes principais da popularidade da Loteria Esportiva, esta modalidade de jogo, por sua vez, foi um tanto quanto *imperfeita* como "máquina de fazer milionários", em virtude dos três motivos apontados a seguir. Em primeiro lugar, e devido às razões que já mencionamos, ela apresentava um número médio alto de ganhadores por teste, o que fazia com que, freqüentemente, o prêmio individual de cada um deles não alcançasse grandes dimensões. Em segundo lugar, e ainda pelas mesmas razões, poucos foram seus ganhadores isolados, aqueles que ganharam sozinhos todo o prêmio. Quando completou seus *dez primeiros anos* de existência, apenas *dez pessoas* tinham estado nessa

---

[50] De acordo com dados obtidos junto à Gerência de Loterias (GERLO) da CEF, em São Paulo, o número de bilhetes vendidos da Loto, em 1986, foi três vezes superior ao maior número anual de cartões de apostas da LEF, alcançado em 1980.

situação (*Visão*, 14/04/80). Finalmente, o tipo de acontecimentos sobre os quais versavam as apostas - partidas de futebol, cujos resultados não são completamente aleatórios - levava a outra conseqüência que fazia aumentar o número total de premiados e diminuir o número de ganhadores de grandes prêmios:

> "... com o aumento do número de apostadores e a crescente *procura da 'zebra'* por todos, está cada vez mais difícil aparecer apenas um acertador. (...) A 'zebra' ... tornou-se a grande obsessão dos apostadores,[51] que colocam os maiores absurdos nas apostas na esperança de ganharem um grande prêmio." (*OESP*, 13/04/80; o itálico é nosso)

Isso significa que, quando os resultados eram os "normais", isto é, os mais previsíveis em função das qualidades das equipes em disputa, havia, é óbvio, uma multidão de ganhadores na LEF. No entanto, com o avançar do tempo, mesmo quando havia vários resultados que a linguagem popular qualifica como "zebras", não eram poucos os ganhadores, já que muitos apostadores, propositalmente, passaram a prognosticar tais resultados, buscando dividir o prêmio total com menor número de acertadores.

Com essas "imperfeições", a Loteria Esportiva pôde dominar, absoluta, o cenário dos jogos por dinheiro, no Brasil, apenas enquanto teve como única "concorrente", em âmbito nacional, a Loteria Federal. Esta não é um *pool* e, portanto, seus prêmios são *predeterminados*. Além disso, mesmo com apostas mais caras, seus prêmios principais eram muito menores do que as grandes fortunas pagas pela LEF.[52] O

---

[51] "A perseguição à zebra se tornou uma obsessão nacional." (*FSP*, 21/04/80)

[52] Apresentemos um exemplo, em *valores correntes*. Em setembro de 1975, a

aparecimento da Loto e, mais tardem, da Sena, minaram completamente essa posição privilegiada da LEF.

Aquelas duas loterias mostraram-se muito mais eficientes como "máquinas de fazer milionários". Atenderam muito mais adequadamente à *busca* do sucesso monetário através da aposta. Sendo diminutas as probabilidades matemáticas de obterem-se os respectivos prêmios principais e versando as apostas sobre acontecimentos cujos resultados são absolutamente aleatórios, a Loto e a Sena:

a) como já demonstramos, tinham, por concurso, poucos ganhadores dos prêmios principais e, assim, pagavam grandes volumes de dinheiro a cada um deles;

b) proporcionalmente ao total de ganhadores dos prêmios principais, apresentavam grande número de ganhadores isolados[53] e

c) freqüentemente tinham seus prêmios principais acumulados para os sorteios seguintes, o que ocorria quando nenhum dos participantes prognosticava corretamente o resultado de um concurso.[54]

LEF pagou um prêmio de Cr$ 22 milhões a um ganhador que tinha feito a aposta mínima: Cr$ 3,00 (*FSP*, *JT* e *JB*, 30/09/75; *OESP*, 1º/10/75). Quase um ano depois, quando da realização dos trabalhos da já mencionada CPI - Loterias, o prêmio máximo que a Loteria Federal pagava em agosto de 1976 era de Cr$ 1.000.000,00, sendo praticamente Cr$ 100,00 o preço do bilhete (Suplemento do *DCN*, 14/06/77).

[53] "Dos 114 acertadores da quina em 1982, 14 deles ganharam isoladamente." (*AG*, 14/01/83) Lembremos que, nos dez primeiros anos de existência da LEF, apenas 10 pessoas foram contempladas sozinhas com todo o prêmio do respectivo teste.

[54] Na Loto, de setembro de 1980, quando foi criada, até o final de 1990, por 128 vezes seu prêmio principal ficou acumulado para o sorteio seguinte, devendo ser feita a ressalva de que, a partir de setembro de

A Loto e a Sena sendo *pools*, como a LEF, mas sem as "imperfeições" desta, não é difícil imaginarmos os *efeitos* desses três tipos de fatos sobre o volume de apostas, que, ao crescer, aumentava as dimensões dos prêmios, atraindo mais apostadores e assim por diante.

No que tange à acumulação de prêmios, suas conseqüências ficaram muito evidentes já no início da história da Loto. Criada em setembro de 1980, em seus primeiros 36 concursos (mais de oito meses), nenhum dos participantes acertou a quina.[55] Isso, ao invés de desanimar os jogadores, fez aumentar a quantidade de dinheiro lançada às apostas,[56] pois o prêmio ia-se acumulando para os concursos seguintes.

1985, essa loteria passou a contar com dois concursos semanais. Já no caso da Sena, que sempre teve apenas um concurso por semana, a acumulação do prêmio principal, de março de 1988, quando foi criada, até dezembro de 1990, ocorreu em 60 oportunidades (dados obtidos junto ao Departamento de Administração de Loterias - DELOT - da Caixa Econômica Federal, em Brasília). Compare-se com a LEF, que, até dezembro de 1987, quando sofreu por sua primeira reformulação (abordada mais adiante), nunca tinha apresentado uma única acumulação de prêmio (*AGE*, 21/12/87).

[55] Informação obtida junto ao Departamento de Administração das Loterias (DELOT) da Caixa Econômica Federal, em Brasília.

[56] Tendo sido realizado apenas o primeiro concurso da Loto, a Caixa Econômica Federal já previa que essa loteria viria a desbancar a então imensa popularidade da LEF: "... calcula que sua nova frente de atração, a Loto ..., a médio prazo supere o volume de dinheiro sugado pela Loteria Esportiva." (*JT*, 25/09/80) Dias antes, um matemático, participante da equipe que criou o novo jogo, tinha declarado: "'Haverá semanas em que ninguém acertará. Quando isso ocorrer, o prêmio ficará acumulado ... A acumulação é um excelente apelo' ..."

Supomos que esse não seja um motivo desprezível na explicação de por que a quantia média de dinheiro apostada por concurso tenha passado de US$ 2,07 milhões, em 1980, para US$ 3,58 milhões, em 1981.[57] Neste último ano citado, um revendedor de bilhetes da Loteria Federal para "cambistas" ambulantes declarou:

> "... quando a quina da Loto acumula um prêmio apreciável, fica difícil desencalhar os bilhetes da [Loteria] Federal, porque o pessoal não tem dinheiro para jogar nas duas e então prefere a que tem o prêmio mais atraente." (*FSP*, 15/11/81)

Anos mais tarde, os efeitos das acumulações de prêmios sobre as apostas na Loto eram semelhantes. Em 1987, o Superintendente de Loterias da Caixa Econômica Federal afirmou: "'A verdade é que o apostador joga para tentar a sorte grande. Assim, quanto mais um prêmio fica acumulado, maior é o apelo' ..." (*Afinal*, 08/09/87)[58] Pouco depois, o então Diretor de Captação da Caixa Econômica Federal chegou a dimensionar esse apelo: "... quando ocorre acumulação na Loto, as apostas sobem entre 50 e 70 por cento ..." (*AGE*, 21/12/87). Efeitos parecidos tinham os grandes prêmios individuais: "Os recordes da Loto

---

(*FSP*, 19/09/80)

[57] Cálculos feitos a partir de dados obtidos junto à Gerência de Loterias (GERLO) da CEF, em São Paulo. Nos anos seguintes, essa média tornou-se muito maior, o que, *grosso modo*, pode ser constatado na Tabela 1.4 do capítulo 1.

[58] Em 1992, quando a Loto já não era o mais popular dos jogos oficiais, um jornal apresentou um exemplo individual da atração exercida pelas acumulações de prêmios. O mesmo refere-se a um apostador que "joga todas as semanas na Sena. Já na Loto ele aposta somente quando o prêmio acumula." (*AT*, 23/02/92)

vêm-se superando a cada semana e o volume de apostas aumenta consideravelmente, quando um apostador acerta sozinho a quina - o primeiro prêmio." (*JB*, 15/07/84)

No entanto, *mais* do que para a Loto, isso tudo viria a ser válido para a Sena, cujo primeiro concurso ocorreu em 1988. Nessa loteria, é ainda menor a probabilidade matemática de ganhar-se seu prêmio principal. Assim, era mais comum tanto que houvesse ganhadores isolados quanto que ocorresse a acumulação do prêmio. E as influências mútuas entre grandes prêmios e aumentos de apostas faziam-se sentir ainda com mais vigor do que na Loto (o que rapidamente levou este jogo à segunda colocação, em termos de aceitação popular). Citemos apenas dois exemplos, bastante ilustrativos.

Um concurso da Sena, em janeiro de 1990, teve *153 milhões* de bilhetes de apostas vendidos (*FSP*, 23/01/90), sendo que, no ano anterior, o número médio de bilhetes vendidos por concurso tinha sido 26.268.598,56.[59] A que se deveu aquele número astronômico? "Os apostadores foram atraídos pelas quatro acumulações seguidas da sena principal." (*FSP*, 23/01/90)

Da mesma forma que grandes prêmios atraíam mais apostas, o aumento destas produzia prêmios milionários. Numa publicação de 1988, podemos ler: "Periodicamente, nas ocasiões em que a sena principal está acumulada, surge um novo recorde em prêmio. O último saiu ... em agosto deste ano, e o prêmio foi de US$ 3.966.037,00." (CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, 1988)

---

[59] Cálculo feito a partir de dados obtidos junto à Gerência de Loterias (GERLO) da Caixa Econômica Federal, em São Paulo.

Vemos, portanto, que, se grandes prêmios são um meio eficaz de atrair apostadores numa sociedade em que há forte incentivo à busca do sucesso monetário, a Loto e, principalmente, a Sena mostraram-se muito mais eficientes do que a LEF, nesse sentido. No entanto, há *outro ponto* que merece ser considerado ao interpretarmos a ascensão daqueles dois jogos, que, de maneira tão marcante, superaram a Loteria Esportiva. Tratamos do mesmo a seguir.

3.2.2. Novos "vícios dos desesperados", novos contingentes de "desesperados"

Em virtude de suas *características*, a Loto e a Sena atendiam mais adequadamente do que a LEF, enquanto *possibilidades*, àqueles que buscavam remover suas precárias condições de vida participando de jogos de azar. Vejamos *como* isso ocorre.

Em primeiro lugar, devemos retomar uma afirmação feita anteriormente: chegar ao sucesso pecuniário e superar más condições de existência, por meio da aposta, não são objetivos excludentes entre si. Muito pelo contrário, de um ponto de vista estritamente *individual*, alcançar o primeiro deles é a realização mais radical do segundo. Já por esse ângulo, podemos começar a compreender por que a Loto e a Sena atraíam mais do que a LEF como *possibilidades* de fornecerem melhores padrões de vida aos apostadores dos segmentos mais mal aquinhoados da população brasileira: seus resultados sendo absolutamente aleatórios e tendo pequenas probabilidades de serem prognosticados, essas loterias acabavam sendo mais eficientes "máquinas de fazer milionários", como demonstramos há pouco. Isso, por sua vez, oferecia aos ganhadores que até então tinham sobrevivido com dificuldades *um dos* mecanismos de livrarem-se de situações desse tipo

por meio de apostas: prêmios milionários.[60]

Em segundo lugar, a Loto e a Sena permitiam, *potencialmente*, melhorias de vida também àqueles que *não* ganhavam o prêmio principal, pois, num único bilhete, o apostador concorria também a *outros* prêmios, menores. E aqui, novamente, contavam as *características* dessas duas loterias. Em virtude das pequenas probabilidades matemáticas de premiação e de tratar-se de jogos com resultados completamente aleatórios, até mesmo prêmios que não o principal tinham, muitas vezes, número relativamente pequeno de ganhadores.[61] Porém, caberia perguntar: na qualidade de prêmios *secundários*, não seriam estes muito diminutos, isto é, *insuficientes* para possibilitar melhorias significativas nas condições de vida dos ganhadores? Ora, como se trata de *pools*, todos os prêmios são *proporcionais* à quantidade de dinheiro apostada. Na medida em que esses jogos apresentavam elevada capacidade de atração (o que, em dose considerável, se devia a seus milionários prêmios principais) e, por conseqüência, grandes volumes monetários de apostas, pelo menos parte

---

[60] No programa *Fantástico*, da Rede Globo de Televisão (29/07/90), foi mencionado o caso de um indivíduo que, para poder concorrer a uma quina acumulada da Loto, vendeu sua vaquinha e comprou cinco bilhetes de apostas. Ganhador isolado do prêmio, comprou o animal de volta.

[61] Nos períodos a que corresponde a Tabela 5.14, constatamos o que segue. Em quatro das cinco faixas de premiação da Sena, as razões entre bilhetes premiados e total de apostas efetuadas eram *menores* do que aquela registrada na faixa única de premiação da LEF. Foram elas: sena principal, sena anterior, sena posterior e quina. No caso da Loto, isso se dava em duas das três faixas de premiação: quina e quadra. (Cálculos feitos a partir de dados obtidos junto à Gerência de Loterias - GERLO - da CEF, em São Paulo)

daqueles prêmios secundários *podia* atender às expectativas dos apostadores mais necessitados.

Ainda que fossem insuficientes para esse atendimento, os prêmios menores não deixavam de ter seu papel. Estudando apostadores norte-americanos, WEINSTEIN & DEITCH (1974: 131) fazem uma afirmação que, a nosso ver, aplica-se perfeitamente ao Brasil: "Vários pequenos prêmios mantêm o interesse e reacendem a esperança de ganhar o prêmio máximo ..." Num campo que tão fortemente estimula formas místicas de pensar, como veremos no item 5 deste capítulo, ser contemplado com um pequeno prêmio pode aparecer como *indício* de que se está a caminho de ganhar a sorte grande ou, pelo menos, uma quantia suficiente para minorar as agruras do presente. Numa sociedade como a brasileira, algo nada desprezível como motivação para novas apostas ...

Houve, ainda, outro fator que permitiu à Loto e à Sena penetrarem de modo mais acentuado do que a Loteria Esportiva nos segmentos de mais baixo poder aquisitivo: apostas mais baratas. No caso da LEF, como já vimos, ganhar um prêmio milionário era algo relativamente raro, dado que as apostas versavam sobre partidas de futebol, esporte que, para usarmos a linguagem popular, *tem* uma boa dose de "lógica". Daí a necessidade de combinações de prognósticos em maior número e *mais gastos monetários* em cada cartão de aposta, muitas vezes à procura da "zebra", como também o demonstramos. Já no caso da Loto e da Sena, em virtude de duas de suas características apontadas - pequenas probabilidades de premiação e caráter integralmente aleatório dos resultados -, um jogador, mesmo apostando pequena quantia de dinheiro, tinha sempre a *possibilidade* de ganhar prêmios milionários, além de concorrer a prêmios menores, mas que

TABELA 5.15

IMPORTÂNCIAS MÉDIAS, EM DÓLARES, APOSTADAS POR BILHETE: LOTERIA ESPORTIVA, LOTECA, LOTO E SENA - 1970/1990

Ano	Preço médio apostado por bilhete (US$)			
	LEF	Loteca	Loto	Sena
1970	1,38	-	-	-
1971	0,92	-	-	-
1972	0,85	-	-	-
1973	0,88	-	-	-
1974	0,75	-	-	-
1975	0,92	-	-	-
1976	0,77	-	-	-
1977	0,87	-	-	-
1978	1,00	-	-	-
1979	1,04	-	-	-
1980	0,76	-	0,45	-
1981	0,81	-	0,43	-
1982	0,79	-	0,33	-
1983	0,60	-	0,25	-
1984	0,51	-	0,23	-
1985	0,55	-	0,24	-
1986	0,90	-	0,33	-
1987	0,77	-	0,35	-
1988	0,62	-	0,29	0,34
1989(a)	0,75	0,72	0,26	0,30
1990(b)	-	0,41	0,23	0,19

(a) Nesse ano, houve 33 testes da LEF e 17 da Loteca.

(b) Até março.

Fonte: cálculos feitos a partir de dados obtidos junto à Gerência de Loterias (GERLO) da CEF - São Paulo.

representavam muito para quem sobrevivia com dificuldades. Isso levou a que os *gastos médios por bilhete de aposta* sempre tenham sido *maiores* na LEF do que nesses dois outros jogos, como podemos constatar na Tabela 5.15.

Numa sociedade em que a pobreza e a miséria têm a amplitude que procuramos demonstrar no capítulo 4, não é difícil imaginarmos quais foram os jogos majoritariamente escolhidos pelos segmentos mais mal aquinhoados da população, tão logo essa escolha tenha sido possível. Já em setembro de 1982, o número semanal de bilhetes de apostas efetuadas na Loto era mais do que o dobro daquele da LEF, enquanto que a quantia média de dinheiro gasta em cada bilhete, neste último jogo, era cerca de 2,4 vezes maior do que a registrada na Loto (*JT*, 20/09/82). Referindo-se a esse fato, "técnicos da própria Caixa Econômica Federal" afirmavam que "as pessoas de menor poder aquisitivo são as que mais apostam". (*JT*, 20/09/82) Com toda a certeza, faziam-no, em sua maioria, na Loto. Alguns anos mais tarde, a mesma Caixa Econômica Federal, numa publicação dedicada aos jogos oficiais sob sua administração, referia-se à "produção de loterias cada vez mais populares a fim de atender camadas de menor poder aquisitivo" (CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, 1988). Ora, nessa área, suas duas "produções" mais recentes tinham sido, até então, a Loto e a Sena.

Como estes dois jogos conseguiram entrar de modo ainda mais marcante do que a LEF no cotidiano dos segmentos de baixo poder aquisitivo, substituíram, em larga medida, os concursos de prognósticos esportivos como novos "vícios dos desesperados".

Por outro lado, a legião dos "desesperados" que buscavam resolver suas dificuldades financeiras por meio de apostas parece

ter-se ampliado de maneira considerável a partir do início dos anos 80. Até então, tratava-se, em sua grande maioria, daqueles indivíduos e/ou famílias cuja vida *normal* é, por si mesma, essencialmente *crítica*, se nos é permitida uma aparente contradição nos termos. Ou seja: indivíduos e/ou famílias situados na base da "pirâmide social". Mas a tendência fortemente recessiva que se instalou na economia brasileira, no início da década de 80, levou *outros* segmentos da população a também buscarem, massivamente, nas apostas, *mais* do que o sucesso monetário: alguma segurança contra as incertezas e os percalços causados pela "crise". Confimam-no artigos publicados pela imprensa nesse período. Vejamos alguns exemplos.

Um deles tem título bastante sugestivo: "A crise aumenta a venda de todas as loterias". Qual a linha mestra do artigo? "O desemprego e a falta de segurança profissional e pessoal provocados pela crise econômica estão levando as pessoas a apostarem cada vez mais no imprevisto da sorte ..." (*FSP*, 15/11/81)

"Brasileiro joga cada vez mais para fugir da crise" é o título de outro artigo (*JB*, 15/07/84), que mostra que, de junho de 1983 a junho de 1984, o volume mensal conjunto de apostas na Loto e na Loteria Esportiva (esta já com popularidade decadente), em termos nominais, cresceu mais do que a inflação acumulada no período: 349,3% contra 226%. Parece-nos justo considerar que, num momento em que a economia brasileira apresentava tantas dificuldades para crescer[62] - o que tornava ainda *mais grave* a situação financeira dos segmentos mais mal remunerados da população -, o dinheiro que possibilitou esse

---

[62] Vale lembrar que o PIB *per capita*, em 1990, foi *menor* do que em 1980.

aumento real de gastos com apostas deve ser ter sido oriundo, em boa medida, de *outros* segmentos sociais. A opinião mencionada a seguir, ainda que marcada pela ideologia da ascensão através do trabalho, fornece pistas sobre parte, pelo menos, da *origem social* desse maior volume de apostas:

> "Os técnicos [da Caixa Econômica Federal] ... concordaram que o pessimismo atual do brasileiro pode ser uma fonte condicionante que o tem levado a canalizar para a Loto, ou para a Loteria Esportiva, as aspirações naturais de bem-estar que seriam *concretizadas através do trabalho e dos resultados financeiros da atividade profissional*, em épocas não recessivas." (*JB*, 15/07/84; o itálico é nosso)

Numa longa matéria sobre os jogos no Brasil, publicada em 1987, podemos ler, em referência aos mesmos: "Uma indústria lucrativa. Em tempos de crise, peculiarmente, seu produto é mais procurado: ela fabrica sonhos, vende ilusão." (*Afinal*, 08/09/87)

Mais recentemente, um jornal publicou um artigo com o seguinte título: "Crise aumenta a febre pelas apostas" (*AT*, 23/02/92). No corpo desse artigo, lemos: "Sejam quais forem os motivos que levam uma pessoa a apostar, eles se tornam muito mais fortes com a crise econômica, que faz do jogo uma verdadeira febre."

Num contexto de incentivo à busca do sucesso monetário; em que era maior o número de pessoas buscando resolver suas agruras financeiras por meio da aposta; em que se contava com novos jogos que atendiam mais adequadamente, enquanto *possibilidades*, àquelas duas expectativas - num contexto assim, a popularidade da Loteria Esportiva não resistiu. A Loto e a Sena - com apostas mais baratas, prêmios milionários sendo distribuídos com mais freqüência e oferecendo, também, prêmios menores, além do principal - não deram margem, sequer,

a que fossem frutíferas as tentativas de recuperar o prestígio da LEF. Mencionaremos, resumidamente, duas dessas tentativas: aquelas que foram feitas até o final do período abordado no presente trabalho (1990).

3.3. Duas tentativas infrutíferas de recuperar a popularidade da Loteria Esportiva e as causas de seu insucesso

Em 1987, o Governo da União, por intermédio da Caixa Econômica Federal, reformulou pela primeira vez a Loteria Esportiva, buscando recuperar o abalado prestígio deste tipo de jogo entre os apostadores brasileiros.[63] Em síntese, as mudanças consistiam no seguinte:

a) aumentar de treze para dezesseis o número de partidas de futebol constantes de cada teste, mantendo o limite máximo de prognósticos por cartão de apostas: cinco prognósticos duplos e três triplos (*FSP*, 28/11/87). Com isso, buscava-se tornar mais difícil o acerto de todos os prognósticos,[64] diminuir o número de ganhadores, pagar prêmios individuais maiores e atrair maior número de apostadores. O então Diretor de Captação da Caixa Econômica Federal foi claro: "As modificações têm como grande objetivo aumentar o valor dos prêmios, elevando o grau de dificuldade para se acertar ..." (*AGE*,

---

[63] E, também, obviamente, aumentar os recursos arrecadados por meio desse jogo.

[64] Com a aposta mínima, as probabilidades estritamente matemáticas de consegui-lo passavam, de uma em 797.161,5, para uma em 21.523.360, em virtude do aumento do número de partidas de futeboi incluídas em cada teste.

21/12/87);[65]

b) permitir a acumulação de prêmios. Antes da reformulação ora em análise, se nenhum jogador acertasse os treze prognósticos, eram ganhadores os que fizessem doze pontos, fato que ocorreu com um total de 607 pessoas.[66] Se nem isto acontecesse, seria possível ganhar até mesmo com onze pontos. Apenas no caso de não haver sequer um ganhador com onze pontos, o prêmio ficaria acumulado, o que nunca chegou a suceder. Com a reformulação implantada em 1987, caso não houvesse ganhador com 16 pontos, o prêmio passava a ficar acumulado para o concurso seguinte. Aumentada a dificuldade para o acerto de todos os prognósticos, esperava-se que o prêmio, acumulado durante bom tempo, atraísse imensa quantidade de apostadores. O então Superintendente de Loterias da Caixa Econômica Federal declarou a uma publicação da época: "'Acreditamos que o prêmio ficará acumulado uns três meses', ... prevendo que as vendas crescerão para 10 milhões de cartões semanais e marcará o ressurgimento da Loteria Esportiva" (*Afinal*, 08/09/87);

c) além do prêmio principal, oferecer um segundo prêmio como atrativo aos apostadores, a ser dividido entre aqueles que prognosticassem corretamente quinze das dezesseis partidas de futebol referentes a cada teste. Assim, o prêmio total passava a dividir-se em duas faixas de premiação: 60% para a primeira e 40% para a segunda (*FSP*, 28/11/87).

---

[65] "O objetivo da mudança é tornar mais atraente o prêmio, em razão do aumento do grau de dificuldade ..." (*FSP*, 28/11/87)

[66] Dado obtido junto à Gerência de Loterias (GERLO) da CEF, em São Paulo.

Os objetivos perseguidos nessa reformulação confirmam cabalmente nossas hipóteses acerca das causas da grande aceitação popular de jogos por dinheiro em nosso País e da própria decadência de popularidade da LEF. O que se procurava era *assemelhar* este jogo àquela loteria que, até então, vinha-o superando de modo acentuado: a Loto. Em outros termos, buscava-se torná-lo, novamente, uma "máquina de fazer milionários" (graças à maior dificuldade de chegar-se aos dezesseis pontos e às esperadas acumulações de prêmios) e um "vício dos desesperados" (tanto pelos prêmios milionários que, segundo se acreditava, viriam a ser pagos quanto pelo oferecimento de um segundo prêmio).

No entanto, tais objetivos estiveram longe de concretizar-se. A média de bilhetes de apostas vendidos, por concurso, foi de apenas 1,3 milhão, de janeiro de 1988 a setembro de 1989,[67] mês em que houve nova modificação nessa modalidade de jogo. Durante todo o período de vigência das modificações há pouco apontadas (cerca de um ano e nove meses), houve apenas 21 acumulações do prêmio principal, sendo que duas acumulações consecutivas ocorreram em três oportunidades -[68] algo bem diverso dos esperados "três meses" sem que nenhum apostador acertasse todos os prognósticos -. Naquele mesmo período, a média de ganhadores do prêmio principal, por teste,

---

[67] Cálculo feito a partir de dados obtidos junto à Gerência de Loterias (GERLO) da CEF, em São Paulo.

[68] Dados obtidos junto ao Departamento de Administração das Loterias (DELOT) da CEF, em Brasília.

mostrou-se bem maior do que na Loto e na Sena: 79.[69]

A que se deveu esse fracasso? Parece-nos que a expectativa quanto às acumulações do prêmio não se concretizou por causa do tipo de fatos sobre os quais versam as apostas na Loteria Esportiva: partidas de futebol, eventos cujos resultados não são completamente aleatórios, o que, como já demonstramos, aumenta as *chances* de premiação. Por outro lado, e pelo mesmo motivo, o número médio de ganhadores que dividiam o prêmio principal continuava alto, em comparação com a Loto e a Sena. Isto, por si só, já bastaria para manter menos intenso o interesse popular pela LEF reformulada, *mesmo que* o montante total do prêmio principal fosse igual aos daqueles outros dois jogos. Mas sequer isto ocorria. Tratando-se de um *pool*, os montantes totais dos prêmios principal e secundário eram *proporcionais* ao volume monetário das apostas. E esse volume, por sua vez, *diminuía*: era um jogo que, além de estar já em decadência, não mostrava grandes atrativos que viessem a revertê-la. Mais uma vez, dimensões dos prêmios e quantidade de apostas efetivadas condicionavam-se mutuamente. Assim, não é de surpreender que a Loteria Esportiva, mesmo reformulada, apresentasse, em 1988 - ano em que passou a enfrentar também a "concorrência" da Sena -, arrecadação *menor* do que a de 1987, como demonstrado na Tabela 1.3 do capítulo 1.

Por esse motivo, em setembro de 1989, houve uma segunda tentativa de recuperar o prestígio da Loteria Esportiva. Seu nome oficial passou a ser aquele pelo qual era chamada popularmente:

---

[69] Dado obtido junto à Gerência de Loterias (GERLO) da CEF, em São Paulo.

Loteca. Voltou a contar com apenas treze partidas de futebol em cada teste, mas, de modo a dificultar a consecução do prêmio principal, o apostador passou a poder fazer um único prognóstico em referência a cada uma daquelas partidas. Foram introduzidos prêmios menores para aqueles que acertassem dez, onze ou doze prognósticos. Além disso, adotou-se uma política deliberada de definir um preço elevado para a aposta única,[70] visando a compensar o pequeno número de apostas que então eram efetivadas nessa modalidade de jogo e a tornar os prêmios atrativos para os participantes.

Razões semelhantes às que levaram ao fracasso da tentativa anterior conduziram a novo insucesso. Comprovou-se completamente o fato de que prognosticar desfechos de eventos cujos resultados não são completamente aleatórios aumenta as *chances* de premiação. Embora a probabilidade estritamente matemática de ganhar o prêmio principal com a aposta única fosse de uma em 1.594.323, o que ocorreu, na prática, foi bastante diverso: de setembro de 1989 a março de 1990, um em cada 83.748,61 cartões de apostas foram contemplados com aquele prêmio.[71] Isso não deixou de ter suas conseqüências sobre a nova experiência que então era realizada. Tendo uma duração também de um ano e nove meses, ela apresentou número ainda menor de acumulações do prêmio principal:

---

[70] Quando houve o primeiro concurso da Loteca, a aposta única nesse jogo, em valores correntes, custava NCz$ 3,00. Pela aposta única na Sena, pagava-se NCz$ 1,50 e pela aposta mínima na Loto, NCz$ 0,70. (Dados retirados do "volante" do concurso 001 da Loteca)

[71] Cálculo feito a partir de dados obtidos junto à Gerência de Loterias (GERLO) da CEF, em São Paulo.

19.[72] Ao menos até março de 1990, o número médio de ganhadores dividindo esse prêmio, por teste, foi menor do que o da tentativa anterior - 22,18 -,[73] mas continuava bem maior do que os verificados na Loto e na Sena.

As pequenas dimensões dos prêmios principal e secundários, em combinação com o elevado preço da aposta, não atraíam grande número de jogadores, o que, por sua vez, *retroagia* sobre as magnitudes dos prêmios pagos. Não sendo uma "máquina de fazer milionários" nem atendendo de maneira adequada ao "vício dos desesperados", a Loteca continuou a perder terreno para os jogos "concorrentes": da importância de US$ 1.229.672.251,20 apostados em todos os jogos oficiais de âmbito nacional, em 1990, apenas US$ 39.441.461,59 o foram na Loteca.[74] Nada mais do que 3,21% daquele total.

* * *

Confirmado que a valorização do sucesso monetário e as precárias condições de vida de amplos contingentes da população brasileira são relevantes *também* na explicação da própria decadência da Loteria Esportiva/Loteca e de sua superação pela Loto e pela Sena, caberia perguntarmos: como os próprios apostadores viam essas modificações no quadro dos jogos oficiais de âmbito nacional? Em que

---

[72] Dado obtido junto ao Departamento de Administração das Loterias (DELOT) da CEF, em Brasília.

[73] Dado obtido junto à Gerência de Loterias (GERLO) da CEF, em São Paulo.

[74] Dados obtidos junto ao Departamento de Administração das Loterias (DELOT) da CEF, em Brasília.

medida as causas que acabamos de apontar para tais modificações manifestavam-se na consciência dos apostadores, em 1990? A segunda pesquisa de campo fornece-nos dados importantes a respeito.

3.4. Como as causas da decadência da Loteria Esportiva e da ascensão da Loto e da Sena manifestavam-se na consciência dos apostadores

A Tabela 5.11, relativa ao(s) jogo(s) em que o(a) entrevistado(a) apostava mais amiúde, em 1990, mostrou-nos que, mesmo num *universo composto por apostadores da Loteca*, mais do que a metade deles (58%) jogava com freqüência maior na Loto e/ou na Sena do que naquele jogo. Ainda assim, convém verificarmos como explicavam sua

TABELA 5.16
CAUSA(S) DA APOSTA NA LOTECA, DE ACORDO COM O(A) PRÓPRIO(A) ENTREVISTADO(A)

Tipos de causas	Incidência percentual
A) Tentar/arricar/aventurar a sorte	27,3
B) Ganhar/ver se ganha (dinheiro)	34,7
C) Ficar rico/subir na vida/ganhar um grande prêmio/ganhar o prêmio máximo	8,7
D) Sair de dificuldade financeira/melhorar (acertar) a vida/ter um futuro melhor	18,7
E) Ligação da Loteca com o futebol	2,7
F) Divertimento/esporte/espírito de competição/o fato de gostar	10,7
G) Hábito	2,0
H) Outra(s) resposta(s)	4,0

Fonte: segunda pesquisa de campo.

própria participação nos concursos de prognósticos esportivos, o que é abordado na Tabela 5.16.

Antes de mais nada, observamos que apresentavam altas incidências as respostas que, mais ou menos explicitamente, vinculavam o comportamento do próprio respondente à busca do prêmio, isto é, as de tipos A, B, C[75] e D.[76] Ao mesmo tempo, se compararmos os dados da tabela acima com os totais percentuais constantes das Tabelas 5.3 e 5.4, referentes à "década de ouro" da LEF, constataremos que, da primeira à segunda pesquisa de campo, caiu de 14,5% para 10,7% a proporção dos jogadores que explicavam seu envolvimento na aposta pela procura de uma atividade lúdica. Vale lembrar que tudo isso ocorria apesar de tratar-se de um jogo que já não cumpria, como antes, seus dois papéis que mais tinham atraído os apostadores brasileiros - "máquina de fazer milionários" e "vício dos desesperados" -.

Assim sendo, cabe perguntarmos: como os apostadores explicavam o interesse crescente pelos dois jogos que cumpriam *mais adequadamente* aqueles papéis? Considerados apenas os apostadores que, dentre os jogos oficiais disponíveis, participavam mais freqüentemente da Sena e/ou da Loto, as explicações mais mencionadas para essa preferência foram que, nessas loterias: a) era mais fácil ganhar[77]

---

[75] Mencionemos dois exemplos: "É uma chance de ficar rico, vir uma 'grana' fácil." "Apostar é a maneira mais rápida de subir na vida."

[76] "Porque eu sou pobre, preciso melhorar de vida." "Eu quero sair dessa vida de pobre." "Por dificuldade financeira. Eu vejo a Loteca como uma esperança." Esses são alguns exemplos das respostas categorizadas como D.

[77] Independentemente de essa percepção ser, ou não, adequada à

(54,02%); b) os prêmios eram maiores (26,44%) e c) havia mais prêmios (19,54%).

Explicações semelhantes para a preferência por essas duas loterias, e na *mesma ordem* de incidências percentuais, foram apresentadas pelos entrevistados ao serem colocados diante de outro conjunto de questões. Perguntados sobre se já apostavam na LEF antes da existência da Loto e da Sena, apenas 16,7% responderam negativamente. Aos que deram resposta afirmativa, foi perguntado se tinham aumentado, diminuído ou mantido inalteradas suas apostas na Loteria Esportiva depois do surgimento dos dois outros jogos. Entre tais entrevistados, essas três possibilidades apresentaram as seguintes freqüências, respectivamente: 0,8%, 68,8% e 30,4%. Considerado, por fim, apenas o conjunto constituído pelos entrevistados que tinham *diminuído* suas apostas na LEF, as três explicações mais mencionadas para tal fato foram que, na Sena e/ou na Loto: a) era mais fácil ganhar (46,51%); b) os prêmios eram maiores (23,26%) e c) havia mais prêmios (11,63%).

Ora, o que nos mostram os dados dos dois parágrafos anteriores? Exatamente o fato de que a Sena e a Loto, pelas *características* que apresentam, adequavam-se *melhor* do que a LEF/Loteca às duas causas principais do caráter massivo dos jogos na sociedade brasileira, a saber: a relevância dada socialmente ao sucesso monetário e as precárias condições de vida de amplos segmentos da população. A primeira das três características citadas mostra a

---

realidade, importa, aqui, que ela contribuía para levar a maioria dos apostadores a preferirem a Loto e/ou a Sena à Loteca.

importância, para o(a) apostador(a), da facilidade de ganhar *algum* prêmio, sem haver referência à sua *dimensão*. A segunda valoriza a consecução de *grandes somas de dinheiro* através da aposta. A terceira mostra que, para o(a) jogador(a), ainda que não ganhando a "sorte grande", é importante contar com a *possibilidade* de ser contemplado(a) com *outros* prêmios.

A primeira e a terceira características permitiam à Sena e à Loto satisfazerem o "vício dos desesperados": tornavam *possível* superar agruras financeiras, mesmo que o(a) apostador(a) fosse contemplado com prêmios que não o principal. Já a segunda característica citada *possibilitava* a consecução de uma fortuna. Graças a este último fato, ambas as loterias constituíam-se não apenas em eficientes "máquinas de fazer milionários": os grandes prêmios eram, ao mesmo tempo, *mais uma oportunidade* de superar difíceis condições de vida - aliás, a forma *mais extremada* de fazê-lo, em termos estritamente *individuais* e através do jogo -.

No entanto, sendo os entrevistados colocados diante de *outra* situação, a *ordem de importância* das três referidas características *alterava-se*. Quando *todos* os participantes da amostra foram perguntados sobre as causas pelas quais a LEF/Loteca vinha sendo superada pela Loto e pela Sena - isto é, quando deviam emitir opiniões acerca da preferência *dos outros* por estas duas loterias -, a explicação mais mencionada para tal fato referiu-se às maiores dimensões dos prêmios pagos por ambas,[78] como o demonstra a Tabela

---

[78] Três exemplos de respostas deste tipo foram os seguintes: "Pela quantia que os outros jogos [a Loto e a Sena] pagam e, também, pela ganância de ganhar mais." "A Sena, atualmente, dá o prêmio maior e

5.17. A segunda resposta mais apontada foi a consideração de que, na Loto e na Sena, era mais fácil ser premiado[79] e a terceira, o fato de, nelas, haver mais prêmios.

Embora as três razões mais apontadas para a preferência pela Sena e pela Loto continuassem *as mesmas*, os entrevistados, ao interpretarem o comportamento *dos outros*, *inverteram* a ordem de importância dos grandes prêmios e da alegada maior facilidade de premiação nessas loterias. A possibilidade de ganhar-se uma fortuna por meio da aposta, a segunda causa mais apontada quando o(a) entrevistado(a) tratava de si mesmo(a), passou, aqui, para um destacado primeiro lugar. Esse fato parece ser uma nova manifestação de algo que já apontamos mais de uma vez no presente trabalho: a *ambivalência* das formas de encarar o sucesso monetário, nas sociedades capitalistas - valorização, de um lado, reserva ou condenação, de outro -, o que levaria os entrevistados a sentirem-se mais à vontade para explicar o comportamento *dos outros* por referência à busca do enriquecimento.

---

desperta a ambição das pessoas." "A Sena e a Loto 'dá' mais 'grana'. Então, o 'nego' entra fundo."

[79] Mais uma vez, aqui importa a *consideração* de que era mais fácil ganhar na Loto e na Sena, independentemente de tal consideração ser, ou não, condizente com a realidade. Vale ressaltar que parte dos entrevistados atribuiu essa suposta maior facilidade ao fato de que, com a substituição da LEF pela Loteca, em 1989, acabaram-se os prognósticos duplos e triplos referentes a cada partida de futebol. Porém, muito antes disso, a Loteria Esportiva já vinha perdendo terreno para a Loto e, em 1988, com a criação da Sena, teve arrecadação muito menor também do que este jogo.

TABELA 5.17

CAUSA(S) DE A LOTERIA ESPORTIVA/LOTECA TER SIDO SUPERADA PELA LOTO EPELA SENA, SEGUNDO O(A) ENTREVISTADO(A)

Tipos de causas	Incidência percentual
A) Os prêmios da Loto e da Sena são maiores	35,3
B) É mais fácil ganhar na Loto e na Sena	24,7
C) Há mais prêmios, na Loto e na Sena	14,7
D) É mais fácil jogar na Loto e na Sena/não é preciso conhecer futebol	10,0
E) Decadência do futebol brasileiro	11,3
F) Possibilidade de corrupção no futebol/a "máfia da Loteria"[80]	8,0
G) A aposta na Loteca é mais cara	4,7
H) Outra(s) resposta(s)	13,3
I) Não sabe	3,3

Fonte: segunda pesquisa de campo.

[80] Desde meados da década de 70, a imprensa publicou algumas denúncias de manipulação de resultados de partidas de futebol incluídas em testes da Loteria Esportiva (*Placar*, 22/10/82). As mesmas não tiveram *efeitos sobre o volume de apostas*. A partir de outubro de 1982, a revista *Placar* fez uma série de graves acusações sobre o assunto (ver, por exemplo, *Placar*, 22/10/82 e 29/10/82). Ressalvando "a lisura da Caixa Econômica Federal", envolveu "árbitros, dirigentes, técnicos, personalidades nacionais e jogadores" (*Placar*, 22/10/82). Na edição de 29/10/82, afirmou que, no primeiro teste realizado após suas primeiras denúncias, as apostas tinham caído em 11%. No entanto, quedas na arrecadação *já vinham ocorrendo* muito antes, pelos motivos que apontamos, podendo, no máximo, ter-se *acentuado* a partir de então. Até um ano mais tarde, "nenhuma providência concreta" tinha sido tomada a respeito das denúncias de *Placar* (*FSP*, 17/10/83).

No entanto, tal ambivalência, embora ainda válida para o caso que acabamos de apontar, parece ter-se *atenuado* ao longo do período transcorrido entre as duas pesquisas de campo. Quando perguntados diretamente sobre *o prêmio que gostariam de ganhar*, no(s) jogo(s) de que participavam - isto é, ao serem colocados diante da possibilidade de *escolherem idealmente* como gostariam de ser contemplados nesse(s) jogo(s) -, uma parte bastante considerável dos entrevistados sentiu-se à vontade para expressar o desejo de

TABELA 5.18
PRÊMIO QUE O(A) ENTREVISTADO(A) GOSTARIA DE GANHAR

Prêmio desejado	Incidência percentual
A) O máximo na Loteca e em pelo menos outro dos jogos	43,3
B) O máximo em outro(s) do(s) jogo(s)	6,0
C) O máximo na Loteca (joga somente nesta)	4,0
D) O máximo na Loteca, mas não em outro(s) jogo(s)	6,0
E) O prêmio principal em pelo menos um dos jogos, mas dividido com outros ganhadores	4,0
F) Muito dinheiro/o que desse para ficar rico	2,0
G) O que desse para comprar uma propriedade rural	2,0
H) O que desse para comprar/construir uma casa	4,0
I) O que desse para tirar de dificuldade financeira/ estabilizar a vida	5,3
J) Qualquer prêmio serve/não precisa ser muito	11,3
L) Um valor expresso monetariamente, menor do que o os prêmios principais dos jogos oficiais	12,0
M) Outra(s) resposta(s)	6,0

Fonte: segunda pesquisa de campo.

ganhar uma fortuna, em 1990,[81] como é exposto pela Tabela 5.18.

São evidentes as altas proporções dos entrevistados que, solicitados a tratarem diretamente do assunto, manifestaram interesse por prêmios de grandes dimensões. Antes de mais nada, vale notar que, sendo mutuamente excludentes os quatro primeiros tipos de respostas apresentados na tabela acima, as incidências de A e B podem ser *somadas*, o que indica uma porcentagem bastante elevada de apostadores que, sem meias palavras, explicitaram o interesse em ganhar *prêmios milionários*.[82] Também deve ser destacado que, embora a resposta de tipo A refira-se ao desejo do(a) entrevistado(a) de ganhar o prêmio máximo *na Loteca* - que, em 1990, era bem menor do que os prêmios pagos pela Loto e pela Sena -, menciona a vontade de premiação máxima *também* em pelo menos *outro* dos jogos de que o(a) mesmo(a) participava. Além disso, houve respostas de vários outros tipos que manifestaram aspirações por ganhos não tão elevados, mas que, diante das condições de vida da maioria da população, estão longe de poderem ser considerados como desprezíveis. Por fim, parte dos apostadores ouvidos explicitou a vontade de, através do prêmio desejado, sair de dificuldade financeira ou melhorar de vida, contentando-se com prêmios

---

[81] Comparem-se os dados apresentados na Tabela 5.18 com os totais percentuais da Tabela 5.6.

[82] Mencionemos alguns exemplos de respostas A e B: "Tudo e sozinho, na Loteca ou na Loto." "Na Sena, na Loteca ou na Loto, tudo. Sozinho ou dividido em dois: eu e a minha mulher." "O prêmio da Loto ou da Sena que estiver acumulado três concursos, só para mim." "O maior prêmio possível da Sena ou da Loto, para poder até jogar dinheiro fora."

de dimensões reduzidas.[83] Mais uma vez, confirma-se que um mesmo jogo pode fornecer, a um só tempo, e sem incompatatibilidades, duas possibilidades aos apostadores: torná-los milionários e levar os que se encontram em agruras financeiras à superação das mesmas.

Essa confirmação torna-se ainda mais contundente ao vermos, na Tabela 5.19, de que maneira *os mesmos entrevistados* referidos na tabela 5.18 *utilizariam* o prêmio que apontavam como o desejado, caso viessem a ganhá-lo.

Obviamente, várias das hipotéticas destinações apontadas pelos entrevistados *podem* denotar a aspiração ao sucesso monetário, dependendo - é claro - da quantia de dinheiro ganha. Refirimo-nos às aplicações do dinheiro obtido como prêmio que trouxessem lucros, juros ou rendas (respostas A, B, C, D e E), citadas em proporções bastante significativas. Entretanto, as colocações que fazemos a seguir mostram, mais uma vez, que, através da aposta, ganhar grandes fortunas e superar difíceis condições de existência não são objetivos incompatíveis.

Se compararmos os dados da Tabela 5.19 com aqueles constantes da Tabela 5.9, podemos observar que, da primeira à segunda pesquisa de campo, aumentaram, em graus variados, as freqüências de várias respostas que denotam a procura de melhores condições de vida por meio do jogo, seja para o(a) próprio(a) apostador(a), para seus

---

[83] Algumas respostas expressam bem essa posição, como é o caso das citadas a seguir. "O suficiente para ficar independente e não trabalhar mais para os outros." "Qualquer um. Aquele que Deus quiser." "Qualquer coisa está bom. Antes pouco do que nada."

TABELA 5.19

DESTINAÇÃO(ÕES) QUE O(A) ENTREVISTADO(A) DARIA AO PRÊMIO DESEJADO, CASO O GANHASSE

Destinação	Incidência percentual
A) Investiria o dinheiro (em sentido genérico)	10,7
B) Aplicaria no comércio, em serviços ou na indústria	2,0
C) Aplicaria no mercado financeiro	8,7
D) Aplicaria em imóveis rurais	17,3
E) Aplicaria em imóveis urbanos	10,7
F) Abriria um negócio próprio	6,7
G) Viajaria	11,3
H) Mudar-se-ia para o exterior	2,0
I) Compraria casa própria	22,7
J) Compraria bens duráveis de consumo	14,7
L) Procuraria ter um melhor padrão de vida	8,7
M) "Acertaria"/estabilizaria a vida	10,0
N) Ajudaria filhos e/ou netos	10,7
O) Ajudaria outros familiares e/ou amigos	12,0
P) Ajudaria instituições de caridade	5,3
Q) Outra(s) destinação(ões)	5,3
R) Não sabe/pensaria na hora	8,0

Fonte: segunda pesquisa de campo.

filhos e/ou netos ou para outros familiares. E isso - ressalte-se -, mesmo num município com padrões médios de vida superiores ao da sociedade brasileira considerada como um todo. É o caso das respostas F, J, L, M, N e O. Dentre elas, cabe destacar a resposta M. Ligando, de maneira direta, explícita e sintética, o possível prêmio à melhoria de condições financeiras, a proporção dos entrevistados que a mencionaram espontaneamente praticamente dobrou, da primeira para a segunda amostra. A compra da casa própria continuou a ser uma

destinação hipotética do prêmio para quase um quarto dos apostadores ouvidos. A porcentagem dos respondentes que manifestaram a vontade de viajar utilizando o dinheiro do prêmio desejado aumentou de modo significativo (de 3,7% para 11,3%), mas, por si mesma, não permite conclusões seguras, pois uma viagem é algo cujo *caráter* varia de acordo com uma série de fatores, dentre eles a quantidade de dinheiro disponível, o horizonte cultural do indivíduo em questão etc. Expressando, possivelmente, a ampliação das dimensões dos segmentos sociais que enfrentavam dificuldades financeiras, houve, em pequena proporção, referência ao uso do hipotético prêmio no financiamento de mudança para o exterior.

Conjuntamente, e em confronto com os dados correspondentes da pesquisa anterior, as informações apresentadas nas duas últimas tabelas mostram que se haviam *acentuado* as causas principais da popularidade dos jogos em nosso País, em 1990. Mais do que isso, os mesmos dados indicam que essas causas haviam-se tornado *mais explícitas* para os próprios apostadores, aparecendo de modo mais nítido na consciência dos mesmos. A que se deveria isso?

A nosso ver, esses fatos deveram-se a duas importantes mudanças pelas quais tinha passado a sociedade brasileira, no intervalo compreendido entre as duas pesquisas de campo.

Por um lado, as *condições* que vêm permitindo o avanço da ideologia burguesa na sociedade brasileira, nas últimas décadas (condições essas mencionadas no sub-item 1.4 do capítulo 4), seguramente apresentavam-se, em 1990, *mais maduras* do que na segunda metade dos anos 70. Tal amadurecimento, por sua vez, tem levado a que o sucesso pecuniário seja, não apenas socialmente valorizado de forma

mais pronunciada, como, também, visto de maneira cada vez mais *natural* - e, portanto, inquestionável - por imensa parcela da sociedade. Daí a *atenuação*, apontada há pouco, da ambivalência das formas de encará-lo.

Ao mesmo tempo, e revelando a outra face da forma com vem-se dando a "modernização" capitalista em nosso País, as dificuldades apresentadas pela economia brasileira para crescer ao longo de toda a década de 80 tinham agravado as condições de vida de amplos segmentos da população. Tivemos oportunidade de referirmo-nos a este fato, quando em correlação com os jogos por dinheiro, como sendo um crescimento do contingente dos "desesperados". Aliás, o confronto de dados de nossas próprias pesquisas de campo evidenciam tal crescimento, como veremos a seguir.

Mesmo considerando-se que essas dua pesquisas foram realizadas num município (Araraquara) cujas condições médias de vida são superiores à do Brasil tomado como um todo; mesmo levando em conta que o universo da segunda delas era composto por indivíduos que participavam de um jogo cuja aposta não era a mais barata[84] - mesmo considerando-se isso tudo, há dados bastante significativos a respeito. A estatística descritiva apresentada no capítulo 2 mostra que, da segunda metade da década de 70 para 1990, tinha aumentado de 2,0% para 6,6% a participação conjunta dos apostadores que combinavam

---

[84] Quando da realização da referida pesquisa, os preços das apostas nos jogos oficiais de âmbito nacional eram os seguintes, em valores correntes: Loto, aposta mínima, Cr$ 18,00; Sena, aposta única, Cr$ 38,00; Loteca, aposta única, Cr$ 45,00; Loteria Federal, aposta mínima (fração de um bilhete), Cr$ 80,00.

dois tipos de vínculos com a ocupação/não-ocupação: assalariado(a) e autônomo(a), aposentado(a) e assalariado(a) ou, finalmente, aposentado(a) e autônomo(a). É óbvio que essas combinações, em sua imensa maioria, não se dão por uma livre decisão, mas por *imposição* de necessidades financeiras. Além disso, também tinham crescido, da primeira para a segunda amostra, as participações percentuais dos desempregados (de 0,5% para 6,7%) e dos entrevistados que admitiram ter havido sacrifício em seus orçamentos pessoais ou familiares para possibilitar gastos com apostas (de 2,8% para 6,7%).

Acentuadas as causas da popularidade dos jogos em nosso País, não é de surpreender que, entre 1980 e 1990, período em que

TABELA 5.20
ARRECADAÇÃO BRUTA CONJUNTA RESULTANTE DE APOSTAS NOS JOGOS OFICIAIS DE ÂMBITO NACIONAL - 1980 A 1990

Ano	Arrecadação (US$)
1980	690.388.887,93
1981	922.669.417,19
1982	1.003.285.700,14
1983	865.462.514,84
1984	731.849.131,21
1985	782.245.833,76
1986	1.184.237.283,55
1987	1.027.216.711,69
1988	948.467.566,83
1989	1.045.358.770,86
1990	1.229.672.251,20

Fonte: cálculo feito a partir de dados obtidos junto ao Departamento de Administração das Loterias (DELOT), da CEF, em Brasília.

houve *queda* do PIB *per capita* (como apontamos no capítulo 4), tenha *crescido* o volume *total* de dinheiro apostado nos jogos oficiais de âmbito nacional, como vemos pela Tabela 5.20. No ano de 1990, registrou-se a maior arrecadação bruta *conjunta* de apostas em tais jogos ocorrida até então.

Se acentuavam-se os principais fatores responsáveis pela popularidade dos jogos e se, ao mesmo tempo, isso tinha reflexos objetivos na quantidade de dinheiro apostado, podemos perguntar: quais eram os jogos que melhor adaptavam-se às *causas* daquela demanda ampliada? Quais deles alimentavam mais adequadamente os sonhos de espetacular e súbito enriquecimento? Que jogos atendiam de modo mais apropriado às expectativas de milhões de pessoas quanto à superação de suas amarguras financeiras por meio da aposta? Por causa de todas as razões que apontamos, a resposta é óbvia: a Sena e a Loto, que, em conjunto, abocanharam 83,18% do mercado de apostas em jogos oficiais de âmbito nacional, no ano de 1990.[85]

4. A Loteria Esportiva e o futebol

A estatística descritiva que apresentamos no capítulo 2 mostra que a esmagadora maioria dos apostadores da Loteria Esportiva compunha-se de pessoas do sexo masculino, o que é válido para as duas pesquisas de campo. Na primeira, a participação dos homens representou 90,2% da amostra e, na segunda, 90,7%. Essa nítida preponderância é confirmada por uma publicação da Caixa Econômica Federal:

---

[85] Cálculo feito com base em dados obtidos junto ao Departamento de Administração das Loterias (DELOT) da CEF, em Brasília.

> "Na medida em que a Loteria Esportiva formou seu segmento próprio [do mercado de apostas] sem conseguir ocupar todo o espaço, foi criada a Loto. (...) A Loto, pelas suas características, conquistou um outro segmento de mercado, formado pelo público feminino." (CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, 1988)

Como pudemos verificar pelas Tabelas 5.3, 5.4 e 5.17, nossos entrevistados, ao explicarem por que apostavam na LEF/Loteca, apontaram causas variadas para esse fato. Foram pequenos os percentuais dos respondentes que o atribuíram às ligações daquela modalidade de jogo com o futebol, em ambas as pesquisas de campo: 2,2%, na primeira, e 2,7%, na segunda. No entanto, nessas respostas, há algo que chama a atenção: *nenhuma* mulher apresentou aquelas ligações como causa de seu *próprio* comportamento, em *nenhuma* das duas pesquisas.

Quando os entrevistados foram convidados a dar suas explicações sobre o apontado predomínio do sexo masculino entre os apostadores da Loteria Esportiva, as vinculações entre este jogo e o futebol foram mencionadas, espontaneamente, em elevadas proporções. Na primeira pesquisa de campo, tal menção ocorreu entre 37,3% das mulheres e 43,4% dos homens, com um total percentual de 42,8%. Na segunda, entre 57,1% das mulheres e 55,1% dos homens, sendo de 55,3% o total percentual. Em ambos os casos, esse tipo de explicação foi, de maneira destacada, o mais citado dentre todos.

Deixemos, agora, de lado nossas pesquisas de campo. Em 1976, depondo na já mencionada CPI - Loterias, o então Diretor de Loterias da Caixa Econômica Federal declarou, em referência à LEF:

> "... foi dada [*SIC*] à Caixa Econômica somente 90 dias para a implantação da nova Loteria, porque o *Governo Federal*

desejava aproveitar o impacto da Copa do Mundo de 1970, no México." (Suplemento do *DCN*, 14/06/77; o itálico é nosso)[86]

Prestando depoimento à mesma CPI, o almirante que, à época, presidia a Confederação Brasileira de Desportos[87] procurou mostrar a importância do futebol para levar às apostas na então extremamente popular LEF. Por meio de gráficos referentes aos volumes de apostas dos meses do ano anterior (1975), destacou que, dependendo dos tipos de competições futebolísticas incluídos nos testes Loteria Esportiva, havia maior ou menor interesse dos apostadores em participar de tais concursos. Quando, por exemplo, eram programados jogos dos campeonatos regionais ou, principalmente, do Campeonato Brasileiro, o volume de apostas era maior do que quando se tratava de competições entre equipes estrangeiras, menos conhecidas dos apostadores.[88]

Tudo isso mostra-nos que, mesmo depois de termos buscado demonstrar as causas principais da grande disseminação dos jogos na sociedade brasileira - graças a cujo conhecimento pudemos compreender tanto a espetacular ascensão da LEF quanto o fato de a mesma, posteriormente, ter sido sobrepujada pela Loto e pela Sena -, algumas perguntas ainda precisam ser respondidas, para o caso específico da Loteria Esportiva. O futebol, o mais popular dos esportes em nosso

---

[86] "organizada em tempo recorde para *aproveitar as emoções da realização da Copa do Mundo* no México de 1970 [*sic*] ..., seu [da LEF] lançamento registrou uma verdadeira explosão nacional ..." (*AGE*, 17/04/83; o itálico é nosso)

[87] E a ARENA, no estado do Rio de Janeiro.

[88] Cf. autos da CPI - Loterias, fls. 1483-5, e Suplemento do *DCN*, 14/06/77.

País, constitui-se, ou não, num fator importante para explicar a "década de ouro" da LEF? Em caso afirmativo, como podemos entender o fato de que, apesar de seus vínculos com o futebol, a Loteria Esportiva acabou superada por outros jogos?

Comecemos a responder a essas questões considerando os anos de realização de Campeonatos Mundiais de Futebol. Sem necessidade de qualquer pesquisa sistemática a respeito, sabemos que uma Copa do Mundo é, dentre todos, o evento esportivo que mais atrai a atenção da população. No momento, por exemplo, em que a Seleção Brasileira participa de uma partida válida por um Campeonato Mundial de Futebol, inúmeras atividades econômicas são interrompidas - mesmo que isso ocorra numa data que, normalmente, seria classificada como dia útil -, de modo que milhões pessoas possam assistir à disputa pela televisão.

Pois bem: durante a "fase áurea" da LEF, os anos em que foram disputados Campeonatos Mundiais apresentaram arrecadações extraordinárias? Os dados disponíveis mostram que não, como veremos a seguir. O leitor poderá acompanhar nossas argumentações a respeito, tomando por base as arrecadações anuais da LEF, medidas em *dólares*, mencionadas na Tabela 1.3 do capítulo 1, a não ser quando citamos outra fonte.

Em 1970, mesmo o Brasil tendo conquistado um Campeonato Mundial, registrou-se a menor arrecadação resultante de apostas de toda a "década de ouro" da Loteria Esportiva. Ainda que façamos as ressalvas de que, nesse ano, houve menor quantidade de testes, iniciados apenas em abril, e de que o jogo não estava implantado em todo o território brasileiro, os anos seguintes apresentaram aumentos de arrecadação *muito* significativos. Também com relação a 1970, vale

destacar que as apostas começaram a crescer, de fato, *depois* da partida decisiva do Campeonato Mundial: mais especificamente, após o teste número 5, que fez o primeiro ganhador isolado da LEF, conforme demonstramos com a Tabela 5.10 e os comentários correspondentes.

Em 1974, houve nova Copa do Mundo. Porém, a arrecadação da Loteria Esportiva, nesse ano, foi *menor* do que a registrada em 1973.

A arrecadação de 1978, outro ano em que houve Campeonato Mundial de Futebol, foi ligeiramente maior do que a do ano anterior, mas representou apenas 73% daquela verificada em 1979, ano em que LEF teve o maior volume monetário de apostas de toda sua história.

Por fim, citemos 1982. Nesse ano, a Loteria Esportiva, já estando em curva descendente de popularidade, apresentou, pela última vez, arrecadação maior do que a da Loto, mas, ao mesmo tempo, cerca de 16% *menor* do que sua própria receita do ano anterior. Apesar de tratar-se de mais um ano de realização de uma Copa do Mundo, a Caixa Econômica Federal já previa que a receita bruta da Loto teria um crescimento percentual maior do que o da LEF: 150% contra 77,4%, em termos nominais (*FT*, 04/02/82).[89]

Ainda com relação a 1982, dispomos de outro dado bastante ilustrativo. O segundo teste da Loteria Esportiva *referente à Copa do Mundo* daquele ano, realizado na segunda quinzena de junho, pagou um prêmio que, em termos *nominais*, era apenas 33% maior do que o de um

---

[89] Ambas as previsões mostraram-se incorretas. Na verdade, os crescimentos efetivamente registrados, em valores correntes, foram de 237,48%, para a Loto, e 58,42%, para a LEF (cálculos feitos com base em dados obtidos junto à Gerência de Loterias - GERLO - da CEF, em São Paulo).

concurso ocorrido no início de outubro de 1981 (*AG*, 11/10/81 e 20/06/82). Considerada a inflação acumulada entre os referidos dois meses, de 60,72%,[90] tratava-se, em termos *reais*, de um prêmio 17% *menor* do que aquele que havia sido pago em outubro do ano anterior. Também a quantidade de cartões de apostas havia sido bastante menor: 7.726.783 contra 12.789.877 (*AG*, 20/06/82 e 11/10/81).

Em síntese, os dados que acabamos de apresentar mostram que o mais importante evento esportivo, do ponto de vista da maioria da população brasileira, não tinha reflexos significativos sobre o volume de apostas na LEF, mesmo durante a época de grande aceitação da mesma.

Quanto às *demais* competições futebolísticas e suas relações com a quantidade de dinheiro apostada na Loteria Esportiva, praticamente não há dados disponíveis a respeito. Mas podemos fazer uso das informações a que fizemos referência há pouco, relativas ao ano de 1975 e apresentadas à CPI - Loterias pelo então Presidente da Confederação Brasileira de Desportos. O mesmo mostra que, naquele ano, as maiores médias de arrecadação por concurso ocorreram nos períodos em que foram realizados os campeonatos regionais e, principalmente, o Campeonato Brasileiro. Porém, curiosamente, dentro de cada um daqueles dois períodos, não foi o mês de *desfecho* dos referidos campeonatos aquele que apresentou a maior média de arrecadação. Os campeonatos regionais estenderam-se até agosto, mas, no período de realização dos mesmos, o mês com maior média de arrecadação foi julho.[91] Quanto ao

---

[90] *Conjuntura Econômica*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 36 (7): jul./82, p.2.

[91] Cf. Autos da CPI - Loterias, fls. 1483 e 1485.

período em que se desenvolveu o Campeonato Brasileiro, finalizado já em dezembro, o mês que apresentou a maior média de arrecadação foi outubro.[92] Ora, conforme mencionamos anteriormente, no último concurso da LEF ocorrido em *setembro* daquele ano, foi pago um prêmio, novo recorde mundial, a um ganhador que se tornou um dos mais famosos dentre todos da história da Loteria Esportiva. Considerando-se os já citados efeitos dos grandes prêmios sobre o volume de apostas dos testes subseqüentes, não é difícil imaginarmos *por que* o mês de outubro, exatamente, apresentou a maior média de arrecadação de todo o ano de 1975.

Assim, mais uma vez, verificamos que o maior ou menor interesse popular pelas competições futebolísticas incluídas nos testes da LEF não tinha um peso decisivo para *determinar* a quantidade de dinheiro apostada nesse jogo.

No entanto, se não podem ser classificadas como um fator determinante, as relações entre o futebol e a Loteria Esportiva não devem ser desconsideradas como uma *condição* da ampla aceitação que a mesma chegou a ter. Imaginemos, por exemplo, que as disputas esportivas a serem prognosticadas fossem de uma modalidade que atraísse a atenção do público brasileiro em grau muito menor do que o futebol. Certamente a popularidade desse hipotético jogo teria sido bastante diminuta. Por quê? Ora, trata-se de concursos em que os participantes devem prognosticar os resultados de eventos cujos desfechos *não são completamente aleatórios*, o que exige alguma *informação* sobre os mesmos. Sendo tais eventos partidas de futebol

---

[92] Cf. Autos da CPI - Loterias, fls. 1483 e 1485.

- o mais popular dos esportes no Brasil -, e considerando-se a apontada relevância do prêmio como motivação para as apostas, milhões de brasileiros sentiam-se pisando em *terreno razoavelmente firme* ao prognosticar os resultados daquelas disputas. E isso era válido ainda quando os jogadores, propositalmente, prognosticavam "zebras", procurando dividir o prêmio com o menor número possível de ganhadores. Essa *relativa* segurança *não* existiria, caso os concursos versassem sobre disputas de outros esportes, menos conhecidos da maioria da população.

Pelo menos três ordens de fatos confirmam as afirmações do parágrafo acima. Em primeiro lugar, grande parcela de nossos entrevistados, ao serem interrogados sobre se quem acompanhava mais o futebol tinha maior probabilidade de ganhar na LEF/Loteca, responderam afirmativamente: 18,7%, na primeira pesquisa de campo, e 48,0%, na segunda.[93] Em segundo lugar, devemos considerar a acentuada preponderância masculina entre os participantes dos concursos de prognósticos esportivos: em geral, os homens acompanham muito mais o futebol que as mulheres. Finalmente, embora não se trate de *outra modalidade* esportiva, há algo que comprova a importância do

---

[93] É *possível* que esse aumento percentual, da primeira para a segunda pesquisa de campo, deva-se a que, quando esta última foi realizada, os entrevistados tinham termos de *comparação* com *outros* jogos (a Loto e a Sena), mais populares do que a Loteca, e que versavam sobre fatos com resultados *totalmente* aleatórios. É claro que esta também era (e é) uma característica da Loteria Federal, o único jogo de âmbito nacional que "concorria" com a LEF, quando procedemos à primeira pesquisa de campo. Mas tratava-se, à época, de uma loteria muito pouco presente no cotidiano do grande público.

conhecimento dos apostadores sobre os fatos a serem prognosticados: *sempre* que todas ou a maioria das partidas de futebol incluídas num teste eram disputadas por equipes estrangeiras, evidentemente *menos conhecidas* do público do que as equipes brasileiras, as arrecadações tinham pequenas dimensões.[94]

Porém, se é correto afirmar que as ligações entre o futebol e a Loteria Esportiva foram uma *condição* da ampla aceitação que este jogo chegou a ter, essas mesmas ligações, mais tarde, tornaram-se um ponto *contrário* àquela popularidade. Exatamente por *não* se ligarem ao futebol ou a qualquer outro tipo de fatos cujos resultados não são de todo aleatórios, a Loto e a Sena tornaram-se, como já vimos, "máquinas de fazer milionários" de maior eficiência do que a LEF: seus prêmios principais eram divididos entre poucos apostadores, além de, muitas vezes, ficarem acumulados para os concursos seguintes. Não bastasse tudo isso, a *não-vinculação* da Loto e da Sena ao futebol levou a uma *grande participação feminina* nas mesmas, a qual *se somava* à masculina, proporcionando grandes arrecadações. Tratando-se de *pools*, isso conduzia a *maiores prêmios*, que despertavam no público (masculino e feminino) mais interesse do que aqueles pagos pela LEF.

Assim sendo, exatamente *por causa* de suas ligações com o

---

[94] Vão exatamente nessa linha os já referidos dados apresentados pelo então Presidente da Confederação Brasileira de Desportos à CPI - Loterias, relacionados ao ano de 1975 (cf. Autos da CPI - Loterias, fls. 1483 e 1485). Pela argumentação que apresentamos, compreende-se por que, quando da realização do Campeonato Brasileiro, as arrecadações tendiam a crescer: as equipes participantes eram, em sua maioria, *conhecidas* do grande público de todo o País, o que nem sempre ocorria no caso dos campeonatos regionais, por exemplo.

futebol, a LEF acabou sendo superada por outros jogos que, sem apresentar vínculos semelhantes, adequaram-se melhor a uma das causas principais pelas quais se apostava de modo tão massivo nos concursos de prognósticos esportivos: a busca do sucesso monetário.

5. A força de atração do jogo na sociedade brasileira

Nas Tabelas 5.9 e 5.17, mostramos como os entrevistados utilizariam os prêmios por eles desejados, caso os ganhassem. Mesmo tratando-se de tabelas de freqüência - e não, de dados individuais -, delas podemos tirar, de imediato, uma conclusão: é extremamente ampla a gama de usos possíveis de um prêmio em dinheiro. Basta observarmos, naquelas duas tabelas, a grande variedade de categorias em que foram classificadas, *a posteriori*, as destinações indicadas pelos apostadores ouvidos.

Porém, a apresentação de alguns exemplos *individuais* de utilização de um hipotético prêmio deixa ainda mais evidente sua grande diversidade.

Há respostas coletadas a respeito, nas duas pesquisas de campo, que mostram nitidamente a valorização da posse de grandes somas de dinheiro:

> "Eu viajaria para a Europa e compraria uma ilha particular e um castelo."
>
> "Arrumaria empregado até para calçar os sapatos."
>
> "Gastaria em tudo o que desse vontade"
>
> "Compraria tudo o que o dinheiro compra."
>
> "Mataria a vontade de fazer tudo o que quero e não posso. Viveria só no lazer."
>
> "Investiria em algo que nunca acabasse o dinheiro."

"Compraria alguns carros 'fora de série', uma fazenda e ia querer muita mulher [*sic*]."

"Ia para Ilha Bela. Não ia mais trabalhar."

"Compraria um late e mudaria para Aruba."

Há, igualmente, intenções de destinação do prêmio desejado que demonstram a preocupação com a melhoria de condições de vida - aí incluída a vontade de alterar a própria *situação de classe* do(a) entrevistado(a) -:

"Eu compraria uma casinha, um cantinho para morar."

"O que desse para ter uma vida mais tranqüila, mesmo que fosse para continuar trabalhando."

"Eu me casaria. Sou noivo há muito tempo, mas a situação anda fela."

"Tocaria a vida, compraria comida melhor, roupa melhor."

"Pararia de trabalhar como empregado e iria trabalhar 'por conta'."

"Compraria casa, carro."

"Ia procurar montar alguma coisa própria, para poder trabalhar para mim mesmo."

No entanto, as utilizações possíveis de um prêmio monetário vão muito *além* disso. Numa sociedade essencialmente *mercantil*, a *necessidade* do dinheiro manifesta-se nas mais diversas áreas da vida social, mesmo para aqueles indivíduos que não estão imbuídos da "idolatria do dinheiro" ou não se encontram em condições precárias de vida. Muitos *outros* projetos de vida pessoal e/ou familiar, muitas *outras* aspirações e até formas de solidariedade que se pretendem praticar pressupõem, *nesse* tipo de sociedade, a posse de determinadas quantias de dinheiro que permitam *concretizá-los*. E um prêmio monetário ganho num jogo é um meio para tanto:

"Montaria uma clínica de fisioterapia."

"Ajudaria meu neto com a melhoria do ensino dele."

"Eu poderia realizar o meu sonho de ser engenheiro eletricista ou eletrônico."

"Daria um estudo melhor para uma filha, um tratamento melhor para outra que é inválida e compraria uma casa melhor."

Aprenderia várias línguas, visitaria países, ampliaria os meus conhecimentos."

"Ficava com um pouco do dinheiro - porque, se ficar com muito, você não tem mais sossego - e, com o resto, eu ajudaria casas de caridade e os meus filhos [adultos]."

"Ia pensar no futuro da família, mas ajudar crianças carentes, em primeiro lugar."

Dados secundários disponíveis sobre o assunto também mostram como um prêmio em dinheiro pode ter formas muito diversas de utilização. Vejamos, a seguir, alguns exemplos de *intenções* individuais de uso de um prêmio, caso fosse ganho, exemplos esses coletados em artigos de jornais.

Em 1973, um artigo apresentou as respostas de várias pessoas sobre como usariam o dinheiro obtido, se fizessem os treze pontos na Loteria Esportiva. Houve quem dissesse que faria compras (de carro, de sítio), que pararia de trabalhar, que estudaria, que aplicaria na construção de uma casa, que faria aplicações financeiras, que viajaria, que faria caridade, que contrataria uma enfermeira para o irmão paralítico (*FSP*, 28/07/73).

Em 1974, logo após a LEF ter pagado mais um prêmio recorde mundial nessa modalidade de jogo, um jornal entrevistou várias pessoas perguntando-lhes o que fariam com tal quantia, caso viessem a obtê-la por meio de uma aposta na Loteria Esportiva. Dentre as destinações

citadas, encontramos as seguintes: compras de petroleiros, de bens imobiliários, de ações, de Letras do Tesouro Nacional, de um avião, de um iate e de um sítio; viagens internacionais; investimento "numa editora especializada em edições de vanguarda"; produção de um filme; gravação de discos com o próprio "ganhador" etc. (*FSP*, 28/04/74)

Em 1977, outro jornal publicou alguns dos "planos dos sonhadores" que tinha entrevistado: aposentar-se e ir caçar e pescar; comprar fazenda; cultivar plantas; fazer doações para ajudar a educar menores abandonados etc. (*UH*, 06/06/77)

Mais recentemente, alguns jornais, ainda que com freqüência bem menor, têm mencionado desejos expressos por apostadores caso fossem premiados em diferentes jogos: comprar casa ou apartamento, parar de trabalhar, viajar, adquirir um carro, fazer aplicações financeiras etc. (*OESP*, 18/04/90; *AT*, 23/02/92).

Se considerarmos, agora, não as destinações hipotéticas de um prêmio desejado, mas os *usos efetivos de prêmios ganhos de fato*, encontraremos a mesma acentuada *diversidade* de utilizações. A relação que se segue, elaborada com base em dados divulgados por meios de comunicação de massa,[95] apresenta os modos como grande quantidade de

---

[95] As fontes utilizadas para construir a listagem apresentada foram as seguintes: *AGE*, 17/04/83; programa *Fantástico*, da rede Globo de Televisão, 29/07/90; *FSP*, 13/07/71, 18/05/71, 16/05/73, 28/07/73, 30/09/75, 05/07/77, 14/02/78, 08/11/78, 06/03/79; *FT*, 13/04/71, 15/04/74, 05/07/77, 22/03/89; *JB*, 05/04/74, 30/09/75, 19/06/79, 26/06/79, 19/04/80; *JC*, dez./77, mar.-abr./78, jun./78, ago./78, 2ª quinz. mar./79, 1ª quinz. abr./79, 2ª quinz. abr./79, 2ª quinz. ago./79, 2ª quinz. abr./80, 2ª quinz. jun./80, 2ª quinz. jun./81, 1ª quinz. out./81, 1ª quinz. jan./82, 2ª quinz. jun./82, 2ª quinz.

pessoas premiadas em jogos oficiais de âmbito nacional[96] usou o dinheiro assim obtido.[97]

Foram comprados apartamentos e casas (de residências simples a apartamentos de luxo, palacetes e mansões),[98] carros,[99] propriedades rurais, cabeças de gado, imóveis urbanos, objetos de uso doméstico, caminhões etc. Foram feitas formas diversas de aplicação do dinheiro como capital. Houve quem usasse o dinheiro em viagens; na abertura ou na ampliação de um ou mais negócios;[100] em estudos para si próprio,

---

jul./82; *JT*, 04/05/72, 21/03/73, 18/04/74, 30/09/75, 24/05/76, 05/07/77, 08/11/78, 20/04/83; *NP*, 20/05/71; *OESP*, 17/03/73, 06/03/79, 10/07/83; *OG*, 13/09/71, 16/05/76, 21/12/77, 08/11/78, 19/04/80; *Placar*, 07/05/71; *Visão*, 14/04/80.

[96] Principalmente, na Loteria Esportiva, em sua "fase áurea". Como mencionamos no capítulo 2, após esse período, começaram a escassear, de modo acentuado, as informações jornalísticas sobre jogos. Isso é válido, em especial, no que se refere aos ganhadores.

[97] Deve-se frisar que tal relação não apresenta as *freqüências* das formas de uso dos prêmios, mas, apenas, menciona *quais* foram as destinações dadas aos mesmos. Porém, entre as pessoas que ganharam *grandes* prêmios durante a "década de ouro" da LEF, há um tipo de aplicação do dinheiro assim recebido que tem nítido predomínio: a compra de propriedades rurais, principalmente fazendas.

[98] Num artigo sobre grandes ganhadores da LEF, publicado em 1980, é mencionado o caso de um deles, que tinha, à época, "uma mansão de 60 cômodos" (*OG*, 19/04/80).

[99] Em certos casos, em grande quantidade (cf., por exemplo: *OESP*, 17/03/73; *OG*, 16/05/76; programa *Fantástico*, da Rede Globo de Televisão, 29/07/90).

[100] O ganhador de um prêmio da Loteria Federal, em 1964, investiu o dinheiro numa casa lotérica. Em 1989, tinha mais quatro filiais e uma casa de apostas no Jockey Club de São Paulo (*FT*, 22/03/89)

filhos e/ou netos; no aumento do bem-estar ou do conforto da família; na reforma da casa; no pagamento de dívidas; na melhoria das condições de saúde da família;[101] em ajuda financeira ou doações a parentes ou amigos. Houve aqueles que, por causa do dinheiro ganho, decidiram parar de trabalhar. A certos apostadores, o prêmio obtido possibilitou que se casassem; a outros, deu condições financeiras para terem filhos; a outros, ainda, permitiu mudarem o local de moradia e, por conseqüência, o meio social em que viviam. Houve, finalmente, quem usasse parte do dinheiro ganho fazendo caridade ou, mesmo, novas apostas ...

Ora, o que nos mostram os dados primários e secundários que acabamos de apresentar é que um prêmio monetário, ao ser ganho, manifesta, imediatamente, uma das características *daquilo que é*: nada mais, nada menos, do que *dinheiro*. Como tal, da mesma forma que qualquer outra porção de sua espécie, tem a propriedade de *trocar-se por praticamente tudo* e de ter *inúmeras outras formas de utilização*, conforme tivemos oportunidade de demonstrá-lo no capítulo 4. Daí por que, numa sociedade caracterizada como um autêntico "sistema de mercantilização universal", um prêmio monetário atenda a tantas diferentes necessidades, satisfaça tão variados desejos - mesmo para aqueles indivíduos que não estão em busca do sucesso monetário ou procurando remover acentuadas agruras financeiras -.

Mas os mesmos dados evidenciam algo mais do que isso. Como dinheiro que *é*, um prêmio monetário manifesta *outra* característica

---

[101] Um dos casos coletados é o da compra de uma perna mecânica em substituição àquela que havia sido amputada (*FSP*, 28/07/73).

(também mencionada no capítulo 4) de *qualquer* quantidade de riqueza pecuniária: a *desimportância de como foi adquirido*. Para que o dinheiro obtido como prêmio possa ter, de fato, inúmeras utilizações, seu ganhador deve poder fazer com ele o que faz qualquer possuidor de dinheiro: usá-lo *independentemente* de como chegou às suas mãos, ou seja, utilizá-lo como se o tivesse adquirido de qualquer *outra* maneira. Sendo elemento altamente abstrato, que não mantém qualquer vínculo com as características pessoais de seu possuidor, o dinheiro ganho como prêmio pode ter exatamente as mesmas utilizações que teria uma quantia equivalente de riqueza monetária obtida por outros meios: adquirida pelas vias "normais" da vida econômica,[102] encontrada de maneira casual ou, até, conseguida por caminhos socialmente classificados como ilícitos.

Graças a essas duas características de um prêmio monetário

---

[102] Mesmo quando obtido pelas vias "normais" da vida econômica, o dinheiro *parece* ser desvinculado das condições que lhe dão origem no processo de produção social e, portanto, *como se* tivesse, *por si mesmo*, propriedades que, na verdade, são conferidas a ele pelas relações sociais (mercantis) que o originam. Imagine-se, então, o que acontece com um prêmio monetário, que - descontados o ganho do organizador do jogo e os custos necessários para operá-lo - é a soma de várias pequenas importâncias reunidas sob a forma de apostas: o prêmio aparece como algo totalmente desligado das condições sociais que possibilitaram aos apostadores terem *dinheiro* para apostar. Dito em outros termos, grandes porções de riqueza pecuniária são carreadas aos ganhadores sem que isso pareça ter qualquer ligação com as relações sociais de produção que permitem o surgimento da forma dinheiro. Assim sendo, parece-nos justo considerarr que o jogo é uma das esferas da vida social em que o *fetichismo do dinheiro* atinge seu grau mais elevado.

- as inúmeras utilizações que pode ter e a desimportância da maneira como foi adquirido -, o jogo possibilita algumas *rupturas*, em âmbito estritamente *individual*:

a) Ruptura *ideal e potencial* com as condições sociais *reais* de existência. Num jogo, o apostador compra a *possibilidade* de ganhar uma importância monetária maior do que aquela que utilizou na aposta. Assim, até que haja o resultado do concurso em questão, *todos* os participantes encontram-se na mesma condição de ganhadores *potenciais* do prêmio. Enquanto não se dá esse desfecho, cada um deles pode *romper idealmente* com as condições sociais reais em que vive: imaginar a posse de quantias de dinheiro que, na maioria dos casos, não viria a obter pelos canais "normais" da vida econômica, mas que, *se* forem ganhas, poderão ser utilizadas exatamente *como se* tivessem sido adquiridas por aqueles canais; em pensamento, ver atendidas suas necessidades e satisfeitos muitos de seus desejos,[103] por causa das diferentes *utilizações* possíveis de um prêmio monetário. Além disso, mesmo depois de conhecido o resultado de um concurso, os não-ganhadores podem *continuar* a romper ideal e potencialmente com suas condições sociais reais de vida: os concursos repetem-se periodicamente.[104]

---

[103] Ou, como ocorreu com parte significativa de nossos entrevistados e das pessoas ouvidas por órgãos de imprensa, sonhar com o dinheiro do prêmio mesmo sem ter, no momento, clareza sobre *o que* fazer com ele *depois de ganho*, se for o caso. Isso reflete, é claro, não apenas as variadas utilizações possíveis do dinheiro, mas, também, o quanto o mesmo é *cultuado* numa sociedade essencialmente mercantil.

[104] Em nossa primeira pesquisa de campo, um entrevistado, ao ser perguntado sobre quantas vezes por mês apostava na LEF, respondeu:

b) Ruptura *efetiva* com as condições sociais *reais* de vida até então existentes. Ocorre nos casos dos apostadores *premiados*. Nesta situação, as inúmeras formas possíveis de utilização de um prêmio em dinheiro e a desimportância de como o mesmo foi adquirido permitem ao ganhador passar de uma ruptura *ideal e potencial* para uma ruptura *prática* das condições reais em que vinha vivendo.[105]

No entanto, devemos deixar bem *explícito* um caráter *comum* a esses dois tipos de rompimento, caráter ao qual, há pouco, fizemos rápida referência. Apesar de tratar-se de formas de ruptura com as condições *sociais* de existência dos apostadores, ambas se dão num plano estritamente *individual*. Seja em termos ideais e potenciais, seja em sentido prático, efetivo, rompe-se com aquelas condições sem

---

"Quatro. Não sei quando vou acertar. Por isso, não deixo passar nenhum teste sem jogar." Ainda com relação à "fase áurea" da Loteria Esportiva, um jornal cita um apostador que "tem a maior fé que um dia vai ficar rico: 'Vou jogando, jogando, um dia acerto'." (*FSP*, 28/07/73)

[105] Citemos dois exemplos, bastante ilustrativos. Em 1978, referindo-se a um dos dois únicos ganhadores de um prêmio da LEF, que iria receber US$ 1,15 milhão, um jornal afirmou: "O dinheiro, até então inimaginável para um vendedor de lenha e garapa, ... vai servir para Antônio deixar a casinha humilde ..." (*FSP*, 07/11/780). No ano seguinte, outro jornal afirmou, quanto ao ganhador de um dos maiores prêmios da história da Loteria Esportiva: "... quer ser agora engenheiro agrônomo. Realizar um sonho que ele persegue desde criança, mas ... que não passava de uma pretensão impossível." (*OESP*, 06/03/79) Assim sendo, o jogo permite romper uma das barreiras sociais às aspirações, tais como apontadas por LAUWE (1971: 23, 37, 46 e 65): objetivos que, na vida "externa" ao jogo, são dados de antemão como *inacessíveis* - e aos quais, portanto, *não* se aspira - *podem* ser atingidos por meio da aposta.

que haja qualquer alteração na *estrutura* da sociedade. Muito pelo contrário, quanto mais a primeira das duas formas de ruptura é constantemente *alimentada* por exemplos de sua *concretização*, isto é, pela ocorrência da segunda, mais as mudanças sociais tendem a ser *obstaculizadas*:

> "Na vida coletiva, quando uma aspiração comum a um conjunto de homens opõe-se às aspirações de outros homens, torna-se precisa e ganha uma força ativa na *reivindicação*." (LAUWE, 1971: 19; o itálico é nosso)

Ora, as formas de ruptura citadas, renovando-se constantemente, *contribuem* para que, mesmo numa sociedade como a brasileira - tão marcada pela miséria e pela pobreza, mas, também, por profundas desigualdades sociais -, tenda a haver barreiras a que as aspirações das classes subalternas manifestem-se *coletivamente* como reivindicações: as formas de ruptura que mencionamos reforçam uma *visão atomista* da realidade social.

Ao mesmo tempo, é igualmente necessário deixar claro que tal visão atomista *difere* daquela que domina o discurso ideológico burguês, enformada pela idéia da *meritocracia*, como mostramos no capítulo 4. Nesse discurso, afirma-se haver uma aliança entre trabalho, mérito e recompensa, na medida em que vige uma suposta igualdade de oportunidades. Já no jogo, *desfaz-se* aquela aliança: a "recompensa", o prêmio, vai ser apropriado por esta ou aquela pessoa de modo casual, aleatório. É verdade que o *grau* em que isto ocorre pode variar, sendo, por exemplo, mais acentuado na Sena, na Loto e na Loteria Federal do que na Loteria Esportiva. Ainda assim, a premiação não tem qualquer relação com o mérito e com o esforço no trabalho.

Ao caracterizar-se por situações marcadas pela incerteza e

decididas de maneira fortuita, o jogo reforça formas de pensamento místicas, mágicas, valorizadoras do sobrenatural: crença na sorte - entendida, aqui, não como *acaso*, mas como atributo *pessoal* -, na predestinação para o ganho, no favor de entidades extraterrenas aos ganhadores. Alguns exemplos que coletamos, apresentados a seguir, são bastante ilustrativos.

Vejamos, em primeiro lugar, falas colhidas em nossas próprias pesquisas de campo, referentes à consecução do prêmio:

"[Ganhar] Depende da sorte de quem nasceu com a 'estrela'."

"A sorte é da pessoa, ninguém tira."

"Para ganhar, tem que ter o dom da sorte."

"Se alguém tiver que ganhar, vai ganhar"

"Só ganha quem Deus ajuda."

"Se Deus quiser que alguém ganhe, esse alguém val ganhar."

"Espero uma recompensa de Deus."

Formas semelhantes de pensamento foram expressas por vários ganhadores:

"'Foi Deus quem me fez ganhar na loteria. Só assim poderia comprar uma perna mecânica para a minha filha.'" (*FSP*, 28/07/73)

"'Foi Deus quem quis.'" (*JB*, 11/08/76)

"'... os santos me ajudaram até demais'." (*FSP*, 10/08/74)

"'Acho que a sorte me escolheu'." (*FSP*, 10/08/74)

"'... dentro de casa tinha um gafanhotinho verde ... (...) Só partia para o meu lado. Ficava olhando para mim. Batia no meu peito e caía. (...) Verde de esperança. Quando foi sábado eu fiz os treze pontos.'" (*FSP*, 06/03/79)

"[Uma ganhadora] ... garantiu ter sido dominada por uma inspiração inexplicável na hora em que marcou os cartões."

(*AGE*, 17/04/83)

Independentemente das *interpretações*[106] sobre a maneira como se chega aos resultados do jogo, o que nos importa, aqui, é o seguinte: o caráter aleatório desses resultados e as premiações que daí advêm significam uma *possibilidade* - remota, mas sempre *real* - de *passar para trás*, ainda que de modo *individual* (novamente!), as regras que supostamente definem as recompensas numa sociedade capitalista, recompensas essas distribuídas de modo tão desigual.[107]

Somem-se a esse fato: as diversas utilizações possíveis de um prêmio monetário; a desimportância da maneira como o mesmo é adquirido; as rupturas com a realidade vivida que são proporcionadas por essas duas características de um prêmio em dinheiro; uma ideologia

---

[106] Tais interpretações, é claro, são acompanhadas de determinadas *práticas* correspondentes. Um dos dois únicos ganhadores de um teste da LEF, em 1976, assinalou o nome da esposa, na aposta, "para dar sorte" (*FSP*, 03/08/76). "Quando [um dos mais famosos ganhadores da história da Loteria Esportiva] andava nas ruas, as pessoas o tocavam, 'para dar sorte'." (*OG*, 19/04/80) Uma ganhadora da LEF, depois enganar-se ao preencher seu cartão de apostas, foi aconselhada por outra pessoa: "'não devia rasgar o que já tinha feito, pois isso poderia trazer azar. E não é que ele estava com a razão?'" (*JB*, 19/06/79) Referindo-se ao jogo do bicho, SOARES (1992: 195 *et seqs.*) menciona "técnicas" que os jogadores utilizam para formular seus prognósticos: são "as mais diversas e variadas, como ... orações ..., fórmulas mágicas e alquimias." (SOARES, 1992: 195)

[107] Mesmo para aqueles que fazem parte das classes dominantes, o jogo não deixa de ter sua utilidade. Por um lado, como vimos no capítulo 4, a riqueza monetária tem caráter potencialmente ilimitado. Por outro, o jogo, em termos potenciais, é o caminho mais rápido para obter quantidades imensas (e adicionais, se for o caso) desse tipo de riqueza.

que valoriza ao máximo o sucesso pecuniário; uma sociedade em que a pobreza absoluta e a pobreza relativa são profundas e têm ampla extensão. Qual o resultado dessa "operação"? O jogo como realidade profundamente caracterizada pelo *sonho*, pela *ilusão*.

Essa característica do jogo não está presente apenas nos atos e, implicitamente, nas falas dos apostadores. As próprias palavras *sonho* e *ilusão* - tomadas em sentido figurado, significando fantasia, quimera - são usadas com muita freqüência no ambiente do jogo. Comprovam-no inúmeros dados primários e secundários, dos quais apresentamos uma pequena amostra, a seguir.

Vejamos, em primeiro lugar, algumas falas de nossos entrevistados.

Um deles, explicando por que apostava na Loteca, disse:

> "... às vezes, é bom a gente se iludir. Sem ilusão, não se vive."

Outros assim explicaram, na primeira pesquisa de campo, a então grande popularidade da LEF:

> "É a ilusão. A Loteria Esportiva é o único meio de ganhar um dinheiro a mais para quem trabalha muito e ganha pouco."
>
> "É o sonho das pessoas de ganharem um prêmio sem esforço."

Já na segunda pesquisa de campo, um entrevistado apresentou sua opinião sobre aquela grande disseminação que a LEF tinha tido, afirmando:

> "Fora a Loteria Federal, as pessoas tinham a ilusão de ganhar dinheiro só na Loteria Esportiva."

Falando sobre como usaria o prêmio desejado, caso viesse a ganhá-lo, um dos respondentes declarou:

"Realizaria os meus sonhos (comprar fazenda, casa) e ajudaria os amigos."

Por fim, vejamos como uma entrevistada explicou o predomínio do sexo masculino entre os apostadores da Loteca:

"Os homens têm mais sonhos do que as mulheres. As mulheres têm menos ambição."

Na imprensa, da mesma forma, as palavras *sonho* e *ilusão* sempre foram bastante freqüentes nos artigos e reportagens sobre jogos, como demonstram seus próprios títulos. Citemos alguns exemplos: "Loteria [Esportiva], esta fábrica de sonhos" (*OEM*, 23/12/71); "A Loteria Esportiva, nove anos de ilusões" (*OESP*, 22/04/79); "Dez anos de ilusão" (*Visão*, 14/04/80); "Loteria Esportiva, 10 anos: um país inteiro sonhando ficar rico" (*OG*, 19/04/80); "Os dez anos da fábrica de sonhos" (*FSP*, 21/04/80); "O sonho da fortuna movimenta milhões" (*FT*, 22/03/89).

É claro que, numa sociedade capitalista e periférica, como a brasileira, os sonhos provocados ou alimentados pelos jogos são inúmeros. Demonstram-no, com extrema clareza, os exemplos que apresentamos, relativos às destinações hipotéticas de prêmios desejados e às utilizações efetivas de prêmios que realmente foram ganhos. No entanto, o título de um artigo publicado em 1970 e referente à Loteria Esportiva - "Sonhe à vontade, não custa caro" (*JB*, 05/08/70) - faz-nos *despertar* para *outro* fato: o apostador somente pode *sonhar* depois de ter-se envolvido numa *relação mercantil*, ou seja, depois de *pagar* pela possibilidade de ganhar uma importância

monetária maior do que aquela lançada à aposta.[108] E quem *vende* essa possibilidade, no caso dos jogos aqui abordados, é o *Estado* brasileiro, que, graças a essa venda, tem uma *fonte adicional de arrecadação de recursos*. Trata-se de um imposto?

Numa publicação da Caixa Econômica Federal datada de 1988 e referente aos jogos por ela administrados, o então Ministro da Habitação e do Bem-Estar Social refere-se à primeira loteria existente em nosso País, ainda no século XVIII, como sendo "o primeiro instrumento de arrecadação não compulsória [*sic*] do Brasil Colônia." (CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, 1988) É claro que, juridicamente falando, nenhum jogador é forçado a apostar: essa é uma decisão que, em termos *formais*, é única e exclusivamente sua, tal como ocorre quanto ao envolvimento de *qualquer* indivíduo em *qualquer* relação mercantil. Aliás, vários autores, ainda que tratando de contextos sociais diversos do brasileiro, mostram a vantagem, para o Estado, desse tipo não-impositivo de arrecadação.[109]

---

[108] Segundo o deputado proponente da criação da CPI - Loterias, já citada, os "sistemas de sorteio existentes no País" constituíam-se numa "*venda de ilusões* aos pobres, que passam o fim de semana sonhando com o enriquecimento súbito." (*FSP*, 11/03/76; o itálico é nosso)

[109] "Como tem sido argumentado por séculos, a loteria é a única contribuição [*tax*] que as pessoas parecem felizes em pagar." (WEINSTEIN & DEITCH, 1974: 75) Já SUITS (1979: 61) afirma que essa é uma "forma particularmente indolor" de o Estado conseguir receita, enquanto BLAKEY (1979: 72) classifica-a como estando entre "os modos menos dolorosos de levantar recursos." Citando J. S. EZELL (*Fortune's Merry Wheel*. Cambridge, Harvard University Press, 1960), JOYCE (1979: 152) procura mostrar como uma loteria é "um meio indolor - e, mesmo, 'agradável' ['*joyful*'] - de arrecadar dinheiro necessário" para o

Porém, se, de um ponto de vista *formal*, existe *total* liberdade de optar por envolver-se numa aposta, não nos parece que isso ocorra em termos *substantivos*. Julgamos ter mostrado, neste trabalho, que os jogos não podem ser abordados de maneira abstrata, mas apenas em referência às sociedades concretas em que se dão. No caso específico do Brasil, toda a argumentação apresentada autoriza-nos a considerar que o caráter massivo das apostas é, de maneira preponderante, um fato *socialmente determinado*. A valorização do sucesso monetário; as difíceis condições de vida da maioria da população; as inúmeras utilidades possíveis de um prêmio em dinheiro num "sistema de mercantilização universal"; a desimportância do modo como um prêmio pecuniário é adquirido; as rupturas proporcionadas pelas características de um prêmio monetário, numa sociedade como a brasileira - *nada* disso pode ser desconsiderado quando nos perguntamos *por que* milhões de indivíduos apostam, com tanta freqüência, em nosso País. *Especialmente* para aqueles que compõem a ampla maioria, a quem o capitalismo periférico reservou pobreza absoluta e/ou relativa, a *liberdade* de escolher se apostam, ou não, *tende* a caracterizar-se como sendo nada mais do que mera *formalidade*.

Assim, não nos parece válida *apenas* em sentido estritamente figurado, nem adequada de modo *exclusivo* à *Loteria Esportiva*, a maneira como um leitor, certa vez, em carta a um jornal, classificou aquele jogo: "É uma espécie de *imposto da ilusão* ..."[110]

Estado.

[110] *OESP*, 27/05/78; o itálico é nosso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No capítulo 1, fizemos referência ao fato de que os jogos por dinheiro, apesar de sua flagrante importância na sociedade brasileira, não têm merecido a devida atenção no meio acadêmico. Demonstramos, também, que essa não é uma característica exclusiva do Brasil.

Agora, depois de todas as análises desenvolvidas ao longo deste trabalho, cremos que tal importância seja muito mais evidente para o leitor.

Ela não se resume a uma questão quantitativa, qual seja, o fato de tais jogos estarem presentes no cotidiano de milhões de pessoas, na sociedade brasileira - fato que, por si só, já mereceria alguma atenção -. Mas, ao lado disso, eles constituem, como procuramos demonstrar neste trabalho, um fenômeno cujo caráter massivo guarda estreitas relações com características fundamentais da mesma sociedade. Esperamos ter demonstrado que seu estudo científico pode contribuir, assim, para que se conheçam de maneira mais apurada aspectos relevantes da realidade social.

Estamos cientes de que nosso estudo poderá ter lacunas ou incongruências, pois a todo momento defrontamo-nos com a carência de produção sobre o assunto. No entanto, poderemos dar-nos por satisfeitos se tivermos chamado a atenção para a necessidade de que a Sociologia (bem como as Ciências Sociais em geral) dê conta de

fenômenos que, como o jogo, são socialmente importantes, mas, até o momento, têm ficado relegados a segundo plano entre os estudiosos.

FONTES UTILIZADAS

a) BIBLIOGRAFIA/REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO (1979)

ABRAMO, Perseu. Pesquisa em Ciência Sociais. In: HIRANO, Sedi, org. *Pesquisa social*; projeto e planejamento. São Paulo, T. A. Queiroz, 1979. (Biblioteca Básica de Ciências Sociais; Série 2ª., 1)

ABRANCHES (1985)

ABRANCHES, Sérgio Henrique. *Os despossuídos*; crescimento e pobreza no país do milagre. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1985. (Brasil: os Anos de Autoritarismo)

ALTHUSSER (s/d.)

ALTHUSSER, Louis. *Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado*; notas para uma investigação. Lisboa/São Paulo, Presença/Martins Fontes, s/d. (Biblioteca de Ciências Humanas, 37)

ARAUJO (1982)

ARAUJO, Ricardo Benzaquen. Força estranha. *Ciência Hoje*. Rio de Janeiro, Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, 1 (1): 32-7, jul./ago. 1982.

BALZAC (1950)

BALZAC, Honoré de. *La rabouilleuse*. Paris, Garnier Frères, 1950. (Classiques Garnier)

BERNARDO (1983)

BERNARDO, João. O dinheiro: da reificação das relações até o fetichismo do dinheiro. *Revista de Economia Política*. São Paulo, Brasiliense, 3 (1): 53-68, jan./mar. 1983.

BELLUZZO (1987)

BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello. *Valor e capitalismo*; um ensaio

sobre a Economia Política. 2. ed. São Paulo, Bienal, 1987.

BLAKEY (1979)

BLAKEY, Robert G. State Conducted Lotteries: History, Problems and Promises. *The Journal of Social Issues*. Ann Arbor, The Society of Psychological Study of Social Issues, 35 (3): 62-87, summer 1979.

BONELLI & SEDLACEK (1991)

BONELLI, Regis & SEDLACEK, Guilherme Luís. A evolução da distribuição de renda entre 1983 e 1988. In: CAMARGO, José Márcio & GIAMBIAGI, Fabio, org. *Distribuição de renda no Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991.

BRUNHOFF (1978)

BRUNHOFF, Suzanne de. *A moeda em Marx*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978. (Ecomomia, 1)

CACCIAMALI (1991)

CACCIAMALI, Maria Cristina. As economias formal e submersa: conceitos e distribuição de renda. In: CAMARGO, José Márcio & GIAMBIAGI, Fabio, org. *op. cit.*

CAILLOIS (1958)

CAILLOIS, Roger. *Les jeux et les hommes*; le masque et le vertige. Gallimard, Paris, 1950. (Idées)

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (1983)

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. *Loteria Esportiva Federal: 13 anos*. Brasília, 1983.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (1988)

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. *Loterias: ontem, hoje, sempre*. Brasília, Ministério da Habitação e Bem-Estar Social, 1988.

CAMARGO & GIAMBIAGI (1991)

CAMARGO, José Márcio & GIAMBIAGI, Fabio. *Apresentação*. In: _____, org. *op. cit.*

CARDOSO (1978)

CARDOSO, Miriam Limoeiro. A ideologia como problema teórico. In: _____. *Ideologia do desenvolvimento*; Brasil: JK-JQ. 2. ed. Rio de

Janeiro, Paz e Terra, 1978.

CASTRO (1991)

CASTRO, Antônio Barros de. *Prefácio*. In: CAMARGO, José Márcio & GIAMBIAGI, Fabio, org. *op. cit.*

CHAUÍ (1981)

CHAUÍ, Marilena de Souza. *O que é ideologia*. 5. ed. São Paulo, Brasiliense, 1981. (Primeiros Passos, 13)

CUPERTINO (1976)

CUPERTINO, Fausto. *A concentração da renda no Brasil*; o bolo está mal dividido. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1976.

D'ÁVILA; GEAQUINTO; LEITE (1986)

D'ÁVILA, José Luiz; GEAQUINTO, Maria Neila; LEITE, Izildo Corrêa. *Sobre a ideologia*. Vitória, UFES, 1986. Mimeo.

DIEESE (1985)

_____. *Boletim DIEESE*. São Paulo, 4: out. 1985.

_____ (1990)

_____. *Boletim DIEESE*. São Paulo, 9 (115): out. 1990.

_____ (1980)

DIEESE. *Informe estatístico - 1980*. São Paulo, 6 (8): ago. 1980.

DOSTOIEVSKY (1987)

DOSTOIEVSKY, Fiodor Mikhailovitch. *O jogador*; do diário de um jovem. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1987.

DOWNES *et. al.* (1976)

DOWNES *et al. Gambling, Work and Leisure*. London, Routledge and Kegan Paul, 1976

DUMONT (1985)

DUMONT, Louis. *O individualismo*; uma perspectiva antropológica da ideologia moderna. Rio de Janeiro, Rocco, 1985.

EDITORS OF *Business Week*. In Britain, Gamblin is a Growth Industry. In: HERMAN, Robert D., ed. New York, Harper and Row, 1967.

ENGELS (1971)

ENGELS, Friedrich. A moral e o direito; a igualdade. In: _____. *Anti-Dühring*; ou a subversão da ciência pelo sr. Eugênio Dühring. Lisboa, Afrodite, 1971. (Ensaio/Documentos, 1)

FERNANDES (1980)

FERNANDES, Florestan. *A natureza sociológica da Sociologia*. São Paulo, Ática, 1980. (Ensaios, 65)

FIBGE (1981)

FIBGE. *Anuário estatístico do Brasil 1981*. Rio de Janeiro, FIBGE, 1981.

_____ (1983a)

_____. *Anuário estatístico do Brasil 1983*. Rio de Janeiro, FIBGE, 1983.

_____ (1992a)

_____. *Anuário estatístico do Brasil 1992*. Rio de Janeiro, FIBGE, 1992.

_____ (1983b)

_____. *Censo demográfico* [1980]: *famílias e domicílios*; Brasil. Rio de Janeiro, FIBGE, 1983.

_____ (1983c)

_____. *Censo demográfico* [1980]: *famílias e domicílios*; São Paulo. Rio de Janeiro, FIBGE, 1983.

_____ (1992b)

_____. *Censo demográfico 1991*; resultados preliminares. Rio de Janeiro, FIBGE, 1992.

_____ (1982)

_____. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1982*. v. 6, t. 1. Brasil e Grandes Regiões. Rio de Janeiro, 1982.

_____ (1985)

_____. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1985*. v. 9, t. 1. Brasil e Grandes Regiões. Rio de Janeiro, 1985.

_____ (1990)

_____. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios*; síntese de indicadores da pesquisa básica da PNAD de 1990. Rio de Janeiro, 1990.

FINE (1988a)

FINE, Ben. Fetichismo da mercadoria. In: BOTTOMORE, Tom, ed. *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1988. p. 150.

_____ (1988b)

_____. Troca. In: BOTTOMORE, Tom, ed. *op. cit.* p. 390-1.

FOLEY (1988a)

FOLEY, Duncan. Dinheiro. In: BOTTOMORE, Tom, ed. *op. cit.* p. 107-9.

_____ (1988b)

_____. Força de trabalho. In: BOTTOMORE, Tom, ed. *op. cit.* p. 156-7.

_____ (1988c)

_____. Mercadoria. In: BOTTOMORE, Tom, ed. *op. cit.* p. 265-6.

_____ (1988d)

_____. Preço de produção e o problema da transformação. In: BOTTOMORE, Tom, ed. *op. cit.* p. 296-7.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. 2. ed. São Paulo, Ática, 1976. (Ensaios, 3)

GERAS (1977)

GERAS, Norman. Essência e aparência: aspectos da análise da mercadoria em Marx. In: COHN, Gabriel, org. *op. cit.*

_____ (1988)

_____. Fetichismo. In: BOTTOMORE, Tom, ed. *op. cit.* p. 149-50.

GOLDMANN (1977)

GOLDMANN, Lucien. A reificação das relações sociais. In: FORACCHI, Marialice Mencarini & MARTINS, José de Souza, org. *Sociologia e sociedade*; leituras de introdução à Sociologia. Rio de Janeiro,

Livros Técnicos e Científicos, 1977.

GORER (1967)

GORER, Geoffrey. British Life - It's a gamble. In: HERMAN, Robert D., ed. *op. cit.*

GRAMSCI (1976)

GRAMSCI, Antonio. A religião, o jogo e o ópio da miséria. In: _____. *Maquiavel, a política e o estado moderno*. 2. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1976. (Perspectivas do Homem, 35)

GRISI (1986)

GRISI, Celso Cláudio de Hildebrand e. *Contribuições ao estudo das técnicas de segmentação de mercado*; uma análise de dados sobre apostadores da Loteria Federal. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1986.

HALLER (1979)

HALLER, Mark H. The Changing Structure of American Gambling in the Twentieth Century. *The Journal of Social Issues*. Ann Arbor, The Society of Psychological Study of Social Issues, 35 (3): 87-114, summer 1979.

HASENBALG & SILVA (1988)

HASENBALG, Carlos Alfredo & SILVA, Nelson do Valle. Industrialização e estrutura de emprego no Brasil: 1960-80. In: _____. *Estrutura social, mobilidade e raça*. São Paulo/Rio de Janeiro, Vértice/IUPERJ, 1988. (Grande Brasil: Veredas, 7)

HAUG (1985)

HAUG, Wolfgang Fritz. A crítica da estética da mercadoria. In: MARCONDES Filho, Ciro, org. *A linguagem da sedução*; a conquista das consciências pela fantasia. São Paulo, Com-Arte, 1985.

HERMAN (1976a)

HERMAN, Robert D. Gambling. *The New Enciclopaedia Britannica* (Macropaedia). 15. ed. Chicago, Helen Hemingway Benton, 1976. v. 7, p. 866-70.

_____ (1967a)

_____. Gambling as work. In: _____, ed. *op. cit.*

_____ (1976b)

_____. Lottery. *The New Enciclopaedia Britannica* (Macropaedia). 15. ed. Chicago, Helen Hemingway Benton, 1976. v. 11, p. 113-5.

_____ (1967b)

_____. Preface. In: _____, ed. *op. cit.*

HOFFMANN (1991)

HOFFMANN, Rodolfo. Distribuição de renda na agricultura. In: CAMARGO, José Márcio & GIAMBIAGI, Fabio, org. *op. cit.*

_____ & KAGEYAMA (1986)

_____ & KAGEYAMA, Ângela A. Distribuição de renda no Brasil, entre famílias e entre pessoas, em 1970 e 1980. *Estudos Econômicos*. São Paulo, 16 (1): 25-51, jan./abr. 1986.

HUIZINGA (1971)

HUIZINGA, Johan. *Homo ludens*; o jogo como elemento da cultura. São Paulo, Perspectiva/EDUSP, 1971. (Debates, 4)

IANNI (1982)

IANNI, Octavio. *Dialética e capitalismo*; ensaio sobre o pensamento de Marx. Petrópolis, Vozes, 1982.

_____ (1990)

_____. A crise de paradigmas na Sociologia. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, ANPOCS/Vértice, 5 (13): 90-100.

JOYCE (1979)

JOYCE, Kathleen M. Public Opinion and the Politics of Gambling. *The Journal of Social Issues*. Ann Arbor, The Society of Psychological Study of Social Issues, 35 (3): 144-65, summer 1979.

KALLICK-KAUFMANN (1979)

KALLICK-KAUFMANN, Maureen. The Micro and Macro Dimensions of Gambling in the United States. *The Journal of Social Issues*. Ann Arbor, The Society of Psychological Study of Social Issues, 35 (3):

7-26, summer 1979.

_____ & REUTER (1979)

_____ & REUTER, Peter. Introduction. *The Journal of Social Issues*. Ann Arbor, The Society of Psychological Study of Social Issues, 35 (3): 1-6, summer 1979.

KOSÍK (1976)

KOSÍK, Karel. O mundo da pseudoconcreticidade e sua destruição. In: _____. *Dialética do concreto*. 2. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976. (Rumos da Cultura Moderna, 26)

KOWARICK (1983)

KOWARICK, Lúcio. *A espoliação urbana*. 2. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983. (Estudos Brasileiros, 44)

LAUWE (1971)

LAUWE, Paul-Henri Chombard de. *Pour une Sociologie des aspirations*; éléments pour des perspectives nouvelles en Sciences Humaines. Paris, Denoël/Gonthier, 1971. (Médiations, 63)

LANGONI (1978)

LANGONI, Carlos Geraldo. *Distribuição de renda e desenvolvimento econômico do Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro, Expressão e Cultura, 1978.

LARRAIN (1988)

LARRAIN, Jorge. Ideologia. In: BOTTOMORE, Tom, ed. *op. cit.* p. 183-7.

LOPES (1975)

LOPES, José Sérgio Leite. Sobre o debate da distribuição de renda: leitura crítica de um artigo de Fishlow. In: TOLIPAN & TINELLI, org. (1975)

LUKÁCS (1975)

LUKÁCS, Georg. *Historia y conciencia de clase*. Barcelona, Grijalbo, 1975. (Instrumentos, 1)

LUXEMBURGO (s/d)

LUXEMBURGO, Rosa. *Introdução à Economia Política*. São Paulo,

Martins Fontes, s/d.

MACPHERSON (1970)

MACPHERSON, C. B. *La teoría política del individualismo posesivo*; de Hobbe a Locke. Fontanella, 1970. (Libros de Confrontación, 2)

MALAN & WELLS (1975)

MALAN, Pedro & WELLS, John. Distribuição de renda e desenvolvimento econômico do Brasil. In: TOLIPAN & TINELLI, org. (1975).

MANDEL (1985)

MANDEL, Ernest. *O capitalismo tardio*. 2. ed. São Paulo, Nova Cultural, 1985. (Os Economistas)

MARTINS (1979)

MARTINS, José de Souza. *O cativeiro da terra*. São Paulo, Ciências Humanas e Sociais, 1979.

_____ (1983)

MARTINS, José de Souza. O que são as relações capitalistas de produção. In: _____. *Os camponeses e a política no Brasil*; as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. 2. ed. Petrópolis, Vozes, 1983.

MARX (1973)

MARX, Karl. *El capital*; crítica de la Economía Política. 2. ed., 8ª reimpressão. México, Fondo de Cultura Económica, 1973.

_____ (1974a)

_____, *El capital, libro I, capítulo VI, inédito*. Córdoba, Siglo Veintiuno, 1974.

_____ (1971)

_____. *Elementos fundamentales para la crítica de Economía Política (borrador) 1857-1858*. 2. ed. Buenos Aires, Siglo Veintiuno, 1971.

_____ (1974b)

_____. Para a crítica da Economia Política. In: _____. *Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos*. São Paulo, Abril Cultural, 1974. (Os Pensadores, 35)

_____ (1974c)

_____. Manuscritos econômico-filosóficos (terceiro manuscrito). In: _____. *Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos. op. cit.*

_____ (1974d)

_____. O rendimento e suas fontes. In: _____. *Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos. op. cit.*

_____ (1974e)

____. O 18 brumário de Luís Bonaparte. In: _____. *Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos. op. cit.*

_____ & ENGELS (s/d)

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. Feuerbach. In: _____. *A ideologia alemã*; crítica da filosofia alemã mais recente na pessoas dos seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão na dos seus diferentes profetas. Lisboa/São Paulo, Presença/Martins Fontes, s/d. v. 1, parte 1.

MAZZEU (1988)

MAZZEU, Maria Rita do Prado. *Município de Araraquara*. Araraquara, Prefeitura do Município de Araraquara, 1988.

MERTON (1978)

MERTON, Robert King. Estrutura social e socialização. In: PEREIRA, Luiz & FORACCHI, Marialice Mencarini, org. *Educação e sociedade*; leituras de Sociologia da Educação. 9. ed. São Paulo, Nacional, 1978. (Biblioteca Universitária, Série 2ª, Ciências Sociais, 16)

MORUS (s/d)

MORUS, Thomas. *A utopia*. Rio de Janeiro, Edições de Ouro, s/d.

NAPOLEONI (1983)

NAPOLEONI, Cláudio. *Smith, Ricardo, Marx*. 3. ed., Rio de Janeiro, Graal, 1983.

OFFE (1984)

OFFE, Claus. *Problemas estruturais do Estado capitalista*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1984. (Biblioteca Tempo Universitário,

79)

PACHECO (1957)

PACHECO, Renato José Costa. *Antologia do jogo de bicho*. Rio de Janeiro, Simões, 1957. (Biblioteca "João Ribeiro")

PACHUKANIS (1988)

PACHUKANIS, Evgeny B. *Teoria geral do direito e marxismo*. São Paulo, Acadêmica, 1988.

PASTORE; ZYLBERSTAJN; PAGOTTO (1983)

PASTORE, José; ZYLBERSTAJN, Hélio; PAGOTTO, Carmen Silvia. *Mudança social e pobreza no Brasil*; o que ocorreu com a família brasileira? São Paulo, Pioneira/Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, 1983. (Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais: Economia)

PAULA (1984)

PAULA, João Antônio de. Ensaio sobre a atualidade da lei do valor. *Revista de Economia Política*. São Paulo, Brasiliense, 4 (2): 111-34, abr./jun. 1984.

_____ & PIMENTEL (1989)

PAULA, João Antônio de & PIMENTEL, Fernando Damata. A lei do valor e a crise do nosso tempo. *Revista de Economia Política*. São Paulo, Brasiliense, 9 (2): 58-70, abr./jun. 1989.

PAULO NETTO (1981)

PAULO NETTO, José. *Capitalismo e reificação*. São Paulo, Ciências Humanas, 1981.

RAMOS & REIS (1991)

RAMOS, Lauro R. A. & REIS, José Guilherme Almeida. Distribuição da renda: aspectos teóricos e o debate no Brasil. In: CAMARGO, José Márcio & GIAMBIAGI, Fabio, org. *op. cit.*

REGO (1981)

REGO, Maria Filomena. *O aprendizado da ordem*; a ideologia nos textos escolares. Rio de Janeiro, Achiamé, 1981. (Universidade, 16)

ROBERT (1982)

ROBERT, Jozsef. *A origem do dinheiro*. São Paulo, Global, 1982.

RODRIGUES (1990)

RODRIGUES, José Albertino. *Indicadores sociais*; versão 2.90. São Carlos, Universidade Federal de São Carlos/Núcleo de Pesquisa e Documentação, 1990.

ROMÃO (1991)

ROMÃO, Maurício Costa. Distribuição de renda, pobreza e desigualdades regionais no Brasil. In: CAMARGO, José Márcio & GIAMBIAGI, Fabio, org. *op. cit.*

ROSSI (1978)

ROSSI, Wagner Gonçalves. *Capitalismo e educação*; contribuição ao estudo crítico da Economia da Educação capitalista. São Paulo, Cortez & Moraes, 1978. (Educação Universitária)

ROZITCHNER (1989)

ROZITCHNER, León. Marx e Freud: a cooperação e o corpo produtivo; a expropriação histórica dos poderes do corpo. In: SILVEIRA, Paulo & DORAY, Bernard, org. *Elementos para uma teoria marxista da subjetividade*. São Paulo, Vértice/Ed. Revista dos Tribunais, 1989. (Enciclopédia Aberta da Psique, 4)

RUBIN (1987)

RUBIN, Isaak Illitch. *A teoria marxista do valor*. São Paulo, Polis, 1987. (Teoria e História, 13)

SABOIA (1991)

SABOIA, João. Política salarial e distribuição de renda: 25 anos de desencontros. In: CAMARGO, José Márcio & GIAMBIAGI, Fabio, org. *op. cit.*

SAFFIOTI (1978)

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. *Emprego doméstico e capitalismo*. Petrópolis, Vozes, 1978. (Sociologia Brasileira, 9)

SALAMA (1983)

SALAMA, Pierre. A natureza de classe do Estado. In: MATHIAS,

Gilberto & _____. *O Estado superdesenvolvido*; ensaio sobre a intervenção estatal e sobre as formas de dominação no capitalismo contemporâneo. São Paulo, Brasiliense, 1983.

SANTOS (1986)

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. O estado social da Nação. In: JAGUARIBE, Helio *et al. Brasil, 2000*; para um novo pacto social. 4. ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1986. (Estudos Brasileiros, 95)

SANTOS (1981)

SANTOS, Joel Rufino dos. *História política do futebol brasileiro.* São Paulo, Brasiliense, 1981. (Tudo é História, 20)

SERRA (1975)

SERRA, José. A reconcentração da renda: justificações, explicações, dúvidas. In: TOLIPAN & TINELLI, org. (1975)

SCHWARZ (1981)

SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas*; forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro. 3.ed. São Paulo, Duas Cidades, 1981.

SILVA (1988)

SILVA, Nelson do Valle. Os deserdados do milagre. In: HASENBALG & _____. *Estrutura social, mobilidade e raça. op. cit.*

SILVEIRA (1989)

SILVEIRA, Paulo. Da alienação ao fetichismo - formas de subjetivação e objetivação. In: _____ & DORAY, Bernard, org. *Elementos para uma teoria marxista da subjetividade. op. cit.*

SMITH (1979)

SMITH, Adam. *Investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações*. 2. ed. São Paulo, Abril Cultural, 1979. (Os Pensadores)

SOARES (1992)

SOARES, Simone Simões Ferreira. *O jogo do bicho*; a saga de um fato social brasileiro numa abordagem antropológica. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia do Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília. Brasília,

1992. Mimeo.

SOARES (1990)

SOARES, Geraldo Antonio. *A regulação imperfeita*; um ensaio sobre a historicidade do valor. Tese de Mestrado em Economia apresentada ao Centro de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 1990. Mimeo.

SUITS (1979)

SUITS, Daniel B. Economic Background for Gambling Policy. *The Journal of Social Issues*. Ann Arbor, The Society of Psychological Study of Social Issues, 35 (3): 43-58, summer 1979.

SWEEZY (1976)

SWEEZY, Paul M. *Teoria do desenvolvimento capitalista*; princípios da Economia Política marxista. 4. ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1976.

THIOLLENT (1980)

THIOLLENT, Michel Jean-Marie. *Crítica metodológica, investigação social e enquete operária*. São Paulo, Polis, 1980. (Teoria e História, 6)

TEC (1964)

TEC, Nechama. *Gambling in Sweden*. Totowa, Bedminster, 1964.

TOLIPAN (1983)

TOLIPAN, Ricardo. Dinheiro e transformação em Marx. *Revista de Economia Política*. São Paulo, Brasiliense, 3 (3): 43-53, jul./set. 1983.

TOLIPAN & TINELLI, org. (1975)

TOLIPAN, Ricardo & TINELLI, Arthur Carlos, org. *A controvérsia sobre distribuição de renda e desenvolvimento*. Rio de Janeiro, Zahar, 1975. (Biblioteca de Ciências Sociais)

TUIÁVII (s/d)

TUIÁVII. *O papalagui*; comentários de Tuiávii, chefe da tribo Tiavéa, nos mares do sul, recolhidos por Erich SCHEURMANN. São Paulo, Marco Zero, s/d.

VAISMAN (1989)

VAISMAN, Ester. A ideologia e sua determinação ontológica. *Ensaio*. São Paulo, Ensaio, (17/18): 399-444, 1989.

VITA (1989)

VITA, Álvaro de. *Sociologia da sociedade brasileira*. São Paulo, Ática, 1989.

WEBER (1967)

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo, Pioneira, 1967. (Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais)

_____ (1974a)

_____. Ensaios de Sociologia (capítulo 13). In: _____. *Ensaios de Sociologia e outros escritos*. São Paulo, Abril Cultural, 1974. (Os Pensadores, 37)

_____ (1974b)

_____. História geral da economia (capítulo 4) In: _____: *Ensaios de Sociologia e outros escritos. op. cit.*

WEINSTEIN & DEITCH (1974)

WEINSTEIN, David & DEITCH, Lilian. *The Impact of Legalized Ganbling*; the Socioeconomic Consequences of Lotteries and Off-Track Betting. New York, Praeger, 1974.

ZOLA (1967)

ZOLA, Irving Kenneth. Obervations of Gambling in a Lower-Class Setting. In: HERMAN, Robert D., ed. *op. cit.*

b) VERBETES DE ENCICLOPÉDIAS E DICIONÁRIOS (sem autores citados)

Aposta. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, de Aurélio Buarque de Hollanda Ferreira. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1986. 2. ed. (8ª reimpressão). p. 146.

Jogo. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, de Aurélio Buarque de Hollanda Ferreira. *op cit.*, p. 146

Jogos de azar. *Enciclopédia Delta Universal*. Rio de Janeiro, Delta,

1980. v. 9, p. 4607.

Loteria. *Enciclopédia Delta Universal*. Rio de Janeiro, Delta, 1980. v. 9, p. 4894.

Loteria. *Enciclopédia Universal*. São Paulo, Pedagógica Brasileira, 1969. v. 6, p. 2170.

Lotería. *Enciclopédia Universal Ilustrada Europeo-Americana*. Madrid, Espasa-Calpe, s/d. t. 31, p. 298-301.

Loteria. *Grande Enciclopédia Delta-Larousse*. Rio de Janeiro, Delta, 1970. v. 7, p. 4096.

Loteria. *Novo Dicionário da Língua portuguesa*, de Aurélio Buarque de Hollanda Ferreira. *op. cit.*, p. 1048.

Loteca. *Novo Dicionário da Língua portuguesa*, de Aurélio Buarque de Hollanda Ferreira. *op. cit.*, p. 1048.

Totocalcio. *Dizionario Enciclopédico Italiano*. Instituto Della Enciclopedia Italiana. Roma, 1961.

c) JORNAIS E REVISTAS (várias edições)

A Gazeta (Vitória - ES)

A Gazeta Esportiva

A Tribuna (Vitória - ES)

Afinal

Correio da Manhã

Conjuntura Econômica

Diário do Congresso Nacional

Diário Oficial da União

Folha da Tarde

Folha de São Paulo

Isto É

Jornal da Caixa

Jornal da Tarde

Jornal do Brasil

Jornal dos Sports

Manchete

O Estado de Minas

O Estado de São Paulo

O Globo

Placar

Veja

Visão

Última Hora

d) OUTRAS FONTES

A mágica do jogo - programa da Rede Manchete de Televisão - 1990

Fantástico - programa da Rede Globo de Televisão - 29/07/90

Relatório da CPI - Loterias, publicado no *DCN*, 14/06/77

Autos da CPI - Loteria

Dados obtidos junto ao Departamento de Administração das Loterias (DELOT) da Caixa Econômica Federal, em Brasília

Dados obtidos junto à Gerência de Loterias (GERLO) da Caixa Econômica Federal, em São Paulo